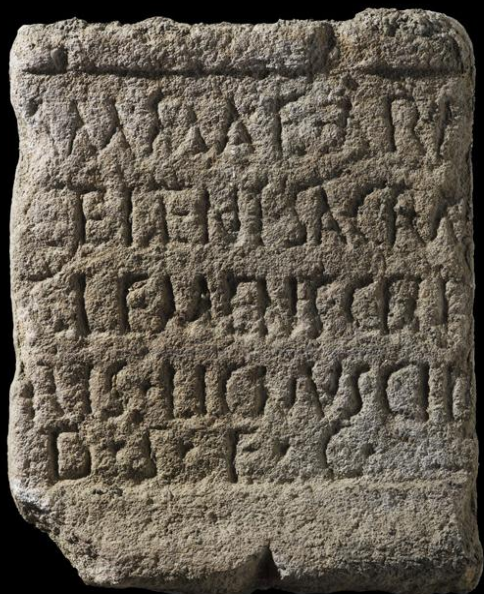


ANTÓNIO CARLOS DO NASCIMENTO MARQUES



*A OCUPAÇÃO ROMANA NA BACIA DE
CELORICO*

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

COIMBRA

2011



António Carlos do Nascimento Marques

*A ocupação Romana na Bacia de
Celorico*

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, área de especialização em Arqueologia Romana, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Doutor Pedro Carvalho.

Coimbra, 2011

Resumo

Apresentam-se os principais resultados da prospecção arqueológica realizada na Bacia de Celorico. No âmbito desta investigação, tendo como ponto de partida a classificação tipológica de todos os núcleos de povoamento romano aqui existentes (alguns deles inéditos), procurou-se analisar o padrão de povoamento (disperso e agrupado) desta região do interior norte da Lusitânia e apontar propostas para a sua geografia política na Antiguidade.

Apresentam-se, igualmente, os primeiros resultados das escavações arqueológicas que dirigimos na estação arqueológica de S. Gens, os quais dão a conhecer com mais detalhe este habitat romano. Apesar da classificação tipológica proposta não ser ainda definitiva, os conhecimentos obtidos permitiram obter uma primeira perspectiva de ordem construtiva e cronológica sobre este núcleo rural de povoamento romano.

Com base neste conjunto de dados recolhidos em escavação e prospecção (que incluem novos achados, como seja uma inscrição consagrada a Júpiter e uma cabeça de uma estátua), e nas informações proporcionadas pela análise dos resultados de outras intervenções realizadas – no âmbito da arqueologia preventiva e de investigação – na área da Bacia de Celorico e em áreas contíguas, procede-se a uma análise global das formas de ocupação e exploração deste território em época romana.

Summary

We present the main results of archaeological survey conducted in Celorico Basin. Within this research, taking as its starting point the typological classification of all the nucleuses of Roman settlement here existent (some of them unpublished), we tried to analyze the pattern of settlement (dispersed and clustered) within this region of northern Lusitania and point proposals for his political geography in the antiquity.

We present also the first results of archaeological excavations in the archaeological station of S. Gens, which give more detail to know this Roman habitat. Despite the typological classification proposal is not yet definitive, the obtained knowledge allowed a first perspective of constructive and chronological order about this rural village of Roman settlement.

Based on this data set collected in excavation and mining (including new findings, such as an inscription dedicated to Jupiter and a head of a statue), and the information provided by the analysis of the results of other interventions - in the context of preventive archeology and research - in the basin area of Celorico and adjacent areas, there shall be a comprehensive review of the forms of occupation and exploitation of the territory in Roman times.

Agradecimentos

Ao longo do largo tempo necessário para a pesquisa e realização do presente trabalho, várias foram as pessoas cuja contribuição se demonstrou preciosa e indispensável para a sua consecução.

Em primeiro lugar gostaríamos de agradecer ao nosso orientador Doutor Pedro Carvalho pelo apoio prestado na execução e realização deste trabalho, mas, também pelo facto de nos ter influenciado decisivamente para o estudo do período romano, enquanto aluno do curso de História, variante de Arqueologia, ao participarmos nas campanhas de escavação do sítio romano de Terlamonte.

Gostaríamos igualmente agradecer a Dr.^a Maria do Céu Ferreira pelos importantes contributos na execução desta tese, nomeadamente na ajuda dos trabalhos de campo ao fornecer preciosas informações sobre as estações arqueológicas do período romano localizadas no concelho de Trancoso que integram a Bacia de Celorico. Agradecemos igualmente as discussões em torno da problemática do povoamento romano na região.

Queremos igualmente agradecer ao Dr. Vítor Pereira pela ajuda prestada na classificação das cerâmicas e pela colaboração nos trabalhos de campo relativamente aos sítios arqueológicos localizados no Vale do Mondego, área pertencente ao concelho da Guarda.

Agradecemos também ao Dr. José Luís Saúde Cabral, Vice – Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira, pela amizade e por ter acreditado desde início no potencial histórico - arqueológico da estação arqueológica de S. Gens, possibilitando através de apoio económico e logístico a realização dos trabalhos de escavação neste local.

À Doutora Catarina Tente pela amizade e pela ajuda preciosa que nos deu ao recolher material susceptível de fornecer datações de C14 na habitação romana de S. Gens.

Ao Dr. João Carlos Lobão pela amizade, pelos conhecimentos e ideias que trocamos ao longo dos anos, pois, a execução deste trabalho é resultado das longas batidas de campo que tivemos oportunidade de realizar em conjunto em grande parte da área agora estudada.

À Dr.^a. Alcina Cameijo pela paciência e constantes incentivos para a realização deste trabalho.

Por último aos meus pais e avós que sempre incentivaram a execução dos nossos trabalhos.

Índice

Introdução.....	6
1. Quadro Geográfico e Ambiental	8
1.1. O Clima	10
1.2. A Vegetação	11
2. Conhecimentos Histórico - arqueológicos da Região	12
2.1. A Ocupação romana do território e o quadro político-administrativo	16
3. Metodologia Arqueológica.....	26
3.1. A prospecção arqueológica.....	26
3.2. A escavação arqueológica	33
4. O povoamento romano	35
4.1. Do povoamento disperso aos aglomerados populacionais	35
4.1.1. Aglomerados populacionais	36
4.1.2. Núcleos rurais dispersos e unifamiliares	43
4.1.3. Espaços e Objectos Funerários	47
4.3. As vias	50
4.4. A epigrafia (sociedade e religião).....	56
4.5. A economia.....	66

Parte II

5. A Estação Arqueológica de S. Gens.....	70
5.1. Localização Geográfica.....	70
5.2. Historial da Estação Arqueológica	71
5.3. Objectivo da Investigação	73
5.4. O Sector 9 de S. Gens.....	75
5.5. O processo histórico da habitação romana.....	79
6. O povoamento rural disperso na Beira Interior	85
Conclusão	100
Bibliografia.....	105

Anexos

Anexo I - Catálogo de Sítios

Anexo II - Estampas

Anexo III - Anexo Fotográfico

Introdução

O actual estudo pretendeu abordar uma temática histórica, a ocupação romana numa área geográfica que, actualmente, pertence administrativamente à Beira Interior. Recuando ao período histórico sobre o qual efectuamos este estudo, esta enquadrava-se administrativamente na área da Lusitânia Romana. Deste modo, o estudo que nos propusemos a realizar incidiu sobre o povoamento romano na Bacia de Celorico (área geográfica que abrange, parcialmente, territórios do actual concelho da Guarda, Celorico da Beira, Trancoso, Gouveia e Fornos de Algodres), isto porque, consideramos a utilização de fronteiras “naturais” ou as unidades geográficas como sendo aquelas que poderão fornecer uma melhor contextualização e representatividade do povoamento antigo, tornando os resultados mais fidedignos (mais do que a utilização de fronteiras artificiais, como são os actuais limites de um concelho). Os objectivos deste trabalho passaram pela obtenção de conhecimento sobre o tipo de estabelecimentos humanos que se fixaram em período romano nesta região a partir, desde logo, da sua cultura material, identificada tanto em prospecção como em escavação.

A investigação arqueológica nesta região (ainda que, numa escala mais reduzida, quando comparada com área geográfica agora proposta neste estudo) teve início em 2002, quando desenvolvemos em conjunto um trabalho de prospecção arqueológica no concelho de Celorico da Beira. Os resultados desse trabalho vieram a ser publicados posteriormente (LOBÃO *et alii*: 2006). Nesse estudo, foi possível verificar a existência de alguns sítios arqueológicos de época romana, alguns deles já referenciados em trabalhos anteriores, e outros, na sua maioria, inéditos. Essa situação levou-nos a procurar desenvolver os conhecimentos sobre o que foi a chamada romanização nesta área da actual Beira Interior. Para essa vontade contribuiu o facto de desenvolver profissionalmente a actividade arqueológica no concelho de Celorico da Beira, epicentro desta área geológica singular na morfologia da Beira Alta. A Bacia de Celorico: corresponde a uma depressão topográfica marcada pela presença constante do rio Mondego e pelas linhas de água que nele convergem, enquanto o relevo se caracteriza por áreas aplanadas que vão sendo recortadas pela presença de pequenas elevações.

A quase ausência de conhecimento sobre a romanização nesta área geográfica, tornou a realização deste trabalho mais aliciante. Na verdade, em todos os concelhos,

são conhecidos sítios arqueológicos que, pela natureza dos vestígios arqueológicos identificados à superfície fundamentalmente (*tegulae*) são associados ao período romano. No entanto, a sùmula e a interpretação dos vestígios arqueológicos, à luz dos mais recentes trabalhos arqueológicos na área do povoamento, encontra-se ainda por realizar. Quanto a um estudo de carácter mais profundo, trabalho que só pode ser feito através da escavação arqueológica, as informações existentes também são praticamente nulas, dado que, foram poucos os sítios arqueológicos escavados e os que foram, ainda recentemente, foram-no sobretudo em contexto de obra (arqueologia preventiva), não se conhecendo os resultados dessas investigações. Deste modo, optamos por incluir no nosso trabalho o estudo uma estação arqueológica do concelho de Celorico da Beira: S. Gens, cuja escavação estamos a dirigir. Embora se trate aparentemente de um local com uma longa diacronia de ocupação, a ocupação humana que nos interessa descrever neste estudo é aquela que se reporta à ocupação romana deste local. Ao apresentarmos a intervenção arqueológica que vem sendo realizada desde o ano de 2008 num habitat de época romana, procuramos, desta forma, realizar também algumas comparações entre a informação obtida através da prospecção arqueológica e o trabalho de escavação arqueológica.

A verdade é que a utilização de duas metodologias arqueológicas distintas (prospecção e escavação), levou obrigatoriamente à adopção de duas escalas de análise diferentes, mas ao mesmo tempo complementares, pois, através da prospecção arqueológica procuramos efectuar o estudo do povoamento romano de uma região (macro - escala), com base em dados conhecidos de superfície e nos achados de prospecção, enquanto que o estudo de um sítio arqueológico específico (case-study), baseou-se nos resultados da escavação arqueológica de S. Gens, representando esta parte a investigação arqueológica a uma micro - escala.

1. Quadro Geográfico e Ambiental

A designada Bacia de Celorico abrange administrativamente os concelhos da Guarda, Trancoso, Celorico da Beira, Gouveia e Fornos de Algodres. Quando nos propusemos estudar a designada “Bacia de Celorico”, sabíamos tratar-se de uma área geomorfológica particular da Beira Interior, (ainda que a uma escala substancialmente menor encontra paralelo com a depressão geológica da “Cova da Beira”) (Est. I). Inserindo-se na área do Maciço Antigo, estas depressões de origem tectónica serão o resultado de um abaixamento tectónico conjunto. Porém, face ao longo processo de erosão, estes conjuntos apresentam contornos não regulares, limitados por alguns vales de fractura (RIBEIRO, 1991:187).

No que se refere à geologia da região, a sua base é constituída sobretudo por granito. Entre as rochas granitóides, destaca-se o granito porfiróide de grão médio e grosseiro, vulgarmente conhecidos por granitos “dente de cavalo”. Os grandes processos de erosão denominados por Orlando Ribeiro de “múltiplos acidentes” tornam esta área em termos geológicos bastante vulnerável a acções de desgaste, contribuindo para a existência de um terreno mais ou menos plano e com suaves ondulações onde por vezes sobressaem cabeços graníticos mais elevados, como resultado do recuo do flanco da montanha em consequência do abatimento tectónico (*Idem*:188). A este nível é de destacar o monte da Cabeça Grande (Celorico da Beira – Baraçal) ao destacar-se na área da Bacia.

A Bacia de Celorico é drenada pelo rio Mondego, principal curso de água que percorre a região. Este, ao entrar na Bacia de Celorico, deixa de ser um rio de curso encaixado entre as montanhas para correr ao rés do solo ao longo de vales maduros, resultantes de um longo processo de erosão. A jusante na área de transição da Bacia de Celorico para a plataforma da Beira Alta, o rio Mondego volta novamente a ser um rio encaixado entre plataformas mais elevadas (RIBEIRO, 1954: 559). É na área da depressão de Celorico que o rio Mondego descreve um círculo e a direcção do seu curso sofre uma alteração abrupta, com efeito, ao entrar na Bacia de Celorico, na área de Vila Soeiro (Guarda) apresenta um curso orientado a NW, percurso que se mantém ao longo do designado Vale do Mondego, no entanto este curso de água ao chegar às imediações do Porto da Carne (Guarda) começa a ganhar uma ligeira curvatura que se vai mantendo até à confluência do rio Mondego com a ribeira dos Tamanhos, onde decididamente ganha uma orientação para SW.

É igualmente na Bacia de Celorico que o rio Mondego se realça, uma vez que nele afluem inúmeras linhas de água¹, algumas de caudal pouco expressivo, outras, no entanto, com um caudal bastante significativo: de montante para jusante são de assinalar a Ribeira da Velosa, Ribeira da Cabeça Alta, Ribeira dos Tamanhos, Ribeira de Salgueirais, Ribeira da Muxagata e Ribeira de Linhares (LOBÃO *et alii*, 2006) (Est. II).

Os solos graníticos são geralmente pouco espessos e de composição arenosa, formado por areias grossas. Apresentando desta forma, um fraco potencial agrícola. Numa região onde a Bacia de Celorico é envolvida por alguns conjuntos montanhosos, estas áreas sinuosas são sempre mais extensas que os vales fluviais. Contudo, a existência destes solos nas imediações destas linhas de água desenvolvem os solos de maior produtividade agrícola, contrastando com os solos pobres e rudes das terras altas que os rodeiam (RIBEIRO, 1988: 190). Efectivamente, é nas proximidades das linhas de água que se desenvolvem os solos de maior espessura e de maior fertilidade, localizando-se a maior parte destes solos nas imediações do rio Mondego. No entanto, outros cursos de água contribuem para a existência destes solos de maior potencial agrícola: a Ribeira da Velosa por exemplo, com um leito de orientação N-S. Apresenta-se a montante, próximo da nascente, como um curso de água encaixado entre montes, sem solos de potencial agrícola, para posteriormente, à medida que dá entrada na Bacia de Celorico, apresentar bons terrenos para a prática agrícola, tanto de regadio, como de sequeiro.

A área localizada a norte da Bacia de Celorico possui igualmente importantes cursos de água que contribuem para a existência nas suas imediações de terrenos com potencial agrícola: a Ribeira dos Vilares, Ribeira dos Tamanhos, Ribeira das Seixas e a Ribeira da Muxagata. A primeira (Ribeira dos Vilares) tem a sua área de nascente muito próxima da Ribeira da Velosa, contudo, trata-se de uma linha de água com um curso diminuto, com uma orientação de Este para Oeste; esta ribeira vem desaguar na Ribeira dos Tamanhos que se dirige no sentido N-S, tornando a zona do Minhocal (Celorico da Beira) até a foz da ribeira, nas proximidades de Celorico Gare, uma zona bastante fértil e irrigada; com uma orientação N-S surgem igualmente a Ribeira das Seixas (Celorico da Beira) e a Ribeira da Muxagata (Fornos de Algodres).

¹ Orlando Ribeiro refere que o “fosso” que é a depressão de Celorico na região geográfica do Alto Mondego a nível hidrográfico beneficiou do facto de os traçados dos cursos de água serem fortemente influenciados por faixas de menor resistência que são os vales de fractura” *resultantes de falhas antigas niveladas ou de deslocamentos recentes, quer por autênticas «caleiras tectónicas», depressões entre falhas que facilitam a organização da drenagem”* (1954: 550).

Na margem esquerda do rio Mondego desenvolvem igualmente importantes linhas de água, são elas as Ribeiras da Cabeça Alta, Ribeira de Salgueirais e a Ribeira de Linhares, todas elas nascem no Maciço da Estrela. Ao contrário das linhas de água localizadas na margem direita, as ribeiras localizadas na margem esquerda possuem um traçado mais íngreme e sinuoso. Desde a nascente até a foz estes cursos de água perdem abruptamente altimetria, sobretudo ao longo dos primeiros quilómetros de troço quando se processa a descida dos cursos de água pelas encostas da montanha.

Para além destes recursos hídricos, localizam-se (nomeadamente na área administrativa do concelho de Celorico da Beira) outros de extrema importância e com propriedades medicinais: as termas de Santo António (Fornotelheiro), termas de Santo Amaro (Linhares) e Santo Amaro (Vale da Ribeira/Mesquitela) (Lobão *et alii*, 2006:17).

A região em torno da Bacia de Celorico encontra-se rodeada por uma área de montanhas, facto que contribuí para a existência de grandes oscilações orográficas. À entrada do Vale do Mondego, junto a Vila Soeiro (Guarda) o terreno em menos de 1 quilómetro sofre um desnível na ordem dos 300 m. Suzanne Daveau refere que estes bruscos desníveis no Maciço da Serra da Estrela são normais podendo ser mesmo entre os 500 e os 1000 m (1969: 36).

1.1. O Clima

O clima da Bacia de Celorico é fortemente influenciado pela Cordilheira Central. A altitude deste conjunto montanhoso influencia decisivamente as características climáticas, contribuindo para que esta região seja dominada por dois grandes tipos climáticos: o marítimo e o continental, conferindo aos meses de Verão períodos quentes e secos e ao Inverno algum rigor. Contudo, face ao traçado NE-SW desta cadeia montanhosa, a influência do Atlântico faz-se também sentir na Bacia de Celorico (DAVEAU, 1987: 454). A transposição de ar marítimo para o Interior permite que as amplitudes térmicas nesta sub-região sejam mais amenas. A direcção, altitude e posição geográfica do conjunto montanhoso da Cordilheira Central, transformam este maciço numa barreira de condensação das massas de ar provenientes do Atlântico, aumentando a pluviosidade na vertente Ocidental.

Quanto à pluviosidade, destaca-se o período entre os meses de Novembro e Fevereiro como aquele onde ocorre maior precipitação; durante os meses de Julho e Agosto registam-se os valores mínimos.

1.2. A Vegetação

Actualmente, a paisagem da Bacia de Celorico apresenta grandes áreas desprovidas de qualquer tipo de vegetação arbórea, coberta apenas por alguma vegetação rasteira (giesta), resultado dos frequentes incêndios florestais que, durante o período estival, assolam a região. A prática excessiva da pastorícia nalgumas destas áreas também não favorece a reposição arbórea, nomeadamente nas encostas montanhosas que circundam a depressão de Celorico.

No interior da Bacia mantêm-se igualmente enormes áreas desprovidas de vegetação arbórea. Aqui, onde o processo humano é mais intenso, as áreas desflorestadas resultam da prática constante de agricultura e do pastoreio.

Uma das áreas com maior cobertura arbórea da depressão localiza-se na sua área norte, entre a divisória administrativa dos concelhos de Celorico da Beira e Trancoso, coberta com um manto de pinheiro bravo (*Pinus Pinaster*). Com uma distribuição regular por toda a Bacia de Celorico encontra-se a oliveira, predominando entre as cotas altimétricas dos 400 e 700 m. Nas proximidades das linhas de água predominam o amieiro (*almus gluinosa*), o salgueiro (*salix alba*), o freixo (*frascinus augustifolea*) e o sabugueiro (*sanibucos migra*) (OLIVEIRA, 1997: 67).

Pontualmente, nalgumas encostas da Bacia, desenvolve-se uma cobertura arbórea mais primitiva, constituída por carvalhos e castanheiros, em áreas a meia encosta no Vale do Mondego (Guarda) ou nas encostas da Serra de Almansor e da Broca (Trancoso).

2. Conhecimentos Histórico - arqueológicos da Região

As referências bibliográficas de âmbito histórico e arqueológico sobre a região da Bacia de Celorico são relativamente escassas, nomeadamente nas épocas mais recuadas, onde achados ou sítios arqueológicos são objecto de breves referências². Surge na segunda metade do século XVIII uma primeira referência: nas *Memórias Paroquiais* de 1758 é feita alusão à existência, na paróquia da Rapa (Celorico da Beira) de uma estação arqueológica “ *O Monte que fica fronteiro da parte do Nordeste e chama MonteVerão se achão alguns vestígios de uma fortaleza de Mouros*”.

Também em meados do século XVIII, Frei Agostinho de Santa Maria (1771) refere-se à inscrição de época visigótica da Igreja de Nossa Senhora de Açores. Já nos inícios do século XIX, em 1808, o Padre Villela da Silva escreveu a obra intitulada *Compendio Histórico da Vila de Celorico*, onde refere a existência de uma inscrição rupestre de época romana junto ao Castelo de Celorico da Beira. Igualmente Hubner, em 1869, e Pinho Leal, em 1873, referem-se as duas inscrições; e este último faz igualmente referência, pela primeira vez, ao sítio arqueológico de S. Gens (Celorico da Beira).

Em 1883 Martins Sarmiento, na expedição científica realizada a Serra da Estrela, menciona a existência de uma Anta no local do Areal (Carrapichana/Celorico da Beira); este sítio arqueológico actualmente inexistente localizava-se nas proximidades da Ribeira de Linhares, limite sul da nossa área de estudo.

Nos inícios do século XX, o arqueólogo Figueirense Santos Rocha procede à publicação de dois estudos sobre o concelho de Celorico da Beira: um sobre a necrópole da Moirama (1906) e outro sobre os machados de pedra polida achados em Cortiço (1908).

Em 1938, Pinheiro Marques publica a obra *Terra de Algodres*, uma monografia relativa ao concelho de Fornos de Algodres, na qual são feitas referências a diversos locais de interesse arqueológico. No ano seguinte, Manuel Ramos de Oliveira publica a primeira monografia de cariz histórico do concelho de Celorico da Beira, nesta publicação o autor faz referência a inúmeros locais de interesse arqueológico, mencionando diversas inscrições e sítios arqueológicos.

² Neste capítulo da obra apenas se faz referência às publicações que referenciem estações arqueológicas inseridas na nossa área de estudo (Bacia de Celorico).

Na década de 40 são publicados os conhecidos trabalhos do General João de Almeida, onde são identificados locais com interesse arqueológico. Em 1943 publica o *Roteiro dos monumentos de arquitectura militar do concelho da Guarda*, no qual o autor faz menção à estação arqueológica do Tintinolho, lugar sobranceiro ao Vale do Mondego. Posteriormente, em 1945, publica o *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, no qual faz referências a diversos locais de interesse arqueológico existentes na Bacia de Celorico, bem como a algumas prováveis estações arqueológicas (que posteriormente, face aos trabalhos de prospecção desenvolvidos, não se confirmaram existir).

Moreira de Figueiredo publica em 1952 e 1953, na revista *Beira Alta*, importantes trabalhos de índole arqueológico sobre a região Beirã. Na primeira revista o autor apresenta um estudo sobre a viação romana das Beiras, dando a conhecer algumas estações arqueológicas de época romana situadas na Bacia de Celorico; na publicação de 1953 este autor faz referência à inscrição rupestre de época romana localizada junto ao Castelo Celorico da Beira. Ainda nesta década em 1956 é destacar o estudo de âmbito arqueológico apresentado por Adriano Vasco Rodrigues sobre as estações arqueológicas no concelho de Celorico da Beira. Do mesmo autor, surge ainda uma publicação na revista *Bracara Augusta* (1958-1959) sobre numismática de época suevo-visigótica na região da Guarda, referindo duas moedas deste período identificadas no povoado do Tintinolho.

Os anos 60 do século XX são profícuos na publicação de diversos artigos na revista *Beira Alta*, por Manuel Ramos de Oliveira. O autor elabora vários estudos de cariz histórico - arqueológico referentes a algumas freguesias do concelho de Celorico da Beira; Por sua vez, Mário Saa (1960) publica *As grandes vias da Lusitânia*, no tomo III desta obra o autor faz menções aos diversos traçados de estradas romanas que cruzariam esta área.

Fernando de Almeida, em 1962 publica um estudo sobre *Arte Visigótica em Portugal*, no *Arqueólogo Português*, fazendo referência ao sítio arqueológico da Muxagata (Fornos de Algodres).

Adriano Vasco Rodrigues, em 1979, escreve a segunda monografia de cariz histórico - arqueológico do concelho de Celorico da Beira, com o título *Celorico da Beira e Linhares – Monografia Histórica e artística*. Em 1980, por seu lado é publicada a primeira monografia sobre Linhares da Beira (Celorico da Beira), da autoria de Maria

Conceição Moreira, fazendo referência à existência de algumas estações arqueológicas na freguesia.

Irene Avilez Teixeira, em 1982, dá a conhecer uma obra sobre o concelho de Trancoso, apelidada *Trancoso: Terra de Sonho e Maravilha*, onde é referida a estação arqueológica de Vilares.

Fernando Patrício Curado em 1985, publica na revista *Beira Alta* um artigo sobre a inscrição rupestre que se encontra junto ao Castelo de Celorico da Beira, apesar desta inscrição ter várias referências no passado, é este autor que, pela primeira vez, apresenta a sua leitura correcta.

No ano de 1988 é apresentada a obra *O Domínio Romano em Portugal* da autoria de Jorge de Alarcão. O autor procura sintetizar os conhecimentos sobre o período romano no actual território Português. Esse trabalho foi complementado com um inventário de estações romanas publicadas no *Roman Portugal* fasc. II/III/IV publicado no mesmo ano.

Em 1990, António Carlos Valera publica um trabalho de índole arqueológica, centrado nas sepulturas escavadas na rocha no concelho de Fornos de Algodres.

A inscrição visigótica da Igreja de Santa Maria de Açores em 1992 é objecto de novo estudo e republicação, pela mão de Mário Jorge Barroca, concluindo o autor que todas as transcrições realizadas até esse momento não se encontravam correctas.

António Carlos Valera publica em 1993 a primeira Carta Arqueológica do concelho de Fornos de Algodres, obra denominada *Património Arqueológico do Concelho de Fornos de Algodres, 1.ª fase da Carta e Roteiro*. No mesmo ano Jorge de Alarcão ao publicar *Arqueologia da Serra da Estrela*, elabora uma importante síntese sobre algumas estações da Bacia de Celorico. No ano seguinte (1994) é publicado no n.º 2 da revista *Trabalhos de Arqueologia da E A M*, um artigo de António Carlos Valera e Ana Martins, trabalho de prospecção arqueológica no concelho de Celorico da Beira onde são referenciadas inúmeras estações arqueológicas algumas delas já conhecidas e muitas outras inéditas.

Rodriguez Colmenero em 1995 na obra intitulada *Corpus de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante NW de la Peninsula Ibérica*, faz referência a duas inscrições localizadas na Bacia de Celorico (inscrição junto ao Castelo de Celorico e a inscrição de Vilares). Leonel Abrantes publica em 1995 *Linhares Antiga e Nobre*

Vila da Beira Museu de Arte da Serra da Estrela, obra de cariz monográfico, na qual o autor refere algumas estações arqueológicas, como seja a Quinta da Fidalga.

No ano 2000, fruto da organização das *1.ª Jornadas de Património da Beira Interior*, organizado pela ARA (Associação de Desenvolvimento, Estudo e defesa do Património da Beira Interior), são publicados diversos artigos sobre o património arqueológico da região. Nesta colectânea de textos destacam-se os artigos de Manuel Sabino Perestrelo, sobre *O povoado do caldeirão – subsídios para o estudo do Bronze Final da Beira Interior* (estação arqueológica localizada junto ao limite da nossa área de estudo, na área do Vale do Mondego (Guarda)) e *O povoamento romano na bacia da ribeira de Massueime (Guarda) – alguns subsídios*, de autoria Sabino Perestrelo e Maria do Céu Crespo Ferreira onde é referenciada a estação arqueológica de Vilares (Trancoso). Nesta mesma publicação Maria do Céu Crespo Ferreira publica *Contributos para a carta arqueológica do concelho de Trancoso*, onde a autora apresenta um inventário dos sítios arqueológicos conhecidos até aquele momento no concelho de Trancoso. Ainda nesta publicação, António Carlos Valera apresenta *O património arqueológico do concelho de Fornos de Algodres: investigação, valorização e divulgação (1987-1998)*, no qual realiza uma breve resenha histórica sobre as estações arqueológicas conhecidas no concelho de Fornos de Algodres.

Em 2003, Vítor Pereira publica no n.º 13 da revista *Praça Velha* um artigo sobre a estação arqueológica da Pedra Aguda. No mesmo ano, Manuel Sabino Perestrelo publica o livro intitulado *A Romanização na bacia do rio Côa*, (o qual corresponde à dissertação de mestrado do autor), onde é feita alusão à estação arqueológica de Vilares. No ano seguinte Maria do Céu Crespo Ferreira, Marcos Osório, Manuel Sabino Perestrelo divulgam um estudo sobre uma inscrição de época romana, inédita, identificada na Capela de Nossa Senhora de Azares (Vale de Azares/Celorico da Beira).

No ano de 2005, a ARA (Associação de Desenvolvimento, Estudo e defesa do Património da Beira Interior), promove juntamente com diversos investigadores a criação de uma exposição itinerante e a publicação de um catálogo intitulado *25 Sítios Arqueológicos da Beira Interior*, onde são mencionadas diversas estações arqueológicas da Bacia de Celorico, como S. Gens (Celorico da Beira) e Vilares (Trancoso).

Já em 2006, Catarina Tente publica *A ocupação alto -medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela*. Nesta obra, que corresponde à sua dissertação de mestrado, a autora faz referência a inúmeras estações arqueológicas desta bacia,

algumas já referenciadas, outras ainda inéditas. Em 2007, a autora procede à nova publicação, na qual referencia algumas estações arqueológicas já conhecidas referenciadas (intitulado *Lagares, lagaretas ou lagariças rupestres da vertente noroeste da Serra da Estrela*). Ainda no mesmo ano, publica no n.5 da revista *Promontoria Comunidades medievais cristãs do Alto Mondego: projecto de estudo das estratégias de ocupação do território*, onde entre outros assuntos explica sucintamente o projecto de escavação a efectuar na estação arqueológica de S. Gens no ano de 2008. Em 2009 publica em *temposobscuros Viver em autarcia, A organização do território do alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X*, onde a autora dá a conhecer alguns dos resultados das escavações arqueológicas na estação arqueológica de S. Gens como ainda refere alguns outros sítios arqueológicos da Bacia de Celorico como é o caso de Açores ou o povoado do Tintinholo.

A Câmara Municipal de Celorico da Beira, em 2009 promove a publicação de uma obra de cariz histórico - arqueológico intitulada *Celorico da Beira Através da História*, convidando diversos autores a escrever sobre o passado do concelho. Neste livro fazem-se inúmeras referências a sítios arqueológicos do concelho e a outros localizados em concelhos vizinhos, integráveis na área da Bacia de Celorico. No mesmo ano a Câmara Municipal da Guarda publica *Guarda: Roteiro Arqueológico*, obra que aborda o património arqueológico do concelho, onde é referenciada a estação arqueológica do Tintinholo.

A súmula agora realizada sobre as publicações e investigações histórico-arqueológicas na região, demonstram que se tem assistido a um interesse crescente sobre o património arqueológico da região, o que acompanha, aliás, o desenvolvimento da arqueologia nacional desde meados da década de 90 do século XX.

2.1. A Ocupação romana do território e o quadro político-administrativo

A ocupação da Península Ibérica pelos romanos iniciou-se em 218 a.C. dentro do quadro político da II Guerra Púnica. No entanto, o início da ocupação do actual território português, apenas terá ocorrido alguns anos mais tarde e ter-se-á se efectuado paulatinamente, dado tratar-se de um território habitado por diferentes povos e etnias (ALARCÃO, 1988:13 e 14).

O avanço e conquista de territórios a norte do Tejo, decorreu entre 155 a.C. e 139 a.C. no quadro da guerra contra os Lusitanos, povo que habitaria nos montes *Hermínios* segundo as referências historiográficas da antiguidade, frequentemente interpretados pela historiografia tradicional como o sistema montanhoso da Serra da Estrela (Beira Interior)³. Na realidade os Lusitanos não seriam apenas um povo (*populus*), mas antes um conjunto de povos que os romanos designaram de *Lusitani* (*Idem*, 1988: 15 e 16).

A pacificação desta área geográfica entre Tejo e o Douro, apenas terá ocorrido em meados do século I a.C., após as investidas militares de Júlio César contra os Montes Hermínios e posteriormente, no final da guerra civil que opôs Júlio César a Pompeu (ALARCÃO, 1990: 349 e 350). Consolidado o domínio territorial pela força das armas, os romanos darão então início a um reordenamento territorial que teve por base a aculturação dos povos que aqui habitavam, procurando respeitar realidades sócio - políticas já existentes. Na zona entre Tejo e Douro, na área geográfica que compreenderá grande parte da actual Beira Interior, habitariam vários povos como os *Igaeditani*, *Tapori*, *Coilarni*, *Lancienses*, *Meidubrigenses*, *Aravi*, *Arabrigenses*, designados pelos romanos de *Lusitani* (*Idem*, 1990: 354).

Alguns destes povos, que constituiriam a grande família étnica dos *Lusitani*, encontram-se registados numa inscrição da ponte de Alcântara (CIL II 760), datada dos inícios do século II d.C. Todavia, como refere Jorge de Alarcão, após um elaborado estudo sobre as origens étnicas dos *Lusitani*, nem todos os povos mencionados na ponte de Alcântara teriam na realidade a mesma proveniência étnica, nem constituiriam parte integrante dos povos *Lusitani* pré-romanos. Segundo Jorge de Alarcão “A ausência de divindades lusitanas entre os *Interamnienses*, *Aravi*, *Meidubrigenses*, *Arabrigenses*, *Coilarni*, *Paesuri* e *Banienses* leva-nos a abandonar a hipótese, que noutro tempo propusemos, de que os *populi* mencionados na inscrição da ponte de Alcantara se integravam, todos, no grupo dos *Lusitani* “ (2001: 343).

Pacificados estes territórios, e após o domínio absoluto da *Hispania* em 19 a.C., a administração romana dará início a profundas reformas administrativas e territoriais. Provavelmente, entre 15 e 13 a.C., a *Hispania* é dividida em três províncias, a *Tarraconences*, a *Baetica* e a *Lusitânia*.

³A teoria que os montes Hermínios, corresponderão ao sistema montanhoso da Serra da Estrela foi defendida por autores como Jorge de Alarcão (1988:15)

O território da actual Beira Interior integrar-se-ia assim na Província Romana da Lusitânia, cuja capital provincial se localizava na actual cidade espanhola de Mérida (*Emerita Augusta*). A política romana de reestruturação territorial iniciada em finais do século I a.C., sob governo do Imperador Octávio Augusto, teve continuidade durante os começos do século I d.C., mediante reformas elaboradas no interior de cada província com a criação das *civitates*.

As *civitates* eram as unidades político-administrativas criadas pelos romanos para procederem a gestão de um determinado território. Lugares centrais que gozariam de uma autonomia em relação à administração central da província. Como refere Jorge de Alarcão (*Idem*: 360), estes locais, nos dias de hoje, assemelhavam-se mais com as nossas divisões administrativas de Distrito do que de com as divisões administrativas de um concelho, face as áreas territoriais que governariam.

A criação destas unidades político-administrativas foi certamente pensada pelos romanos tendo em atenção as pré-existências étnico - culturais existentes nesse território. Os limites dessas entidades administrativas coincidiriam sobretudo com limites geográficos naturais, como serras e rios (*Idem: Ibidem*). No entanto, a inexistência de acidentes naturais como rios ou montanhas, levou a que a delimitação desses territórios fosse efectuada com recurso a marcos territoriais. Na área da Beira Interior e na região vizinha da actual província espanhola de Salamanca, são conhecidos vários desses marcos territoriais (*termini augustales*) que delimitavam territórios entre *civitates*.

A *civitas*, enquanto centro administrativo por excelência, era a entidade representante do poder romano em determinado território, procurando com essa criação o poder romano administrar esse território segundo os seus preceitos ideológicos, na esfera administrativa, jurídica, económica e, paulatinamente, também na área religiosa. Contudo, a criação de uma *civitas* para Roma, sobretudo quando assumia o estatuto de “*oppidum stipendiarium*”, seria sobretudo uma entidade base do seu sistema tributário (CARVALHO, 2007a: 96) uma vez que albergaria um conjunto de serviços relacionados com a recolha de impostos (PERESTRELO, 2003: 131).

A criação destes lugares centrais, sobretudo na época de Augusto, encontrar-se-á relacionado com a necessidade da administração romana controlar as populações indígenas, integrando-as político e administrativamente no *modus vivendi* romano. Tornava-se necessário, por um lado, explorar esse novo território em termos fiscais e,

por outro, integrar a população indígena aos hábitos e estilos de vida romana. Como é sabido, a criação das *civitates* foi implementada largamente na região Centro e Norte da Hispânia após a conquista, substituindo assim os assentamentos centrais pré-existentes dos diversos *populi* localizados geralmente em cabeços elevados e normalmente fortificados.

O estatuto político-jurídico das capitais de *civitates* podia mudar conforme a importância dada a cada local pelo poder central romano. Esse estatuto podia ser de *colônia*, *municipium civium Romanorum*, *oppidum Latinum*, *oppidum liberum*, *oppidum foedaratum*, *oppidum stipendiarium*; a atribuição de um destes estatutos dependeria sobretudo da importância estratégica de cada local e da região onde se inseria. Na região da Beira Interior a categoria atribuída às capitais de *civitates*, aquando da sua formação, foi o de *oppida stipendiaria*. Contudo, o estatuto político-jurídico atribuído às *civitates* da área da Beira Interior, não foi um estatuto rígido e imutável. Posteriormente com a atribuição à Península Ibérica do *ius Latii* por Vespasiano, em 73/74 d.C, verifica-se que muitas dessas capitais foram promovidas no seu estatuto jurídico⁴ (ALARCÃO, 1990: 386-387). A fundação *ex-nihilo* poderá ter ocorrido nalguns destes locais, no entanto, como refere Jorge de Alarcão (1990: 386), a criação de cidades capitais ter-se-á feito a partir da ocupação e reestruturação de locais já habitados.

O estudo das capitais de *civitates* na província da Lusitânia romana, nomeadamente na área da Beira Interior, é uma questão ainda em aberto. Apesar de ser praticamente unânime entre os investigadores que as capitais de *civitates* existentes na região da Beira Interior se encontram representadas na totalidade (ou quase na sua íntegra) na inscrição (CIL II 760) da ponte de Alcântara, continuam a existir uma série de questões em aberto: falta saber, por exemplo se estas são fundações *ex - nihilo* ou assentaram sobre povoados pré-existentes. Em recentes escavações efectuadas na capital de *civitas Igaeditanorum*, Pedro Carvalho⁵ refere que os dados obtidos não são

⁴ Para a região da Beira Interior a concessão do *ius latii* (direito latino) terá influenciado o estatuto político-jurídico das capitais de *civitas* existentes nesta região, pois na inscrição da ponte de Alcântara (CIL II 760) datada do tempo do Imperador Trajano, as capitais de *civitates* aí referenciadas são identificadas já como *municipia*.

⁵ A este propósito o autor refere que, após trabalhos arqueológicos realizados nos anos de 2007 e 2008 na área do fórum, foram recolhidos alguns fragmentos cerâmicos cujas características de fabrico (*pastas grosseiras, muito micáceas e superfícies decoradas com estreitas bandas pintadas, a bege e a vermelho ocre*) se distinguem claramente das habituais produções romanas, aproximando-se mais dos fabricos de "feição indígena", vinculáveis ao mundo ibérico (*idem*). Mas também estas cerâmicas, recolhidas já em contexto estratigráfico romano (*tardo-republicano ou alto-imperial inicial*), não provam por si só uma ocupação pré-romana do local, cf. CARVALHO, Pedro C. (no prelo): "Pela Beira Interior no século I d.C., das capitais de *civitates* aos *vici*, entre o Pónsul e a Estrela", Actas V Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal (Pinhel, Mêda, Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa) 13 a 16 de Maio de 2009.

suficientemente esclarecedores para saber se esta capital foi ou não uma fundação *ex-nihilo*. Já a capital de *civitas* dos *Interamnienses*, cuja localização provavelmente coincidirá com o actual núcleo populacional de Viseu, foi comprovadamente ocupada numa fase anterior à implantação de um núcleo urbano romano neste local⁶.

A localização exacta de algumas destas capitais é uma das questões mais prementes que se encontram por resolver. Relativamente às *civitates* da Beira Interior, só se conhece a exacta localização de algumas destas capitais de *civitates*, referenciadas na inscrição da Ponte de Alcântara. Uma dessas capitais é a *civitas Aravorum*, descoberta através de uma inscrição no sítio da Devessa (Marialva - Mêda), as restantes capitais desconhece-se a sua localização exacta⁷. Contudo, face a existência de outros elementos arqueológicos como são os *termini augustales* de Salvador (Penamacor) ou o de Peroviseu (Fundão) a problemática da localização dos povos tem merecido a atenção de alguns investigadores, nomeadamente de Jorge de Alarcão (1996, 1998^a, 2001 e 2005) que, ao longo dos últimos anos, tem publicado algumas considerações sobre o assunto, procurando estabelecer as fronteiras e territórios dos povos mencionados nesses *termini augustales*⁸ como das restantes *civitas* mencionadas na inscrição CIL II 760.

Um dos maiores entraves para a sua identificação, foi sempre o carácter iminentemente urbano associado a estas fundações romanas. Contudo, esta ideia para as capitais da Beira Interior encontra-se em revisão, na continuidade do que outros autores têm defendido para outras áreas da Hispânia Romana. Também Manuel Sabino Perestrelo (2003) e Pedro Carvalho (2007a) defendem que as capitais de *civitates* da Beira Interior, salvo raras excepções, não terão obedecido a um programa construtivo que envolvam grande aparato arquitectónico e monumental. Manuel Sabino Perestrelo

⁶ Ver a este propósito, à tese de mestrado policopiada de Sara Oliveira Almeida, intitulada *A Idade do Ferro no Planalto de Viseu: O caso do Morro da Sé*.

⁷ Relativamente a esta questão é importante referir que para além das *civitas Aravorum*, conhece-se a localização exacta de dois outros locais que foram igualmente capitais de *civitas* na Beira Interior, locais que correspondem às actuais povoações de Bobadela (Oliveira do Hospital) e Viseu. No que se refere à actual aldeia de Bobadela, os testemunhos dessa ocupação romana são inúmeros, desde simples elementos arquitectónicos como colunas, capiteis à existência de um anfiteatro, contudo, é a existência de duas inscrições que atestam a existência de uma *civitas* neste local, uma com a referência de *splendidissima civitas* (CIL II 397), outra faz referência ao *Genio municipii* (CIL II 401) (ALARCÃO: 1988:46-47). Quanto à cidade actual de Viseu, face aos vestígios arqueológicos descobertos nos últimos anos, nomeadamente epigráficos, e parte de um troço da muralha do Baixo-Império atestam igualmente a capitalidade deste local em período romano, contudo, em ambos os casos continua-se a desconhecer os respectivos nomes latinos.

⁸ Para o território da Beira Interior, conhecem-se até ao momento quatro *terminus augustal* o de Guardão (Tondela) o de Salvador (Penamacor) ou de Peroviseu (Fundão) e o Goujoim (Armamar), os três primeiros parecem ser contemporâneos e foram erguidos em 4 ou 5 a.C. ao tempo do Imperador Augusto, sendo governador da Lusitânia *Quinto Articuleio Régulo* (ALARCÃO, 2006:131-132), do mesmo período cronológico foram identificados *terminus augustal* na região vizinha de Ciudad Rodrigo (Espanha). Quanto ao *terminus* de Goujoim é mais tardio datando do ano 97 ou 98 d.C. e segundo Perestrelo (2003:137-138) poderá corresponder a uma delimitação territorial mais tardia ou então a reorganização territorial entre *civitas*.

(2003:136), refere ainda que as *civitates* desta região, no que concerne à sua extensão territorial, seriam de dimensão diminuta quando comparas com as *civitates* do Sul da província da Lusitânia, talvez com a excepção da *civitas Igaeditanorum*.

O processo de “romanização”, da área que nos propusemos estudar, o território da Bacia de Celorico, ter-se-á desenvolvido a partir das últimas décadas do século I a.C., inícios do século I d.C. Aparentemente, todo este território, parece ter estado à margem do processo de efectiva romanização até meados do século I a.C. Só após este período terá ganho importância estratégica, tendo a administração romana decidido encetar campanhas militares na região⁹.

Um maior interesse demonstrado pela administração romana na conquista e controlo deste território não terá tido, de forma subsequente, uma ocupação efectiva do território por colonos romanos ou por populações romanizadas. A conquista e posterior pacificação desta região sob domínio romano, terá servido como uma espécie de retaguarda para a conquista dos territórios que se encontravam para lá do rio Douro (CARVALHO, 2008: 74). Uma ocupação efectiva desta área, ultrapassando a mera ocupação territorial pelas legiões em períodos de conquista, terá ocorrido na transição da Era, num período em que foi possível à administração romana criar as condições ideais para o desenvolvimento do processo de ocupação e exploração do território segundo os preceitos romanos. A este propósito, e tomando as considerações feitas por Pedro Carvalho (2008: 75), relativamente a um território próximo da nossa área de estudo (o actual concelho do Sabugal), considerou como bastante plausível a sua integração numa *civitas*, ma última parte do reinado de Augusto, mais concretamente por volta dos anos 5 ou 6 d.C.¹⁰.

Relativamente à área da Bacia de Celorico, é bastante plausível que a integração deste território numa *civitas* tenha ocorrido igualmente durante este período. Juntamente

⁹ A este propósito é de salientar o ataque do propretor da *Ulterior*, *Q. Cássio Longino*, em 48 a.C., à capital dos *Meidubrigenses* (localizada provavelmente na actual área de Numão, cf ALARCÃO, 2005b).

¹⁰ Pedro Carvalho sobre este tema escreveu recentemente um artigo a publicar no âmbito das actas do V Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes Alto Douro e Beira Interior com o título: *Pela Beira Interior no século I d.C. – Das capitais de civitates aos vici*, entre o Ponsul e a Estrela, onde se refere directamente a esta questão dizendo o seguinte: *Assim sendo, cidade e território, enquanto componentes fundamentais de uma civitas (res publica, territorium e populus), serão resultado de um mesmo programa, i.e., terão sido concebidos e concretizados em simultâneo. Desta forma, os anos 4 a 6 d.C. marcarão um momento decisivo no processo de plena integração da Civitas Igaeditanorum no quadro da organização política do Império. Tal como serão também tempos decisivos para outros territórios mais setentrionais da Lusitânia, como é sugerido por alguns termini (datados de 5 a 6 d.C.) encontrados tanto mais a norte, noutra zona das Beiras, como para nordeste, na área de Salamanca (Le Roux, 1994: 48-49).*

com a questão cronológica, surge outra que lhe anda associada: qual a capital de *Civitas* que detinha a jurisdição sobre esta área.

Jorge de Alarcão considerou que este território, localizado nas proximidades da Serra da Estrela, pertenceria à zona periférica oriental da *civitas* dos *Interamnienses* (Viseu). A área montanhosa por sua vez, seria uma zona desértica, não atribuída a qualquer *civitas* (ALARCÃO, 1990: 367). Anteriormente, Jorge de Alarcão (1988a:145) havia considerado esta área da Bacia de Celorico como região de fronteira entre diversas *civitates* (*Interamnienses*, *Aravi*, *Lancienses Transcudani*). Já Manuel Sabino Perestrelo (2003: 137) posteriormente, considerou, que o território da *civitas Aravorum* nunca terá abarcado a Bacia de Celorico¹¹. Pedro Carvalho (2009: 35), ao abordar recentemente a problemática das fronteiras entre *civitates*, considerou para a área da Bacia de Celorico, a hipótese deste território pertencer na íntegra à *civitas* dos *Lancienses Transcudani*, afastando a hipótese deste território pertencer a mais alguma *civitas*, nomeadamente à *civitas* dos *Tapori* (Bobadela?) e à *civitas* dos *Interamnienses* (Viseu?), por estas se centrarem em zonas consideravelmente afastadas da Bacia de Celorico. Este autor coloca ainda a hipótese das particularidades geomorfológicas da Bacia de Celorico, permitirem pensar que esta área singular da Beira Interior pudesse albergar uma outra, ainda que esta alegada *civitas* não seja mencionada em qualquer fonte clássica, literária ou epigráfica¹².

Assim, aparentemente, esta área pertenceria à *civitas* dos *Lancienses Transcudani*, dada a sua maior proximidade geográfica, pois todas as outras capitais de *civitates* conhecidas na região, e cuja localização geográfica não deixa qualquer tipo de dúvida, situam-se bastantes afastadas deste território¹³. Esta atribuição também parte do pressuposto de que a sede dos *Lancienses Transcudani* se situaria na Póvoa do Mileu (Guarda). No entanto, e apesar das últimas investigações realizadas na região (CARVALHO: 2007a; GUERRA: 2007) o sugerirem, esta atribuição não é por agora

¹¹ Manuel Sabino Perestrelo relativamente ao limite Sul do território da *civitas Aravorum* refere o seguinte: *Contudo, parece-nos que a Bacia de Celorico é uma região geomorfológica distinta do planalto de Mariaiva e de Trancoso. É possível que a Serra da Broca, no limite sul do actual concelho de Trancoso, pudesse ter constituído um limite natural que separava os Aravi de outra civitas que ocupava a Bacia de Celorico.*

¹² A este propósito tomamos por exemplo a *civitas Cobelcorum*, capital da qual se desconhecia por completo a sua existência, apesar de Jorge Alarcão ter apontado antes para a possibilidade da existência de uma capital de *Civitas* neste território até à descoberta de uma inscrição em Torre de Almofala que prova a sua existência (ALARCÃO, 1988:44).

¹³ Referimo-nos à *civitas Aravorum*, localizada para norte deste território e única com localização exacta, a provável *civitas Interamnienses* (Viseu) a oeste e a *splendissima civitas* de *Elbocori* ou a luz das últimas teorias dos *Tapori*, localizada a Sul.

peremptória, já que, até ao momento, ainda não surgiram provas inequívocas¹⁴ deste lugar ter correspondido, no passado, à capital dos *Lanciensis Transcudani*. Contudo, tal como referem os autores, nos últimos anos, fruto das escavações arqueológicas dirigidas pelo arqueólogo Vítor Pereira, têm surgido importantes materiais arqueológicos que parecem testemunhar a importância do local e a sua aparente capitalidade em período romano¹⁵. O problema da capitalidade de alguns aglomerados populacionais em época romana, na região da Beira Interior, continua a suscitar dúvidas em alguns casos e a não acolher unanimidade entre os investigadores. Ainda recentemente, investigadores como Amílcar Guerra (2007: 184) ou Pedro Carvalho chamam a atenção para a possível localização da capital de *Civitas* dos *Tapori* encontrar-se na região ocidental da Serra da Estrela e não na área oriental, juntando-se a outros que anteriormente já haviam proposto essa tese, contrariamente à tese defendida por Jorge Alarcão. Verifica-se, assim, que a questão da localização das capitais de *civitates* na Beira Interior continua por encerrar e apenas a continuidade de trabalhos de investigação pode ajudar a clarificar a questão.

Para além das *civitates* o povoamento do território em época romana era constituído por outros aglomerados urbanos secundários, designados por *vici*. Estes eram povoados relativamente extensos e economicamente dinâmicos, detentores de algum urbanismo, chegando a ser mais activo, industrial ou comercialmente que algumas capitais (ALARCÃO, 1988: 77). Dado o seu carácter económico os *vici* seriam povoados localizados junto a uma importante via. Nestes moldes foram identificados alguns *vicus* no território da *civitas* dos *Interamnienses* (Viseu?), todos na região ocidental, de que são exemplo: Murqueira, em Penalva do Castelo, e *Araocellum*, em Mangualde (ALARCÃO, 1990). A presença destes aglomerados urbanos secundários encontra-se igualmente a norte da nossa área de estudo, e está confirmada através da

¹⁴ Quando nos referimos a provas inequívocas, estamos a pensar na existência de epigrafia que possa testemunhar o estatuto do aglomerado populacional e/ou contenha a referência étnica da população que ali habitou. Na região existem dois casos onde o aparecimento da epigrafia ajudou a localizar duas capitais de *Civitas*: uma é a capital dos *Aravi*, cuja localização é em torno da aldeia de Marialva, a outra é a capital dos Cobelcos (*Civitas Cobelcorvm*), localizada nas proximidades da aldeia de Almofala (Figueira Castelo Rodrigo). Se na primeira o surgimento de uma epígrafe com uma dedicatória ao Imperador Adriano pela *Civitas Aravorvm*, veio ajudar a localizar esta capital da qual se conhecia a existência, devido à referência existente na inscrição da Ponte de Alcântara, no caso da capital dos Cobelcos desconhecia-se por completo a existência de uma *Civitas Cobelcorvm*.

¹⁵ Apesar de o autor não fazer qualquer tipo de referência quanto ao “estatuto” do sítio arqueológico do Mileu (Guarda), através da sua tese de mestrado intitulada “*Terra Sigillata* em três locais da Lusitânia: Ammaia, Idanha, Mileu”, Vítor Pereira demonstra a importância e actividade económica deste local durante o período romano, através do estudo das formas e produções de *terra sigillata* encontrados no Mileu, que, juntamente com outros materiais arqueológicos associados às ruínas de antigos edifícios de época romana, deixam pelo menos supor tratar-se de um centro com alguma importância.

epigrafia como é o caso do *vicus Segabaonca* (Mêda). Moreno Martín (1997: 296) refere que os *vici*¹⁶ são uma realidade mencionada nas fontes literárias da antiguidade, baseando-se em textos de autores da antiguidade como *Isidoro de Sevilha* ou *Sextus Iulius Frontinus*, o autor caracteriza os *vici* como um habitat vocacionado sobretudo para a exploração agrícola. Contudo, estes locais poderiam localizar-se em regiões onde a principal actividade seria a exploração mineira. Estes habitats constituiriam ainda uma extensão da capital ajudando a administrar o seu território. Alguns destes *vicus* chegariam a ter serviços administrativos e serviços públicos o que acabaria por se reflectir no plano urbanístico¹⁷ (MORENO MARTÍN, 1997: 303-305).

Outras teorias mais recentes como a defendida por Michel Tarpin (2002) não considera os *vici* e os aglomerados secundários a mesma realidade, embora nalguns casos possam formar a mesma entidade. Contudo, nem todo aglomerado urbano secundário se designaria de *vicus* e nem todos os *vici* teriam uma feição urbana. Deste modo, a designação de *vicus* apenas seria aplicada aos povoados criados institucionalmente pela administração imperial com o objectivo de colonizar e controlar administrativamente um território que, face à sua importância económica, militar ou outra dependeriam directamente da capital¹⁸.

Alguns autores¹⁹ através de trabalhos de prospecção arqueológica, têm defendido a identificação deste tipo de aglomerados mediante a existência de uma elevada dispersão de materiais (mais de 30 000 m²), associada: a uma grande quantidade e qualidade de materiais (*sigillata*, ânforas, epígrafes etc)²⁰.

Igualmente comprovado através das fontes literárias encontra-se a referência aos *castella*. Estes corresponderiam também a aglomerados populacionais secundários circunscritos sobretudo a locais altos e com muralhas a rodear o habitat. Tal como os *vici*, a dimensão e o grau de desenvolvimento urbano dependeria da dinâmica económica empreendida. Desta forma, Jorge de Alarcão numa das suas propostas de povoamento romano, baseando-se nos resultados de prospecção arqueológica (1995:

¹⁶ *Vici* na antiguidade podia ter o significado de bairro ou rua de uma cidade (MORENO MARTÍN, 1997:297).

¹⁷ A este propósito refere o seguinte: *Estas localidades menores com respecto a la gran ciudad tenderían a imitar en muchos aspectos el mismo modelo de vida, con la consiguiente aparición de un mínimo de urbanización a escalas menores, sobre todo en cuanto a la construcción de las viviendas, vías, sistemas de alcantarillado, termas, etc.* (1997:304).

¹⁸ Também recentemente Pedro Carvalho (2009) decidiu adoptar esta proposta de interpretação de *vicus* para a região do interior norte da Lusitânia.

¹⁹ Sobre este tema consultar: Jorge de Alarcão (1998b, 89-119), Manuel Sabino Perestrelo (2003), Marcos Osório (2006), Pedro C. Carvalho (2007).

²⁰ Voltaremos abordar este assunto no capítulo da tese dedicado a interpretação do povoamento romano identificado na Bacia de Celorico.

387-389), propõe uma subdivisão deste tipo de habitats: os maiores corresponderiam a aglomerados secundários, enquanto os menores integrariam a categoria de aglomerado terciário. Estas corresponderiam a aldeias organizadas em torno de algumas habitações.

A paisagem humanizada em época romana, para além dos habitats colectivos urbanos ou semi-urbanos, era igualmente formada pela existência de habitats unifamiliares de carácter rural: *villae*, granjas e casais²¹. A *villa* era o habitat unifamiliar que apresentaria, quer em dimensão quer em qualidade de construção, as melhores edificações; constituía a residência de campo de proprietários mais abastados, construções que ostentavam pavimentos de mosaico, átrios e peristilo interiores porticados ou uma área termal (CARVALHO, 2009: 42). Estes elementos encontrar-se-iam na chamada *pars urbana* da *villa*, correspondente aos aposentos dos proprietários, integrando os chamado “urbana ornamenta”, distinguindo-se assim da *pars rustica*, destinada ao alojamento dos criados (ALARCÃO, 1998b: 92).

Com uma dimensão média, quer a nível da propriedade, quer ao nível das áreas edificadas, existiriam na paisagem rural de época romana as granjas ou quintas definidas como tal por Jorge de Alarcão (1998b) De dimensão inferior às *villae*, quer em dimensão quer em qualidade de construção, a granja ocuparia o lugar de propriedade rural secundária. Por último, na paisagem rural romana, existiriam os casais, pequenas habitações unifamiliares sem grandes detalhes construtivos. Esta subdivisão da paisagem rural romana por diversas tipologias de núcleos de povoamento rural refuta a ideia que prevaleceu, durante muitos anos, na historiografia tradicional muito associada à componente indígena da população de que a paisagem rural de período romano se organizava em torno exclusivamente das *villae*, principal elemento estruturante do território e unidade de produção económica (MARTINS: 1992).

²¹ Para esta divisão tipológica, a terminologia utilizada referente aos habitats unifamiliares de época romana tem como base as considerações efectuadas por Jorge de Alarcão (1998b) e Perestrelo (2003) entre outros. Esta mesma terminologia será utilizada para classificar os habitats unifamiliares identificados na Bacia de Celorico.

3. Metodologia Arqueológica

O presente capítulo pretende efectuar algumas considerações acerca da metodologia arqueológica utilizada na realização deste trabalho. O estudo sobre a Bacia de Celorico implicou trabalhos de prospecção e trabalhos de escavação arqueológica.

3.1. A prospecção arqueológica

A prospecção arqueológica ganhou nas últimas décadas um papel preponderante e autónomo dentro da investigação. Durante muito tempo foi visto como um processo complementar da actividade arqueológica (RENFREW e BAHN, 2001:68), nomeadamente da escavação arqueológica. Mesmo quando esta se encara como um processo autónomo, era entendida sobretudo na prossecução de objectivos bem definidos, como a elaboração de monografias concelhias ou então na procura de sítios arqueológicos que pudessem ser escavados e oferecer garantias de retorno em termos monumentais e artefactuais (CARVALHO, 2006:58).

Com a corrente da New Archaeology na década de 70 do século XX o processo de prospecção arqueológica autonomiza-se, passando os trabalhos de prospecção arqueológica a exigir uma cuidada elaboração, quer na fase do projecto, onde são delineados os objectivos, quer durante a execução dos trabalhos de campo onde a aplicação correcta da metodologia é fulcral para a obtenção de resultados fidedignos. A New Archaeology procura determinar padrões de exploração do território, classificando e hierarquizando os sítios, relacionando-os entre si e com o meio envolvente. A prospecção tornou-se então numa actividade mais metódica constituída por 3 fases: planeamento, trabalho de campo e tratamento dos dados. Produziu-se uma nova conceptualização no modo de pensar a prospecção, passando a ser um método que não permite só identificar novos sítios arqueológicos, mas também obter algum conhecimento sobre estes, sem recorrer à escavação arqueológica.

A prospecção arqueológica enquanto metodologia de campo apresenta vantagens sobre o processo de escavação arqueológica quando a área geográfica a estudar possui grande amplitude e quando os meios monetários e temporais são limitados. A prospecção arqueológica tem contribuído para os estudos da Arqueologia da Paisagem, procurando dar resposta as premissas: extensão territorial, tempo e meios financeiros

envolvidos, além de se tratar de um método arqueológico não destrutivo²² contrariamente à escavação arqueológica.

A prospecção arqueológica passou também a constituir a metodologia de base dos estudos de impacto ambiental, inserida no âmbito da prática de uma arqueologia de cariz preventivo que os grandes empreendimentos públicos e privados exigem (CARVALHO, 2006: 58 e 59).

Como refere Maria Ruiz del Árbol Moro (2001: 155), a escavação e a prospecção proporcionam dados qualitativamente distintos. Não comparáveis mas complementares, quando se trata de estudos de Arqueologia da Paisagem.

Desde os anos 70 desenvolveram-se diversas metodologias de prospecção, a prospecção extensiva selectiva ou não sistemática, e a prospecção intensiva ou sistemática (de cobertura total ou de amostragem). A execução de um estudo sobre o povoamento romano da Bacia de Celorico, exigiu a elaboração de um planeamento cuidado, ponderando-se diversas variáveis subjacentes à execução de um trabalho desta natureza. Desde logo também a dimensão da nossa área de estudo²³. Assim, para otimizar meios e tempo na realização deste estudo, optou-se pela utilização da metodologia de prospecção extensiva selectiva ou não sistemática, por se considerar o método arqueológico que melhor se coadunaria com a dimensão da área geográfica a estudar, os meios, e o curto período de tempo disponível para a sua execução.

A prospecção extensiva baseia-se na prospecção das áreas com maiores probabilidades de terem vestígios arqueológicos, tendo em conta critérios pré-definidos como sejam a qualidade dos solos, a geomorfologia, a proximidade de linhas de água, a toponímia, as informações orais, e as referências bibliográficas. Este tipo de prospecção permite uma optimização dos resultados. Contudo, mostra alguns inconvenientes, pois pode conduzir os prospectores sobretudo, aos locais mais facilmente identificáveis, fornecendo assim resultados que poderão não ser representativos do povoamento antigo (CARVALHO, 2006: 64).

No âmbito de um projecto de investigação como aquele que nos propusemos realizar sobre a ocupação romana Bacia de Celorico, o método de prospecção extensiva foi sempre que possível complementado pelo método de prospecção intensiva,

²² O método de prospecção arqueológica é um processo arqueológico não destrutivo, no entanto, pode tornar-se igualmente num processo destrutivo se a estação arqueológica for continuamente objecto de recolha de materiais pelos prospectores.

²³ O estudo sobre o povoamento romano efectuado na Bacia de Celorico compreendeu uma área geográfica superior a 400 km².

nomeadamente nas áreas de vale desprovidas de qualquer vegetação junto às principais linhas de água que cruzam o território²⁴. O uso dos dois métodos em simultâneo tem como objectivo evitar que alguns modelos pré concebidos teoricamente e que durante muito tempo prevaleceram como “verdades” do povoamento romano, acabassem por ser confirmados pela prospecção extensiva²⁵.

Tal como o método de prospecção extensiva também o método de prospecção sistemática se desenvolveu anos 70 do século XX. Este método baseia-se na prospecção directa e exaustiva de toda a superfície da área delimitada, sem quaisquer critérios prévios de selecção, por parte de uma equipa de arqueólogos que, no terreno, avança numa direcção constante e com os seus elementos espaçados em intervalos regulares e paralelos. O espaçamento entre os prospectores é distinto, conforme o grau de intensidade da prospecção, ou seja a intensidade ou detalhe com que se prospecta o terreno em estudo pode ser baixa (100m) ou alta (10m), dependendo sempre de questões relacionadas com a cobertura vegetal, a geomorfologia do terreno, a própria natureza do projecto e objectivos (*Idem*: 65).

A prospecção sistemática, apesar da morosidade e dos elevados custos humanos e económicos que congrega, permite obter dados mais concretos e fiáveis sobre o povoamento antigo, pois, a utilização de corredores de prospecção ao longo do campo sem o uso de qualquer critério pré definido, permite ao prospector, na teoria, detectar todo o tipo de sítio arqueológico, possibilitando assim a realização de estudos no âmbito da Arqueologia da Paisagem e Espacial²⁶.

O método de prospecção intensiva pode ser de cobertura total, onde toda a área em estudo é prospectada sistematicamente, ou então de amostragem, onde apenas algumas áreas em estudo são prospectadas (cerca de 20% da área total). Posteriormente, os dados obtidos são generalizados por via da estatística inferencial, no entanto, este

²⁴ A utilização da prospecção extensiva como base metodológica para o estudo do povoamento romano na Bacia de Celorico não se encontra relacionado apenas com o facto de dispormos de um tempo relativamente curto para a execução do trabalho, e de os meios quer humanos e monetários não serem provavelmente os ideais mas apenas os possíveis. A escolha desta metodologia em detrimento da prospecção intensiva, baseou-se também no facto de, enormes áreas de território da Bacia de Celorico. Se encontrarem cobertas de vegetação, logo tornando menos eficaz a utilização deste tipo de prospecção.

²⁵ A este propósito Pedro Carvalho (2006: 64) refere que o uso exclusivo da prospecção extensiva pode levar a confirmação de ideias e teorias preconcebidas relativamente ao povoamento romano. O autor dá o exemplo das *villae* e as ideias preconcebidas de estas se *localizarem a distâncias regulares ou se posicionarem quase sempre em classes de solos com uma elevada aptidão agrícola*.

²⁶ A este nível, pretendemo-nos referir a diversas variáveis que podem influenciar a identificação ou não de uma estação arqueológica, desde a experiência do prospector, à tipologia da estação a sua cronologia, dimensão, bem como aos processos pós-deposicionais de origem natural e de origem antrópica que, influenciam directamente a visibilidade de um sítio arqueológico.

processo metodológico da prospecção sistemática apresenta enormes desvantagens, já que os dados obtidos através da prospecção podem não ser generalizados a toda a área objecto de estudo, pois, a maior ou menor fiabilidade desse método de prospecção intensiva encontra-se relacionado com o facto de saber se as diversas realidades naturais (montanha, planície, solos, cobertura vegetal) encontram representação no trabalho executado e quanto ocupa cada uma destas realidades naturais em termos percentuais²⁷.

Definido o objecto de estudo (ocupação romana na Bacia de Celorico) e os objectivos a atingir (compreender a natureza e estrutura do povoamento romano), bem como a metodologia a adoptar (centrada na prospecção extensiva), a fase de planeamento que precede o trabalho de prospecção passou por uma recolha exaustiva de informação sobre a área em estudo. Em primeiro lugar, procedeu-se à recolha bibliográfica procurando identificar todas as referências a sítios arqueológicos publicados, nomeadamente aqueles que referiam sítios arqueológicos de período romano²⁸. Para a realização deste trabalho consultámos diversa bibliografia, desde publicações especializadas em arqueologia a publicações de índole histórico publicado por diversos municípios da região. Nesta fase preliminar do trabalho procedeu-se à aquisição das C.M.P 1:25000 da área de estudo²⁹ e à análise da Carta Geológica 1:50000. Com a observação desta cartografia em gabinete pretendeu-se seleccionar topónimos e áreas com maior susceptibilidade de compreenderem vestígios arqueológicos. Recorremos ainda à análise da fotografia aérea, pois esta pode ser um método auxiliar na execução de prospecções, através da visualização de marcas de solo, de vegetação, de sombra e de parcelamento³⁰.

²⁷ A prospecção intensiva ou sistemática pode ser de amostragem dirigida através do método *aleatório simples*, este método utiliza quadrados ou transeptos distribuídos de forma aleatória por toda a área objecto de estudo sem qualquer tipo de objectivo pré – concebido, como vantagem este tipo de prospecção pode ter em que amostra possa ser bastante variada, mas também pode ter como inconveniente as áreas prospectadas localizarem nas proximidades umas das outras sem que enormes áreas possam ser cobertas com prospecção. Dentro da prospecção sistemática existe ainda o método probabilístico composto por duas vertentes: *aleatório estratificado* e a *estratificado com distribuição regular*, no primeiro método o prospectador divide a área percentual a prospectar (20%) de acordo com as características naturais da área de estudo, se a área de estudo é constituída por 75% de planície e a área a prospectar sistematicamente é de 20% quer dizer que neste exemplo 15% dessas prospecções vão ser elaboradas em planície, já o método da amostragem estratificado com distribuição regular, procura prospectar regularmente faixas que atravessem toda a área de estudo, procurando deste modo incluir representativamente todas as áreas naturais (planícies, montanhas), no entanto, este método tem como principal inconveniente o facto de deixar sítios arqueológicos por identificar, aplicação rígida de transeptos obriga os prospectores a prospectar dentro do corredor estabelecido.

²⁸ Esta fase do trabalho encontra-se representada no ponto dois deste trabalho, intitulado conhecimentos histórico - arqueológicos da região.

²⁹ As C.M. P (1:25 000) consultadas para a área de estudo foram as seguintes 180, 181,191,192,202,203.

³⁰ Apesar da fotografia aérea poder desempenhar um importante papel nos trabalhos de prospecção, o seu uso em áreas mais montanhosas ou em áreas de cobertura florestal mais densa, acaba por esbater em muito as funcionalidades e potencialidades que este método acrescenta á prospecção arqueológica (CARVALHO, 2006:

Posteriormente à fase de gabinete, deu-se início aos trabalhos de campo, procedendo-se a uma prospeção não sistemática do terreno. Com base em critérios pré-definidos, seleccionámos áreas com maior susceptibilidade arqueológica. Entre os critérios seleccionados privilegiamos a geomorfologia (nomeadamente as propriedades localizadas em áreas planas ou com encostas suaves), a proximidade com linhas de água, a qualidade dos solos, a exposição solar e a toponímia. Para além destes critérios, procedeu-se à confirmação de sítios arqueológicos referenciados na bibliografia, bem como à sua clarificação cronológica e delimitação espacial. A recolha de informações orais junto da população local, por sua vez, serviu para a detecção de novos sítios arqueológicos e para a clarificação de informações, por vezes menos claras, presentes na bibliografia (nomeadamente envolvendo topónimos e micro topónimos sobre os sítios arqueológicos). Algumas destas informações, obtidas junto da população local, revelaram-se de extrema importância. No entanto, muitas destas estações arqueológicas referenciadas quer através de bibliografia quer através da informação oral, revelaram muitas vezes sítios arqueológicos de outro âmbito cronológico que não o de período romano, nomeadamente sítios arqueológicos com sepulturas escavadas na rocha (Alta Idade Média). Contudo, estas informações em concreto não são de menor importância para o estudo do povoamento romano, como, aliás já havíamos constatado num trabalho de investigação realizado anteriormente na região³¹. Uma vez que estes locais com sepulturas escavadas na rocha surgem na maioria das vezes associados a sítios arqueológicos romanos, demonstrando provavelmente uma continuidade de ocupação ou, pelo menos, uma tendência para a ocupação humana se processar no mesmo local em períodos cronológicos diferentes³².

63). Para o estudo do período romano, este método revela-se de extrema importância para se conhecer por exemplo os traçados das vias romanas, a este propósito salientamos uma constatação feita por Sande Lemos (1993: 278 e 279), onde o autor refere que, ao nível da foto-interpretação o uso das primeiras coberturas aéreas do país, são fundamentais para se compreender a antiga estrutura viária existente no país até esse momento (romana, medieval e moderna), já que posteriormente, sobretudo a partir da década de 70 do século XX, Portugal conheceu um surto desenfreado de asfaltamento, alargamento e abertura de novos eixos e alteração dos pré-existentes, modificando e alterando por completo a paisagem.

³¹ Cfr. LOBÃO, João C., MARQUES, António C. e NEVES, Dário (2002): *Prospecção Arqueológica no Concelho de Celorico da Beira*, FLUC, Coimbra (trabalho académico policopiado). O mesmo se verificou na Cova da Beira (CARVALHO, 2006: 75 e 76).

³² A ocupação desses locais poderá ter tido uma ocupação ininterrupta entre o período romano e o período da Alta Idade Média, como essa ocupação pode ter-se efectuado em dois períodos cronológicos ou distintos sem qualquer continuidade cronológica, estas conclusões só poderão ser efectuadas após a elaboração de trabalhos arqueológicos recorrendo ao método da escavação, de modo a obter-se uma cronologia mais fina sobre a ocupação. A este propósito gostaríamos de destacar duas estações arqueológicas da Bacia de Celorico que, apresentam ocupação humana dos dois períodos: o sítio arqueológico da Quinta do Piroco/Montalto (São Pedro/Celorico da Beira) e a estação arqueológica de S. Gens (Santa Maria/Celorico da Beira). Em ambos os locais, através do método de prospeção foi possível verificar à superfície a existência de vestígios de ocupação

A identificação de um sítio arqueológico romano³³, resultante dos vestígios materiais identificados à superfície, obrigou a uma alteração metodológica da prospecção, de forma a possibilitar uma caracterização morfológica do sítio arqueológico, procedendo-se a uma delimitação de toda a área através da prospecção intensiva para determinar a área de dispersão de materiais. Posteriormente com base na área de dispersão e aplicando a metodologia métrica teorizada por Jorge de Alarcão (1998b) para os habitats de época romana, procedia-se à interpretação e classificação tipológica dos sítios arqueológicos utilizando os critérios da métrica preconizada por Jorge de Alarcão, bem como os resultados interpretativos realizados por outros autores (PERESTRELO, 2003), (OSÓRIO, 2006), (CARVALHO, 2006) que nos últimos anos tem elaborado trabalhos de prospecção sobre o período romano em áreas limítrofes à nossa área de estudo. Em seguida procedíamos ao registo da estação, através do preenchimento de fichas de sítio, procedendo-se à uniformização da informação recolhida, obtendo-se uma caracterização igualitária entre as estações, com os campos necessários à sua individualização/localização, caracterização e classificação/interpretação.

Como anteriormente foi referido, o estudo sobre a romanização da Bacia de Celorico abrange o território administrativo de vários concelhos: Guarda, Trancoso, Fornos de Algodres, Gouveia e Celorico da Beira. O território deste último concelho foi objecto, no ano de 2002, de um trabalho de investigação arqueológica, para o efeito procedeu-se à composição de uma ficha de sítio (Est. III), deste modo, para se estabelecer uma uniformização da informação já recolhida no território do concelho de

de época romana (*tegulae* e cerâmica comum) e do período da alta idade média (sepulturas escavadas na rocha), contudo, quando se procedeu a escavação arqueológica foram encontrados dois habitats de época romana que demonstram a inexistência de uma continuidade de ocupação entre o período romano e alto medieval.

No caso do sítio arqueológico da Quinta do Piroco/Montalto este local foi identificado por nós em 2002, graças as informações orais que nos referiram a existência de sepulturas escavadas na rocha que foram destruídas aquando da construção do IP5. Em 2005, este local foi objecto de escavação devido às obras de alargamento do IP5 para A25, foi escavado na integra um habitat de época romana que não teve continuidade de ocupação para o período alto medieval, situação análoga verifica-se na estação arqueológica de S. Gens, onde nos encontramos a escavar uma estrutura habitacional de época romana, que, também não teve uma continuidade de ocupação para a alta idade média, em ambas as situações verifica-se que existiu uma ocupação humana nos dois períodos cronológicos diferentes, no entanto, os dados de escavação referentes às estruturas habitacionais, demonstram que os sítios não tiveram uma ocupação temporal continua, ou que as populações da alta idade média procederam a construção de novas estruturas habitacionais nas imediações, abandonando as pré-existentes do período romano.

³³ Como anteriormente já tivemos oportunidade de referir, a classificação cronológica de época romana, atribuída aos sítios identificados foi realizada sobretudo através de materiais de construção que visualizamos à superfície do terreno, nomeadamente *imbrice* e *tegulae* e que relativamente às *tegulae* consideramos como um fóssil director deste período.

Celorico da Beira e dos restantes territórios optou-se pelo uso dos critérios anteriormente definidos:

A individualização e localização é feita pelos seguintes campos:

- Nº de ordem (atribuído de Norte para Sul e de Oeste para Este,);
- Acrónimo (criado apenas para as estações que forneceram materiais cerâmicos³⁴, e usado na inventariação dos mesmos);
- Designação/topónimo (designação pelo o qual o local é conhecido, que poderá receber um número, quando neste se encontra mais do que uma estação; e os topónimos do local presentes na C.M.P 1/25 000);
- Freguesia (freguesia a que pertence o sítio arqueológico);
- C.M.P 1/25 000 (número da Carta Militar onde a estação se encontra);
- Latitude/longitude (localização exacta do sítio arqueológico pela utilização das coordenadas UTM);
- Altitude (altitude do sítio arqueológico, retirado da C.M.P. 1/25 000);
- Hidrologia (enquadramento da estação na hidrologia da região);
- Topografia (posição geomorfológica do sítio arqueológico);

Para a descrição da estação foram utilizados os seguintes campos:

- Estruturas (identificação de estruturas conservadas “*in situ*”);
- Materiais (identificação dos materiais recolhidos e observados);
- Área de dispersão (área aproximada do espaço em metros quadrados, embora o grau de correlação entre esta e as estruturas conservadas no subsolo seja variável);

Para a classificação/interpretação do sítio arqueológico:

- Classificação cronológica;
- Classificação Tipológica (classificação da estação quanto à sua tipologia).

Para além destes campos, a ficha apresenta ainda diversos campos auxiliares, para registo de:

- Observações (informações úteis para complementar a informação contida nos campos anteriores, e estabelecimento de relações entre as estações);
- Bibliografia (indica-se a bibliografia recolhida sobre o sítio arqueológico, ou a sua classificação de inédito. Dado o reduzido número de referências bibliográficas

³⁴ Apenas se procedeu a recolha de materiais cerâmicos que pudessem dar horizontes cronológicos acerca das estações arqueológicas, nomeadamente *terra sigillata*, cerâmica cinzenta. A cerâmica comum não foi recolhida dado que as inferências cronológicas são praticamente nulas.

existentes, expõe-se também, neste campo o que de importante outros autores referem sobre a estação);

3.2. A escavação arqueológica

Como já foi referido, o estudo sobre a romanização da Bacia de Celorico, contou com a utilização de duas formas de análise distintas, a prospecção arqueológica anteriormente abordada, e a escavação arqueológica. Esta, neste estudo, será abordada em função da intervenção que dirigimos na estação arqueológica de S. Gens – extenso sítio arqueológico que, com base nos vestígios de superfície, aparentava ter origem no período romano, tendo sido abandonado na época medieval³⁵.

A estratégia de escavação levada a cabo em S. Gens começou por ter como base os conhecimentos prévios que possuíamos do local, obtidos através das prospecções arqueológicas aí realizadas (LOBÃO *et alii*, 2006). Após o reconhecimento integral no terreno da estação, assim como da delimitação das áreas com vestígios à superfície, procedeu-se à realização de um levantamento topográfico, de forma a proceder-se à localização prévia dos vestígios detectados (nomeadamente das sepulturas escavadas na rocha³⁶) e à delimitação de uma área onde era visível a existência de uma linha de muralha pertencente a um antigo castelo roqueiro datado da Alta Idade Média³⁷.

Posteriormente ao levantamento topográfico e face à área enorme ocupada pela estação arqueológica e aos condicionalismos topográficos existentes, procedemos à criação e marcação de sectores (totalizando 24), sendo cada um destes sectores constituídos por quadrados de 4×4 m ordenados alfanumericamente desde a letra A à letra Z e do número 1 ao número 26, totalizando assim 676 quadrados por cada sector (correspondendo a uma área com 10.816 m²).

A área destinada à intervenção foi implantada numa pequena plataforma sobre o vale, prolongando-se até à confluência da Ribeira dos Tamanhos com o Rio Mondego –

³⁵ Com o início da intervenção, verificámos que a ocupação humana deste local remonta a períodos com maior antiguidade, nomeadamente ao período neolítico. A este propósito consultar Vilaça (2009: 13).

³⁶ Quanto aos vestígios arqueológicos de época medieval, é importante referir que até ao momento foram identificadas 54 sepulturas escavadas na rocha, apresentado estas diversas tipologias. Tendo por base a investigação arqueológica produzida sobre este tema, também aqui a amplitude cronológica desta prática funerária poderá situar-se entre os séculos VII e os séculos XI/XII d. C.

³⁷ Este local encontra-se actualmente em escavação sob direcção de Catarina Tente. Para obtenção de mais informação sobre o local deve consultar-se: Tente, Catarina (2009) “Dos bárbaros ao Reino de Portugal. O território de Celorico da Beira nos séculos V a XII”, Câmara Municipal de Celorico da Beira, p. 53-66.

área que apresentava à superfície vestígios arqueológicos, datáveis sobretudo do período romano/medieval. Esta plataforma, em termos de localização estratégica, localiza-se num local privilegiado do vale, uma vez que possui um amplo campo de visão sobre toda a zona envolvente.

A aplicação da quadrícula de referência no terreno efectuou-se com recurso a uma estação total (TC 1100, Leica). Antes desta quadriculagem do terreno, porém, foi necessário proceder à desmatação da densa vegetação (giestas e vegetação rasteira) que cobria a grande maioria desta área arqueológica (Fot. I e II). Após limpeza da superfície do terreno, procedeu-se então à implantação e marcação de alguns quadrados no sector 9 e no sector 10. Relativamente ao sector 9, procedeu-se à marcação dos seguintes quadrados: B4; B5; B6; B7 – C3; C4; C5; C6; C7 – E3; E4; E5; E6; E7 – F2; F3, F4; F5; F6; F7 – G1; G2; G3; G4; G5 – H2; H3; H4. Ao mesmo tempo, após esse processo de desmatação, pudémos logo observar à superfície do terreno alguns fragmentos de *tegulae* e cerâmica comum, bem como algumas pedras facetadas, nomeadamente, uma soleira fragmentada de porta (Est. IV).

Os trabalhos de escavação iniciaram-se com a abertura dos quadrados G1 e G2, nos quais detectámos logo duas estruturas arqueológicas (muros) com orientações distintas (Fot. III). O diagnóstico inicial desta área desencadeou o prolongamento da área escavada, mediante a abertura de mais dois quadrados (F3 e C4) (Fot. IV), procurando verificar, desde logo, se as estruturas detectadas tinham continuidade na restante área da plataforma. Ao verificarmos que existiam estruturas arqueológicas *in situ* (e estratigrafia associada), assim como a sua continuação por boa parte dessa plataforma, decidimos abrir em área toda a zona quadriculada nesse lugar, tendo então como objectivo perceber a natureza e a dimensão da área edificada descoberta.

A metodologia de escavação aplicada (identificação, registo e remoção das unidades estratigráficas) foi a preconizada por Harris (1989) e Carandini (1997). Assim, após a sua identificação e numeração sequencial, procurou-se sempre respeitar os contornos naturais dos estratos, sendo removidos pela ordem inversa à sua deposição – nesta fase muito inicial dos trabalhos de campo, este processo traduziu-se na remoção completa da UE 01 em todos os quadrados, possibilitando, antes de mais, colocar a descoberto o topo das estruturas arqueológicas (muros). Estes trabalhos de escavação, em termos de formas de registo, implicaram também o constante registo fotográfico da

realidade estratigráfica observada (Est.V) (estratos, estruturas e perfis mais significativos), bem como o seu registo gráfico (à escala 1:20) em planta e cortes.

Em termos de estratégia para a primeira campanha de escavação, perante o curto espaço de tempo disponível, e face também à exiguidade de meios financeiros e humanos conseguidos, decidimos optar pela escavação em extensão da maior parte da área previamente marcada neste sector 9, removendo apenas, numa primeira fase dos trabalhos, a UE 01. Tal facto possibilitou, desde logo, uma melhor compreensão tanto das estruturas arqueológicas (com uma visão global em planta das mesmas), como uma remoção simultânea das U.E's consideradas contemporâneas.

Num segundo momento desta campanha de escavação procedemos à escavação da estratigrafia subjacente nos quadrados C4, C5, D4 e D5, correspondendo ao interior de um compartimento, denominado posteriormente de compartimento VII (Fot. V). Removidos pela ordem inversa à da sua deposição, tendo em conta as características que os distinguiam (cor, compacticidade, textura...) e as relações topográficas / físicas que mantinham entre si, cada uma das U.E'S identificadas foram sendo numeradas e descritas de forma sucinta (em fichas de U.E concebidas para o efeito, uniformizando-se assim a descrição efectuada), atendendo sobretudo à sua cor, compacticidade, materiais arqueológicos identificados, interpretação / funcionalidade e relação estratigráfica. Com este outro momento da escavação, que se seguiu à decapagem em área da primeira U.E, procurou-se obter outros dados arqueológicos que permitissem começar a traçar o perfil (nomeadamente tipológico e cronológico) deste habitat de época romana.

4. O povoamento romano

4.1. Do povoamento disperso aos aglomerados populacionais

Ao realizarmos uma abordagem do povoamento romano na região da Bacia de Celorico, propusemo-nos efectuar o estudo de uma realidade histórica concreta que se desenvolveu num contexto geo-ambiental específico e que foi sendo transformada pela acção antrópica em comunidade ou individualmente. Deste modo, começamos por procurar no terreno os vestígios dessas acções, aplicando depois a essa realidade as considerações feitas por outros investigadores, como Jorge de Alarcão (1998 b),

posteriormente revistos e adaptados por Pedro Carvalho (2004: 121-140; 2007). O resultado desta conjugação de dados traduziu-se, num primeiro nível de análise, no estabelecimento de um quadro tipológico de sítios romanos que vão desde o povoamento agrupado (aglomerados populacionais) ao disperso (i.e., às *villae*, granjas e casais).

4.1.1. Aglomerados populacionais

No topo da estratificação do povoamento agrupado em época romana encontra-se a cidade, enquanto, capital de *civitas* – tipo de aglomerado populacional, contudo, desconhecido (até ao momento) na Bacia de Celorico (ALARCÃO, 1998c: 175-180). Esse desconhecimento, porém, não significa que uma capital de *civitas* não tenha existido nesta área, i.e., não se pode afastar liminarmente a possibilidade, como veremos adiante, da depressão tectónica correspondente à Bacia de Celorico poder ter correspondido em época romana a um território político e administrativo autónomo das demais capitais de *civitates* já conhecidas na Beira Interior / interior norte da Lusitânia (Est.VI).

Esta unidade geomorfológica é de tal forma extensa e está de tal modo afastada das capitais de *civitates* conhecidas nesta região, que esta hipótese, desde logo, nos parece plausível. Por sua vez, a alteração do paradigma no que concerne ao entendimento que se pode fazer de uma “cidade capital de *civitas*” para algumas áreas do Império Romano, nomeadamente para o interior norte da província da Lusitânia, pode levar-nos a admitir a existência de uma capital de *civitas* na Bacia de Celorico, ainda que esta – a ter existido – nunca tenha assumido o desenvolvimento urbano e aparato arquitectónico que noutras regiões as capitais assumiram de forma expressiva³⁸.

A hipótese da Bacia de Celorico ter correspondido *grosso modo* a uma *civitas* foi colocada pela primeira vez por Manuel Sabino Perestrelo (2003), baseando-se para isso, nos supostos limites territoriais (*finis* ou *linea confinalis*) que traçou para cada uma das *civitates* já conhecidas na região. Mais recentemente, Pedro Carvalho (2005:155-169;

³⁸ Aceitamos assim como viáveis as considerações feitas por alguns autores, como Manuel Sabino Perestrelo (2003) e Pedro Carvalho (2005 e 2007a): para estes investigadores o modelo de capital de *civitas* predominante na Beira Interior corresponderia a um aglomerado populacional de urbanismo incipiente e reduzidas dimensões, onde se concentravam as funções administrativas, fiscal e religiosa, reunidas no edifício público que as representa – o fórum. A título de exemplo fazem referência à capital dos *Cobelcos* (Torre de Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo) e à realidade arqueológica que na actualidade se observa e à realidade construtiva que existiria no passado.

2007a), ao efectuar diversas considerações sobre algumas áreas da Beira Interior e perante as características que algumas cidades romanas desta região poderiam apresentar, reequaciona algumas das classificações habitualmente atribuídas a certos sítios romanos. Na Bacia de Celorico faz referência a dois sítios: Açores e S. Gens, questionando se estes – também pela posição geoestratégica que ocupam – não teriam desempenhado um importante papel em termos de centralidade política e administrativa (CARVALHO, 2007a: 355 e 385; 2009: 35).

Perante os argumentos invocados, também nós assumimos esta hipótese de uma outra *civitas* como possível, ao mesmo tempo que sublinhamos a necessidade em se repensar a realidade urbana que apresentariam alguns dos centros de poder político e administrativo romanos do interior norte da Lusitânia. A fundamentação para a defesa de tal proposta reside, em nosso entender, em dois vectores principais: 1.º na localização geográfica da Bacia de Celorico em relação às demais *civitates* conhecidas da região; 2.º na forma como se estrutura o povoamento romano na Bacia de Celorico.

O posicionamento geográfico da Bacia de Celorico no quadro da geografia política romana foi já analisado por Manuel Sabino Perestrelo e por Pedro Carvalho. Concordamos, em primeiro lugar, com as propostas de Manuel Sabino Perestrelo para os limites territoriais entre *civitates*, nomeadamente quando refere que, muito provavelmente, os desníveis orográficos das serras da Broca e Pisco corresponderiam ao limite sul da *Civitas Aravorvm* (Marialva/Mêda). O final abrupto que marca o termo deste planalto, assinala também o extremo norte da Bacia de Celorico, e é nesta faixa onde encontramos uma importante mancha de povoamento romano, na qual se distingue a estação arqueológica dos Vilares, face à sua dimensão e presumível importância administrativa – a lembrar a localização de povoamento agrupado (tipo *vicus*) nos limites territoriais de uma *civitas*³⁹. Inventariada como um provável *vicus*⁴⁰, esta estação arqueológica dos Vilares poderá situar-se numa zona de fronteira entre *civitates*, mas talvez já fora do quadro jurisdicional da *civitas* dos *Aravi*. A ser assim, tratar-se-ia de uma aglomerado populacional adstrito a uma outra *civitas*, situada mais a Sul, coincidindo em termos genéricos com a área da Bacia de Celorico, afastada da

³⁹ A propósito da localização preferencial dos “*vic*” no limite entre os “*territoria*” das “*civitates*” e junto à passagem ou ao entroncamento de vias imperiais, cf. “A caminho do Douro na época romana. Da capital da *ciuitas Igaeditanorum* aos *territoria* dos *Lancienses*, *Araui*, *Meidubrigenses* e *Cobelci*”, *Arqueologia, Património, Prehistoria e Historia Antigua de los pueblos “sin pasado”*. Ecos de la Lusitania en Arribes del Duero (Eds. N. CUBAS MARTÍN, D. HIDLGO RODRÍGUEZ y M. SALINAS DE FRÍAS), *AquilaFuente*, 171, Ed. Universidad de Salamanca, 2010, p. 125-138.

⁴⁰ A classificação tipológica de Vilares como um *vicus* foi já avançada por Manuel Sabino Perestrelo (2003: 93 e 94), com base sobretudo nos materiais identificados e na sua área de dispersão.

respectiva capital e, também por isso, proporcionando assim bens e serviços à população dessa zona – população que vivia mais distante dessa outra alegada capital.

Ainda a propósito destas questões em torno da geografia política antiga desta região, Pedro Carvalho (2009: 35) considera como pouco provável a continuidade para norte da *civitas* (talvez a dos *Tapori*) com capital em Bobadela (Oliveira do Hospital), por forma a abranger a Bacia de Celorico, tal como não considera credível a extensão do *territorium* dos *Interamnienses* (sediados possivelmente em Viseu) para esta zona. Porém, considera já mais provável a hipótese deste território pertencer aos *Lancienses Transcudani* (sediados, possivelmente, na Póvoa do Mileu, Guarda), face a uma maior proximidade geográfica, ainda que defenda também a possibilidade da Bacia de Celorico poder ter mesmo correspondido a uma entidade político-administrativa romana autónoma e, até ao momento, desconhecida.

Na nossa perspectiva, os limites administrativos sugeridos por Pedro Carvalho para as diversas *civitates* conhecidas na região, bem como a ideia da Bacia de Celorico corresponder a um território politicamente autónomo, constituem propostas verosímeis. Parece-nos igualmente bastante plausível poder pensar que os limites administrativos dessas *civitates* seguissem muito de perto alguns dos elementos naturais mais relevantes das imediações da Bacia de Celorico, sobretudo os rios e as serras. Assim sendo, e não obstante a maior proximidade geográfica da capital dos *Lancienses Transcudani* com a área em estudo, é provável que o seu *territorium* se desenvolvesse sobretudo para nascente, orientando-se preferencialmente de acordo com o prolongamento da Meseta, ficando o território para poente (Bacia de Celorico) entregue a uma outra entidade político-administrativa, uma vez que se trata – segundo a leitura que também fazemos desta paisagem – de uma área geomorfológica completamente distinta.

Outro dado importante, e que em nosso entender pode contribuir para validar a hipótese de ter existido em época romana um poder autónomo na Bacia de Celorico, reside na análise e estudo da tipologia do povoamento romano fixado neste espaço. O estudo do território demonstrou-nos a existência de diversos locais que terão correspondido a aglomerados populacionais. Se a existência de povoados comunitários do tipo aldeia e *vicus* parecem ter feito parte integrante do povoamento romano da Bacia de Celorico, situação idêntica a outras regiões da Beira Interior⁴¹, a existência e a

⁴¹ A estruturação do povoamento romano da Bacia de Celorico parece ser análoga à de algumas regiões vizinhas, como a Cova da Beira e a da *Civitas Cobelcorum*, onde a rede de povoamento romano ao nível dos povoados comunitários parece ter-se estruturado em aldeias e *vicus*. Contudo, esta estruturação do povoamento

densidade destes locais numa área geográfica compreendida entre os 500 a 600 Km² pode testemunhar a presença de uma entidade urbana ainda desconhecida. Assim, a presença de uma capital de *civitas* na região poderia contribuir para uma certa uniformização do povoamento romano e explicar, de certo modo, a existência de vários aglomerados que aparentam ser povoados secundários.

A discussão em torno desta questão não passa de uma proposta de investigação que, no futuro, pode ou não vir a ser confirmada através do achado fortuito de algum testemunho epigráfico esclarecedor e explícito sobre o nome e localização exacta dessa entidade ou, então, através da descoberta de vestígios de construções com alguma monumentalidade num determinado local. Na realidade, perante os povoados conhecidos na região, para esta suposta “capitalidade” surge a hipótese de três ou quatro locais: Aldeia Nova (Aldeia Viçosa/Guarda), Açores (Celorico da Beira), S. Gens (Celorico da Beira) e Vilares (Trancoso)⁴² todos eles parecem preencher os requisitos tipológicos para serem pelo menos classificados como *vici*⁴³ (Est. VII).

Assim perante este cenário, colocamos a questão: haverá a possibilidade de um destes quatro locais ter correspondido a algo mais do que um *vicus*? A resposta não poderá ser conclusiva face às inúmeras lacunas que o conhecimento histórico sobre a romanização nesta área ainda possui. Contudo, na nossa perspectiva e no estado actual dos conhecimentos, a ter existido uma capital na Bacia de Celorico a sua eventual localização podia corresponder à actual aldeia de Açores, no concelho de Celorico da Beira.

A provável passagem de uma via romana nas imediações, vinda da sede dos *Lancienses Transcudani* e que daqui rumaria em direcção à *civitas* dos Aravos, a proximidade de um outro aglomerado romano do tipo aldeia (sensivelmente a 1 Km de distancia)⁴⁴, os cerca de 7 hectares de área de dispersão de materiais arqueológicos, a

romano não foi idêntica em regiões vizinhas como na Bacia do rio Côa (PERESTRELO, 2003:140) ou na *civitas* dos *Interamnienses* (ALARCÃO, 2003) onde os povoados comunitários do tipo aldeia foram inexistentes.

⁴² Nesta conjugação de prováveis aglomerados secundários apenas referimos aqueles cuja classificação é proposta através da área de dispersão de materiais à superfície, pelo que excluimos desta nossa interpretação um outro possível *vicus* que terá existido na área de Vale de Azares (Celorico da Beira), denominado *Aracelum*, tal como a proposta efectuada por Pedro Carvalho (2009: 43) tendo em consideração o etnónimo *Aracelene* identificado na inscrição votiva existente na capela de Nossa Senhora dos Azares.

⁴³ Todos estes locais possuem uma área de dispersão de materiais à superfície bastante extensa, para além de se localizarem nas imediações de vias de comunicação.

⁴⁴ A proximidade entre dois aglomerados populacionais comunitários em época romana não corresponde a nenhum facto inédito na tipologia do povoamento romano na área da Beira Interior, já que na *Civitas Cobelcorvm* se verificou a existência de uma situação análoga, neste caso entre a sede da capital dos Cobelcos e a aldeia romana de “Mouragos” também situada a cerca de 1 Km de distância (LOBÃO *et alii*, 2005, 179:180).

sua centralidade na Bacia de Celorico e a distância que medeia este local dos outros aglomerados populacionais classificados como *vicus* (cerca de 9 a 10 km) parecem contribuir para uma eventual classificação deste local, a título de hipótese, como capital de *civitas*.

A reforçar a importância deste local, como um povoado urbano (*vicus* ou mesmo capital de “*civitas*”), identificámos recentemente (e já no decorrer deste trabalho de investigação) uma inscrição inédita⁴⁵ dedicada a Júpiter que ajuda a corroborar a importância deste local em época romana (Est. VIII). Além da dedicatória a Júpiter, testemunhando a adesão da população desta região ao deus supremo do panteão romano e à nova ordem imperial instituída, esta inscrição possui uma outra importante particularidade que resulta da referência *Pro Salute*. Para alguns investigadores, como Amílcar Guerra (2007, 197:198), esta expressão surge normalmente associada a uma dedicatória imperial, facto que por si só podia até denunciar o carácter urbano ou semi-urbano de um local. No caso concreto da inscrição identificada na aldeia de Açores, a relação entre *Pro Salute* e dedicatória imperial não se verificará. No caso presente, este altar, provavelmente, encontrar-se-ia exposto num local público (templo) de um povoado de carácter comunitário, cuja classificação tipológica definitiva permanecerá, porém, desconhecida, até à identificação de novos e esclarecedores vestígios arqueológicos.

Se este local poderá ter assumido alguma centralidade no período romano também terá conhecido alguma importância durante o período visigodo. Nas imediações da Igreja de Açores, onde agora foi identificada a inscrição romana a Júpiter, já no século XVI, aquando da reforma da Igreja foi encontrada uma inscrição funerária de época visigótica (Est. IX). É possível que esta área em redor da igreja correspondesse já em época romana ao local central do aglomerado populacional, congregando no mesmo espaço várias funções (religiosa, política, económica, etc.), à semelhança do que se tem verificado noutros locais com importantes ocupações romanas. Também durante o período visigodo aparentemente a centralidade deste espaço ter-se-á mantido ainda que apenas com a funcionalidade religiosa (igreja e necrópole).

Segundo Catarina Tente (2009, 54:55), com base na inscrição da Igreja de Santa Maria de Açores e também no achado de duas moedas no sítio arqueológico do

⁴⁵ Sobre a transcrição e interpretação deste importante testemunho epigráfico agora identificado na aldeia de Açores é consultar o ponto 4.4. dedicado a epigrafia romana conhecida na Bacia de Celorico.

Tintinolho⁴⁶ é plausível pensar na continuidade de elites visigóticas nesta área até ao século VII, admitindo-se, portanto, a continuidade de alguma importância administrativa neste espaço. Na verdade, o interesse deste local, sobretudo em termos religiosos, permaneceu durante séculos, pois, em época medieval e moderna, este local foi um importante centro de peregrinação regional.

Como já tivemos oportunidade de referir, a hipótese da presença de um aglomerado urbano de primeira ordem na Bacia de Celorico é apenas uma proposta de trabalho. Por este motivo, até à obtenção de novos dados sobre esta problemática, a investigação e percepção do povoamento romano nesta área terá de considerar também outras perspectivas de estudo. Com efeito, a interpretação destes sítios arqueológicos classificados como *vici* tem de ser vista à luz de outras conjecturas. A não existência de qualquer autonomia territorial na Bacia de Celorico leva-nos a retomar a proposta de este território pertencer aos Lancienses *Transcudani* (Póvoa do Mileu/Guarda) face à sua maior proximidade territorial. Contudo, por sua vez, não é credível que este espaço pudesse comportar quatro *vici*, pois os dados publicados recentemente por Vítor Pereira (2010: 27-45) para a área de planalto a Nordeste, que em grande medida se pensa corresponder aos limites orientais desta *civitas*, apenas regista duas estações com esta classificação. Todavia, não significa isto que o território da Bacia de Celorico não pudesse pertencer na íntegra aos *Lancienses Transcudani* e que estes locais não correspondessem na realidade a “aglomerados urbanos secundários”. Simplesmente, o paradigma de classificação de *vicus* é que poderá de ter que ser alterado. Neste contexto, as recentes propostas de Michel Tarpin (2002) sobre a temática dos “*vici*” poderá ter aplicabilidade na explicação do povoamento desta área. Com efeito, de acordo com a teoria deste autor, nem todo o aglomerado urbano secundário corresponderá a um *vicus* e nem todos os *vici* possuiriam uma feição urbana, sendo a classificação e fundação de um *vicus* uma decisão institucional ou provincial com o objectivo de apropriação e colonização de um determinado território. Deste modo, haveria “aglomerados populacionais institucionais”, criados directamente pelo poder central e designados pelo termo oficial de *vici*, e os outros aglomerados populacionais constituídos por um aglomerado de casas formado espontaneamente pelas populações locais.

⁴⁶ A presença destas duas moedas no sítio arqueológico do Tintinolho parece demonstrar em primeiro lugar o estabelecimento de contactos com outras regiões mais longínquas e em segundo a presença deste tipo de numismas em ouro são vistos como um entesouramento provavelmente pertença e apenas acessível a elites, pois, face a progressiva ruralização do território e decadência do sistema económico após a queda do Império Romano, os impostos e trocas comerciais uma vez que, se efectuariam sobretudo através de troca directa (TENETE, 2009: 55).

Segundo esta perspectiva, não haverá aparentemente uma relação directa entre a dimensão e o desenvolvimento de cada um destes aglomerados secundários e o seu estatuto oficial. Contudo, parece aceitável pensar-se que um povoado oficial (*vicus*) à partida fosse mais atractivo para a fixação de população que um seu congénere sem este estatuto, pelo facto de naqueles locais existir algumas funcionalidades administrativas e religiosas que só existiriam na capital.

Neste sentido, na Bacia de Celorico, face aos vestígios arqueológicos conhecidos, talvez o lugar de Açores pudesse ser o único local a obter verdadeiramente a classificação de *vicus*, face aos factores atrás referidos. Contudo, é igualmente plausível aceitar a presença de um outro aglomerado secundário oficial na estação arqueológica dos Vilares, também face ao seu provável “carácter fronteiriço”. Poderiam assim assumir (e repartir) as funções de lugares centrais desta região. Relativamente aos locais de Aldeia Nova e S. Gens, talvez estes correspondessem a aglomerados secundários, mas sem carácter oficial, facto que não terá inviabilizado algum crescimento urbano e desenvolvimento económico, tendo em conta a sua excelente localização nas proximidades de uma via de comunicação⁴⁷ e a sua implantação junto a terrenos agrícolas nas margens do rio Mondego.

Na base dos aglomerados comunitários encontram-se, os “aglomerados terciários”, a que pertencem os *castella* (ou povoados fortificados de altura) e as aldeias ou povoados abertos. No território da Bacia de Celorico encontram-se documentados vestígios arqueológicos que parecem também corresponder a estes dois tipos de aglomerados. Relativamente aos *castella*, a estação arqueológica do Tintinholho será o exemplo mais paradigmático deste tipo de habitat (Fot.VI). Trata-se de um povoado de altura sobranceiro ao Vale do Mondego, cuja ocupação humana remontará à II Idade do Ferro, tendo sido posteriormente romanizado. Aparentemente e face aos vestígios arqueológicos recolhidos durante as escavações arqueológicas realizadas neste local, este povoado parece ter continuado a ser ocupado entre o Alto-Império e o Baixo-Império ainda que, face aos resultados de recentes escavações realizadas no local, se questione agora se em época romana tenha sido um povoado ou apenas tenha conhecido uma ocupação pontual por parte de uma família⁴⁸.

⁴⁷ A sua proximidade com uma via de comunicação deixa supor que estes dois locais pudessem também integrar no seu perímetro “urbano” uma *mansione* ou *mutatio*.

⁴⁸ Vítor Pereira (2010: 30) refere que este local de fundação proto-histórica terá perdido paulatinamente importância em detrimento do povoado da Aldeia Nova, localizado na margem esquerda do rio Mondego, onde

Igualmente sobranceiro ao Vale do Mondego encontra-se o povoado da Pedra Aguda (Rapa), cuja fundação remontará à Idade do Bronze (Fot.VII). Apesar de a presença romana no local não ser uma evidência clara, este habitat encontra-se referenciado por alguns autores (SANTOS ROCHA: 1906 e PEREIRA: 2003) como possuindo uma ocupação deste período. Outro *castellum* poderá ter existido no monte onde se fixou a povoação de Celorico da Beira, pois no local onde foi fundado o castelo medieval, encontra-se uma inscrição rupestre de época romana. Embora as escavações arqueológicas realizadas no interior do castelo não tenham revelado quaisquer vestígios de ocupação humana anteriores aos séculos XI/XII, o desconhecimento do subsolo nas áreas envolventes ao castelo, não nos permite refutar a hipótese de neste local ter existido um habitat de época romana, como sugere Pedro Carvalho (2009: 39).

Na Bacia de Celorico também se terão formado aldeias. Este tipo de povoado, contudo, parece ter assumido duas formas distintas de implantação, isto é, no caso das estações arqueológicas de Olival do Clergo (Aldeia Rica/Açores – Celorico da Beira), Quinta dos Corgos (Freches/Trancoso), estas duas aldeias romanas possuiriam um povoamento concentrado com as habitações a localizarem-se próximas umas das outras. No caso dos sítios arqueológicos da Mata do Peramigo, Lameiras, Quinta das Lameiras, Quinta de São Domingos (Minhocal/Celorico da Beira), formariam também, em conjunto, um aglomerado populacional do tipo aldeia, mas formada por casas dispersas ou afastadas umas das outras dezenas de metros, a proximidade geográfica que os distancia deixa supor a existência de relações comunitárias entre estes núcleos dispersos.

4.1.2. Núcleos rurais dispersos e unifamiliares

Tendo em conta os resultados da prospeção arqueológica, o povoamento romano na Bacia de Celorico baseou-se, sobretudo, em pequenas explorações agrícolas e pecuárias de cariz unifamiliar, dispersas pelos campos.

Entre todos os habitats romanos o “casal” foi o mais representativo, com 22 sítios, correspondendo a 50% do total dos núcleos rurais dispersos identificados. Esta predominância do “casal” em detrimento das “quintas” e “*villae*” é análoga a outras áreas. Pedro Carvalho, para a área da Cova da Beira (2007a:399), identificou 72

o potencial agrícola e as melhores condições de habitabilidade terão contribuído para o despovoamento deste povoado de altura.

“casais”, o que corresponde a 28,9% dos núcleos rurais identificados. Este número é apenas superado pelos *tuguria* ou “pequenos sítios”, que, na região da Cova da Beira, representam 46,6% do total de estações inventariadas. Contudo, temos de considerar que estes “pequenos sítios” não seriam estruturas habitadas ou, pelo menos, não seria essa a sua principal função, correspondendo antes a construções de apoio aos “casais”, “quintas” e “*villae*”.

Relativamente à Bacia de Celorico, os *tuguria* apenas representam 25% dos núcleos rurais, correspondendo a 11 estações inventariadas. O reduzido número de estações deste tipo, quando comparado, por exemplo, com a região da Cova da Beira, poderá explicar-se talvez pela falta de prospecções sistemáticas na nossa área de estudo, pois, quando foi praticável efectuar batidas de campo mais sistemáticas em torno de alguns núcleos rurais de maior dimensão, foi possível identificar alguns desses “pequenos sítios”, os quais se encontrariam na dependência funcional dessas estruturas habitacionais. No caso concreto da Bacia de Celorico destacamos, a título de exemplo, os pequenos sítios da Abelheira (n.º de inv. 25) e Vila Longa (n.º de inv. 26), distanciados entre si por cerca de 200 m, que estariam na dependência da granja da Quinta da Armada podendo assim funcionar como anexos de apoio às actividades agropecuárias da granja. A implantação topográfica destes pequenos sítios deixa supor a existência de funções distintas. No caso do sítio da Abelheira, a sua localização a meia encosta deixa supor que a pastorícia e o aproveitamento florestal dos recursos florestais (ex. recolha e armazenamento de madeira) seriam, provavelmente, as principais actividades desempenhadas nesta construção. Já o sítio da Vila Longa, face à sua proximidade quer com a Ribeira das Seixas, quer com bons terrenos, é provável que tenha servido de apoio à actividade agrícola praticada na granja da Quinta da Armada.

Quanto à “cultura material” que os *tuguria* apresentam à superfície do solo, esta caracteriza-se por ser bastante reduzida, resumindo-se, na grande maioria dos sítios identificados, a escassos materiais de construção (*tegulae* e *imbrices*) que se dispersam por uma área relativamente restrita. Assim, a dificuldade de identificação deste tipo de assentamento romano residirá não só na falta de um trabalho de prospecção sistemático que possibilite cartografar um maior número de sítios, mas também na possibilidade de muitas destas estruturas serem construídas com recurso a materiais perecíveis, como a madeira e o colmo.

Ao nível das áreas de dispersão de materiais, os *tuguria*, na Bacia de Celorico, apresentam valores que variam entre os 50 m², no sítio da Abelheira, e os 400 m², no sítio das Torres I⁴⁹. No entanto, convém lembrar que esta variação métrica é sempre o resultado da visibilidade dos terrenos no momento da prospecção arqueológica, e também dos processos pós-deposicionais naturais ou antrópicos a que as estações arqueológicas, de forma variável, estiveram sujeitas ao longo do tempo.

Os “casais” corresponderiam a modestos habitats de uma família nuclear, onde os pormenores arquitectónicos seriam reduzidos ou nulos e onde a “cultura material” identificada à superfície, na maioria dos casos, corresponde quase exclusivamente a cerâmica de construção e a cerâmica comum.

No caso dos “casais” da Bacia de Celorico, a variação métrica verificada intercala entre os 200 m², no sítio da Quinta da Machada (n.º de Inv. 52), e os 3000 m², no sítio do Chão do Capitão-Mor (n.º de Inv. 1). A classificação da Quinta da Machada pode levantar algumas dúvidas, pois existem alguns *tuguria* que possuem uma área de dispersão igual ou mesmo superior. No entanto, a classificação deste sítio como “casal” fundamenta-se, na nossa perspectiva, pela existência de cerâmica comum e no facto de, aparentemente, a área de dispersão deste local se prolongar para uma área actualmente ocupada por um pinhal, no seio do qual a visibilidade é nula.

Atendendo aos dados obtidos, a área média de dispersão dos casais na Bacia de Celorico situa-se entre os 1000 m² e os 1500 m². Também para a região da Cova da Beira, Pedro Carvalho concluiu que a área de dispersão dos casais se situa entre os 900m² e os 1500m², considerando os 900 m² como a área mais habitual (2007a:412). Marcos Osório, por sua vez, para a região do Alto Côa, verificou que 50% dos casais detectados possuem uma área de dispersão entre os 1000 m² e os 2000 m² (Osório, 2006: 109).

Os dados demonstram, ainda, que os *tuguria* e os “casais” representam 75% dos núcleos rurais romanos identificados na Bacia de Celorico. Relativamente ao seu posicionamento topográfico, estes assentamentos localizam-se, sobretudo, a meia encosta e próximos de pequenas linhas de água.

Tendo em consideração a realidade dos números, verificamos que a região da Bacia de Celorico, quando comparada novamente com outras regiões da Beira Interior,

⁴⁹ O *tugurium* das Torres I, foge um pouco ao paradigma deste tipo de assentamento, quer pela sua dimensão, quer pelo tipo de materiais identificados à superfície, como sejam grandes fragmentos de escória e de tijolo. Porém, a sua classificação como *tugurium* poderá justificar-se pela proximidade da *villa* das Torres II, sítio do qual dista cerca de 100 a 150 m.

aproxima-se mais da realidade verificada na Cova da Beira, do que com a realidade observada em áreas confinantes, como a bacia do rio Côa, estudada por Manuel Sabino Perestrelo (2003)⁵⁰, e a região do Alto Côa estudada por Marcos Osório (2006)⁵¹, onde os casais se encontram representados em menor número que as granjas ou as *villae*.

Na hierarquia dos núcleos rurais romanos seguem-se as “granjas” ou “quintas”, que, na área da Bacia de Celorico, se encontram representadas por 5 sítios arqueológicos, correspondendo a 11,4% do total dos núcleos romanos. A área de dispersão destes locais varia entre os 8.000 m² no sítio do Aral (n.º de Inv. 42) e Quinta do Piroco (n.º de Inv. 54) e os 10.000 m² no sítio da Quinta da Armada (n.º de Inv. 24). Relativamente à cultura material é expectável identificar, à superfície para além das cerâmicas de construção e comum, cerâmicas de importação, como sejam as *sigillatas hispânicas*, e ainda alguns elementos construtivos mais notáveis, como fustes, bases e capitéis de colunas toscanas (ex. Granja de S. Gens II)⁵².

Quanto à implantação topográfica destes núcleos, verificamos que se localizam, na maioria das vezes, em pequenas plataformas com boa visibilidade sobre o território circundante e próximo de linhas de água secundárias, como são as ribeiras.

Na Bacia de Celorico finalmente identificámos 6 *villae*, representando estas 13,6 % do total de núcleos rurais romanos. A dispersão média destes assentamentos ronda os 12.000 m², sendo que a *villa* com maior área de dispersão é a dos Olos (n.º de Inv.10), com 14.800m², seguida das *villae* da Fonte Arcada (n.º de Inv.59) (Est. X) e Trepa I (n.º de Inv.32), com 12 000m², e das *villae* do Vale de Igreja I (n.º de Inv. 66) e Tapada do Freixo (n.º de Inv. 29), com 10.000m². Já a classificação do sítio das Torres II como *villa* foi efectuada com base nos materiais visíveis à superfície (silhares almofadados, fustes de coluna, pesos de lagar), pois, o facto deste sítio arqueológico se encontrar por debaixo da actual aldeia das Torres inviabilizou qualquer hipótese de calcular a sua área de dispersão.

Podemos ainda adiantar que não existem diferenças significativas entre a implantação das granjas e *villae* nesta área, sendo notória em ambas a importância dada à visibilidade do território envolvente, à presença de abundantes recursos hídricos e de bons terrenos – estes parecem constituir os critérios fundamentais para a instalação

⁵⁰ Manuel Sabino Perestrelo identificou 11 casais, 30 granjas e 11 *villae*.

⁵¹ Marcos Osório identificou 8 casais, 10 granjas e 12 *villae*.

⁵² Relativamente à realidade das granjas na Bacia de Celorico, fornecemos informações mais pormenorizadas na segunda parte deste trabalho, onde analisamos o caso de S. Gens II (neste momento em fase de escavação) e damos a conhecer as conclusões da escavação de emergência da granja da Quinta do Piroco.

destes núcleos rurais na região em estudo (Est. XI). Assim, estes dois tipos de habitats romanos (*villae* e granjas), localizaram-se, sobretudo, em zonas de relevo suave ou moderado, ocupando cotas altimétricas semelhantes. A cota de 420 m da granja de S. Gens II e os 680 m de altitude da granja da Quinta da Palôa mostram o valor mínimo e máximo no grupo das granjas. Já para as *villae*, os 428 m na Tapada do Freixo III e os 650 m na *villa* das Torres II, mostram igualmente a amplitude de variação em termos de altimetria, mostrando de certa forma que a implantação destes habitats foi bastante semelhante na Bacia de Celorico.

4.2 Espaços e Objectos Funerários

Na aldeia de Vale da Ribeira (Mesquitela/Celorico da Beira) tivemos oportunidade de identificar uma peça, ainda inédita, descoberta pelos habitantes locais em meados da década de 70, aquando da recuperação de uma habitação que se encontrava em avançado estado de degradação⁵³.

O achado arqueológico em causa, cuja imagem apresentamos mais adiante (Est. XII), corresponde a uma cabeça humana trabalhada em pedra que, apesar de descontextualizada arqueologicamente, pensamos que possa ser proveniente da estação arqueológica de Vale da Ribeira I (n.º de Inv. 66). Este achado arqueológico suscita algumas questões, revelando-se algo problemática quer ao nível da sua cronologia, quer ao nível da sua funcionalidade. Pensamos que esta escultura poderá corresponder a um elemento funerário, pertença dos antigos proprietários da *villa* de Vale da Ribeira I, como justificaremos adiante. Todavia, consideramos, igualmente, que não se podem rejeitar liminarmente outras opções, integrando até quadros cronológicos mais recuados, pois a escultura em pedra surge também como uma manifestação original e esporádica entre a cultura céltica de *Hallstatt* e *La Tene* (DUCEPPE-LAMARRE, 2002: 285).

A cabeça de Vale da Ribeira, em razoável estado de conservação, corresponde a uma escultura esculpida em granito porfiróide, de grão médio, com 30,5 cm de altura, 22,4 cm de largura, 23,8 cm de espessura e 25,2 kg de peso. A peça comporta ainda o arranque do pescoço, cuja base dá a ideia de um “corte limpo”, pelo que, aparentemente,

⁵³ A habitação em causa é propriedade do Sr. General Pires Veloso, proprietário do imóvel e a quem aqui agradecemos pela gentileza com que nos prestou todas as informações relativas ao contexto em que a peça foi identificada, assim como, posteriormente, pela cedência da mesma, possibilitando-nos efectuar este nosso estudo.

e a ser assim, esta escultura poderá nunca ter pertencido a uma estátua ou escultura de maior porte. Ligeiramente inclinada para o seu lado esquerdo, esta cabeça apresenta uma face que se caracteriza pelo seu plano achatado, de onde sobressai ligeiramente o nariz, relativamente mal conservado na zona das narinas. As órbitas dos olhos e a boca surgem igualmente esculpidos, bem como a zona do queixo – esta zona em particular apresenta-se mal conservada, sendo praticamente inexistente a área que devia ser ocupada pela zona esquerda do queixo. O escultor, aparentemente, terá procurado dar a esta cabeça uma ideia de frontalidade, uma espécie de “olhos-nos-olhos” para quem a visualizasse de frente. Refira-se ainda que, sobre os olhos, encontram-se as sobrancelhas, esculpidas em forma de meia-lua, e nas áreas laterais da cabeça, são visíveis as orelhas. A orelha esquerda, desgastada, é praticamente imperceptível, ao contrário da orelha do lado direito que se encontra bem conservada e delineada. No topo da cabeça observa-se um pequeno orifício circular, implantado praticamente ao centro da cabeça, e de funcionalidade desconhecida⁵⁴ (Est. XIII).

As esculturas mais antigas da arte celta que se conhecem são provenientes do Sul da Alemanha, região que conheceu a formação da cultura de *Hallstatt*. Estas primeiras esculturas mostram a representação humana em formato de estela e a sua presença em locais com contextos arqueológicos funerários deixam-lhe antever um cariz religioso (*Idem*: 286). A figura humana é, portanto, representada na escultura céltica desde o século VII a.C., no seu todo ou apenas em partes.

No caso particular da Península Ibérica, a escultura em pedra ter-se-á desenvolvido de forma autónoma em relação à escultura céltica produzida na Europa Central, e caracteriza-se pela sua monumentalidade/dimensão na representação da figura humana e animal⁵⁵.

Para além destes dois grandes tipos de escultura em pedra – i.e., representação de animais (touro, porco, etc. ...) e representação humana de corpo inteiro (guerreiros galaico-lusitanos) – existe, na tradição da escultura em pedra, uma outra corrente atribuída à arte céltica: a representação de cabeças em pedra. Embora a sua integração cultural na arte céltica não possa ser feita categoricamente, dado que, na maioria das

⁵⁴ A propósito deste orifício, cuja feitura não podemos associar inequivocamente ao mesmo período em que a escultura foi esculpida, apenas podemos especular quanto à sua funcionalidade: este orifício poderá ter servido de base de encaixe para algo que desconhecemos ou poderá ter assumido uma função semelhante aquela que era dada aos fócúlos das aras romanas?

⁵⁵ Sobre a escultura pré romana na Península Ibérica consultar: OLMOS Ricardo, ROUILLARD Pierre (2002) – “Sculpture préromaine de la Péninsule Ibérique”, “Revue Association pour la diffusion de l’archéologie méridionale”, vol. 25, p. 269-284.

vezes, este tipo de escultura surge desprovido de qualquer contexto arqueológico, a relação entre algumas destas cabeças e o aparecimento ou representação de torques, aponta para a sua produção nas áreas de influência do mundo celta (*Idem*: 291-292).

Quanto à representação iconográfica das cabeças, esta pode surgir de duas formas distintas: com representação em relevo ou esteticamente muito trabalhadas sobre a pedra (LÓPEZ MONTEAGUDO, 1987: 246).

Desde há muito que o estudo da problemática das cabeças em pedra suscita o interesse de alguns investigadores, nomeadamente de autores espanhóis, que datam as origens deste fenómeno no século IV a.C. O fenómeno da escultura de cabeças em pedra ficou conhecido, em Espanha e França, com a designação de "cabezas cortadas" e "têtes coupées", respectivamente. Segundo Guadalupe López Monteagudo (1987: 247), na região da Galiza e Norte de Portugal, este fenómeno das "cabeças cortadas" deve encontrar-se estreitamente ligado à escultura de grande porte dos "guerreiros galaico-lusitanos". Algumas destas cabeças, segundo Blanco Freijeiro (1956), podem ser, inclusivamente, o último vestígio de uma estátua de guerreiro. Já Guadalupe López Monteagudo (1987: 247) considera que a dispersão das cabeças cortadas na Península Ibérica deve ser compreendida de duas formas distintas: a cabeça trabalhada e estilizada em pedra, que se restringe às áreas de influência celta, e as representações de cabeças cortadas associadas à arte móvel de contextos funerários, que surgem em regiões fora do mundo celta, as quais, durante a II Idade do Ferro, se tornaram praticamente conhecidas em toda a Península.

Conforme já se referiu, a presença de torques em algumas das cabeças cortadas parece aproximar esta "corrente" da escultura céltica a uma outra que marcou fortemente a região do Noroeste Peninsular: a escultura monumental dos guerreiros galaicos ou lusitanos. Esta corresponde uma escultura em granito que, normalmente, surge representada com os trajes de guerreiro, possuindo um escudo, um punhal, um capacete e um torque (OLMOS e ROUILLARD, 2002: 278).

Apesar de os primeiros estudos sobre a problemática da escultura galaica ou lusitana datarem ainda de finais do século XIX (SARMENTO, 1896), os estudos e as hipóteses lançadas sobre este tipo de escultura tem conhecido diversos desenvolvimentos ao longo dos tempos. Desde o início, no entanto, que os diversos investigadores associaram a presença desta escultura à designada cultura castreja, já que a maioria dos achados deste tipo de escultura são provenientes de áreas do Noroeste

peninsular com grande densidade de povoados (castros) da II.^a Idade do Ferro (LEMOS *et alii*, 2006).

A temática dos guerreiros galaico-lusitanos tem suscitado dúvidas relativamente à sua cronologia, pois a maioria dos achados surgem desprovidos de contexto arqueológico (DUCEPPE-LAMARRE, 2002: 291-292). Também as influências que estarão na origem deste tipo de escultura não colhem a unanimidade entre os diversos investigadores: alguns, como Calo Lourido (1994), admitem que este tipo de estatuária será resultado das influências romanas; outros, pelo contrário, admitem que este tipo de escultura monumental poderá ser o resultado de influências da Europa Central (DUCEPPE-LAMARRE, 2002: 287-288), ainda que outros investigadores, como Thomas Shatter (2004), considerem arrojado procurar paralelos para os guerreiros galaicos na estatuária da Idade do Ferro da Europa Central (LEMOS, *et alii*, 2006). Refira-se, por último, que os investigadores que sustentam as influências romanas para esta estatuária inscrevem-na, cronologicamente, no século II a.C., prolongando-se, eventualmente, até ao século I d.C., com base em inscrições latinas que se encontram associadas a algumas das estátuas, tal como acontece com os berrões (DUCEPPE-LAMARRE, 2002:293).

Em suma, não obstante alguma indefinição tipológica e a sua descontextualização, é provável que esta nossa peça (inérita) de estatuária que neste trabalho apresentamos possa filiar-se em toda essa tradição que remonta à Idade do Ferro, podendo enquadrar-se cronologicamente nos finais da II.^a Idade do Ferro ou inícios do período alto-imperial, talvez à semelhança de uma outra peça com características semelhantes que surgiu de forma avulsa na cidade da Guarda, interpretada, hipoteticamente, como “cabeça semelhante à dos guerreiros galaicos” (RODRIGUES, 1958: 227-228) e que poderia, assim, ser proveniente de um “povoado castrejo romanizado”, existente na Guarda (ALARCÃO, 1993: 32).

4.3 As vias

O estudo da viação romana nesta área da Beira Interior não se revela um processo fácil, na medida em que os achados ou dados inequívocos, com são os marcos miliários (que conferem uma autenticidade de construção de determinado troço em época romana), são para já completamente desconhecidos nesta zona. Assim, para

procurarmos compreender a antiguidade de algumas vias nesta área apenas nos restam alguns indicadores como as calçadas, cuja interpretação terá de ser sempre realizada com o maior cuidado, dado que o índice construtivo deste tipo de vias (conhecidas como calçadas) conheceu um grande incremento durante o período medieval e o período moderno. Desta forma, apenas o cruzamento da informação entre vias (calçadas) e a proximidade com alguns locais com povoamento romano, tendo ainda em conta os prováveis corredores naturais de ligação entre as capitais de *civitates* da região, pode efectivamente ajudar a comprovar ou a denunciar a utilização de determinada via em época romana ou desde a época romana.

Quanto às vias romanas que passariam na Bacia de Celorico ou nas suas proximidades, destaca-se, desde logo, a que transpunha a Serra da Estrela, estabelecendo ligação entre a região da Cova da Beira e a vertente noroeste da Serra. Embora o percurso desta via seja relativamente bem conhecido, alguns autores apontam para a existência de algumas ramificações na mesma, possibilitando, deste modo, uma bifurcação da via na vertente noroeste da Serra. Assim, segundo a proposta de alguns autores (RUIVO e CARVALHO, 1996), um dos traçados passaria junto à aldeia de Folgoso (calçada dos Galhardos), descendo a encosta em direcção às actuais aldeias de Melo e Nabais para, posteriormente, transpor o rio Mondego junto à aldeia de Ribamondego. Neste traçado entroncaria uma via vinda de sul, desde a capital de *civitas* situada na actual aldeia de Bobadela (Oliveira do Hospital), à qual pertenceria o miliário identificado na aldeia de Paços da Serra (Gouveia). Segundo alguns autores, como Moreira de Figueiredo (1952: 326 e 327) e Leonel Abrantes (2004: 169), a via romana que transpunha a Serra da Estrela por Barrelas, Acedasse, Galhardos, teria uma outra ramificação quando descia a Serra por Folgoso, passando esta pelo interior da nossa área de estudo, isto é, por Linhares da Beira (Est. XIV) – contudo, relativamente à cronologia deste traçado (cujos troços se podem ainda observar na Serra de baixo e em Linhares), Jorge de Alarcão (1993: 27) aponta-o como um caminho eventualmente medieval, face à ausência de testemunhos romanos ou pré-romanos nas imediações da povoação.

A propósitos destes troços de calçada conhecidos nas imediações de Linhares, e sem queremos avançar peremptoriamente com uma datação para esta via, na nossa perspectiva existem alguns indicadores que podem fazer recuar a cronologia de construção original desta estrada eventualmente ao período romano. Ainda que, de

forma pouco expressiva, identificámos junto à calçada de Linhares (numa área próxima à Igreja da Misericórdia e junto ao edifício que outrora foi Albergaria) alguns materiais de construção romanos (*tegulae*). Não foi possível delimitar a área de dispersão destes materiais, face à existência de habitações recém-construídas nas suas imediações, mas a sua existência permite avançar desde logo com a proposta – baseada em dados arqueológicos – de uma ocupação romana ou tardo-romana em Linhares (núcleo de povoamento romano que poderia ter sido fundado junto a uma via).

Ainda segundo Moreira de Figueiredo (1952: 327), uma outra estrada na zona de Linhares seguiria em direcção a Prados e, depois, a Mizarela, transpondo aqui o rio Mondego. Na nossa perspectiva, a existência desta hipotética bifurcação ou ramal em Linhares, bem como o percurso proposto, só se justificaria pela eventual localização da *civitas* dos *Lanciensis Transcudani* na área da actual cidade da Guarda, optimizando e reduzindo as distâncias entre quem provinha de sul e oeste, vindo desde as *civitates* dos *Tapori* (Bobadela, Oliveira do Hospital) e dos *Interamnienses* (Viseu). Ao verificar-se a existência desta via em época romana, esta poderia passar junto ao topónimo Portela⁵⁶, a cerca de 500 m de Linhares da Beira⁵⁷, seguindo em direcção à actual aldeia de Assanhas, o que permitiria aceder ao planalto sobranceiro à actual aldeia de Salgueirais, que se desenvolve a uma cota altimétrica em torno dos 950 m. Se a via de Linhares for antes de raiz medieval, relacionada com a centralidade que esta povoação então conheceu, o planalto referido poderia ser percorrido em época romana por uma outra via, cujo traçado nessa zona poderia ser marcado directamente a partir da Taberna – local de travessia do Mondego no seu curso inicial. Na realidade, esta cumeada planáltica que se desenvolve a partir do topo da Serra do Ralo (e que possui como contraforte o imponente esporão granítico da Penha de Prados), já terá sido um

⁵⁶ A cerca de 200-300 m deste topónimo localiza-se a estação arqueológica da Quinta da Fidalga (Linhares da Beira), cuja ocupação remontará ao período romano, pois identificamos materiais de construção (*tegulae*). Contudo, face à densa vegetação, não nos foi possível concluir que tipo de povoado romano aqui se terá fixado. Para além da ocupação romana, esta estação arqueológica teve uma importante ocupação alto medieval, conforme testemunha a necrópole de sepulturas escavadas na rocha que se pode observar no local.

⁵⁷ Ao confirmar-se a bifurcação de vias de cronologia romana neste local, e a ocupação do espaço neste período ser por momentos residual e resumir-se apenas alguns fragmentos de *tegulae* por nós identificados, pensamos que este local onde hoje se localiza Linhares da Beira e tendo em atenção a veracidade de todos os pressupostos anteriormente enunciados, avançamos com a hipótese de neste local ter existido uma *mutatio* de apoio aos viajantes que fariam quer a travessia da Serra da Estrela, quer àqueles que se dirigiam à capital de *civitates* dos *Lancienses Transcudani*. Ao verificar-se esta situação, Linhares da Beira poderia ocupar uma posição em tudo semelhante àquela que foi proposta por Vasco Gil Mantas (1992: 170-173) para o povoado de Barreiras (Famalicão da Serra), no outro lado da Serra da Estrela.

importante ponto de passagem para as comunidades do I milénio a.C., conforme testemunham o recente achado de duas estelas da Idade do Bronze nesta área (VILAÇA, 2009: 22 e 24)⁵⁸ (Est. XV). A ser assim, a via passaria junto à actual aldeia de Prados⁵⁹, onde subiria a encosta até chegar à cumeada e passar pelo topónimo Vale de Estrada. Neste local, encontra-se o que aparenta ser um testemunho arqueológico inédito – face às suas características morfológicas e ao seu local de implantação junto a uma antiga via, consideramos a hipótese de poder corresponder a um marco miliário anepígrafo. A cerca de 200-300 m deste local, já na vertente que dá acesso ao Vale do Mondego, encontra-se um troço de calçada bem conservado que desce a encosta da serra em direcção à Ponte da Mizarela⁶⁰ (Fot. IX). Efectuada a travessia do rio Mondego, a via seguiria em direcção à actual aldeia de Pêro Soares e daí seguiria em direcção à actual aldeia do Cubo, percorrendo sensivelmente o mesmo percurso que a actual estrada nacional percorre até chegar à cidade da Guarda (Est. XVI).

Ainda sobre as vias na área de Linhares da Beira, tanto Moreira de Figueiredo (1952: 327) como Mário de Saa (1960: 301) defendem a existência de um percurso secundário, o qual, a partir daqui, se dirigia em direcção à actual povoação de Juncais, nas imediações do Mondego, transpondo então o rio, seguindo em direcção à actual povoação de Infias⁶¹. Esta passagem do rio Mondego junto à actual povoação de Juncais, pode ter tido alguma importância, pois, além de hipoteticamente servir este ramal secundário, terá também servido uma outra via, recentemente identificada nas

⁵⁸Sobre esta relação entre estelas e vias cfr: GALÁN DOMINGO, Eduardo y RUIZ-GÁLVEZ, Marisa (1991): “Las estelas del Suroeste como hitos de vias ganaderas y rutas comerciales”, *Trabajos de Prehistoria*, 48, p. 257-273; GALÁN DOMINGO, Eduardo y RUIZ-GÁLVEZ, Marisa (2001): “Rutas ganaderas, transterminancia y caminos antiguos. El caso del Occidente peninsular entre el Calcolítico y la Edad del Hierro”, *Los Rebaños de Gerión. Pastores y trashumancia en Iberia antigua y medieval (coord. Gómez-Pantoja)*, Coll. Casa de Velázquez, n.º 73, Madrid, p. 263-278.

⁵⁹ Na área do topónimo Amiais (próximo da aldeia de Prados), segundo informações orais, existe ainda um troço em calçada, sendo referido pelas populações como o percurso utilizado para se deslocarem a Linhares antes da abertura das novas estradas na década de 60 e 70 do século XX.

⁶⁰ Pelas informações orais recolhidas, o troço de calçada que desce a serra passa numa área sobranceira a aldeia da Mizerela. Existe depois uma outra calçada que entraria na povoação da Mizerela (proveniente da área de Vila Soeiro) sendo esta talvez de época medieval ou mesmo moderna ligando depois esta área à Aldeia Viçosa.

⁶¹ A actual povoação de Infias pertence ao concelho de Fornos de Algodres. Este local, pelos vestígios arqueológicos de época romana que têm sido identificados, demonstra ter tido uma importância considerável na antiguidade, podendo ter correspondido a um *vicus* (Valera, 1993). O cariz comercial que este local terá conhecido, enquanto eventual entreposto comercial e/ou cruzamento viário, foi aparentemente assinalado e perpetuado através de uma inscrição com dedicatória ao Deus Mercúrio (deus protector dos viajantes e dos comerciantes) (Saa, 1960: 301). Para além desta inscrição votiva são conhecidas mais duas inscrições funerárias e moedas, bem como silhares almofadados e outros elementos construtivos de época romana (*idem*: 302).

imediações da malha urbana de Celorico (Est. XVII), cujo traçado também se parece orientar em direcção a Juncais.

Outra importante via romana que atravessa a nossa área de estudo é aquela que se dirige para a zona do Mileu / Guarda, possível capital dos *Lancienses Transcudani*, conhecendo-se alguns troços conservados na área do Chafariz da Dorna (freguesia da Sé/Guarda). Esta via, desde esse lugar, segue em direcção ao Vale do Mondego, efectuando a descida para este vale nas proximidades do povoado romanizado do Tintinolho, passando, depois, ao largo da actual aldeia da Ramalhosa e transpondo o rio Mondego provavelmente na Quinta da Ponte ou nas suas proximidades. Daí encaminha-se em direcção à moderna povoação de Aldeia Viçosa, onde existem troços de calçada bem conservados entre esta aldeia e o topónimo Portela, precisamente na zona em que actualmente é feita a divisão administrativa entre duas freguesias (Aldeia Viçosa e Rapa) e também entre dois concelhos (Guarda e Celorico da Beira).

A verificar-se uma cronologia de época romana para este traçado que se dirigia para o Vale do Mondego, este passaria junto a importantes habitats deste período. Desde logo, passaria junto do importante povoado do Tintinolho, cuja ocupação remontará à II Idade do Ferro, sendo posteriormente romanizado. Em segundo lugar, esta estrada, junto à actual povoação da Aldeia Viçosa, passaria nas proximidades do topónimo de Aldeia Nova, onde Vítor Pereira identificou um povoado romano que classificou de aldeia, com uma área de dispersão de materiais de construção romanos (*tegulae* e *imbrice*) superior 45.000m². Ainda segundo este investigador, a criação deste aglomerado populacional poderá ter constituído a resposta para congregar as populações que habitavam os povoados de altura do Tintinolho e Pedra Aguda, os quais durante o processo de romanização terão ficando progressivamente despovoados.

Ao chegar à Portela, esta estrada descia em direcção à actual povoação da Rapa, para depois passar nas proximidades de Mourilhe, Fonte Arcada e Grichoso (aldeias actuais que, no seu conjunto, formam a freguesia de Vale de Azares). Segundo as informações do pároco da Rapa, que respondeu às Memórias Paroquiais em 1758, o seu trajecto iria em direcção à vila de Celorico da Beira. A passagem de uma via romana nas imediações da actual freguesia de Vale de Azares serviria diversos habitats desta época que se fixaram nesta área, desde logo o possível povoado de *Aracelum*, de onde

seriam oriundos Clemente e Licínio que consagraram os seus votos à deusa *Amma*⁶². Esta via serviria também a *villa* romana da Fonte Arcada, bem como o casal localizado na Quintã (Grinchoso).

Mas outra hipótese de trabalho poder-se-á colocar para a viação romana na área da actual freguesia de Vale de Azares: a existência de um outro percurso orientado em direcção à freguesia de Lageosa do Mondego⁶³, transpondo o rio Mondego nas imediações da Ponte do Ladrão e seguindo em direcção à aldeia de Açores importante local com vestígios da época romana⁶⁴ (Est. XVI). Na continuação do seu percurso em direcção à vila de Celorico da Beira, esta via passava provavelmente próximo da Quinta do Piroco/Montalto – lugar onde se localiza uma granja romana⁶⁵. A partir aqui, provavelmente, dirigia-se para a área assinalada com o topónimo de Carregais, onde actualmente ainda é visível um importante troço de calçada com cerca de 500/600m de extensão. Sensivelmente a meio deste traçado, e junto à via, encontra-se o casal romano da Ribeira (Est. XVIII). Este troço de calçada ligaria depois à chamada calçada da Lavandeira, passando próximo do casal da Garcia (200-300 m), para posteriormente cruzar o rio Mondego, talvez nas imediações do local onde hoje existe a ponte de época moderna da Lavandeira (Est. XIX). Após a transposição do rio Mondego, a estrada passaria junto à estação arqueológica de S. Gens, dirigindo-se de seguida em direcção à actual povoação de Aldeia Nova (Fornos de Algodres)⁶⁶.

Em Açores (lugar, como vimos, que poderá corresponder a um *vicus*), passaria uma via oriunda talvez de Sul, desde a área de Vale de Azares. Esta dirigir-se-ia

⁶² A este propósito, cf. referência a esta inscrição no subcapítulo seguinte, dedicado à epigrafia romana da Bacia de Celorico.

⁶³ A passagem desta via entre Vale de Azares e Lageosa do Mondego exigia que antes da travessia do rio Mondego fosse transposta a ribeira da Cabeça Alta. Esta travessia efectuar-se-ia na área de confluência entre o rio Mondego e a ribeira da Cabeça Alta, num lugar designado de Pontinha – travessia essa que desde sempre se terá efectuado através de uma ponte de madeira. Face ao caudal volumoso e ao perigo que representava efectuar esta travessia, os moradores da freguesia da Ratoeira solicitaram que fosse construída uma ponte em pedra. Segundo a mesma documentação, essa ponte em pedra foi construída em 1780, sendo actualmente inexistente, porventura como resultado das intempéries (OLIVEIRA, 1997: 662 e 663).

⁶⁴ A hipótese da existência desta ligação prende-se, em primeiro lugar, com a importância administrativa que eventualmente Açores terá tido em época romana e, em segundo lugar, com os indícios da existência de uma antiga via entre Vale de Azares e Açores, seguindo sempre nas proximidades da ribeira da Cabeça Alta. Nesta antiga calçada subsistem os vestígios dos rodados das carroças e carros de bois que ao longo dos séculos provocaram o desgaste da rocha (*vide* Fot. X).

⁶⁵ No ponto 6 deste trabalho é dado algum destaque a este sítio arqueológico, uma vez que foi objecto de escavação durante os trabalhos de reconversão do IP 5 em A 25.

⁶⁶ Relativamente a este troço de via, Mário de Saa escreveu o seguinte: *Nas imediações de Celorico é tangente a Forno Telheiro (estação de caminho de ferro), onde abundam sepulturas antropomórficas. Segue, para Noroeste, à Fuinha, passa a ribeira de Serabigo perto de Aldeia Nova e, em Queiriz onde sobe, faz cruzamento com a entrada que levamos para Trancoso* (1960: 306).

provavelmente para norte, em direcção à *Civitas Aravorvm* (Marialva - Mêda). Também é plausível pensar, relativamente a este assunto, na existência de um ramal secundário, mais directo, pela margem direita do Mondego. Deste modo, esta via seguiria, após a descida do monte do Tintinholo, para norte, passando junto às actuais aldeias de Porto da Carne e Amoreiras, para finalmente chegar a Açores. Deste local, encaminhar-se-ia em direcção à actual povoação de Aldeia Rica, que se localiza a cerca de 1 km para noroeste de Açores e daqui poderia seguir em direcção à actual aldeia de Vilares (Trancoso), onde em época romana existiu um importante povoado romano (PERESTRELO *et alii*, 2000: 104). No percurso desta estrada, que ligaria dois importantes povoados de época romana (Açores e Vilares), o seu traçado passaria provavelmente entre as actuais freguesias de Baraçal e Minhocal⁶⁷ (cf. Est. VII).

Chegando a Vilares, esta via poderia eventualmente tomar duas direcções distintas, rumando a norte, em direcção à área das actuais freguesias de Freches e Torres, o que explicaria de certa forma, o povoamento romano que encontramos nesta zona⁶⁸, ou então, para evitar a orografia, rumava para nascente, em direcção à actual freguesia de Vila Franca das Naves⁶⁹. O cenário viário que acabamos de traçar, não obstante os problemas que colocam as vias romanas e a sua identificação, é resultado do nosso conhecimento do terreno e da sùmula de informações existentes sobre este assunto. É, assim sendo, um cenário hipotético mas não deixa de ser significativo o facto do povoamento romano mais importante se situar nas imediações dos trajectos que propomos.

4.4. A epigrafia (sociedade e religião)

A epigrafia romana na Bacia de Celorico possui, até ao momento, uma fraca representatividade, relativamente ao número de sítios romanos inventariados na região. Todavia, esta exiguidade e desconhecimento de inscrições romanas, provavelmente um hábito ou uma prática que não estava ao alcance de todos, quer pela falta de condições

⁶⁷ Sobretudo na área da actual freguesia de Minhocal detectamos uma importante ocupação romana, constituída por casais e eventualmente por uma granja. Neste local, dada a proximidade física entre os diferentes estabelecimentos, é plausível pensar na hipótese de estes, no seu conjunto, constituíram uma espécie de aglomerado populacional, tipo aldeia descentrada.

⁶⁸ Convém referir que nesta área identificamos duas *villae* (Torres II e Olos), 1 granja (Quinta da Palôa), 6 casais e dois *tuguria*, realidade referente ao povoamento disperso, já que relativamente ao povoamento agrupado há a referir a existência de uma aldeia na Quinta dos Corgos.

⁶⁹ Pedro Carvalho refere que o percurso desta via, a partir de Vilares, seria Póvoa do Concelho, Póvoa d'El-Rei, Vieiro e Coriscada (2009: 38).

económicas, quer pelas características da bagagem cultural de uma sociedade sobretudo ruralizada e de origem indígena, não reflectirá porventura, o número de testemunhos epigráficos erigidos durante este período na região.

Apesar de tudo, a epigrafia não foi desconhecida e, aparentemente, face aos poucos testemunhos epigráficos conhecidos na região, terá aqui também sido preponderante como agente de aculturação e de integração das populações indígenas no *modus vivendi* romano. O recurso à escrita, aplicada em materiais duradouros como a pedra e o metal, passa a ser habitual entre os povos indígenas tanto para professarem as suas crenças, como para imortalizarem os seus votos aos familiares defuntos.

Até ao momento foram identificados, dentro da nossa área de estudo, cinco inscrições de época romana: três no interior da área administrativa do concelho de Celorico da Beira, uma na área administrativa do concelho de Trancoso, outra na do concelho de Fornos Algodres.

No concelho de Trancoso, nas proximidades da estação arqueológica dos Vilares, foi identificada uma inscrição rupestre tardo-romana: « **Aedi. Iesus (bajo Cristograma) Domini Catu-ro Areini (filius) ocupavit locum. l(atum) p(edes). XXV. Act(um) pr(idie) k(alendas) Iun(i)a(s) co(n)s(ulibus) Anastasio? (bajo anagrama) O(rientis). Via(tore) O(ccidentis)**»; cuja tradução é “*Caturão, filho de Areino, tomou posse para o templo de Jesus, o Senhor, de um solar de 25 pés de largura. Fez-se o contrato no dia anterior às calendas de Junho (31 Maio) do ano em que o imperador Anastásio era cônsul para Oriente e Viator para Ocidente (495 d.C)*” (COLMENERO, 1995: 146) (Est. XX); a sua datação aponta para o ano de 495 d.C. Esta inscrição, como refere Amílcar Guerra⁷⁰, apesar da sua cronologia tardia, expõe uma onomástica tipicamente romana, referindo o autor que o prevalectimento de uma inscrição com uma onomástica tipicamente romana até um período tão tardio pode demonstrar o isolamento desta região durante este período, ou então, justificar-se por uma incorrecta classificação cronológica – na nossa perspectiva, talvez o conservadorismo destas gentes explique melhor na viragem do séc. V para o VI as permanências anotadas.

Trata-se de uma inscrição de carácter religioso, estando subjacente o ideal honorífico de imortalizar o autor da construção de um templo para o culto cristão. Este

⁷⁰ Sobre este assunto consultar a recensão bibliográfica sobre o *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Merida: Fundación de Estudios Romanos; Bordeaux: Ausonius, 2003 elaborada por Amílcar Guerra na *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, n.2, 2005, p. 636-640.

testemunho epigráfico é importante pelo facto de testemunhar a consolidação (mais do que a introdução) do cristianismo nesta área da Beira Interior. E num local como Vilares, onde ocupação romana parece remontar ao século I d.C., este testemunho epigráfico demonstra ainda que locais profundamente romanizados (e possuidores eventualmente de algumas funções administrativas ou de alguma centralidade) foram provavelmente os primeiros a ser influenciados pela nova religião, como resultado da maior facilidade de contactos ou de troca de ideias com populações oriundas de outras paragens, mais setentrionais, onde o cristianismo se encontraria há mais tempo enraizado, quer em meio rural quer em meio urbano⁷¹.

Relativamente à inscrição encontrada na área administrativa de Fornos de Algodres, esta foi identificada nas imediações da aldeia da Muxagata, embutida na parede de uma fonte de mergulho. Trata-se de uma ara anepígrafa, com uma molduração de tipo clássico (Fot. XI). No interior da aldeia da Muxagata, foi igualmente identificado, no interior da Igreja Matriz, um outro provável testemunho epigráfico, correspondente a um fuste circular anepígrafo, catalogado por António Carlos Valera como um provável miliário anepígrafo (Fot. XII).

O testemunho epigráfico de época romana há mais tempo conhecido na Bacia de Celorico encontra-se no topo do monte onde, no séc. XII, se construiu o Castelo de Celorico da Beira (Fot. VIII). Conhecido desde o século XVII, ficando desde então associados a interpretações sobre o seu conteúdo um tanto ou quanto fantasiosas⁷², só em meados da década de 80 do século XX é que Fernando Patrício Curado apresentará a sua correcta leitura. Localizada no exterior do perímetro do Castelo de Celorico da Beira, gravada num dos afloramentos graníticos que o rodeiam, esta inscrição encontra-se incompleta, uma vez que o bloco onde se observa está fracturado, desconhecendo-se assim a totalidade do conteúdo epigráfico⁷³.

⁷¹ A comprovar esta ideia de profundas alterações a nível religioso, em meio urbano e em meio rural, encontramos as profundas transformações arquitectónicas e funcionais de alguns espaços. Nas capitais de *civitates*, os *fora* são objecto de alterações com a construção de Igrejas e adopção de espaços fúnebres nas proximidades dos religiosos. Também em meio rural se verificam idênticas transformações, nomeadamente nas *villae*, onde alguns espaços sofrem profundas alterações arquitectónicas com o objectivo de os transformar e adaptar em templos de culto cristão, passando inicialmente pela construção das primeiras basílicas paleocristãs.

⁷² Autores locais que, desde então, se referiram à inscrição procuraram atribuir a construção do Castelo de Celorico a importantes vultos da história de Roma que na sua passagem edificaram esta fortificação e ao mesmo tempo teriam deixado imortalizado esse feito nessa inscrição; segundo essa interpretação, o castelo foi fundado pelos capitães *Nigro*, *Servi* e *Junio* que o dedicaram a Augusto César (OLIVEIRA, 1939: 69-70).

⁷³ O bloco granítico encontra-se deslocado do seu local original. É provável que esta inscrição se encontraria originalmente no ponto mais elevado do monte, hoje sem nenhuma estrutura arquitectónica construída, mas onde durante muitos séculos existiu a primitiva torre de menagem do castelo.

A leitura que Curado apresenta é a seguinte: (.../.../M)ALCEINI (*filio, vel filia*) / (SAC)RVM / (M)VNIDI, cuja tradução é «*Consagrado a Munídia, por...?...(filho/filha) de Malgueino*» (Curado, 1985) (Est. XXI). Dedicada a uma divindade indígena Munis, esta inscrição poderá desde logo testemunhar indirectamente a presença de um antigo santuário proto-histórico ao ar livre neste local – espaço de culto este posteriormente romanizado, não se justificando assim uma ocupação permanente deste lugar elevado em época romana. Com efeito, a ausência de outros testemunhos materiais deste período, ou anteriores, denunciam uma não ocupação efectiva deste espaço enquanto habitat permanente⁷⁴.

Apesar de incompleta, as informações contidas nesta inscrição são importantes: em primeiro lugar, verificamos que se trata de um dedicante – *Malgueino* – de origem indígena que consagra os seus votos à deusa *Munis* ou *Munidis*, uma importante divindade dos *Lusitani*, de âmbito regional ou mesmo supra-regional, cujos testemunhos epigráficos actualmente conhecidos se encontram nas áreas dos actuais concelhos de Chaves, Paços de Ferreira, Vila Pouca de Aguiar e Idanha (CURADO, 1985: 641-643).

Pedro Carvalho (2009: 43), numa recente abordagem a esta inscrição, refere que face à ausência de outros testemunhos, o topo deste monte deixa antever poder tratar-se de um local de culto inabitado, sugerindo no entanto a hipótese de que este espaço sagrado se localizava num local sobranceiro a um pequeno povoado romano “*o teónimo Munis ou Munidis é habitualmente interpretado como designando uma divindade feminina protectora de um lugar específico, como um vicus ou castellum*” – hipótese plausível que obriga, também por isso, a um particular cuidado no acompanhamento de todos os trabalhos que se efectuem na área do actual centro histórico de Celorico da Beira.

Com efeito, vários foram os autores que no passado consideraram a existência de um *castellum* neste local (ALMEIDA, 1945; RODRIGUES, 1979; OLIVEIRA, 1939), fundamentando a sua teoria na existência da inscrição e na excelente localização geográfica de Celorico. No entanto, os recentes trabalhos arqueológicos realizados no espaço do Castelo não comprovam essa ocupação. Todavia, segundo a proposta de Pedro Carvalho, a existência de uma pequena aglomeração de casas em época romana, a

⁷⁴ Nos anos de 1997 e 2007, inseridos em dois projectos de requalificação do Castelo de Celorico da Beira, foram realizados trabalhos arqueológicos que não detectaram quaisquer vestígios de uma ocupação anterior aos finais da Alta Idade Média (sécs. XI - XII). Sobre este assunto consultar os relatórios: Ricardo, Isabel (1997): *Relatório das Escavações Arqueológicas do Castelo de Celorico da Beira*, Câmara Municipal de Celorico da Beira (policopiado); Marques, António Carlos (2007) *O Castelo de Celorico da Beira, Relatório da Intervenção Arqueológica* (policopiado).

verificar-se, seria antes na base do morro granítico onde se ergueu o Castelo. E, assim sendo, esta hipótese pode considerar-se válida, desde logo se considerarmos o posicionamento geo-estratégico do local em causa - visível desde quase toda a área da Bacia de Celorico, sobranceiro ao Mondego e a um possível corredor de passagem de vias, situando-se ainda nas proximidades (a cerca de 1,5 km para sul) da importante estação arqueológica de S. Gens (como veremos, mais adiante, esta estação terá tido uma importante ocupação romana desde o século I/II d.C).

Também no concelho de Celorico da Beira, na freguesia de Vale de Azares, foi identificada outra importante inscrição romana, actualmente embutida na parede direita do coro da Capela de Nossa Sr.^a dos Azares (Est. XXII). Aparentemente, face aos vestígios arqueológicos existentes nas imediações, esta epígrafe encontrar-se-á muita próxima do seu local original de deposição, talvez a cerca de 100 m, uma vez que, numa habitação localizada a nordeste da capela, foram identificados vários silhares almofadados, parecendo denunciar a eventual existência de um templo neste local.

A inscrição apresenta a seguinte leitura: AMMAE · AR/ACELENI · SACRVM / CLEMENS · CELE/RIS · LICINVS · CIL[I] / D(e) · S(uo) · F(aciendum) C(urauerunt); a sua tradução: *Consagrada a Ama Aracelene; Clemente (filho de) Celer e Licínio (filho de) Cilo mandaram fazer à sua custa* (FERREIRA *et alii*, 2004). Trata-se, portanto, de uma epígrafe consagrada à divindade indígena *AMMA*. Os dedicantes, também eles de origem indígena (Clemente e Licínio), mas com cognomes latinos (tal como os patronímicos), identificam-se igualmente pelo seu provável local de origem (*origo*): o povoado *Aracelum* (FERREIRA *et alii*, 2004).

A terceira inscrição romana existente no concelho de Celorico da Beira foi recentemente identificada por nós na aldeia de Açores, tratando-se de uma inscrição inédita (Est. VIII). Corresponde a uma ara de granito de grão fino e em razoável estado de conservação, que mantém o fuste intacto e conserva a moldura de base (com 12 cm de altura) e o capitel (tendo aqui apenas perdido os toros – e talvez um diminuto frontão triangular – que o encimava, mas mantendo vestígios do fóculo central circular), revelando assim uma molduração de tipo clássico.

Dimensões totais: 56 x 32 x 30

Dimensões do fuste: 29 x 26 x 24

PRO · SAL(ute) / ET · REDIT / G(aii) · SILI(i) · CEL / SI · ARRVTIA / CLARA · IOVI / O(ptimo) M(aximo) · V(otum) · S(olvit)

Pela saúde e regresso de Gaio Silio Celso. Arruntia Clara cumpriu o voto a Júpiter Ótimo Máximo.

Alt. das letras: l. 1: 4; l. 2: 4 (R = 4,3); l. 3: 3,8; l. 4: 4,5; l. 5: 3,8 (R e I = 4,1); l. 6: 3,8.

Espaços: 0,6 / 0,8

A inscrição, dividida por seis linhas, encontra-se paginada segundo um eixo de simetria, com alinhamento justificado, à excepção da última linha, alinhada unicamente à esquerda. Apesar do seu aspecto compacto e de efectuar um máximo aproveitamento do fuste/campo epigráfico, apresenta-se bem distribuída pelo mesmo (apenas por uma vez houve necessidade de recorrer à translineação) e mantém relativamente constantes a altura dos caracteres e espaços interlineares.

Os caracteres, em letra capital actuária, apesar de muito gastos (o que traz algumas dificuldades de leitura imediata), na sua generalidade conservam-se integralmente⁷⁵, por força, desde logo, de uma gravação vigorosa, embora nem sempre rigorosa quanto ao seu traçado. Na verdade, algumas letras mostram uma certa irregularidade no traço, com contornos que, no entanto, são reconhecíveis noutras inscrições da região. Os *RR*, gravados a partir do *P*, possuem a pança muito exígua e a perna segura àquela; os *OO* são circulares, mas de traçado irregular, e a partir deles desenharam-se o *G* e os *CC*; os *SS*, curtos, apresentam a ponta inferior prolongada praticamente até meia altura da letra; os *AA*, à excepção do primeiro, estão ligeiramente inclinados para a esquerda; os *EE* possuem travessões iguais; os *LL* têm travessões curtos, por vezes quase imperceptíveis; e os *II* não possuem hastes horizontais. Os *VV* foram traçados de forma heterogénea e os *TT* exibem uma grafia muito pouco cuidada.

Quanto à pontuação, que aqui assume a forma de pequenos pontos, foi utilizada de forma correcta e regular na separação das palavras e abreviaturas.

A estrutura onomástica parece revelar que estamos em presença de uma família de cidadãos – ainda que a menção à tribo (assim como a filiação) esteja ausente. Gaio Silio Celso surge identificado com o característico *tria nomina*, enquanto a dedicante, Arruntia Clara, como a regra impõe para as mulheres, não usa o prenome.

Os antropónimos presentes nesta inscrição encontram-se referenciados na Lusitânia Romana: Gaio (Caius) em Hinojosa del Duero (Morán) e o nomen *SILI(VS)* em duas inscrições encontradas em La Coraja (Badajoz), pertencendo curiosamente, a

⁷⁵ Relativamente a este aspecto, refira-se, porém, que as escoriações existentes no lado direito do campo epigráfico afectaram algumas letras do texto, apresentando-se incompletas a última letra das linhas 2 a 5.

dois cidadãos romanos⁷⁶, um G.Silio Cosmo Aravo e um G. Silio Flavino, que seriam oriundos da *Civitas Araravorvm* (Deveza/Marialva) actual concelho da Meda.

Quanto ao nome Celso, não é estranho na epigrafia da Lusitânia – até ao momento foram identificadas 11 inscrições contendo o nome Celso. Relativamente às duas de maior proximidade geográfica que se reportam a este antropónimo, uma refere um cidadão da *Civitas Interanniense* (talvez Viseu) – inscrição que foi identificada na capital da Lusitânia (Mérida); e a outra foi identificada em Alcaria, freguesia do concelho do Fundão⁷⁷.

Quanto a Arruntia Clara, os antropónimos também não são desconhecidos da epigrafia da Lusitânia. No entanto, o *nomen* Arruntia apenas surge em duas inscrições: uma identificada em Valdelacasa del Tajo (Cáceres), que refere uma *Arruntia Avita* e outra identificada em Aljubarrota (concelho) que refere uma *Arruntiae Montani F.*⁷⁸. Já o nome Clara⁷⁹, que nesta inscrição surge como cognome, este é bem mais comum, surgindo em cinco epígrafes. Quatro destas inscrições surgem em contextos epigráficos urbanos: duas são provenientes de Egitânia (Idanha-a-Velha), uma de Mérida e uma de Salamanca, a quinta inscrição é proveniente de Salvatierra de Santiago (Cáceres).

Nesta inscrição, como habitualmente acontece, Júpiter é identificado com a tradicional fórmula I(ovi) O(ptimo) M(aximo). Também no interior norte da Lusitânia é relativamente habitual o achado de inscrições consagradas a Júpiter. Estas podem surgir em contexto oficial, no qual os dedicantes são os habitantes de um *vicus* ou de uma capital de *civitas* que, por uma questão de crença ou então simplesmente como demonstração de adesão à ideologia oficial, consagram e solicitam a protecção ao Deus dos Deuses (FERNANDES *et alii*, 2006:178). Dentro deste contexto, possuímos dois exemplos bastante elucidativos e relativamente próximos geograficamente da região em estudo: o primeiro localiza-se no actual concelho da Meda, mais especificamente na área da aldeia de Coriscada, e refere-se ao *Vicus Segoabonca*, (FERNANDES *et alii*, 2006, p. 170 e 182-185); o segundo é proveniente da Torre de Almofala (Almofala, Figueira de Castelo Rodrigo), no qual os habitantes da *Civitas Cobelcorvm* consagram essa inscrição a *IOVI OPTIMO MAXIMO* (FRADE, 1998, 266).

⁷⁶ *Atlas Antroponímico de la Lusitânia* (2003), Grupo Mérida, Fundación de Estudios Romanos, Ausonius Éd., Mérida/Burdeos (Coord. M. Navarro Caballero y J. Ramírez Sábada), p.303.

⁷⁷ *Idem*: consultar p.139-140 e ver mapa 86.

⁷⁸ *Idem*: consultar p. 100-101 e ver mapa 42.

⁷⁹ *Idem*: consultar p. 144-145 e ver mapa 92.

Para além do culto com uma dimensão oficial (habitualmente prestado pelos habitantes de um aglomerado populacional), existem também testemunhos do culto particular a Júpiter, onde algumas pessoas, no quadro do seu domínio privado, demonstram toda a sua devoção ao deus máximo do panteão romano. Disto temos testemunhos em inscrições identificadas nos concelhos de Fornos de Algodres, Vila Nova de Foz Côa, Belmonte, Almeida e Guarda. Para além destas, e face ao seu estado de conservação, surgem ainda outras inscrições a Júpiter nesta região que nunca saberemos se foram dedicadas a Júpiter por algum aglomerado populacional ou se correspondem a testemunhos de devoção particular⁸⁰. Na Beira Interior, área em que se inscreve a inscrição de Açores, o culto a Júpiter foi praticado quer pelas populações indígenas quer por cidadãos romanos, representando as dedicatórias de cidadãos romanos cerca de 34,4% do total de dedicantes a Júpiter (REPAS, 2001:135).

A fácil aceitação pelas comunidades indígenas do culto a Júpiter na região considerada – e a consequente profusão dos votos a este deus – tem sido justificada, por um lado, através de um fenómeno de *interpretatio*, em que *Iuppiter*, face ao seu carácter universal, terá sido assimilado a uma ou mais divindades indígenas, acabando por as substituir⁸¹, e, por outro, pelo facto de ter sido venerado enquanto deus supremo do Império Romano, ou seja, como forma das comunidades indígenas (ou de indivíduos a título particular) demonstrarem publicamente a aceitação da nova Ordem instituída, desempenhando, assim, um papel equivalente ao protagonizado pelo culto imperial noutras zonas da Lusitânia⁸². Exemplo claro do culto a *Iuppiter* como uma manifestação oficial de adesão e fidelidade às instituições vigentes serão as inscrições cujos dedicantes constituem uma pessoa colectiva, como os habitantes de um *vicus*, *castellum* ou *civitas*. Não invalidando a ocorrência de fenómenos de *interpretatio* nesta região da Lusitânia, muitas das inscrições de índole privada consagradas a esta divindade, quer por cidadãos romanos, quer por indígenas, em contexto urbano ou rural, para além de um acto de devoção religiosa (genuína até), seriam também uma forma de expressar – talvez de forma ostensiva e pública – a perfeita integração dos mesmos nos valores da

⁸⁰ A este propósito referenciamos às inscrições identificadas no sítio da Deveza de Marialva concelho da Mêda CIL II 428; ILER 153; GARCIA 1991 n° 307, e no Casteleiro, concelho do Sabugal (GARCIA, 1984:57-58; GARCIA 1991 n°295 (REPAS, 2001:128).

⁸¹ TRANOY, 1981, p. 321 e ALARCÃO, 1988, p. 167-168. Na região da Lusitânia, o culto a Júpiter Solutório será um exemplo deste tipo de fenómeno, pois parece ser o resultado da identificação entre *Iuppiter* e o deus indígena *Eaeco* (REPAS, 2001: 133 e 136).

⁸² ALARCÃO, 1988, p. 168 e RIBEIRO, 2002, p. 415. Sobre as diversas explicações apontadas para a ampla difusão do culto a Júpiter nesta região, veja-se ainda: ENCARNAÇÃO, 1990: 452-453 e REPAS, 2001: 132-136.

cultura clássica. Deus máximo do panteão romano, Júpiter era igualmente expressão do poder do Império e do *Princeps* e, deste modo, a devoção para com este constituiria uma forma de projecção cívica e de afirmação política por parte sobretudo das elites locais de raiz indígena, sedeadas em aglomerados populacionais (REDENTOR, 2006: 269-270).

Refira-se ainda que, para alguns investigadores, a ampla difusão deste culto no Noroeste Peninsular (e também, por arrasto, no interior norte da Lusitânia), estaria estreitamente relacionada com a presença do exército, cujos efectivos – presumíveis agentes principais da difusão deste culto – teriam sido numerosos nesta região (PEETERS, 1938 (cit. por REPAS, 2001, p. 132) e ALARCÃO, 1973, p. 159-161). Todavia, na actualidade, perante o número relativamente reduzido de inscrições consagradas por militares, considera-se que o papel do exército, enquanto agente difusor deste culto, poderá não ter sido assim tão relevante ou determinante (ALARCÃO, 1988: 167).

De todo o modo, convém igualmente sublinhar, é precisamente nas dedicatórias a Júpiter realizadas tanto por corpos militares, como por indivíduos que faziam (ou fizeram) parte das fileiras do exército, que encontramos frequentemente a fórmula *pro salute*, nestes casos associada à figura do imperador que expressamente se homenageia (HERNÁNDEZ GUERRA e SOLANA SAINZ, 2000: 13-18). Assim, *pro salute*, neste contexto, revela-se uma expressão carismática do poder e da sua regeneração, pois a saúde do imperador equivale à saúde do Império. E o acto inerente à execução do voto, além de uma função religiosa, seria similarmente uma demonstração de lealdade ao exército, ao imperador e a Roma, verificando-se, também nestes casos, uma relação muito próxima entre o culto a Júpiter e o culto imperial (*Idem, Ibidem*). A associação da fórmula *pro salute* à figura do imperador, na Hispânia, ocorre também, por diversas vezes, ligada ao culto de outros deuses clássicos (VIVES, 1971: 27-71) e, nesta área da Lusitânia, mais concretamente em duas epígrafes existentes no concelho de Penamacor, a referida associação verifica-se mesmo sem que haja qualquer invocação a Júpiter ou outra divindade⁸³. Em número consideravelmente superior aos anteriores, registam-se, contudo, os casos em que a invocação quer a Júpiter, quer a outro deus do panteão

⁸³ Numa das inscrições, proveniente da Meimoa, apela-se à saúde do Imperador Trajano, na consagração de um *campus* pelos *vicani* de *Venia* (CURADO, 1979, p. 146), e, na outra, procedente do Vale da Senhora da Póvoa, é mais uma vez a saúde e, neste caso, o regresso do Imperador Trajano que se encontram memorados (CARVALHO, 2007, p. 285, n.º 49). Na medida em que se apresenta fracturada, não podemos excluir, porém, a hipótese de esta última ter sido consagrada a *I.O.M.* ou a outro deus clássico.

romano ou indígena, é efectuada apenas pela saúde do dedicante ou dos seus (*Idem*: 13-113).

No caso da inscrição de Açores, a expressão *pro salute (et reditu)* e a invocação a *I.O.M.* também não surgem associadas a uma dedicatória imperial. Esta ara foi dedicada a um indivíduo por uma mulher, talvez sua esposa, no quadro de uma manifestação de fervor religioso de carácter privado, pois, pese embora a consagração do voto perpetuado pudesse ter constituído um acto público (pelo facto de ter sido colocado num espaço religioso de acesso público), são particulares as personagens envolvidas.

Deste modo, Gaio Cílio Celso pela saúde e regresso do qual se consagraram votos e se pediu a protecção de *I.O.M.* seria, decerto, um indígena romanizado – indígena que terá obtido a dado momento a cidadania romana, talvez por ter ingressado nas fileiras do exército, facto que terá motivado a sua deslocação por paragens mais ou menos distantes e perigosas. Assim o sugerem os sentimentos de profunda angústia e sofrimento, subjacentes à feitura desta inscrição e contidos sobretudo na palavra *reditu*, que uma viagem isenta de risco, mesmo que longa, por certo não motivaria. Nesta perspectiva (e não colocando de parte a existência de uma genuína e particular devoção a Júpiter, por parte do casal ou de um dos cônjuges), esta divindade poderia ter sido invocada, principalmente, na qualidade de protectora do exército e do Estado Romano, até por que seria no exercício das funções militares (e em prol do Império) que o marido da dedicante poderia não voltar.

Gaio Cílio Celso, ainda no campo das hipóteses, poderia ainda tratar-se de um autóctone que adquiriu a certa altura o estatuto de cidadão romano na sequência do exercício de uma magistratura local. Ou então, ligando-se com a hipótese anterior, tratar-se-ia de um indivíduo com certo poder económico que facilmente se adaptou aos valores da cultura clássica. Seja como for, este teria sido sempre um notável local, que, a dado momento, se ausentou da sua terra, deixando para trás alguém que, em virtude dos laços que os uniam, desejava expressivamente o seu regresso de perfeita saúde.

A descoberta desta inscrição revela-se da maior importância para o conhecimento da romanização na Bacia de Celorico da Beira. A datação atribuída a esta epígrafe, fixada provavelmente entre os sécs. I-II d.C.⁸⁴, poderá testemunhar a chegada de populações profundamente romanizadas a uma área que começou certamente a ser claramente ocupada e explorada segundo os preceitos romanos. Poderá também

⁸⁴ A este propósito aceitamos a proposta cronológica de Amílcar Guerra para as inscrições com o formulário *Pro Salute*, que as classifica maioritariamente do séc. II e III (2007:198).

testemunhar a adesão das populações com ascendentes indígenas (e que continuavam a assumir um lugar de destaque na sociedade destes novos tempos) nos valores da cultura romana. Demonstra igualmente um fervor religioso baseado no culto a alguns deuses do panteão romano, pois convém recordar que, até à descoberta desta inscrição, na região em estudo apenas eram conhecidas preces dirigidas a divindades indígenas. Por sua vez, deixa ainda supor que esta inscrição poderia estar colocada num local público, eventualmente até no interior de um templo, erguido no quadro de um núcleo de povoamento agrupado (*vicus?*), onde alguns dos seus habitantes mais notáveis fariam questão em expressar publicamente a sua devoção e os seus votos religiosos, influenciando assim, ao mesmo tempo, a restante população indígena desse provável núcleo populacional romano situado nas imediações da actual aldeia de Açores.

4.5. A economia

O quadro económico desta área, tal como em muitas outras regiões onde os dados obtidos são sobretudo provenientes de achados de superfície (prospecção), não é tarefa fácil de traçar, pois a grande diferença temporal que medeia entre o tempo presente e a época romana fez com que grande parte do registo histórico - arqueológico não subsistisse à voraz passagem dos séculos. Para este quadro de estudos, que encerra diferentes âmbitos de análise, desde a estrutura fundiária às práticas agrárias, dos intercâmbios comerciais às produções artesanais, os dados conhecidos no terreno são parcos e parcelares e não permitem esboçar mais do que um quadro muito genérico. Contudo, e desde logo, a configuração do povoamento romano na Bacia de Celorico, baseada principalmente em pequenos e médios núcleos de povoamento unifamiliares (granjas e casais), parece apontar para um quadro económico muito focado e voltado para as necessidades da subsistência diária, no qual a agricultura e a pecuária desempenhavam um papel fulcral.

A posição geográfica da maioria destes habitats, nas imediações de pequenos cursos de água (ribeiras) e nas proximidades de algumas vertentes mais montanhosas, deixam certamente supor a predominância destas duas actividades no tecido produtivo. Ao nível agrícola, é plausível supor a existência de culturas de cereais de sequeiro, pois, em diversos habitats unifamiliares e comunitários, foram identificadas várias mós

rotativas manuais⁸⁵ que testemunham a transformação dos cereais em farinha. Juntamente com as mós, a presença de fragmentos de *dolia*, na grande maioria dos assentamentos romanos, denuncia a utilização destes grandes recipientes como reserva alimentar de alguns dos bens alimentares, sólidos e líquidos, produzidos no *fundus* de cada habitat. A estes juntar-se-ia, seguramente, outro conjunto de instalações e equipamentos destinados a armazenar ou transformar os frutos das colheitas (como sejam os celeiros e os lagares) e que se encontram atestados em lugares escavados em regiões limítrofes. Mesmo em lugares como sejam as quintas e os casais romanos, a estratégia económica de sobrevivência deveria assentar em muito na diversificação da produção e das actividades desenvolvidas, assim como na busca da auto-suficiência.

A par de novas práticas, novas culturas poderão ter sido introduzidas. Embora não existam para a região em estudo dados de natureza paleo-ambiental que as documentem (mediante o estudo de colunas polínicas, por exemplo), os elementos conhecidos para outras regiões contíguas parecem sugerir a multiplicação do castanheiro ou do cultivo da oliveira. Aliás, a testemunhar a franca produção de azeite nesta área temos os pesos de lagar identificados nos seguintes sítios arqueológicos: Torres II (n.º inv. 3), Carnicães (n.º inv.13), São Clemente (n.º inv. 11), Quinta do Quadrado (n.º inv. 18), Quinta dos Pinas (n.º inv. 23), Açores (n.º inv. 44) e Quinta do Monte Verão (n.º inv. 60). Outra importante cultura agrícola introduzida na região terá sido certamente a da vinha. Como último testemunho dessa produção, subsistirão alguns lagares escavados na rocha que identificámos. Pese embora o número considerável destas estruturas conhecidas na Bacia de Celorico, nem todas certamente remontam ao período romano. Consideramos plausível, no entanto, integrar no período romano os lagares escavados na rocha das estações arqueológicas dos Vilares (n.º inv. 17), Quinta dos Corgos (n.º inv. 12), Olival do Clergo (n.º inv. 41), S. Gens II (n.º inv. 36) e Quinta do Piroco (n.º inv. 53), face à proximidade entre estas estruturas e os habitats de cronologia romana.

Como anteriormente foi referido, desde logo face ao quadro geo-ambiental, também a pastorícia terá desempenhado um importante papel no contexto económico desta região. Porém, os vestígios desta actividade no registo arqueológico são mais ténues que os deixados pela prática da agricultura. A localização geográfica de alguns habitats, em áreas sinuosas, bem como a fraca qualidade dos solos que os rodeiam,

⁸⁵ As mós rotativas manuais foram identificadas nas estações n.º 10, 24, 29, 36, 47, 53, 59, 66, 73.

deixam perceber que a pastorícia seria então uma actividade complementar à actividade agrícola na região. Assim, talvez reproduzindo e anunciando uma realidade análoga à contemporânea, a pastorícia na época romana assentaria sobretudo na criação de gado ovino e caprino, quer pela menor necessidade de grandes áreas de pasto, quer pelo grande aproveitamento económico que sobretudo se faz deste gado – para além da carne, encontra-se também o leite e seus derivados e ainda o aproveitamento da lã. Concretamente as práticas ligadas aos lanifícios assumiriam também um importante papel nas economias domésticas da esmagadora maioria destes núcleos, como comprovam os numerosos pesos de tear encontrados nos sítios da época romana⁸⁶ – seria, antes de mais, para consumo próprio, mas os fabricos em lã poderão mesmo ter constituído um excedente transaccionado ao nível dos mercados locais e regionais.

Para além destas actividades económicas mais ligadas à terra, o comércio realizado em mercados locais teria igualmente alguma expressão, possibilitando o escoamento de alguns excedentes da produção agrícola e pecuária e, ao mesmo tempo, a aquisição de produtos exógenos. As produções cerâmicas, sobretudo de *sigillata* e de cerâmica cinzenta fina, são disso exemplo, deixando perceber claramente a existência de rotas comerciais com outras áreas da Península Ibérica (Est. XXIII, XIV, XXV e XXVI). Ao nível das produções hispânicas de *sigillata*, a grande maioria daquela que recolhemos demonstra claramente ser proveniente do centro produtor de *Tritium Magallum*. Também os fragmentos de ânfora identificados em S. Gens (Almagro 51) e Vale da Ribeira I permitem perceber o acesso a bens produzidos na costa atlântica (*garum*) (Est. XXVII), assim como os fragmentos de vidro em S. Gens e Olos denunciam igualmente o acesso dos habitantes locais a produções exteriores à região (Est. XXVIII e XXIX). Relativamente à produção de cerâmica comum (a esmagadora maioria da cerâmica representada nestes sítios), devemos admitir a presença de olarias locais, ainda que não haja estudos específicos que o comprovem. O mesmo se passaria com o fabrico de cerâmica de construção. Ambos, incluindo os fornos onde eram cozidas as peças, talvez se localizassem nas imediações dos principais núcleos populacionais (comunitários) da Bacia de Celorico ou nos *fundi* das *villae* mais importantes da região (Est. XXX). Testemunhando este tipo de produção poderá encontrar-se na referência ao achado, nos inícios do século XX, de um forno romano na aldeia de Açores (OLIVEIRA, 1939: 182). Por sua vez, como veremos no capítulo

⁸⁶ N.º 1, 4, 10, 24, 29, 53.

seguinte, também nos parece plausível pensar que a marca de oleiro identificada num fragmento de *tegulae* recolhido em S. Gens (sector 9) possa pertencer a um oleiro instalado na Bacia de Celorico denominado C(*aius*) VAL(*erivs*) P(?...) (Est. XXXI).

As transacções comerciais, por último, far-se-iam no quadro de uma economia monetária (revelada, por exemplo, pelos cinco numismas achados na estação arqueológica de Gens e de oito no sítio arqueológico do Sobral) (Est. XXXII), ainda que possamos igualmente admitir a manutenção de certos usos e costumes que se traduziriam na troca directa de produtos entre as gentes desta região do interior norte da Lusitânia romana.

Parte II

5. A Estação Arqueológica de S. Gens

5.1. Localização Geográfica

A estação arqueológica de S. Gens localiza-se numa encosta suave e planície que se lhe segue, próximo da confluência da Ribeira dos Tamanhos com o Rio Mondego. O seu posicionamento permite obter nas suas proximidades solos ricos e aráveis, com grande potencial agrícola, favorecendo o desenvolvimento de um assentamento humano no local.

O núcleo arqueológico de S. Gens situa-se na freguesia de Santa Maria, concelho de Celorico da Beira, distrito da Guarda, e localizando-se na Carta Militar de Portugal 1:25.000, folha n.º 191, segundo as coordenadas UTM 635654/4501892, sensivelmente a 2 km a norte da vila de Celorico da Beira (Est. XXXIII). O solo é de constituição granítica e com um potencial estratigráfico variável, existindo locais onde na actualidade é praticamente inexistente, nomeadamente na área onde se encontram implantados a grande maioria dos sepulcros escavados na rocha. No entanto, há locais da estação arqueológica que, atendendo à sua proximidade com linhas de água (Ribeira dos Tamanhos e o Rio Mondego) e à sua localização nas imediações do nível de cheia destes mesmos cursos de água, poderão atingir um potencial estratigráfico considerável.

Actualmente, a estação arqueológica de S. Gens apresenta grande parte da sua superfície coberta por uma vegetação constituída essencialmente por giestas e pasto, embora nos últimos anos, na zona mais próxima do Rio Mondego, parte do sítio arqueológico tenha sido alvo de um processo de reflorestação de pinheiros bravos. Contudo, a flora predominante no local é a giesta e o pasto, terrenos propícios ao pastoreio.

O topónimo S. Gens, que denomina toda a área, estende-se pela encosta e pelo vale que se lhe segue, tendo por limite os dois cursos de água (Ribeira dos Tamanhos e Rio Mondego), e resultará provavelmente de um topónimo religioso, i.e., da existência de uma Igreja onde seria prestado culto a S. Gens. A origem deste topónimo não é clara, uma vez que o nome pode ter duas origens cronológicas distintas: S. Gens pode corresponder a um orago dos finais do século III d.C. que terá vivido na época do Imperador Diocleciano e que terá sido martirizado por professar o cristianismo.

Considerado o patrono dos actores, o culto a S. Gens terá surgido na região Sudeste de França, local de origem do santo. Outra explicação possível para a origem do topónimo S. Gens pode encontrar-se relacionada com o culto a um bispo olisiponense que terá tido uma grande difusão entre as comunidades moçárabes nos séculos IX/X (TENTE, 2009: 148), culto que neste lugar congregaria, eventualmente, um edifício religioso, assim como uma extensa necrópole de sepulturas escavadas na rocha, ainda hoje visíveis.

5.2. Historial da Estação Arqueológica

As mais antigas referências à estação arqueológica de S. Gens surgem em finais do século XIX, ao se assinalar a existência de sepulturas (LEAL, 1873: 90). Nova investigação sobre o local ocorre apenas em inícios do século XX (1906) pelo arqueólogo Santos Rocha. No entanto, e apesar deste investigador não designar o local como necrópole de S. Gens, mas sim como necrópole da Moirama, consideramos que se tratava do mesmo sítio arqueológico, uma vez que os pontos geográficos de referência utilizados por este investigador parecem claramente remeter para a necrópole de S. Gens.

Em 1939 é publicada a primeira monografia sobre a história do concelho de Celorico da Beira. Nesta obra é referida a existência, a cerca de dois quilómetros a Sul da aldeia de Fornotelheiro, de um cemitério milenar “numa área extensa e cujas sepulturas – anteriores à época romana – se abrem nas rochas vivas em que o sítio abunda. Há-as de todas as dimensões e algumas a par” (OLIVEIRA, 1939:212).

Moreira de Figueiredo, em meados do século XX (1952/1953), publica na revista *Beira Alta* um importante estudo sobre as vias romanas e medievais que cruzariam a região da Beira. Neste estudo o autor faz alusão à necrópole de S. Gens, a propósito da sua proximidade em relação a uma importante via de época romana.

Em finais da década de 70 do século XX (1979), é publicada uma segunda monografia sobre o concelho de Celorico da Beira. Tal como já havia acontecido com a primeira monografia sobre o concelho de Celorico da Beira (1939), nesta obra são referenciados alguns sítios arqueológicos existentes no concelho. Contudo, nesta segunda monografia, é dedicada uma especial atenção ao sítio arqueológico de S. Gens (RODRIGUES, 1979: 31), nomeadamente à necrópole de sepulturas escavadas na

rocha, procurando o autor quantificar o número de sepulcros e definir as tipologias e as cronologias de construção.

Alguns anos volvidos, surge uma nova referência à estação arqueológica de S. Gens na obra *Roman Portugal*, publicada em 1988 por Jorge Alarcão.

Em 1994 a estação arqueológica é referenciada por António Carlos Valera e Ana Martins numa publicação onde são apresentados os primeiros resultados sobre o património arqueológico do Concelho de Celorico da Beira.

Recentemente, no ano de 2005, e encontrando-se inserido numa exposição sobre 25 sítios arqueológicos da Beira Interior, é publicado o respectivo catálogo no qual surge um texto síntese sobre o sítio arqueológico de S. Gens. E no ano de 2006, no volume n.º 19 da revista da *Praça Velha*, publica-se um artigo sobre o Património Arqueológico no Concelho de Celorico da Beira. Neste artigo é apresentado um inventário sobre o património arqueológico conhecido até essa data, no qual surge referenciada a estação arqueológica de S. Gens, procurando os autores descrever e delimitar as várias fases de ocupação humana existentes nesse sítio arqueológico (LOBÃO *et alii*, 2006).

No ano de 2008, e como resultado de uma parceria entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a Dr.^a Catarina Tente, da Universidade Nova de Lisboa, efectuaram-se os primeiros trabalhos de escavação arqueológica no sítio arqueológico de S. Gens. Os primeiros resultados dessa intervenção foram apresentados no *V Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal*, realizado em Maio de 2009, em Figueira de Castelo Rodrigo. Nesse mesmo ano, e resultado de uma frutuosa parceria entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, é publicada mais uma obra de cariz Histórico - arqueológico sobre o concelho. Nesta obra colectiva, onde participaram diversos investigadores, a estação arqueológica de S. Gens é referenciada por diversas vezes em diferentes períodos da História Humana, desde a Pré-história à Baixa Idade Média, nomeadamente durante o período romano e o período da Alta Idade Média, onde os autores fazem alusões aos resultados das recentes escavações arqueológicas.

5.3. Objectivo da Investigação

A intervenção arqueológica no sítio de S. Gens, patrocinada pela Câmara Municipal de Celorico da Beira, teve como objectivo genérico a obtenção de conhecimento científico e patrimonial sobre este extenso e emblemático sítio arqueológico concelhio. Apesar de o local ser conhecido e referenciado desde finais do século XIX, a informação sobre esta estação reduzia-se aos vestígios arqueológicos visíveis à superfície, nomeadamente à extensa necrópole de cronologia Alto Medieval (sécs. VII-XII) composta por sepulturas escavadas na rocha⁸⁷, e a alguns fragmentos de cerâmica, sobretudo de construção (como *tegulae* e *imbrices*), que apontavam para a existência de uma ocupação romana neste local.

Como já tivemos oportunidade de referir, em 2006 publicámos um artigo de carácter científico tendo por base os trabalhos de prospecção arqueológica que efectuamos no concelho de Celorico da Beira (LOBÃO *et alii*, 2006), no qual tecemos algumas considerações sobre a estação arqueológica de S. Gens, local onde foi possível determinar várias manchas de ocupação de época romana. O trabalho de prospecção que então efectuámos, face ao modo como os materiais de construção visíveis à superfície do terreno se dispersavam pelo terreno, levou à classificação de três locais distintos dentro da área desta estação arqueológica (S. Gens II, IV e VI) – todos com áreas de dispersão de materiais distintas, sendo que a maior área de dispersão se encontrava na área designada de S. Gens II, com mais de 30.000 m².

Os trabalhos de prospecção intensiva então realizados nessa área possibilitaram assim perceber, pela primeira vez, qual a verdadeira extensão ou área que a estação arqueológica ocupava e de que forma essa ocupação se teria implantado no terreno. Contudo, e apesar de termos obtido uma primeira imagem do tipo de assentamento(s) romano(s) que aqui se teriam fixado no passado, esses trabalhos de prospecção apenas permitiam tecer algumas considerações e levantar hipóteses sobre a categoria de povoamento romano, colectivo ou unifamiliar, público e/ou privado, que se estabeleceu neste local. Deste modo, para obtenção de um outro nível de conhecimento sobre o que foi a ocupação romana na estação arqueológica de S. Gens, avaliando-a sob o ponto de vista científico e patrimonial, ficámos então com a noção clara de que a metodologia arqueológica a aplicar teria de juntar, necessariamente, os conhecimentos obtidos

⁸⁷ Os trabalhos de limpeza da densa vegetação que cobria toda a área colocaram a descoberto novos sepulcros, totalizando até ao momento 52 sepulturas escavadas na rocha.

através da prospecção à realização de sondagens de diagnóstico em distintas áreas da estação, de modo a permitir obter registos estratigráficos credíveis e mais esclarecedores, capazes de reunir, desde logo, um conjunto de elementos relacionados com os diferentes núcleos e as diversas fases de ocupação, mediante a análise detalhada de estruturas e materiais que viessem a ser identificadas e recolhidas.

A conjugação destas duas premissas (obtenção de registos estratigráficos e recolha de elementos relacionados com as diversas fases de ocupação) através da realização de trabalhos de escavação arqueológica em S. Gens, permitiria assim, em primeiro lugar, a obtenção de algumas respostas às questões em aberto que foram colocadas pelos trabalhos de prospecção, aprofundando-se, por conseguinte, o conhecimento sobre esta estação arqueológica.

Deste modo, em 2008, e após uma parceria estabelecida com a Doutora Catarina Tente (que se encontra a realizar um estudo sobre a ocupação humana na região do Alto Mondego durante a Alta Idade Média – sécs. VI-XI), foram programados trabalhos de escavação em duas áreas distintas de S. Gens.

Os trabalhos arqueológicos, sob responsabilidade da Doutora Catarina Tente, decorreram no designado sector 10, junto a uma área que apresentava à superfície vestígios que aparentavam corresponder a um tramo de muralha de um provável castelo roqueiro dos sécs. IX e X⁸⁸.

Num outro espaço, correspondente à área do sector 9, assumimos a responsabilidade pela coordenação dos trabalhos de escavação. A escolha da área para implantação de um sistema de quadriculagem (que precedeu os trabalhos de escavação) deveu-se, sobretudo, à existência superficial de algum material de construção, nomeadamente *tegulae*, mas também a um fragmento de silhar que parecia ter funcionado como soleira de porta. A presença destes materiais permitia colocar a hipótese de nesta área se ter implantado outrora uma estrutura de carácter habitacional e/ou de armazenamento, com provável cronologia romana.

Para além de se procurar aferir com exactidão a cronologia de ocupação (romana) do local, a escavação pretendia também obter dados que permitissem definir o tipo de assentamento/habitat que em época romana aqui se teria fixado, face aos resultados (de algum modo inconclusivos) dos trabalhos de prospecção – estes tinham

⁸⁸ A hipótese da existência de uma estrutura defensiva, pertencente a um castelo roqueiro, tinha sido já colocada por nós quando publicamos o artigo sobre o Património Arqueológico do concelho de Celorico da Beira (LOBÃO, João, MARQUES, António Carlos e NEVES, Dário: 2006) correspondendo esta estrutura ao nº 30 do catálogo de sítios.

permitido colocar hipóteses, distinguindo, desde logo, três núcleos distintos; no entanto, é de referir que, face aos movimentos pós-deposicionais a que esta área foi sujeita ao longo dos tempos (sobretudo pela utilização dos terrenos para fins agrícolas), as áreas de dispersão à superfície de materiais arqueológicos poderiam não apresentar uma exacta correspondência com o que encontrava originalmente soterrado.

Refira-se ainda que, à época dos trabalhos de prospecção intensiva, a zona agora intervencionada (e designada como sector 9) não foi contabilizada como área contendo vestígios arqueológicos. A densa vegetação que então cobria este local tornou infrutífero qualquer tipo de trabalho de prospecção. A visualização de materiais à superfície apenas foi possível após os trabalhos de desmatação que cobria toda a área e que levamos a cabo antes da campanha de escavação.

5.4. O Sector 9 de S. Gens

Quando numa fase prévia os trabalhos de campo foram planeados e o processo de escavação arqueológica foi equacionado como estratégia metodológica a aplicar em S. Gens, pretendia-se identificar um conjunto de materiais ou estruturas de época romana que permitissem esclarecer aquilo que foi a ocupação romana neste local. Deste modo, face à enorme área ocupada pela estação arqueológica de S. Gens, foi definido que, numa primeira fase dos trabalhos, o método de escavação a utilizar consistiria na execução de algumas sondagens de diagnóstico, como forma de começar por avaliar o potencial arqueológico de algumas zonas e perceber se os vestígios arqueológicos visíveis à superfície teriam alguma correlação com os vestígios arqueológicos no subsolo. Assim, e tendo em conta estes vestígios arqueológicos visíveis à superfície, sobretudo *tegulae*, optou-se pela realização de sondagens de diagnóstico numa área do sector 9 formada por uma pequena plataforma.

Os trabalhos arqueológicos tiveram início em Julho de 2008, com a escavação da primeira sondagem de diagnóstico (Q. G2), onde identificámos dois muros, um com uma orientação NO-SE e outro com a orientação SO-NE. A descoberta destas duas estruturas levou à escavação de outra sondagem de diagnóstico (Q. F3) com o objectivo de perceber, desde logo, se esta estrutura (muro) com a orientação SO-NE se prolongava para aquela área. Após abertura da sondagem de diagnóstico (Q. F3), verificou-se a continuação do muro com a orientação SO-NE detectado na anterior

sondagem (Fot. XIII). Esse muro confina com um outro com uma orientação NO-SE, tornando-se perceptível que os muros descobertos fariam parte do que outrora foi uma edificação. Juntamente com os muros e com a continuidade da escavação surgiam alguns fragmentos de *tegulae*, bem como alguns fragmentos de *imbrices*, apontando assim, aparentemente, a cronologia de ocupação desta construção para a época romana. Desta forma, começamos por atingir um dos objectivos na intervenção arqueológica em S. Gens, isto é, a descoberta de níveis ou estruturas de época romana, associados a materiais diversos, possibilitando deste modo confirmar a ocupação romana no local.

Face a estes primeiros resultados, optámos por incidir a campanha de escavação apenas naquela área do sector 9, procurando obter tanto uma cronologia mais precisa para o edifício, como a definição da sua planta e tipologia. A estratégia de intervenção nesta zona do sector 9 foi desta forma alterada, iniciando-se os trabalhos de escavação em área. Metodologicamente optámos também por proceder, em primeiro lugar, à remoção da totalidade da unidade estratigráfica (U.E 01) que cobriria todo o edifício, colocando o topo dos muros a descoberto, com o propósito de perceber a sua planta. No entanto, e após 50 dias de trabalho de campo e a escavação de 15 quadrículas de 4 x 4 m, num total de 240 m², não foi possível delimitar a totalidade do perímetro desta construção (Est. XXXIV). Foi possível, todavia, colocar a descoberto uma área da estrutura habitacional com 10 compartimentos, que numeramos de norte para sul e de oeste para este (Est. XXXV).

A área de alguns desses compartimentos foi assim parcialmente escavada, ou seja, não foi escavada até ao substrato rochoso. Não obstante, a escavação das quadrículas C4, C5, D4 e D5 permitiu colocar integralmente a descoberto um compartimento de forma rectangular (compartimento VII) que decidimos escavar na totalidade até ao substrato rochoso. As pesquisas que efectuámos, no interior do compartimento VII, permitiram obter informações importantes de carácter cronológico e construtivo.

Assim, relativamente aos aspectos de ordem construtiva, começamos por verificar a ausência de qualquer tipo de argamassas – no enchimento interno do muro pode ter sido usado barro (ou simples terra amassada) para ajudar a preencher os espaços entre as pedras maiores que também foram completados com recurso à utilização de pedra miúda. Foi possível também comprovar que o substrato rochoso, em alguns locais, foi previamente desbastado e nivelado no sentido de remover

irregularidades do terreno (apesar da plataforma em que assenta o edifício ser praticamente plana e o desnível quase inexistente). Por sua vez, ao menos neste compartimento, o pavimento seria em terra batida. Noutra zona do edifício, verifica-se a existência, ainda que ténue, de uma vala de fundação, nomeadamente no muro norte do compartimento I, com efeito, o facto deste muro se encontrar bastante danificado ou mesmo destruído nalgumas zonas, permitiu identificar a ligeira escavação realizada no substrato rochoso (vala de fundação) para se proceder ao assentamento do muro.

Na construção desta habitação verifica-se o uso predominante do granito - a pedra da região. Os construtores não tiveram grande preocupação com a regularização da matéria-prima, nem com a sua dimensão, visto que as pedras apresentam um talhe irregular e diferentes tamanhos. A utilização de pedra irregularmente facetada, porém, não denota pouca preocupação, por parte de quem construiu o edifício, visto que a face interna da parede possui um acabamento mais cuidado, estando quase ausente as arestas e outras irregularidades. A dimensão e conservação dos muros é variável em diversas áreas da escavação. Ao nível da largura destas estruturas verifica-se uma semelhança na dimensão (cerca de 50 centímetros). Quanto à altura, verificámos uma maior diferença de medidas, resultado da destruição das estruturas arqueológicas, sobretudo pela diferença de potência estratigráfica, quase ausente na área Norte e Este da escavação onde não vai além do 10/15 centímetros de profundidade, e onde os muros da estrutura habitacional identificados não possuem mais de 10 centímetros de altura, conservando-se apenas a última fiada de pedra que corresponderá aos alicerces das antigas paredes. As medidas dos muros na área norte e leste contrastam com as medidas obtidas nas quadrículas localizadas mais a sul e a oeste, onde a potência estratigráfica é de cerca de 60/80 centímetros e onde os muros atingem uma altura conservada de cerca de 70 centímetros, como é o caso do muro oeste do compartimento VII.

A construção com recurso a pedra de maior porte e regularizada também não é estranha a esta construção. Um olhar atento sobre as estruturas mostra o uso de silhares – exemplo é o silhar almofadado que se encontra à superfície sob a área do muro oeste do compartimento VII. Ao nível de utilização de pedra de grande porte e bem talhada também importa referir os enormes silhares talhados que formam as ombreiras de porta do compartimento VII, ou o grande silhar paralelepípedo rectangular que se encontra, aparentemente, embutido no seguimento de uma das paredes que formam o compartimento VIII (Fot. XIV). Quanto aos chãos, os diversos compartimentos do

edifício apresentam-se de duas formas distintas: no compartimento VII, escavado integralmente, não se verificou a presença de qualquer tipo de argamassa ou calcetamento – tratar-se-ia, portanto, de um compartimento térreo que apenas terá contado com trabalhos de regularização do terreno aquando da sua construção. No entanto, na construção do piso de circulação de outros compartimentos do edifício, recorreu-se a formas de construção mais elaborados, como por exemplo o calcetamento com pequenas lajes, como se verifica numa área do compartimento III (Fot. XV).

Relativamente à funcionalidade de cada um dos compartimentos identificados, nesta fase dos trabalhos, desde logo por não se terem escavado na íntegra, não é possível atribuir uma função específica para cada um. No entanto, face às características construtivas de alguns compartimentos, assim como face a alguns materiais arqueológicos neles recolhidos *in situ*, podemos pelo menos especular quanto à sua função. Neste ponto, o compartimento III (com uma largura média de cerca de 2,5 m, e duas orientações distintas: uma NO-SE com cerca de 12 m de comprimento e outra NO-SE com cerca de 10 m de comprimento) é provavelmente o espaço que oferece menos dúvidas quanto à sua função, podendo ser considerado como um corredor que se encontra localizado no interior da habitação, encontrando-se rodeado por outros compartimentos de forma a possibilitar a circulação no interior da edificação entre os diferentes compartimentos. Na intercepção do compartimento III com o compartimento X, por sua vez, a presença de uma coluna e de um capitel toscano, sugere a possibilidade do compartimento X corresponder a um pátio interior, para o qual se voltariam vários dos compartimentos deste edifício, à semelhança, como veremos, de outros espaços rurais conhecidos na região (Est. XXXVI).

O compartimento VII, escavado na totalidade, parece corresponder a um quarto ou *cubilum*, com 5 m de comprimento e 3 m de largura; deste compartimento é proveniente um fragmento de loiça de mesa importada, corresponde a um prato de *terra sigillata* hispânica tardia da Forma 73.

Finalmente, com base essencialmente nos materiais arqueológicos recolhidos durante a escavação, propomos que o compartimento II possa corresponder à cozinha (*culina*) do edifício, ou então a um espaço de armazenamento. Deste espaço com formato quase quadrangular, com 5,90 m de comprimento e 6,60 m de largura, é proveniente um fragmento de mó, alguns fragmentos de um grande recipiente de armazenamento (*dolia*) e o fragmento de uma ânfora (Almagro 51). Quanto aos

restantes compartimentos do edifício, não é possível, por agora, propor qualquer funcionalidade, dado que conhecemos superficialmente a sua estrutura e ainda não se procedeu à sua escavação integral até ao substrato rochoso.

5.5. O processo histórico da habitação romana

Apesar da escavação deste edifício romano no sector 9 se encontrar ainda a decorrer (e se encontrar numa fase que consideramos inicial⁸⁹), face à área e ao potencial arqueológico que apresenta, parece-nos que após a realização de duas campanhas arqueológicas, nos anos de 2008 e 2009, conseguimos obter importantes informações sobre o processo histórico daquele habitat e por consequência sobre a ocupação romana nesta área. Quando iniciamos o estudo da estação arqueológica de S. Gens a presença romana neste local era denunciada pelos vestígios de superfície. A realização de trabalhos de prospecção tiveram como resultado um aprofundar do conhecimento da área ocupada pela estação, tendo sido ainda possível teorizar sobre o tipo de assentamento/habitat romano ali estabelecido, assim como avançar com uma proposta genérica para a sua cronologia. No entanto, a obtenção de uma cronologia mais rigorosa para a ocupação romana em S. Gens só foi possível obter através da escavação arqueológica e posterior estudo do conjunto de materiais encontrado em contexto de escavação.

Os materiais recolhidos em escavação parecem demonstrar que a ocupação romana neste local ter-se-á iniciado ainda durante o século I d.C., pois, foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmica cinzenta fina (habitualmente classificada com sendo desta primeira centúria) e *terra sigillata hispânica*, cuja produção e abastecimento desta zona poderá remontar ao século I d.C. Apesar de serem peças informes, possibilitaram balizar a ocupação romana neste local ao período do Alto-Império. É provável que essa ocupação Alto-Imperial possa recuar a finais do século I, princípio do século II d.C.⁹⁰,

⁸⁹ Recordamos que apenas fazemos referência neste trabalho aos resultados obtidos nas primeiras campanhas, até 2010. Os dados obtidos na campanha de 2011 serão apresentados oportunamente.

⁹⁰ A ocupação romana de S. Gens, a partir de finais do século I d.C., comprova a eficácia do processo de romanização nesta região, já que alguns anos antes decorreram as transformações políticas, jurídicas e económicas que culminaram com a criação das *civitates* e que possibilitaram uma nova ordem e exploração do território. A presença destes materiais comprova igualmente que os proprietários desta habitação deteriam algum poder económico ao adquirirem produções cerâmicas vindas do exterior, além de que teriam acesso aos mercados “regionais” onde podiam comprar estes produtos.

No caso dos proprietários da habitação do sector 9, o acesso a um mercado da região podia significar deslocar-se até à capital de *civitas* da sua jurisdição administrativa que, no caso de S. Gens, podia significar deslocar-se

cronologia que de resto encontra suporte em alguns dos dados da prospecção – em prospecção tínhamos antes recolhido um fragmento de *terra sigillata hispânica*, correspondente a uma pequena taça da forma Drag. 35⁹¹.

Para além da cerâmica de importação (*terra sigillata hispânica*) e da cerâmica de produção regional (cerâmica cinzenta fina)⁹² de cronologia alto-imperial, há outros elementos arqueológicos que nos remetem para uma ocupação desta habitação durante esse período, nomeadamente um fragmento de vidro azul gel, pertencente a uma taça canelada, muito difundida durante o século I e o II, particularmente durante os reinados dos Imperadores Augusto e Trajano (CRUZ, 2009).

A reforçar a tese de construção e uso deste espaço durante o Alto Império temos ainda a presença de um elemento arquitectónico notável, i.e. o fuste e o capitel toscano que se encontra entre o compartimento III (corredor) e o compartimento X (pátio interior). Este tipo de elemento arquitectónico parece ter conhecido uma grande utilização nas habitações romanas do século I d.C.⁹³.

Para além dos materiais arqueológicos, a cronologia de ocupação deste espaço, recuando ao Alto-Império, foi confirmada através do método C¹⁴ ao analisar restos de carvão recolhidos no interior do compartimento VII, mais especificamente na unidade estratigráfica (VII)⁹⁴, correspondente à fase de abandono ou destruição do edifício (esse

até actual estação arqueológica da Póvoa do Mileu (Guarda), partindo do pressuposto desta corresponder à capital de *civitas* dos *Lancienses Transcudani* que tinha jurisdição sobre a área de S. Gens.

⁹¹ A forma 35 da *terra sigillata hispânica* tem uma diacronia de produção entre o ano 70 d.C. e os finais do séc. II d.C.; A Drag. 35 é a forma com mais representatividade dentro do universo das formas da *terra sigillata hispânica* recolhida na estação arqueológica da Póvoa do Mileu (Cfr. PEREIRA, 2010:10 e 16).

⁹² A cerâmica *terra sigillata* hispânica tem uma diacronia de produção entre meados do século I e final do século II d.C.; as pastas dos fragmentos recolhidos em S. Gens apontam para uma proveniência dos ateliers do Vale do Ebro, a semelhança da *terra sigillata* hispânica recolhida na Póvoa do Mileu (PEREIRA, 2006: 114). Quanto à cerâmica cinzenta fina, trata-se provavelmente de uma cerâmica de tradição indígena, com a sua produção a remontar a meados do século I a.C., mas cuja dispersão ocorrerá em meados do século I d.C. surgindo em níveis estratigráficos até inícios do século II d.C. (cfr. ALARCÃO; ETIENNE; MAYET, 1990: 27 e ALARCÃO, 1974: 88); esta produção cerâmica encontra grande representação na estação arqueológica da Póvoa do Mileu, em contextos estratigráficos de meados do século I d.C., até contextos estratigráficos dos inícios II d.C., desaparecendo em contextos arqueológicos posteriores (PEREIRA e MARQUES, 2005: 24 e 25).

⁹³ Num recente estudo de Lídia Fernandes (2010: 25-50) sobre capitéis toscanos, a autora remete a utilização desta ordem arquitectónica para a primeira metade do século I d.C., muito pela influência da construção pública romana onde esta ordem arquitectónica foi empregue. A construção e utilização desta ordem arquitectónica pode ter perdurado nos decénios seguintes, face ao carácter rural da região, mas também pela aceitação da ordem toscana entre as populações dada a sua simplicidade, robustez e linearidade.

⁹⁴ No ano de 2009, com a 2.^a campanha de trabalhos arqueológicos, pretendeu-se dar continuidade aos trabalhos iniciados em 2008. Contudo, ao nível do registo de escavação, procedemos a algumas alterações na metodologia de registo, abandonando a referência à quadrícula e respectiva numeração de U.E's, isto é, na escavação do nível de circulação do compartimento VII, passamos a designar todo esse nível de U.E's VII facilitando, deste modo, quer a marcação do espólio recolhido, quer a melhor compreensão da intervenção. Com a U.E's VII procuramos uniformizar o registo. Anteriormente, na unidade de derrube do compartimento VII, este era formado pelas quadrículas C4, C5, D4 e D5 às quais correspondiam as unidades estratigráficas 11,

carvão pertenceria ao madeiramento de suporte do telhado)⁹⁵. Face aos dados obtidos com a escavação integral do compartimento VII e parcial do compartimento III, verificamos que a causa provável de destruição deste habitat romano terá sido um incêndio que ocorreu durante o Baixo-Império (sécs. III-IV d.C.) (Fot. XVI). A ocupação deste espaço, durante este período, encontra-se igualmente confirmada por alguns materiais recolhidos: assim, no compartimento VII, foi identificado um prato de *terra sigillata* tardia da forma 73; nos compartimentos VII e VIII foram identificados cinco numismas do século III/IV⁹⁶, e no compartimento II foi identificado um fragmento de ânfora tipo Almagro 51⁹⁷.

Quanto ao facto de a cronologia obtida através do método C¹⁴ nos remeter para um horizonte cronológico balizado entre séculos I e II d.C. será explicável, no nosso entender, pelo facto de essa data corresponder ao período em que a madeira foi cortada e utilizada na construção da habitação romana do sector 9, explicando, deste modo, a obtenção de uma cronologia recuada em níveis de circulação Baixo-imperiais. A corroborar essa ideia temos a forma como encontrámos o derrube do telhado, que terá abatido de forma abrupta após a cedência da traves mestras⁹⁸ e do entablamento que o sustentaria⁹⁹.

08, 06 e 07, respectivamente. Assim, com a continuidade dos trabalhos, optámos por abandonar o sistema de quadriculagem e por designar o estrato arqueológico subsequente de VII. O nível arqueológico VII corresponde a um nível de incêndio, cor acinzentado escuro, onde por vezes foi possível recolher alguns fragmentos de carvão, um fragmento de *terra sigillata* hispânica tardia (sécs. III/IV), vários fragmentos de cerâmica comum, nomeadamente, metade de um pequeno pote de armazenamento, um fragmento de *tegulae* com uma marca de oleiro onde é possível visualizar as letras CVL P ou R?, e ainda um numisma do século III/IV. Este nível encontra-se coberto pelo derrube do telhado e assenta sobre o substrato rochoso.

⁹⁵ Amostra de Erica sp. WK 27456 - 1920+30 BP calibrada a 2 sigmas 1-140a.C. (programa OXcal 3.10). Queremos desde já agradecer à Doutora Catarina Tente pela disponibilidade da informação e pelo facto de juntamente com as amostras de carvão enviadas do sector 10 (povoado medieval), ter decidido proceder ao envio desta amostra do assentamento romano.

⁹⁶ As moedas identificadas até ao momento em S. Gens são formadas por Antoninos. A de cronologia mais recuada é do Imperador Galieno (253-268 d.C.), com reverso GENIVS AVG. Um outro numisma, do qual é possível obter cronologia, pertence ao Imperador Constantino II: Busto laureado para a esquerda, couraçado; legenda: CONSTANTINVS IVN NOB C; Reverso: CAESARVM NOSTRORVM, no interior no exergo pode ler VOT/V.

⁹⁷ A ânfora Almagro 51 c é uma ânfora de produção lusitana, destinada ao transporte de preparados piscícolas (*garum*), com uma cronologia de produção entre o século III e o século V. Este tipo de ânfora foi produzida sobretudo nas regiões do Vale do Tejo e no Vale do Sado (centros produtores de preparados piscícolas). Alguns investigadores como A.M. Dias Diogo e Carlos Fabião tem apontado uma funcionalidade e uma cronologia distinta, considerando a hipótese desta ânfora ter servido igualmente para efectuar transporte de vinho. Carlos Fabião recua a cronologia de produção ao século II d.C. (ALMEIDA, Maria José, CARVALHO, António, 1998: 144 e 145).

⁹⁸ A madeira utilizada para a construção do aparelho onde assentariam as *tegulae* e *imbrices* corresponderia a madeira de castanheiro segundo análise antracológica. (cfr. TENTE, 2009: 142).

⁹⁹ A este propósito, refira-se que registámos valor de 1260 Kg em *tegulae* e *imbrices* (cerâmica de construção) retirados do interior do compartimento VII.

Juntamente com a questão da cronologia de abandono do edifício, era importante perceber se o edifício se encontrava habitado quando ocorreu o incêndio ou se já estava abandonado. Numa primeira fase, quando procedemos à escavação integral do compartimento VII, face à exiguidade de material arqueológico recolhido, ficamos com a ideia de que quando ocorreu o incêndio este edifício já estava abandonado. No entanto, com a escavação de parte do compartimento III e face à quantidade do material cerâmico recolhido, fomos obrigados a repensar essa ideia e, neste momento, consideramos a hipótese de o edifício estar habitado no momento em que se verificou o incêndio, e sendo a combustão do edifício a causa mais provável do seu definitivo abandono.

Relativamente à tipologia do edifício, no actual estado dos conhecimentos, não é possível classificá-lo de forma definitiva. A hipótese deste assentamento romano poder ser classificado como *tugurium* ou casal não colherá muitos argumentos a favor, face à significativa área edificada que apresenta e face à qualidade de alguns materiais recolhidos¹⁰⁰. Parece-nos mais plausível a sua inscrição na categoria de núcleos rurais designados, segundo a terminologia de Jorge Alarcão, por quinta ou granja ainda que a hipótese deste edifício poder corresponder a uma *villa* não deva ser, por agora, liminarmente rejeitada. Seja como for, trata-se de uma construção rural, isolada no campo, unifamiliar e que foi habitada durante algumas gerações. De todo o modo, e ainda a propósito da classificação tipológica deste edifício, será necessário considerar outra hipótese de trabalho (a de pequena aldeia descentrada) e que dependerá do modo como este se relacionar com os restantes núcleos de dispersão de materiais que S. Gens parece revelar.

Indubitavelmente, em S. Gens, o recurso à escavação permitiu avançar na investigação sobre a ocupação deste núcleo de povoamento rural. Desde logo, para além de se clarificar um pouco a sua tipologia, definiu-se de forma mais clara a cronologia de ocupação deste espaço. A descoberta do edifício romano no sector 9 permitiu também colocar novas questões: qual o papel desta habitação no contexto geral da área arqueológica de S. Gens? Terá sido este o principal edifício desta área em concreto e qual a relação estabelecida com os outros que aparentemente se encontram nas suas imediações? Serão estes outros alegados núcleos rurais, provavelmente de menor

¹⁰⁰ É necessário ressaltar que a classificação tipológica sobre os diversos assentamentos unifamiliares romanos não pode ser uma classificação rígida, dado que a cultura material nalgumas situações pode aproximar diferentes tipos de habitat de uma mesma classificação tipológica.

importância e dimensão, construídos com o objectivo de apoiar as actividades económicas desenvolvidas a partir do edifício que escavámos? Ou este núcleo que escavámos inserir-se-á antes num contexto de povoamento comunitário?

Com efeito, em 2002, quando pela primeira vez procedemos à prospecção intensiva da estação arqueológica e, posteriormente, quando efectuámos uma revisão dos trabalhos para proceder à publicação dos resultados (LOBÃO *et alii*: 2006), como já tivemos oportunidade de referenciar, face ao modo como os materiais de construção visíveis à superfície do terreno se dispersavam pelo terreno, levou-nos à classificação de três locais distintos dentro da área desta estação arqueológica (S. Gens II, IV e VI), sendo que a área designada de S. Gens II, com mais de 30.000 m², permitiu-nos colocar a hipótese da existência de um aglomerado comunitário tipo aldeia em época romana neste local. O achado de um fragmento de cornija¹⁰¹ (Est. XXXVII), em 2008, após os trabalhos de desmatação da estação que precederam a escavação nos sectores 9 e 10, levou-nos a colocar esta hipótese. Este elemento arquitectónico foi identificado no sector 8, nas proximidades do principal núcleo de sepulturas escavadas na rocha. A sua localização dever-se-á a um provável reaproveitamento deste elemento como tampa de uma sepultura.

A importância deste achado (que poderá até denunciar a presença de um edifício público em época romana) articulada com a vasta área de dispersão de vestígios, cerca de 30.000 m², permite colocar também a hipótese da presença de um aglomerado populacional, comunitário, neste espaço. Na eventualidade de se tratar de um povoamento comunitário, coloca-se outra questão: a ser assim, que tipo de aglomerado comunitário aqui se fixou? A hipótese de pequena aldeia, formada por diversas casas separadas entre si por algumas dezenas ou centenas de metros (a semelhança do que se propõe, por exemplo, para o Vale da Ribeira da Meimoa (cfr. CARVALHO *et alii*, 2002: 127-152), parece-nos a mais plausível neste contexto. Contudo, tendo também em conta a provável passagem, por esta zona do Vale do Mondego, de uma via romana (referida por Moreira de Figueiredo e Mário Saa) levam-nos também a considerar a hipótese da existência de um “*vicus*” na área arqueológica de S. Gens, ao qual depois sucedeu um povoado alto-medieval¹⁰².

¹⁰¹ O fragmento de cornija identificado pertenceria a uma das pontas do edificio, uma vez que faz ângulo.

¹⁰² Jorge de Alarcão (1998b: 96) considera plausível a atribuição tipológica de *Vicus* a uma estação arqueológica “cuja área de dispersão de achados ronde ou ultrapasse os 30.000m²”.

Tendo ainda em consideração os dados recolhidos em prospecção nesta área da Bacia de Celorico, e face à aparente centralidade deste local em relação a outros assentamentos romanos localizados nas imediações, a classificação de S. Gens como um povoado comunitário, pode ser colocada como hipótese de trabalho. Podemos ainda acrescentar que, num raio de 5 km desta estação arqueológica, encontramos 9 núcleos rurais de época romana, todos de carácter unifamiliar e de diversas tipologias, desde a provável *villa* da Tapada do Freixo aos *tuguria* pertencentes à *granja* da Quinta dos Vasos, parecendo todos eles, de algum modo, gravitar em torno de S. Gens.

A interpretação e o significado do achado de uma cornija tem de ser feita com alguma prudência, pois, apesar de ser um importante indicador, a identificação deste elemento não resolve por completo a discussão quanto à classificação da estação arqueológica, uma vez que este vestígio arqueológico poderá até integrar um edifício de culto, não de carácter público mas sim de carácter privado, pois é perfeitamente aceitável pensar a existência de um pequeno templo integrado no âmbito de um habitat de carácter unifamiliar como são as *villae*. A este nível é extremamente importante recordar que as *villae* durante o Baixo-Império, nomeadamente, na área da *pars urbana* foram objecto de profundas adaptações arquitectónicas com o objectivo de transformar e adaptar alguns dos sectores dessas *villae* em templos de culto cristão - culto que se encontra referenciado na *Hispania* segundo os primeiros registos escritos ainda no século III d.C. (LÓPEZ QUIROGA e RODRÍGUEZ MARTIN: 2000/2001: 147).

Aliás, a ideia de um templo cristão nesta área, durante o Baixo – Império, não é completamente descabida, tendo em conta que, bem próximo da estação arqueológica de S. Gens, na estação arqueológica dos Vilares (Trancoso), foi identificada uma importante inscrição rupestre¹⁰³ que menciona a construção de um templo para o culto cristão.

Ao comprovar-se a existência de um templo de culto cristão em S. Gens, de carácter particular, nos séculos IV/V, este, à semelhança do que se tem verificado noutros sítios arqueológicos, poderá ter evoluído para um local de culto público, durante a Antiguidade Tardia, transformando-se o seu templo, numa Igreja Paroquial associada

¹⁰³ A estação arqueológica de Vilares localiza-se na Bacia de Celorico, correspondendo ao nº 17 do catálogo. Numa área desta estação foi identificada a inscrição rupestre dos Vilares (nº 16 do catálogo) com uma datação fixada em 495 d.C. No entanto, como refere Amílcar Guerra, a onomástica presente nesta inscrição enquadra-se perfeitamente dentro da onomástica romana dos séculos anteriores, acrescentando ainda que, a exclusão desta epígrafe do *Atlas Onomástico da Lusitânia* (2003), apenas se deve à cronologia tardia desta inscrição. A explicação para a persistência da onomástica tradicional romana nesta área até ao século V d.C., um pouco a contra ciclo em relação às restantes regiões, deve-se certamente, segundo Amílcar Guerra, ao desconhecimento dos investigadores de outras inscrições datáveis deste período.

mais tarde ao povoado alto - medieval existente nas imediações. A presença de um templo de carácter público em S. Gens neste período poderia igualmente justificar quer a presença da grande necrópole de sepulturas escavadas na rocha¹⁰⁴, quer do povoado muralhado que, durante Antiguidade Tardia e Alta Idade Média, aqui se instalou e desenvolveu até finais do século XI, início do século XII¹⁰⁵.

O estudo e compreensão do que foi S. Gens, em época romana, encontra-se por concluir. Não obstante, face aos actuais conhecimentos, podemos teorizar sobre que tipo de povoamento aqui se estabeleceu e se este foi de carácter público ou privado, unifamiliar ou comunitário. Neste contexto, os vestígios arqueológicos mais relevantes, até ao momento, são os de uma habitação romana, identificada no sector 9, de carácter unifamiliar, talvez integrando a categoria das granjas. Assim, e para uma melhor compreensão da estação arqueológica, efectuámos uma abordagem sobre os conhecimentos de habitats romanos estudados na região da Beira Interior, sobretudo aqueles que se localizam mais próximos da nossa área de estudo, procurando com base nos resultados obtidos nesses sítios identificar as diferenças e as semelhanças, bem como o que será expectável identificar quer em termos arquitectónicos, quer em termos de cultura material, nos diferentes assentamentos unifamiliares romanos nesta área da Beira Interior.

6. O povoamento rural disperso na Beira Interior

Nos últimos anos o conhecimento sobre a ocupação romana da área actualmente designada por Beira Interior (e que corresponde em parte ao interior norte da Lusitânia romana), compreendeu desenvolvimentos significativos. Para além da informação que as prospecções arqueológicas produziram, ao localizar dezenas de sítios arqueológicos deste período, o conhecimento sobre alguns deles tem vindo a ser paulatinamente

¹⁰⁴ Na necrópole de S. Gens foram identificadas 52 sepulturas escavadas na rocha, apresentando alguns desses sepulcros uma tipologia ovalada, não antropomórfica, considerada por alguns dos mais proeminentes investigadores sobre esta temática (Alberto del Castillo e Mário Barroca) como a tipologia mais antiga das sepulturas escavadas na rocha, recuando aos séculos VI/VII.

¹⁰⁵ O final do século XI, início do século XII, marca provavelmente o abandono da estação arqueológica de S. Gens enquanto povoado comunitário. Para este facto terá contribuído, decisivamente, o processo de reconquista cristã e os constantes avanços e recuos da linha de fronteira entre cristãos e muçulmanos que terão levado a população aí residente a procurar defesa e segurança no topo de um monte localizado cerca de 2 km para Sul de S. Gens, sobre o qual terão fundado o Castelo de Celorico e um aglomerado populacional em seu redor. O local de S. Gens, entretanto, continuará habitado, provavelmente como exploração agrícola, dada a apetência dos solos em seu redor. Desta forma surge uma referência a este local em 1244, quando dois naturais de Celorico (pai e filho) procedem a doações ao Mosteiro de S. João de Tarouca de alguns bens e propriedades que possuíam em Celorico e arredores (COELHO *et alii*, 2009: 81).

aprofundado através de escavações arqueológicas desenvolvidas quer no âmbito de empreendimentos públicos (arqueologia preventiva), quer em contexto de investigação. Assim, vários locais de época romana foram e continuam a ser escavados, proporcionando um aumento quantitativo e qualitativo da informação sobre a ocupação romana na região.

Com efeito, a escavação de algumas das estações arqueológicas tem proporcionado uma melhor compreensão sobre as diversas tipologias de assentamentos romanos de carácter privado e unifamiliar, desde os espaços mais ricos e elaborados como as *villae*, até a espaços mais pobres como os casais e os *tuguria*. A informação obtida com a escavação de cada um dos sítios arqueológicos é essencial, pois, para além de permitir a recolha da cultura material e o registo da área edificada, contribui, de forma significativa, para uma melhor interpretação dos resultados prévios resultantes de trabalhos de prospecção, uma vez que proporciona um conhecimento mais aprofundado das diferentes modalidades de habitats romanos e, conseqüentemente, um maior rigor na classificação tipológica dos sítios arqueológicos.

A *villa* romana encontra-se no topo da hierarquia dos núcleos habitacionais unifamiliares, resultado tanto do seu requinte e dimensão construtiva, como da qualidade dos materiais arqueológicos recolhidos, que expressam quer o estatuto sócio-económico privilegiado dos grandes proprietários rurais, quer a sua maior integração nos valores culturais romanos. Os trabalhos de prospecção realizados nos últimos anos na região (PERESTRELO, 2003; OSÓRIO, 2006; CARVALHO, 2007a), proporcionaram um aumento considerável do número de *villae* inventariadas. No entanto, este tipo de núcleo rural romano, não terá aqui assumido a mesma expressão que assumiu em outras regiões localizadas sobretudo mais a Sul ou junto ao litoral atlântico¹⁰⁶, sobretudo em períodos de cronologia mais recuada como o Alto-Império (sécs. I-II d.C.)¹⁰⁷.

¹⁰⁶ Relativamente a esta questão, temos de considerar que em áreas como as *civitas* de *Conímbriga* e *Collipo*, Jorge de Alarcão (1998b:104) propõe a existência de cerca de 20 *villae* dentro de cada território. Quando se aborda a romanização da Beira Interior, permanece a ideia de que este tipo de habitat foi relativamente reduzido (ou, pelo menos, não foi tão aqui quantitativamente expressivo) e que as poucas *villae* que existiriam não teriam a dimensão e o requinte construtivo que outras pertencentes aos grandes proprietários do Sul da Lusitânia.

¹⁰⁷ No estudo da romanização na área da bacia do rio Côa, Manuel Sabino Perestrelo (2003:150), refere a *Villa* do Barrocal (Pinhel) como exemplo deste tipo de estabelecimentos rurais, cuja fundação pode recuar ao século I d.C, ainda que a sua grande maioria pareça ter sido ocupada apenas no Baixo-Império.

Por sua vez, as escavações arqueológicas que se têm efectuado nos últimos anos em algumas *villae* da Beira Interior, têm contribuído em muito para se perceber melhor a forma como estes espaços construídos se apresentavam neste interior norte da Lusitânia. Com efeito, e por exemplo, as *villae* do Prado Galego¹⁰⁸ (Pinhel) e do Vale do Mouro (Coriscada - Mêda)¹⁰⁹ têm revelado alguns aspectos construtivos que as integram perfeitamente dentro da tipologia das *villae*: desde logo, estruturas termas associadas ao edificado, pavimentos em mosaico (apesar de a existência de mosaicos na região não constituir um achado inédito, este elemento construtivo não era frequente nesta região, PERESTRELO, 2003:147)¹¹⁰ e, eventualmente, divisões dispostas em torno de um peristilo.

Os resultados das escavações nas *villae* do Prado Galego e da Quinta do Vale do Mouro vêm também demonstrar que este tipo de assentamento teve uma maior difusão durante o Baixo-Império (sécs. III-IV)¹¹¹. Esta vaga tardia de instalação de *villae* nesta região talvez denuncie por um lado, uma tendência para uma concentração fundiária e, por outro, o facto das elites proprietárias destes domínios fundiários serem de poder económico e de conhecimentos suficientes para construírem as suas *villae*, à imagem de outras existentes em áreas mais setentrionais, contrariando-se, assim, a teoria de um certo isolamento e atraso que, no alvor do Baixo-Império, se teria verificado nesta região em relação a outras áreas da província e do Império.

A presença (e até a multiplicação) de *villae* neste interior norte da Lusitânia comprova, antes de mais, o dinamismo económico desta região no Baixo-Império, que se traduzia, entre outros aspectos, no acesso das elites locais a alguns bens de consumo (ainda que, possivelmente, a uma escala menor quando comparada com outras regiões), denunciando, portanto, que nas vias de comunicação da região circulariam então pessoas e bens oriundos das mais diversas áreas geográficas do Império. Assim, para

¹⁰⁸ Sobre a *villa* do Prado Galego, consultar Maria Pilar Reis (2004) e Maria Pilar Reis e Fernando Santos (2006).

¹⁰⁹ Sobre este assunto ver: António Sá Coixão e Tony Silvino (2008), António Sá Coixão *et alii*, 2009 e António Sá Coixão e Tony Silvino (2010).

¹¹⁰ O mesmo autor, talvez também por isso, não considera fulcral a existência de mosaicos para classificar de *villae* alguns assentamentos romanos na Beira Interior, apresentando como exemplo a *villa* do Prazo (Vila Nova de Foz Côa), onde existem termas associadas ao edificado e onde os pavimentos em mosaicos estão ausentes (p. 146).

¹¹¹ Estas terão beneficiado provavelmente do clima de instabilidade económica, política e social que leva as elites a abandonar o meio urbano após a designada “crise do século III” e a procurar a tranquilidade da vida campesina. No entanto, há autores como Alexandra Chavarría Arnau (2006: 24) que vêem a progressiva monumentalidade das *villae*, durante os séculos III e IV, não como um reflexo da crise da vida urbana, mas antes como um reflexo da vitalidade económica e da crescente importância da aristocracia hispânica na administração do Império.

além dos compartimentos de algumas *villae* serem pavimentados a mosaico (o que exigiria a vinda de artífices especializados e da respectiva pedra calcária para esta região), é possível perceber que às casas mais ricas da região chegavam também produtos de consumo alimentar provenientes de lugares consideravelmente distantes – a título de exemplo, e à semelhança do que se verificou no núcleo romano de S. Gens que escavámos, na *villa* do Prado Galego verificou-se a presença de ânforas da classe Almagro 51 C (ânforas que transportavam *garum* proveniente dos complexos piscatórios localizados nos estuários dos rios Tejo e/ou Sado) (REIS *et alii*: 2006: 81).

A *villa* do Vale do Mouro, por sua vez, é aquela que nas proximidades da nossa área de estudo (e nesta região da Beira Interior em particular), melhor ilustrará a ideia clássica de *villa* (SÁ COIXÃO, 2009: 205-208.). Localizada nas imediações de uma capital de *civitas* (a *Civitas Aravorvm*), o que lhe permitiria escoar os seus produtos agrícolas para o mercado da cidade, a *villa* do Vale Mouro apresenta uma grande área edificada que se aproxima de alguma forma de outras construções localizadas mais ao Sul da Lusitânia em termos da planta, dimensões e funcionalidades (Est. XXXVIII). A riqueza e o luxo dos seus antigos proprietários encontra-se bem patente não só no requinte de algumas das salas pavimentadas a mosaico (revelando uma iconografia clássica) como também nas dimensões muito significativas do edifício, apetrechado de um conjunto de instalações e equipamentos (lagar, armazém, forjas...) que tornavam o lugar auto-suficiente e, certamente, excedentário economicamente.

As quintas ou granjas, na hierarquia tipológica antes referida, sucedem às *villae* na dimensão construtiva e poder económico dos seus proprietários. Com dimensões mais modestas, este tipo de habitat unifamiliar era provavelmente pertença de uma “classe média” que teria na exploração agrícola e pecuária o lastro essencial da sua actividade económica. No entanto, tal como nas *villae*, a exploração de jazidas de minério nos seus *fundi* poderá também ter desempenhado um papel fulcral num sistema económico que procurava o mais possível diversificar as actividades desenvolvidas¹¹².

¹¹²A este propósito, salientamos os resultados obtidos por Pedro Carvalho (2004 e 2007 b) na granja de Terlamonte I (Teixoso, Covilhã). Trata-se de um núcleo rural construído em meados do séc. I d.C e ocupado até ao final do séc. II, início do séc. III d.C. Situado numa área preferencial próxima do rio Zêzere, a posição deste núcleo rural – cuja planta é quase na íntegra conhecida - terá permitido a exploração de um largo espectro de recursos, facto que, segundo Pedro Carvalho, terá permitido a sua auto-suficiência em diversos domínios, desde a fiação e tecelagem, passando pela existência de uma fundição e fabrico próprio dos utensílios em metal (e extracção de minério no seu *fundus*, cf. SILVA e CARVALHO, 2004), bem como na exploração agrícola dos terrenos envolventes e na criação de gado, tornando estes espaços quase (ou mesmo na totalidade) auto-suficientes perante necessidades exteriores.

Também as granjas nesta região em concreto, tal como se verifica com as *villae*, têm sido objecto de escavação nos últimos anos. A este nível destacamos dois sítios arqueológicos: a Quinta da Pega I (Pinhel)¹¹³ (Est. XXXIX) e a Quinta do Piroco (Celorico da Beira)¹¹⁴ (Est. XL). Ambos os sítios foram escavados no âmbito de intervenções de carácter preventivo, aquando do alargamento de vias de comunicação já existentes.

A Quinta da Pega I localiza-se numa encosta suave, nas proximidades da Ribeira da Pega e numa área de terrenos férteis propícios à prática agrícola. Segundo António Manuel Carvalho, o habitat romano da Quinta da Pega I desenvolveu-se em dois corpos distintos, identificados pelo autor como Estrutura 1 e Estrutura 2 (CARVALHO, 2006). A primeira corresponderia a uma construção de planta rectangular, com 10 m × 5,70m de dimensão total, perfazendo uma área construída/coberta de 57 m²¹¹⁵. Esta área encontrar-se-ia dividida em 3 compartimentos distintos¹¹⁶ – no interior de um deles, foi identificado um peso de lagar e, no compartimento central, encontrava-se um pequeno tanque, revestido a *opus signinum*. Face à área e aos elementos identificados no seu interior (peso de lagar e tanque), a Estrutura 1 foi interpretada como parte dos anexos agrícola da granja (“*pars rustica*”), mais concretamente como lagar (*torcular*). A Estrutura 2, por sua vez, face aos elementos registados, poderia corresponder à área residencial desta granja. Desta parte do edifício apenas foi possível escavar uma área com cerca de 150m², dado que a restante área foi total ou parcialmente destruída aquando da construção da EN 221. A largura máxima deste edifício, segundo António Manuel Carvalho, seria de 14,75 m, e o comprimento ultrapassaria os 10,20 m. Não obstante o mau estado de conservação em que se encontrava este edifício, foi possível registar alguns pormenores da sua construção: a largura dos muros rondaria os 40 cm, construídos aparelho irregularmente facetado e de pequeno e médio porte, apresentando, todavia, uma construção mais cuidada quando comparada com a Estrutura 1; registe-se

¹¹³ Agradecemos, antes de mais, ao Dr. António Manuel Carvalho, arqueólogo responsável pela execução dos trabalhos de campo, o facto de nos ter cedido o relatório final, permitindo obter os necessários conhecimentos sobre este sítio arqueológico.

¹¹⁴ Agradecemos igualmente à Dr.^a Diana Coelho, arqueóloga responsável pelos trabalhos de escavação da Quinta do Piroco – trabalhos efectuados no ano de 2005, quando se procedeu ao alargamento do antigo IP5 e sua reconversão na A 25.

¹¹⁵ Os quatro muros exteriores que formam a estrutura 1 apresentam uma largura com cerca de 50 cm e foram construídos em aparelho irregular (granito), com pedras de médio porte, sendo o enchimento interior composto por pequenas pedras e gravilha (saibro misturado).

¹¹⁶ Segundo António Manuel Carvalho, a divisão interior da estrutura 1 recorreu a muros com uma espessura variável, entre os 40 e os 50 cm, e com recurso a pedra de menor porte.

ainda que alguns dos muros mostravam associadas claras valas de fundação escavadas no substrato geológico; o piso de circulação no interior deste edifício seria em terra batida, formado por saibro muito compacto.

A ocupação da Quinta da Pega I, com base em alguns materiais arqueológicos datáveis (como é o caso da *terra sigillata hispânica* e da cerâmica cinzenta fina polida), parece remontar ao (finais) século I e século II d.C., ou seja, a horizontes cronológicos que no seu início poderão ainda repousar no Alto Império. O local, todavia, terá conhecidos uma longa diacronia de ocupação, pois a fase de abandono deste sítio arqueológico parece ter ocorrido durante o século IV (ou V) d.C. – os materiais arqueológicos recolhidos, uma vez mais, comprovam a ocupação deste espaço durante o Baixo Império, nomeadamente os 141 fragmentos de *terra sigillata hispânica tardia* e os 14 numismas¹¹⁷.

Quando nos referimos à estação arqueológica da Quinta do Piroco, mencionamos um sítio arqueológico actualmente inexistente, pois, face às obras de alargamento do antigo Itinerário Principal 5 e sua transformação em Auto-estrada 25, este local – no âmbito das medidas de minimização impostas para a obra – foi escavado, conservado pelo registo e, posteriormente, destruído. A escavação decorreu sob a responsabilidade de Diana Coelho que, face aos elementos recolhidos, classificou a Quinta do Piroco como um “assentamento romano” (COELHO, 2005). Neste sítio foi recolhido diverso material arqueológico, nomeadamente fragmentos de cerâmica comum, cerâmica cinzenta, *terra sigillata hispânica*, pesos de tear, uma pequena fíbula, um pequeno pendente em cobre e objectos em ferro (tais como pregos e chaves) para além de abundantes *tegulae* e *imbrices*.

¹¹⁷ António Manuel Carvalho refere que entre os fragmentos de *sigillata* recolhidos alguns correspondem às seguintes formas: Drag. 4, Drag. 6, Drag. 37, Drag. 61. Ao nível dos numismas recolhidos estes parecem pertencer a moedas de tipo Ae e das quais, apenas 3, face ao seu bom estado de conservação, permitem obter uma leitura do anverso e reverso (moeda 2, 5 e 7). A moeda 2 apresenta a seguinte leitura: **Anverso:** Busto masculino ladeado à direita; tem na cabeça um diadema de pérolas. **Reverso:** Apareta ser um *minimi* com a legenda *IMP REPAR (...)*, trata-se de um Ae3 tipo *Fel Temp Reparatio* com cronologia do século IV d.C. A moeda 5 apresenta a seguinte leitura: **Anverso:** Busto masculino ladeado à direita. Busto do Imperador Constantino II com a legenda: *CONSTANTINVS.IVN.NOB* **Reverso:** *CAESARVM.NOSTRORVM*. Na orla (laureado) encontra-se a inscrição *VOT*. No exergo a inscrição da oficina – *ASIS-* (Siscia), trata-se de um Ae3 de Constantino II com cronologia do século IV d.C. A moeda 7 apresenta a seguinte leitura: **Anverso:** Busto masculino ladeado à direita com a seguinte legenda: *ANV.DN.MAGNEN/ (...) PF.AVG* **Reverso:** Duas vitórias ladeadas, segurando um escudo com a inscrição *VOT Y NYLT*. Por baixo do escudo, visualiza-se um diamante. Legenda: *VER.VICT.DD.NN.AVG.ET.CAES* no exergo apresenta a inscrição *A/T* referente à oficina, trata-se de uma moeda do Imperador Magnêncio do tipo *victoriae dd nn avg et cæs/vot/v/multix* sem colunas da 5ª fase com cronologia do século IV d.C.

Localizado numa encosta suave e sem qualquer linha de água nas imediações, a Quinta do Piroco situa-se junto a bons terrenos para a prática agrícola e pastoreio¹¹⁸. Ainda que este sítio apresentasse um elevado grau de destruição¹¹⁹, após a sua escavação integral foi possível verificar algumas das características construtivas que o distinguem. Aparentemente, e ao contrário da granja da Quinta da Pega I, cuja área construída se desenvolveu em dois espaços distintos (área residencial e área rústica), na Quinta do Piroco, estas funções (rústica e residencial) parece que foram englobadas dentro do mesmo edifício ou área construída. No entanto, embora esta afirmação não possa ser peremptória, face ao grau de destruição que as estruturas apresentavam, é plausível avançar com esta proposta, face à identificação da área do lagar¹²⁰, a qual parece localizar-se de forma contígua à área residencial, onde se recolheu alguma cerâmica de mesa (nomeadamente *terra sigillata hispânica* e cerâmica cinzenta fina)¹²¹.

Ao nível de pormenores construtivos, a Quinta do Piroco apresenta pisos em terra batida e muros com c. 50 cm de espessura. Este edifício, originalmente, teria uma planta aproximadamente quadrangular (com c. 150 m²), uma vez que foi possível identificar um muro (orientação N-S) com 14,5 m de comprimento e um (orientado O-E) com 10,5 m de comprimento, parecendo corresponder, provavelmente, aos muros exteriores da habitação. Não é possível contabilizar ou determinar, face ao grau de destruição deste edifício, o número total de compartimentos que o formavam. Apenas três compartimentos se encontravam relativamente bem delimitados: o lagar, com uma área de 5,1 m²; um espaço anexo a este, com cerca de 16 m², cuja funcionalidade seria a de armazenamento, pois, junto a um dos cantos desta sala foi escavada uma estrutura em negativo de forma circular para colocação de um *dolium*; e um terceiro espaço contíguo a este, com cerca de 8 m², cuja funcionalidade se desconhece.

A responsável pelos trabalhos arqueológicos desenvolvidos na Quinta do Piroco propõe como cronologia de ocupação deste lugar um espaço de tempo entre os séculos I

¹¹⁸ A comprovar a apetência destes terrenos para a pastorícia encontram-se os 15 pesos de tear identificados durante os trabalhos de escavação, testemunhando a actividade da tecelagem.

¹¹⁹ Neste ponto discordamos da opinião da Dr.^a Diana Coelho – na nossa perspectiva, embora os trabalhos agrícolas possam ter contribuído ao longo tempo para a destruição do sítio arqueológico, a maior causa dessa destruição foi, sem dúvida, a construção da estrada municipal que liga Celorico da Beira a Vale de Azares e a construção do IP5, traçados que passam sobre a área ocupada por esta estação arqueológica.

¹²⁰ Esta estrutura, revestida a *opus signinum*, apresentava uma dimensão de 3x1,7m, sendo o fundo ou (*area*) formado com duas grandes lajes graníticas (foto n.º 17). Ainda que relativamente diferente na concepção da base, também o lagar da Quinta Pêga foi construído *opus signinum* vide foto n.º 18.

¹²¹ Em termos de material recolhidos poderemos destacar os 47 fragmentos de *terra sigillata hispânica* e 178 fragmentos de cerâmica cinzenta fina.

e III d.C. A ser assim, terá sido fundado num momento em que muitos outros lugares semelhantes na Beira Interior também o foram e poderá ter sido abandonado quando outras granjas, como por exemplo a de Terlamonte (Covilhã), também o terão sido (CARVALHO, 2007b, 207-250). A obtenção destas cronologias baseia-se, sobretudo, nos materiais arqueológicos datáveis recolhidos, como seja a *terra sigillata* hispânica e a cerâmica cinzenta fina polida. Assim, este lugar não terá conhecido uma ocupação no Baixo-Império (momento, recorde-se, de instalação de algumas *villae*) e poderá mesmo questionar-se se foi ocupado durante boa parte do séc. III, uma vez que os materiais recolhidos parecem essencialmente documentar uma ocupação do séc. I e II d.C.

Em suma e em função de todos os elementos conhecidos para o sítio (em escavação mas também em prospecção (LOBÃO *et alii*, 2006), parece-nos que este poderá corresponder a uma granja.

Na base dos núcleos rurais dispersos encontram-se os casais – moradas pertencentes a um estrato socioeconómico menos favorecido. Jorge de Alarcão (1998b: 95-96) interpreta estes locais como pequenas habitações unifamiliares, cuja área de dispersão de vestígios à superfície poderia apresentar valores entre os 100m² e os 1000m², sendo essencialmente compostos por cerâmica comum e de construção. Também nesta região em estudo, sobretudo como resultado de intervenções arqueológicas de emergência, foram entretanto escavados alguns destes habitats, como o sítio do Sobral da Serra (Guarda), no âmbito do traçado da A25, e o sítio do Relengo (Sabugal), no âmbito do projecto da construção da barragem do Sabugal.

A estação arqueológica do Sobral da Serra¹²² (Est. XL), localizada numa área sobranceira ao Vale do Mondego, situa-se próximo da linha de relevos que separa a Bacia de Celorico do planalto Guarda-Sabugal¹²³. Trata-se de uma estação arqueológica identificada e, posteriormente, escavada durante os trabalhos de acompanhamento arqueológico da construção da A 25¹²⁴. Actualmente, este sítio arqueológico já não existe, pois a sua localização no quadro do traçado da auto-estrada obrigou à sua completa desmontagem.

¹²² Desde já aproveitamos para agradecer à Dr.^a Paula Mendes, arqueóloga responsável pela intervenção, pelo facto de nos ter disponibilizado a informação que recolheu, bem como por nos permitir a reprodução de algumas imagens e plantas do sítio.

¹²³ Neste local de transição é possível verificar que a bacia hidrográfica da Ribeira de Massueime se eleva 300 metros acima do nível da bacia hidrográfica do rio Mondego (PERESTRELO, 2003:20).

¹²⁴ Juntamente com o assentamento romano foi identificado, nas imediações, um troço de calçada.

A arqueóloga Paula Mendes começa por descrever o sítio do Sobral da Serra como um local que apresentava modestos fragmentos de cerâmica de construção (*tegulae* e *imbrice*) à superfície, encontrando-se bastante destruído, como a escavação aliás, veio a demonstrar, resultado, provavelmente, dos trabalhos agrícolas naquele local (MENDES, 2006). Face à sua dimensão e características construtivas, localização na paisagem, e cultura material identificada, a responsável pelos trabalhos não teve dúvidas em enquadrar este sítio arqueológico nos “assentamentos rurais romanos”, classificando-o como “casal”.

Ao nível da construção deste edifício, e face ao grau de destruição que apresentava, apenas foi possível distinguir duas divisões: um pequeno espaço de formato praticamente quadrangular (4m×3,80m) com cerca de 15,2 m², onde foi identificada uma lareira cuja base foi construída em *tegulae*; e contíguo a este compartimento, encontrava-se um segundo espaço, com cerca de 37 m².

Os muros desta habitação possuíam uma largura de 45 cm, e foram erguidos com recurso a pedra de pequena e média dimensão; o preenchimento interno dos muros foi provavelmente efectuado com barro, uma vez que não foi detectado o uso de qualquer tipo de argamassa mais elaborada. É ainda de destacar a construção com recurso a madeira no interior de uma das divisões, na medida em que, no maior dos dois compartimentos, foram identificados buracos de poste onde provavelmente assentaria a estrutura do telhado; ao nível do piso de circulação, este seria em terra batida.

O casal romano do Sobral da Serra encontrava-se implantado numa encosta sobranceira à Bacia de Celorico (mas numa área que podemos considerar de transição, com uma cota altimétrica de 750 m) e próximo da Ribeira de Massueime (cerca de 1 Km). Esta localização em “altura” e a proximidade com alguns terrenos mais “pobres” encontra semelhanças com a maioria dos assentamentos romanos deste tipo identificados na região do Médio Côa e da Ribeira de Massueime, por Manuel Sabino Perestrelo. Este investigador localizou este tipo de assentamento romano em áreas de implantação onde as cotas altimétricas variam entre os 500 m e os 750 m, tendo verificado que a instalação destes núcleos rurais ocorre sobretudo em áreas onde os terrenos agrícolas são de qualidade inferior aos terrenos ocupados por *villae* e granjas, que, normalmente, ocupam as melhores áreas para a exploração agrícola, geralmente a uma cota inferior. Tal terá obrigado estes casais a ocupar áreas com menor potencial

agrícola, onde provavelmente a pastorícia poderá ter tido uma maior preponderância econômica.

O sítio arqueológico do Sobral revelou um conjunto de materiais relativamente exíguo. Entre a cerâmica, apareceu apenas a cerâmica comum, de produção local ou regional, com predominância para as louças de cozinha, como panelas e alguns contentores de armazenamento (*dolia*). Integram ainda o espólio arqueológico recolhido sete numismas, alguns dos quais ilegíveis. Das moedas que permitem leitura, uma foi cunhada durante o Alto-Império¹²⁵, com uma cronologia da primeira metade do século I d.C. e três correspondem a cunhagens possivelmente do Baixo-Império¹²⁶. Com base na cronologia denunciada pelas moedas, e na ausência de outros materiais datáveis, a responsável pela escavação conclui que o início da ocupação deste sítio poderia remontar ao Alto-Império, inscrevendo-se provavelmente ainda o século I d.C., prolongando-se a sua ocupação até ao século III-IV d.C.¹²⁷.

Outro assentamento romano classificado como casal, e também recentemente intervencionado, é o sítio arqueológico do Relengo I (Sabugal) (Est. XLI). A escavação resultou uma vez mais das medidas impostas pela arqueologia preventiva, uma vez que este sítio arqueológico se localizava no interior da área a inundar pela albufeira do Sabugal. O sítio foi identificado após o recuo temporário das águas para a realização de obras na referida barragem, quando a área ficou desprovida de qualquer tipo de vegetação, possibilitando assim a visualização de cerâmica de construção à superfície (nomeadamente *imbrices*). Os arqueólogos responsáveis pela descoberta começaram então por se questionar quanto à cronologia de ocupação deste espaço: seria romano ou entraria já pela antiguidade tardia.

¹²⁵ Relativamente à moeda do Alto Império, trata-se de um Dupondio com 34 mm diâmetro apresentando o seguinte: anverso – busto de Livia, com a legenda PERM·AVGVSTI·SALVS·AVGVSTA; reverso – Livia sentada em trono com os atributos de Ceres e com a legenda IVLIA·AVGVSTA·C·A·E, trata-se de uma moeda cunhada durante o principado de Tibério (14-37 d.C.) em nome de Livia.

¹²⁶ Segundo a descrição feita por Paula Mendes, tratam-se de cunhagens em bronze com 22 mm de diâmetro, que apresentam no reverso duas figuras, uma em pé, possivelmente um soldado romano, e outra ajoelhada em situação de subjugação. O anverso não é legível.

¹²⁷ A cronologia proposta para o casal romano do Sobral da Serra parece-nos algo frágil, uma vez que a sua datação assenta basicamente nas moedas recolhidas, e estas, como se sabe, nem sempre são bons indicadores de datação, face à larga cronologia de utilização (desde a cunhagem ao seu abandono) que podem apresentar. No entanto, por agora, damos como aceitável esta proposta de datação, admitindo mesmo que a sua fundação poderá recuar ao período alto-imperial, num momento em que se fundaria também a provável capital de *civitas* dos *Lancienses Transcudani* (Mileu, Guarda), situada a c. 7, 8 km deste lugar – a ser assim, admitimos até que o casal do Sobral da Serra poderia corresponder, eventualmente, a um dos lugares que teria abastecido a cidade com os seus produtos agro-pecuários.

A escavação arqueológica do casal do Relengo, localizado no topo de uma pequena plataforma (com uma área de dispersão de vestígios à superfície em torno dos 350 m²), permitiu comprovar a presença de um conjunto de estruturas arqueológicas (muros), ainda que estas se apresentassem em mau estado de conservação (sobretudo na área dos cantos/cunhais), devido essencialmente à reduzida potência estratigráfica do local (OSÓRIO *et alii*, 2008:101). O sítio do Relengo, no plano construtivo, apresentava-se dividido em 4 espaços distintos (3 salas e um anexo), com muros de 50 cm de espessura, erguidos em xisto (apenas os cunhais seriam em granito, por forma a reforçar a estrutura)¹²⁸.

Em dois desses compartimentos identificaram-se lareiras¹²⁹, uma das quais localizada no centro da designada sala 3, correspondendo este espaço, segundo interpretação dos responsáveis pela escavação, à provável cozinha do edifício. As duas outras salas foram interpretadas como prováveis espaços de descanso ou de arrumos (Fot. XIX e XX). O piso de circulação nos espaços interiores do edifício seria na íntegra em terra batida, enquanto no exterior o piso coincidia com o afloramento rochoso, previamente desbastado.

No que se refere à cultura material identificada no sítio do Relengo, poderemos dizer que esta seria constituída por um espólio bastante diversificado. A nível da cerâmica foram identificadas produções locais ou regionais juntamente com cerâmica de importação (*terra sigillata hispânica*¹³⁰). Além da cerâmica, foram ainda identificados um numisma do século I d.C. (denário de Vespasiano, datando de 74 d.C.), uma fíbula/bracele em prata, uma conta de colar de pasta vítrea e um fragmento de um cálice de vidro¹³¹, aparecendo, portanto, alguns tipos de materiais que não seria expectáveis surgirem em casais.

Os responsáveis pelos trabalhos, com base no espólio arqueológico recolhido, concluíram que este lugar terá conhecido uma ocupação inscrita numa longa diacronia,

¹²⁸ Ao nível das dimensões este edifício apresenta as seguintes medidas: sala 1 (3,50 m × 4,10 m), sala 2 (3,60 m × 4,30 m), sala 3 (4 m × 4,90 m), anexo (3,50 m × 2,50 m), totalizando uma área construída de 58,16 m².

¹²⁹ Para a construção das lareiras recorreu-se à utilização de silhares em granito. Conjuntamente com os cunhais e soleiras posteriormente reaproveitados, foram as únicas áreas do edifício onde se procedeu à utilização do granito.

¹³⁰ Foram identificados 3 fragmentos de *terra sigillata hispânica*, sendo que dois não possibilitaram qualquer tipo de classificação formal. O terceiro corresponde a um fragmento de prato tipo Drag. 18 (OSÓRIO *et alii*: 102).

¹³¹ Os responsáveis pelo estudo referem que este cálice de vidro corresponde a um pé maciço cilíndrico e copa tulipiforme de cor verde-gelo de tipo Isings 111, perfeitamente datável dos séculos IV-V d.C. (OSÓRIO *et alii*: 105).

possivelmente fixada entre, genericamente, o século I d.C. (para a qual concorre a *sigillata* hispânica e o numisma de Vespasiano) e os séculos IV/V d.C. (tendo por base o fragmento de vidro e a cerâmica de construção)¹³².

As estruturas habitacionais unifamiliares escavadas nesta área da Beira Interior, ao longo dos últimos anos, têm contribuído para um aprofundar dos conhecimentos sobre os vários tipos de assentamentos rurais romanos (*villae*, *granjas* e *casais*), permitindo, aos investigadores que estudam a região, expressar já uma ideia sobre o que é expectável descobrir – em termos arquitectónicos e de cultura material – em outros locais de época romana com uma classificação tipológica semelhante, mas ainda não escavados.

De facto, e desde logo, alguns trabalhos de prospecção, como o de Manuel Sabino Perestrelo (2003), mostraram já a capacidade de avançar com algumas dessas ideias, acabando por demonstrar, através do número significativo de estações arqueológicas inventariadas (nomeadamente as *villae*), que os núcleos de povoamento rural dispersos, incluindo as *villae*, não foram um habitat tão raro nesta região como anteriormente se poderia pensar. No entanto, foram os recentes trabalhos de escavação – desenrolados sobretudo na última década – que permitiram aclarar algumas ideias (contrariando até ideias pré-concebidas) e dúvidas existentes sobre os assentamentos rurais romanos desta área. Entre este destacamos os trabalhos de escavação realizados nas *villae* do Prado Galego (Pinhel) e Vale de Mouro (Meda) que, como antes referimos, permitiram clarificar algumas questões designadamente sobre este tipo de assentamentos no interior norte da Lusitânia.

Deste modo, hoje é possível afirmar que, aparentemente, a edificação das *villae*, nesta área da Beira Interior, foi sobretudo uma realidade do povoamento romano do Baixo-Império (sécs. III/IV). Pese embora o facto de serem mais tardias, as *villae* desta área, quando comparadas com outras de regiões mais setentrionais e localizadas no sul da província da Lusitânia, não deixam de apresentar os mesmos elementos “luxuosos” (*urbana ornamenta*) que caracterizam este tipo de habitações, particularmente uma área termal e algumas salas pavimentadas com painéis de mosaicos policromados. Inclusivamente, no caso da *villa* de Vale de Mouro, face à área edificada colocada a

¹³² Os autores desse estudo (Osório *et alii*, 2008) chamam a atenção para o facto dessa longa ocupação poder na realidade não ter sido contínua ao longo dos séculos (I – V d.C.); com efeito, face à aparente ausência de materiais de uma “fase intermédia”, os autores admitem a existência de duas ocupações distintas do local, uma ainda durante o Alto-Império, a partir do final do século I d.C., e outra durante os séculos IV/V d.C. (OSÓRIO *et alii*: 105).

descoberto até ao momento, esta pode também em termos de dimensões aproximar-se das grandes e características *villae* do sul ¹³³.

Quanto aos núcleos rurais “intermédios”, que classificamos como granjas (de acordo com a terminologia proposta por Jorge de Alarcão), estes apresentam nesta região, ao nível da cultura material, não só cerâmica de produção local/regional, mas também alguma cerâmica importada, como a *terra sigillata* (essencialmente hispânica). Ao nível do edificado, estes edifícios podem apresentar-se construídos num corpo único, como se verifica na granja da Quinta do Piroco, ou divididos em dois corpos, onde a área habitacional se encontra separada da área agrícola/rústica, tal como se observa na Quinta da Pêga I. Aparentemente, em função do que se conhece até ao momento, estes assentamentos não se articulariam em função de um átrio ou de um peristilo, o que explicará, por sua vez, não só a ausência deste tipo de espaço construído nas plantas registadas, mas também a ausência de elementos arquitectónicos notáveis, tais como capiteis e fustes de coluna. Aliás, quando estes elementos (colunas e capiteis toscanos) aparecem, estes parecem relacionar-se com a presença de uma varanda ou pórtico de fachada, situação que poderá ter-se verificado em Terlamonte I (Covilhã) ou mesmo na casa romana do sector 9 de S. Gens, caso se confirme a sua classificação como granja – passando esta a constituir, se assim for, um bom exemplo da presença destes elementos arquitectónicos neste tipo de assentamentos, corroborando, desta forma, a proposta de Jorge de Alarcão quando considera ser expectável o aparecimento de elementos arquitectónicos deste género nestes locais ¹³⁴.

Relativamente aos casais, este parece ser o tipo de núcleo de povoamento rural mais comum ou numeroso na paisagem romana da Bacia de Celorico (e também de outras áreas da Beira Interior). Nos últimos anos, fruto também dos trabalhos de campo desenvolvidos (e publicados), avançou-se no conhecimento sobre este tipo de estruturas habitacionais. Um dos seus exemplos, aliás, será o casal do Sobral da Serra (Guarda). Apesar do significativo estado de destruição que apresentava, é relativamente seguro considerar a área edificada observada como podendo corresponder a habitações com

¹³³ Esta nossa hipótese, porém, não pode ser avançada de forma peremptória, dado que esta estrutura habitacional pode ter evoluído, numa fase bem mais tardia, durante a alta idade média, para um habitat colectivo tipo aldeia, podendo uma parte significativa da área construída corresponder a edificações desta fase tardia – no entanto, face à ainda escassa bibliografia publicada sobre o sítio, esta situação encontra-se ainda por esclarecer.

¹³⁴ Relativamente às granjas, Jorge de Alarcão (1998b:96) refere o seguinte: “Nas granjas já se pode esperar alguma *sigillata* ou *sigillata* clara, algum resto de *opus signinum*, algum tijolo de coluna, fuste tosco de pedra local ou capitel simples toscano”.

áreas reduzidas, apresentando, em média, provavelmente, não mais do que 2 ou 3 divisões. No entanto, é ao nível do conjunto de materiais recolhido nesses lugares que as escavações dos casais do Sobral da Serra e do Relengo mais se diferenciaram e, ao mesmo tempo, produziram informações mais relevantes para o conhecimento sobre este tipo de habitats.

Se o caso do Sobral da Serra (Guarda) parece estar em linha com a ideia de que a cultura material de um casal é relativamente escassa e pobre ao nível da qualidade e diversidade das produções representadas, já a intervenção arqueológica no Casal do Relengo (Sabugal) vem demonstrar que esta ideia não se pode generalizar, podendo não se aplicar à realidade dos casais. Com efeito, como antes referimos, neste sítio de reduzidas dimensões foram identificados materiais diversos e importados, como seja a *terra sigillata* e o vidro, os quais, à partida, poderíamos julgar encontrar associados a habitats mais ricos, como as *granjas* e as *villae*, sendo pouco condizentes, portanto, quer com a estrutura dos casais, quer com o estatuto sócio-económico das gentes que os habitariam. A observância de materiais deste tipo em estruturas habitacionais muito modestas, assim sendo, não nos leva a associar gente um pouco mais endinheirada a estes lugares – leva-nos antes a questionar se a aquisição de algumas cerâmicas e vidros (ou mesmo outros materiais) importados, por não serem demasiado caros, não estaria ao alcance da generalidade da população, incluindo aquela que residia em modestos casais.

Esta questão não deixa de levantar de algum modo uma outra, relacionada com a classificação tipológica dos sítios com base no tipo de materiais à superfície. A tentativa de estabelecer categorias de sítios recorrendo a critérios muito rígidos, procurando-se caracterizar um habitat romano com base na presença ou ausência de certos materiais à superfície, precisa de ser feita sempre de forma ponderada, já que, como refere Jorge de Alarcão (1998b: 94), “a distinção entre *villa*, *granja* e *casal* não deve fazer-nos esquecer que havia provavelmente algumas *villae* diminuídas ao ponto de serem quase *granjas*, *granjas* ricas no caminho de serem *villae* e alguns casais graúdos quase *granjas*”.

Face ao exposto, a escavação destes assentamentos romanos revela-se bastante importante, não só para o conhecimento dos habitats e da estrutura de povoamento romano da região, mas também para reequacionar o modo e alguns dos critérios de classificação dos sítios arqueológicos, particularmente quanto à gama de materiais, habitualmente estereotipada, associada a cada um dos núcleos de povoamento rural

romano. Na verdade, na nossa perspectiva, a presença de importantes vias de comunicação, a adesão das populações locais aos valores da romanidade, e a riqueza dos recursos naturais (incluindo os mineiros) nesta região, poderá explicar o facto de certos tipos de material – que surgem habitualmente entre o espólio recolhido em núcleos rurais mais ricos ou localizados em áreas mais setentrionais – surgirem também associados a algumas das estruturas habitacionais mais modestas. Tal não significa, porém, que não se possam estabelecer as diferenças entre as diversas categorias de sítios com base no tipo de espólio associado, nem tão pouco que não haja qualquer diferença entre o registo arqueológico destes núcleos rurais romanos do interior norte da Lusitânia e aqueles outros que se encontram em regiões mais meridionais ou costeiras – aqui, na actual Beira Interior, como alguns trabalhos têm demonstrado, a quantidade e, sobretudo, a diversidade de material, não é tão notória, resumindo-se muitas vezes a materiais importados e a algumas peças de *terra sigillata hispânica*.

O nível de conhecimento sobre os habitats unifamiliares e o povoamento rural romano na Beira Interior aumentou significativamente nos últimos anos, como resultado da intensificação dos trabalhos de campo. Não pode, porém, considerar-se esta problemática como um assunto encerrado. Apenas a continuidade dos trabalhos de prospecção e escavação permitirá ir aclarando o muito que ainda se questiona, proporcionando um aumento qualitativo dos conhecimentos sobre cada um deste tipo de habitat, assim como sobre a estrutura de povoamento, contribuindo também, desta forma, para definir o perfil das formações sociais que na época romana viveram nesta região.

Conclusão

O trabalho aqui apresentado constitui o resultado da nossa investigação efectuada na Bacia de Celorico. Ao longo dos últimos anos realizámos um trabalho de prospecção continuado por toda esta região, ao mesmo tempo que iniciámos (e continuamos a orientar) escavações num dos lugares que, aparentemente, encerra uma maior carga histórica no actual concelho de Celorico da Beira: a área arqueológica de S. Gens.

Ainda que os resultados da prospecção efectuada possam parecer parcelares, devido ao facto de, por um lado, os trabalhos terem por base, sobretudo, a prospecção extensiva e, por outro, se poderem questionar as nossas interpretações, estamos convictos de que conseguimos obter uma imagem suficientemente representativa do que seria o povoamento romano nesta região. Com efeito, o nosso investimento continuado nos trabalhos de prospecção, ao longo da última década, permite-nos dizer que um número considerável de sítios terá sido registado (inclusivamente, neste trabalho apresentamos onze sítios inéditos, tendo antes identificado vinte e nove sítios, entretanto publicados) e que, nesse conjunto, estarão representados os principais núcleos e os principais tipos de núcleos rurais de povoamento romano desta região – ainda que, como é óbvio, não esteja a sua totalidade, até por que o trabalho de prospecção numa vasta região como esta nunca poderá ser dado verdadeiramente por concluído. Paralelamente, se admitimos que as nossas interpretações poderão ser questionáveis, admitimos, igualmente, que outras também o poderão ser, dada a ambiguidade que muitas vezes anda associada aos vestígios de superfície (parcos e dispersos).

Por sua vez, apesar de poderem existir mais alguns habitats de época romana nesta área que não foram identificados, consideramos que a sua existência não fragiliza as nossas propostas sobre os principais contornos da paisagem antiga na região em estudo, pois consideramos que o conjunto de sítios romanos identificados constituir uma base de trabalho suficientemente sólida e fiável para podermos avançar com uma proposta fundamentada acerca do padrão de povoamento romano na bacia de Celorico.

Com base nos resultados da prospecção procurámos tecer algumas considerações sobre o modo como o povoamento romano se implantou e se distribuiu pelo território em estudo. Desde logo, em termos de geografia política antiga, e face à análise que efectuámos deste território em particular e da região da Beira Interior que o envolve, avançámos com a hipótese da Bacia de Celorico poder ter correspondido,

eventualmente, a uma unidade política autónoma (i.e., a uma *civitas*). Na nossa perspectiva, como antes sustentámos, para tal concorrerá quer a distância ou marginalidade desta área em relação aos *territoria* das *civitates* conhecidas, quer a especificidade geomorfológica da Bacia de Celorico no quadro das outras áreas geográficas envolventes, assim como a existência de alguns aglomerados populacionais aparentemente importantes (como será o caso dos Açores e dos Vilares) e bem distribuídos por este território. Tanto em termos da lógica de distribuição das *civitates* por esta vasta região do interior norte da Lusitânia, aparentemente veiculada ao bom aproveitamento das potencialidades dos recursos naturais, como em função do reordenamento administrativo conhecido, caracterizado por *civitates* com territórios relativamente reduzidos (quando comparados como os *territoria* das *civitates* de outras regiões), esta hipótese (ainda que não se encontre escorada nas fontes literárias) não poderá ser descartada liminarmente – ainda que falte uma prova (designadamente de ordem epigráfica) que a suporte de forma inequívoca. Por agora, no entanto, consideramos que a hipótese mais credível, a este propósito, será aquela que defende a integração deste *territorium* (ou de grande parte da Bacia de Celorico) na *civitas* dos *Lancienses Transcudani*, com provável sede na Póvoa do Mileu (Guarda).

Para além desta questão relacionada com a geografia política antiga, e daquela que se veicula com os aglomerados populacionais ou com o povoamento agrupado, documentados por núcleos de tipo aldeia ou mesmo por um ou dois *vici* (lugares centrais deste território, os quais aglutinariam serviços administrativos, para além de serem palco das principais manifestações religiosas e lugares de mercado), os trabalhos de prospecção demonstraram que em época romana a Bacia de Celorico correspondeu a uma paisagem profundamente rural, marcada, essencialmente, por estruturas unifamiliares, parecendo predominar, sobretudo, as granjas e os *casais*, mas também os *tuguria*.

Tratar-se-ia, assim, de um cenário no qual viveria uma sociedade maioritariamente de origem indígena, estruturada, provavelmente, com base numa economia de subsistência, baseada na agricultura e na pastorícia (em actividades específicas que as mós, os pesos de lagar e os pesos de tear denunciam). A prática destas actividades básicas e complementares parece ser denunciada pela própria implantação dos assentamentos romanos, estreitamente relacionados como o meio natural envolvente, ou seja, situados na sua grande maioria na proximidades quer de

prados e lameiros irrigados, quer de áreas mais sinuosas de pasto: pela observação que fizemos em cada um dos sítios inventariados, a presença de cursos de água e a qualidade dos solos, articulados com os ambientes pastoris de montanha, parecem ter sido factores determinantes para a fixação dos assentamentos romanos em determinado local.

Com a execução deste trabalho procurámos igualmente mostrar que o estudo das modalidades antigas de povoamento e do *modus vivendi* das populações durante o domínio romano, quer na Bacia de Celorico, quer em outras áreas limítrofes, só poderá progredir e conhecer avanços significativos, tanto em termos quantitativos como qualitativos, se congregarmos as informações obtidas através da prospecção arqueológica com as informações recolhidas mediante escavações arqueológicas. É, aliás, nesta perspectiva que surge, no presente trabalho, o estudo mais detalhado (com base numa escavação ainda em curso) de um sítio arqueológico específico (case-study): o núcleo da estação arqueológica de S. Gens.

Pese embora o facto, desde logo, de um conjunto de questões relacionadas com a sua classificação tipológica continuar em aberto, a escavação deste local permitiu colher inúmeras informações que permitiram clarificar melhor a natureza deste sítio, tanto no que diz respeito à componente construtiva, como ao espólio associado e à respectiva cronologia, comparando-se ainda os dados revelados pela escavação com aqueles que se observavam à superfície, em prospecção. Seja como for, convém ainda referir que as escavações neste local continuam e que os dados recentemente colhidos, na campanha de 2011 (e que não foi possível aqui integrá-los), parecem reforçar a imagem que começámos neste trabalho a esboçar para a provável granja de S. Gens, ocupada aparentemente entre finais do séc. I e o séc. IV.

Os indicadores cronológicos reunidos (ainda que relativamente escassos) permitem-nos ainda propor que esta região terá conhecido profundas alterações em termos de estrutura de povoamento, ou seja, terá sido verdadeiramente “romanizada” ou ocupada e explorada à maneira romana a partir de finais do séc. I d.C (ou mesmo já nos inícios do séc. II, talvez a partir do reinado do imperador Trajano). E vários serão os testemunhos que revelam essa adesão à nova ordem instituída, nomeadamente a inscrição que aqui apresentamos (iné dita) consagrada a Júpiter, a qual, por sua vez, vem reforçar a importância de Açores, como provável aglomerado populacional, em época imperial.

Por seu lado, as estradas imperiais que a cruzavam, nesta nova lógica de povoamento, terão assumido um papel fundamental, quer como eixos estruturadores de ocupação e exploração deste território, quer como canais difusores de produtos provenientes de paragens distantes, tais como o *garum* ou a *terra sigillata hispânica*, ao mesmo tempo que escoariam as produções de oleiros e artífices desta região, que poderiam fabricar as cerâmicas comuns, as cerâmicas de construção e alguns elementos arquitectónicos. E é ainda estreitamente relacionadas com estas estradas que se encontram os aglomerados populacionais que julgamos poder distinguir neste território: Açores, Vilares, Aldeia Nova e S. Gens.

O estudo da romanização na Bacia de Celorico e as propostas apresentadas saem igualmente reforçadas através da análise preliminar dos resultados, ainda inéditos, de algumas escavações de emergência efectuadas nesta área (Quinta do Piroco e Sobral da Serra), assim como através da análise da escavação de outros locais nas imediações da Bacia de Celorico (Quinta do Mouro, Quinta da Pêga, Prado Galego e Relengo). A abordagem a estas escavações permitiu ainda mostrar que, no passado, há vários factores que podem ter influenciado a estrutura do povoamento, nomeadamente em termos de dimensão das áreas edificadas ou da maior ou menor riqueza material de um determinado assentamento romano, seja uma *villa*, *granja* ou *casal*.

Mostrou-se, sobretudo, através da análise de todos estes dados (especialmente aqueles que resultaram das escavações), que determinados estereótipos ou ideias pré-concebidas, que tendencialmente uniformizam a imagem das paisagens antigas, são contrariados quando partimos da análise de casos concretos e quando se conhece bem no terreno os vestígios de uma dada região. A Bacia de Celorico, esta região da Beira Interior em particular, também conheceria os custos da interioridade, não se observando aqui certo tipo de registo arqueológico que surge habitualmente noutras regiões.

Contudo esta ideia não invalida uma outra, ou seja, apesar de se tratar de uma região do interior, afastada de certos estímulos mais meridionais ou costeiros, também aqui chegavam pessoas, bens e ideias de outras regiões, ainda que, provavelmente, com uma menor intensidade. E esta intensidade variável ou esta variabilidade verificar-se-á, inclusivamente, no próprio quadro do interior norte da Lusitânia romana, uma vez que se parecem observar diferenças no padrão de povoamento entre as suas várias regiões, umas mais planálticas, marcando o extremo ocidental da Meseta, nas quais parecem ser

mais frequentes as *villae*, e outras mais montanhosas, na influência directa da Serra da Estrela, estruturadas sobretudo em função de granjas e casais.

Bibliografia

- ABASCAL PALAZÓN, Juan (1994) - “Los Nombres personales en las Inscripciones Latinas de Hispania”, *Anejos de Antigüedad y Cristianismo*, 2, Mércia.
- ABRANTES, Leonel (2000) - *Viriato*, Publicações Estrela.
- ABRANTES, Leonel (2004) - *Linhares Antiga e Nobre Vila da Beira*, Museu de Arte da Serra da Estrela, Publicações Estrela.
- ALARCÃO, Jorge de (1973) - *Portugal Romano*, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge de (1988) - O Domínio Romano em Portugal, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- ALARCÃO, Jorge de (1988 b) - *Roman Portugal*, vol II, fasc. I (Porto, Bragança & Viseu), Warminster, Aris & Philips.
- ALARCÃO, Jorge de (1988 d) - “Os Montes Hermínios e os Lusitanos”, *Homenagem a Orlando Ribeiro*, vol. 2, p. 41-47.
- ALARCÃO, Jorge de (1990) - “Portugal - Das origens à Romanização”, *Nova História de Portugal*, vol. I, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge de (1993) - *Arqueologia da Serra da Estrela*, ICN-PNSE, Manteigas.
- ALARCÃO, Jorge de (1995) - “Aglomerados urbanos secundários romanos de Entre Douro e Minho”, *Biblos*, 71, Coimbra, p. 387-401.
- ALARCÃO, Jorge de (1998 a) - “On the *civitates* mentioned in the inscription on the bridge at Alcântara”, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, Porto, ADECAP, p. 143-157.
- ALARCÃO, Jorge de (1998b) - “A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal”, *Conimbriga*, XXXVII, Coimbra, p. 89-119.
- ALARCÃO, Jorge de (1998c) - “Três níveis de aglomerados romanos;” *O Arqueólogo Português*, série V, 16, p. 175-186.
- ALARCÃO, Jorge de (2001) - “Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 4, n.º 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p. 293-349.
- ALARCÃO, Jorge de (2003) - “A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romanas e romana”, *Conimbriga*, XLII, p. 5-116.
- ALARCÃO, Jorge de (2005a) - “Ainda sobre a localização dos povos, referidos na inscrição da ponte de Alcântara”, *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Guarda, CEI / ARA, p. 119-132.

- ALMEIDA, João de (1945) - *Roteiro dos monumentos militar portugueses*, vol. I – Beira, Lisboa, Edição do autor.
- ALMEIDA, Maria José, CARVALHO, António (1998) - “Ânforas da Villa romana da Quinta das Longas (S.Vicente e Ventosa, Elvas): resultados de 1990-1998”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 1, n.º 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- ALMEIDA, Sara Oliveira (2007) - “A Idade do Ferro no Planalto de Viseu: O caso do Morro da Sé”, *Dissertação de Mestrado em Arqueologia, área de especialização em Arqueologia Regional*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (texto Policopiado).
- ÁRBOL MORO, Maria R. (2001) - “Organización y explotación del territorio en el Noreste de Lusitânia en época Altoimperial”, *Tesis Doctoral*, Madrid, Universidad Complutense, Policopiado.
- AZEVEDO, Pedro (1901) - “Extractos arqueológicos das memórias paroquiais de 1758”, in *o Arqueólogo Português*, 1 série vol.VI, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 160.
- BARROCA, Mário J. (1992) - “ A inscrição de Sta. Maria de Açores (666), Nova Leitura”, *Revista da Faculdade de Letras, História*, 2.ª série, vol. IX, Porto, p. 507-516.
- BLANCO, A. (1956) - “Cabeza de un castro de Narla”, *CEG* 34.
- BLÀSQUEZ MARTÍNEZ, José Maria (1961) - “ Cabezas célticas inéditas en el castro de Yecla – Salamanca”, *VII Congreso Arqueológico Nacional*, p. 217-226.
- BLÀSQUEZ MARTÍNEZ, José Maria (1978) - “ Cabezas cortadas”, *História* 16 n.º 26, p. 33-39.
- CALO LOURIDO, F. (1994) - *A plástica da cultura castrexa galego-portuguesa*, Coruña, Ed. Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- CARANDINI, Andrea (1997) - *Historias en la tierra. Manual de escavación arqueológica*, Barcelona, ed. Crítica.
- CARVALHO, António Manuel C. (2006) - “Relatório Final de Escavação, Sítio da Quinta da Pêga, EE.NN. 226/221 – Beneficiação entre Vila Franca das Naves e Pinhel”, (texto Policopiado).
- CARVALHO, Pedro C; RIBEIRO, Carla; SILVA, Ricardo, e ALMEIDA, Sara (2002) - “Povoamento rural romano ao longo da Ribeira da Meimoa – Fundão (1ª campanha de prospecção intensiva) ”, *Conímbriga*, XLI, Coimbra, p.127 -152.
- CARVALHO, Pedro C. (2003) - “O templo romano de Nossa Senhora das Cabeças (Orjais, Covilhã) e a sua integração num território rural”, *Conímbriga*, XLII, Coimbra, p. 153-182.

- CARVALHO, Pedro C. (2004) - “Sobre o processo de identificação e classificação de sítios rurais no Portugal romano”, *O Passado em cena: narrativas e fragmentos (Miscelânea oferecida a Jorge de Alarcão)*, Coimbra / Porto, CEAUUCP / FCT, p. 121-140.
- CARVALHO, Pedro, SILVA, António J. M. (2004) – “À porta duma quinta do Alto Império: resultados preliminares do estudo intra-sítio do assentamento romano de “Terlamonte I” (Teixoso, Covilhã)”, *Conímbriga*, XLIII, Coimbra, p.99-148.
- CARVALHO, Pedro C. (2005) - “Identificação e representação espacial das capitais de *civitates* da Beira Interior”, *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, CEI / ARA, Guarda, p. 155-169.
- CARVALHO, Pedro (2006) - “Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitânia)”, *Dissertação de Doutoramento em Arqueologia*, policopiada).
- CARVALHO, Pedro (2007a) - *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana (um território rural no interior norte da Lusitânia)*, Coimbra, Câmara Municipal do Fundão/Instituto de Arqueologia.
- CARVALHO, Pedro (2007b) - “Terlamonte I” (Teixoso, Covilhã): Uma quinta romana no interior norte da Lusitânia”, *Conímbriga*, XLVI, Coimbra, p.207-250.
- CARVALHO, Pedro (2008) - “Por terras do Sabugal na época romana”, *Colecção Arqueológica*, Sabugal, Edição Pró-Raia/Município do Sabugal.
- CARVALHO, Pedro C., (2009a) - “Há 2000 Anos em Celorico da Beira, Entre as Encostas da Estrela e o Vale do Mondego ao Tempo dos Romanos”, *Celorico da Beira através da História*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.33-49.
- CARVALHO, Pedro C., (2009b) - “O Forum dos Igaeditani e os Primeiros Tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha)”, *Archivo Español de Arqueologia*, 82, p. 115-131.
- CARVALHO, Pedro C., LOBÃO, João e MARQUES, António Carlos (no prelo) - “A ara a Júpiter de Açores (Celorico da Beira) e a presença romana entre o vale do Mondego e a encosta noroeste da Serra da Estrela”.
- CARVALHO, Pedro C.(no prelo) - “Pela Beira Interior no século I d.C., das capitais de *civitates* aos *vici*, entre o Pênsul e a Estrela”, *Actas V Congresso de Arqueologia do Interior Norte e Centro de Portugal* (Pinhel, Mêda, Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa) 13 a 16 de Maio de 2009.

- CARRILLO DIAZ-PINES, José Ramón (1992) - “ Técnicas constructivas en las villas romanas de Andalucía”, AAC 3, p. 309-339.
- COELHO, Diana M. (2005) – “A25/IP5 – Lote 7, Relatório Final de Sondagens Arqueológicas da Quinta do Piroco”, (texto Policopiado).
- COELHO, Maria Helena da Cruz, PIMENTA, Maria Cristina (2009) - “Celorico Medieval. Um Cruzamento de Homens e Bens na Paz e na Guerra”, *Celorico da Beira através da História*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.71-88.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá (2007) - “Estudo da presença romana nas áreas das freguesias de Marialva e Coriscada”, *Côa - Visão*, n.º 9, p. 211-235.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá, SILVINO, Tony (2008) - “Vale de Mouro (Coriscada - Mêda) - Intervenção Arqueológica do ano de 2007”, *Côa – Visão*, n.º 10, p. 253-277.
- COIXÃO, António do Nascimento Sá, Cruz, Ana Brígida, SIMÃO, Paulo Vaz (2009) - *Carta Arqueológica do Concelho da Mêda*, Mêda, Câmara Municipal da Mêda.
- CRUZ, Mário R.M (2009) - “O Vidro Romano no Noroeste Peninsular, Um olhar a partir de Bracara Augusta”, Tese de Doutoramento, Universidade de Braga, (policopiada).
- CURADO, Francisco Patrício (1985) - “Epigrafia das Beiras”, *Beira Alta*, vol. XLIV, fasc. 1, Viseu.
- DAVEAU, Suzanne (1969) - “Structure et relief de la Serra da Estrela”, *Finisterra*, IV (7); 31-63; IV, 8. Lisboa, p. 159-197.
- DAVEAU, Suzanne (1987) - *Geografia de Portugal I. A posição geográfica e o território (em colaboração com H. Lautensach e Orlando Ribeiro)*. Lisboa, Edições João Sá da Costa.
- DUCEPPPE-LAMARRE, Armelle (2002) - “Unité ou pluralité de la sculpture celtique hallstattienne et laténienne en pierre en Europe continentale du VII^e au I^{er} s. av. J.- C.: Chronique de Protohistoire européenne : la sculpture préromaine”, *Revue Association pour la diffusion de l'archéologie méridionale*, vol. 25, p. 285-297.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1990) - “A religião”, *Nova História de Portugal* (SERRÃO, Joel e MARQUES, A. Oliveira, dir.), 1 – *Portugal das Origens à Romanização* (ALARCÃO, Jorge de, coord), Lisboa, p. 442-461.
- FERNANDES, Lídia (2010) - “Capitéis romanos do concelho do Sabugal – sobre a utilização da ordem toscana em território nacional”, *Sabucale*, vol. II, Sabugal, Ed. Sabugal+, p. 25-50.

- FERNANDES, Luís, FERREIRA, M.^a Céu, OSÓRIO, Marcos e PERESTRELO, Manuel (2006) - “Vicus e Castellum na Província Lusitana. Notas epigráficas e arqueológicas”, *Conimbriga*, XLV, p. 165-198.
- FERREIRA, Maria do Céu (2000) - “Contributos para a Carta Arqueológica do Concelho de Trancoso”, *Actas das I Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, p. 361-374.
- FERREIRA, Maria Céu, OSÓRIO, Marcos e PERESTRELO, Manuel Sabino (2004) - “Ara votiva a Amma de Vale de Azares”, *Ficheiro Epigráfico*, 77, nº 347, Coimbra.
- FIGUEIREDO, J. Moreira (1952) - “Subsídios para o estudo da viação romana das Beiras”, *Beira Alta*, nº4, ano XI, Viseu, p.299-330.
- FRADE, Helena (1998) - “Ara a Júpiter da *civitas Cobelcorum*”, *Ficheiro Epigráfico*, 58, Coimbra, n.º 266.
- GALÁN DOMINGO, Eduardo y RUIZ-GÁLVEZ, Marisa (1991) - “Las estelas del Suroeste como hitos de vias ganaderas y rutas comerciales”, *Trabajos de Prehistoria*, 48, p. 257-273.
- GALÁN DOMINGO, Eduardo y RUIZ-GÁLVEZ, Marisa (2001) - “Rutas ganaderas, transterminancia y caminos antiguos. El caso del Occidente peninsular entre el Calcolítico y la Edad del Hierro”, *Los Rebaños de Gerión. Pastores y trashumancia en Iberia antigua y medieval (coord. Gómez-Pantoja)*, Coll. Casa de Velázquez, n.º 73, Madrid, p. 263-278.
- GUERRA, Amílcar (2007) - “Sobre o Território e a Sede dos *Lancienses (Oppidani e Transcvdani)* e outras questões conexas”, *Conimbriga*, XLVI, Coimbra, p.161-206.
- HARRIS, E. C. (1989) - *Principles of Archeological Stratigraphy*, London.
- LEAL, A Pinho (1983-90) - *Portugal Antigo e Moderno*, 10 vols, Lisboa.
- LEMOS, Francisco de Sande (1993) - “Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental”, Dissertação de Doutoramento na especialidade de Pré-História e História da Antiguidade, Universidade do Minho, (trabalho policopiado).
- LEMOS, Francisco S., Cruz, Gonçalo (2006) – “Murallas e Guerreiros na Proto-História do Norte de Portugal” *Actas do III Congresso de Arqueologia de Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior*, Parque Arqueológico do Vale do Côa, ACDR de Freixo de Numão e Câmara Municipal de Vila Nova de Foz, p. 9-29.
- LOBÃO, João C., MARQUES, António C. e NEVES, Dário (2002) - “Prospecção Arqueológica no Concelho de Celorico da Beira”, FLUC, Coimbra (trabalho académico policopiado).

- LOBÃO, João C., MARQUES, António C. e NEVES, Dário (2005) - “Povoamento romano na área da Torre de Almofala”, *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Guarda, CEI / ARA, p. 171-187.
- LOBÃO, João C. MARQUES, António C. e NEVES, Dário (2006): “Património arqueológico do concelho de Celorico da Beira, Subsídios para o seu inventário e estudo”; *Praça Velha*, vol. XIX, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, p.15-38.
- LÓPEZ MONTEAGUDO, Guadalupe (1987) - “Las cabezas cortadas en la Peninsula Ibérica”, *Revista Gerión*, n.º5, p. 245-252.
- LÓPEZ QUIROGA, Jorge, RODRÍGUEZ MARTIN, F. Germán (2000-2001) - “ El “Final” de las villae en Hispania. La transformación de las Pars Urbana de las villae durante la Antigüedad Tardia, *Portugália*, vol. XXI-XXII.
- MANTAS, Vasco Gil (1992) - “ Teledetección e vias romanas”, W, Madrid: Ministerio de Cultura, p.165-174.
- MARQUES, António Carlos (2008) - “O Castelo de Celorico da Beira”, *Relatório das Escavações Arqueológicas do Castelo de Celorico da Beira*, Câmara Municipal de Celorico da Beira (texto Policopiado).
- MARQUES, António Carlos (2009) - “A cabeça em pedra de Vale da Ribeira (Celorico da Beira) ”, Instituto de Arqueologia, FLUC, Coimbra (texto Policopiado).
- MARQUES, António Carlos, LOBÃO, João (no prelo) - “A cabeça em pedra de Vale da Ribeira” (Celorico da Beira).
- MARTINS, Manuela (1992) - “As vilas do norte de Portugal de Alberto Sampaio”, *Revista Guimarães*, n.º 102, p. 389-409.
- MENDES, Paula (2006) - “A25/IP5 Mangualde – Guarda, Sublanço Ratoeira Nascente/IP2”, Relatório Final das Medidas de Minimização Lote 8, (texto Policopiado).
- MORENO MARTÍN, Francisco (1997) - “Ocupacion territorial hispano-romano.Los Vici: poblaciones rurales, Espacios, Tiempo y Forma”, Serie II, *História Antigua*, p. 295 - 306.
- NAVARRO CABALLERO, Milagros e RAMÍREZ SÁDABA, José (coord.) (2003) - “Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana”, Mérida/Bordéus.
- OLIVEIRA, Manuel Ramos (1939) - “Celorico da Beira e o seu Concelho - através da História e Tradição”, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira.

- OLIVEIRA, Manuel Ramos (1997) - “Celorico da Beira e o seu Concelho - através da História e Tradição”, *Celorico da Beira através da História*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira.
- OLMOS Ricardo, ROUILLARD Pierre (2002) - “Sculpture préromaine de la Péninsule Ibérique”, *Revue Association pour la diffusion de l'archéologie méridionale*, vol. 25, p. 269-284.
- OSÓRIO, Marcos (2006) - “O Povoamento Romano no Alto Côa”, *Territoria 1*, Câmara Municipal da Guarda.
- OSÓRIO, Marcos; SILVA, Ricardo Costeira da; NEVES, Dário; PERNADAS, Paulo (2008) - “O casal romano do Relengo (Barragem do Sabugal). Elementos para o estudo do povoamento romano e tardo-romano no Vale do Côa”. *Actas do Fórum Valorização e Promoção do Património Regional*. Vol. 3. Porto, p. 98-115.
- PEREIRA, Vítor (2003) - “O Povoado Pedra Aguda (Subsídios para o seu conhecimento)”, *Praça Velha*, vol. XIV, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, p. 21-34.
- PEREIRA, Vítor, MARQUES, António C. (2005) - “Cerâmica cinzenta fina Alto-Imperial da Póvoa do Mileu (Guarda). Breves Apontamentos”, *Praça Velha*, vol. XVIII, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, p. 19-36.
- PEREIRA, Vítor (2005) - “Intervenção Arqueológica na Póvoa do Mileu (Guarda)”, *Actas das 2as Jornadas de Património da Beira Interior: Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia*, Guarda, CEI / ARA, p. 229-248.
- PEREIRA, Vítor (2006a) - “*Terra Sigillata* da Póvoa do Mileu (Guarda). Primeira Abordagem”, *Praça Velha*, vol. XX, Guarda, Câmara Municipal da Guarda, p. 5-20.
- PEREIRA, Vítor (2006b) - “*Terra Sigillata* em três locais da Lusitânia: Ammaia, Idanha, Mileu”, *Dissertação de Mestrado em Arqueologia, área de especialização em Arqueologia Regional*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (texto Policopiado).
- PEREIRA, Vítor (2008) - “A Romanização da Região da Guarda”, *Roteiro Arqueológico da Guarda, Território, Paisagens e Artefactos*, Guarda, Câmara Municipal da Guarda.
- PEREIRA, Vítor (2010) - “O povoamento romano no concelho da Guarda”. *Iberografias*, n.º VI, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos, p. 27-45.
- PERESTRELO, M. Sabino, FERREIRA, Maria do Céu (2000) - “Povoamento Romano na Bacia da Ribeira de Massueime (Guarda). Alguns Subsídios”. *Actas das Ias Jornadas do Património da Beira Interior*, Guarda, p. 97-120.
- PERESTRELO, M. Sabino G. (2003) - *A romanização na bacia do Rio Côa*, Ministério da Cultura – Parque Arqueológico do Vale do Côa.

- PINA, Filipe Alves (2009) - “Marca de Oleiro do Castelo dos Prados (Pinhel)”, *Ficheiro Epigráfico*, 89.
- REDENTOR, Armando (2006) - “Manifestações religiosas e onomásticas na *civitas Zoelarum*”, *Conimbriga*, XLV, Coimbra, p. 253-273.
- REIS, Maria Pilar (2004) - “A *villa* romana da Quinta do Prado Galego (Valbom, Pinhel). Primeiros Resultados.
- REIS, Maria Pilar, SANTOS, Fernando (2006) - “A *villa* romana do Prado Galego. Breves notas sobre a campanha de 2006”, *III Congresso de Arqueologia Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior, Proto - História e Romanização Guerreiros e Colonizadores*, p. 81-84.
- RENFREW, Colin, BAHN, Paul (1998) - *Arqueología, Teorías, Métodos y Práctica*, Madrid, Ediciones Akal.
- REPAS, Fernanda (2001) - “Religião na Beira Interior ao Tempo dos Romanos”, dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (texto Policopiado).
- RIBEIRO, ORLANDO (1954) - “Estrutura e relevo da Serra da Estrela”, *Boletín de la Sociedad Española de Historia Natural*, Madrid, Tomo de homenaje a E. Hernández-Pacheco, p. 549-566.
- RIBEIRO, ORLANDO (1987) - *Geografia de Portugal. I. A Posição Geográfica e o Território*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- RIBEIRO, ORLANDO (1988) - *Geografia de Portugal. II. O Ritmo Climático e a Paisagem*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- RIBEIRO, ORLANDO (1991) - *Geografia de Portugal. IV. A Vida Económica e Social*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
- RICARDO, Isabel (1997) - “Relatório das Escavações Arqueológicas do Castelo de Celorico da Beira”, Câmara Municipal de Celorico da Beira (texto Policopiado).
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1958) - “Cabeça de guerreiro lusitano da Guarda (Portugal)” *Zepyrus*, Salamanca 9: 2, p. 227-228.
- RODRIGUES”, Adriano Vasco (1979) - *Celorico da Beira e Linhares – Monografia Histórica e Artística*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira.
- RODRIGUES, Adriano Vasco (1992) - *Celorico da Beira e Linhares – Monografia Histórica e Artística*”, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira, 2ª edição.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, António (1995) - “Corpus de inscripciones rupestres de época romana del cuadrante NW de la Peninsula Ibérica”, *Saxa Scripta (Inscripciones*

- en Roca), *Actas del Simposio Internacional Ibero-Itálico sobre epigrafia rupestre, Santiago de Compostela e Norte de Portugal*, Anejos de Larouco, 2, A Coruña, p. 146-149.
- RUIVO, José, CARVALHO, Pedro (1996) - “Uma via romana na Serra da Estrela: o troço Valhelhas - Mangualde”, *Materiais*, IIª série, ano 1, nº 0, vol 2, Castelo Branco, p. 11-21.
- SAA, Mário de (1960) - “As Grandes Vias da Lusitânia: O Itinerário de Antonino Pio”, Tomo III, p.287-345.
- SANTOS, Maria Constança G. (2008) - “Elementos de povoamento tardo – antigo e medieval entre Peroviseu e Três Povos (Fundão), *Actas das I Jornadas de Belmonte*, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte.
- SANTOS ROCHA (1906) - “A necrópole da moirama, nas vizinhanças de Celorico” *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*, 1 (3), p.101-102.
- SARMENTO, F. Martins (1883) - “Expedição científica à Serra da Estrela em 1881. Secção de Archeologia”, *Sociedade de Geographia de Lisboa*, Lisboa.
- SARMENTO, Francisco Martins (1896) - “A propósito das estátuas galaicas”, *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, vol. XV, Porto.~
- SCHATTNER, Thomas G. (2004)) - “Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitano-galaicos”, *Separata de O Arqueólogo Português*, Série IV, Volume 22.
- TARPIN, Michel (2002) - *Vici et pagi dans l'Occident romain*, collection de l'École française de Rome, nº 299, Paris-Rome.
- TEIXEIRA, Irene Avilez (1982) - *Trancoso: Terra de Sonho e Maravilha*, Trancoso, Câmara Municipal de Trancoso.
- TENTE, Catarina (2007) - “A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela”, *Trabalhos de Arqueologia* 47, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.
- TENTE, Catarina (2007) - “Comunidades cristãs do Alto Mondego: projecto de estudo das estratégias de ocupação do território”, *Promontoria*, n.º 5, p. 245-269.
- TENTE, Catarina (2009) - “Viver em autarcia. A organização do território do alto Mondego (Portugal) entre os séculos V a X”, *Tiempososcuros*.
- TENTE, Catarina (2009) - “Dos “bárbaros” ao Reino de Portugal. O território de Celorico da Beira nos séculos V a XII”, *Celorico da Beira através da História*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- VALERA, António Carlos (1993) - *Património arqueológico do concelho de Fornos de Algodres. 1ª fase da carta e roteiro*, Lisboa, Colibri.

- VALERA, António Carlos, MARTINS, A. M. (1994) - “Levantamento arqueológico do concelho de Celorico da Beira, relatório do trabalho de campo”, *Trabalhos de arqueologia da EAM*, 2, Colibri, Lisboa, p.273-282.
- VALERA, António Carlos (2007) - *Dinâmicas locais de identidade: estruturação de um espaço de tradição no 3.º milénio AC (Fornos de Algodres, Guarda)*, Fornos de Algodres, Município de Fornos de Algodres/Terras de Algodres.
- VILAÇA, Raquel (2009) - “Celorico da Beira antes dos Romanos”, *Celorico da Beira através da História*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.11-28.
- VILELA DA SILVA, L. D. (1808) - *Compêndio histórico da vila de Celorico da Beira, oferecido a sua alteza real, o príncipe regente*, 1808.
- VILLANUEVA ACUÑA, Manuel (1994) - “Aspectos de la organización económica de las villae de Hispania”, *Espacio, Tiempo y Forma, Serie II, História Antigua*, p. 105-139.
- VIVES, José (1971) - *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona.

Fontes Iconográficas

Cartografia

Carta Militar de Portugal (1970) - Escala 1: 25.000, folhas n.º 180, 181, 190, 191, 202 e 203.

Ortofotomapa, cobertura aérea digital do continente, 2004, Instituto Geográfico Português

Créditos fotográficos

António Carlos Marques

Danilo Pavone

João Lobão

Webgrafia

Site da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais: www.monumentos.pt

Site do Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitectónico: www.igespar.pt/

Site de Mapas da Google: maps.google.com

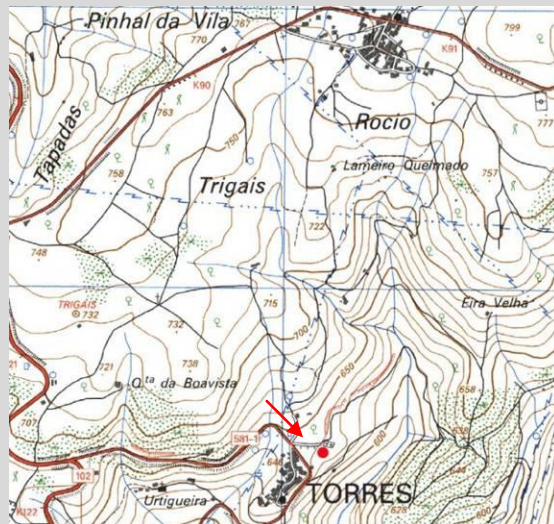
1 - Chão do Capitão-Môr

- a) Chão do Capitão-Môr, Torres.
- b) 170 642348 -4512595 600
- c) Encosta de declive moderado, sobranceira a uma pequena linha de água. Área de cultivo de cereais (muito boa visibilidade).
- d) Por uma área de 3.000 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum, um peso de tear e escória (alta).
- e) Romano: casal.
- f) Teixeira, 1982, p. 409



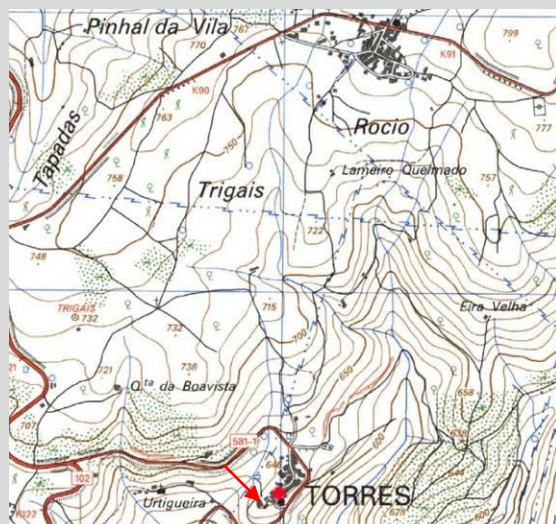
2 - Torres I

- a) Torres I, Torres.
- b) 170 642115 -4512422 640
- c) Plataforma junto ao esporão onde está aldeia das Torres. Área de cultivo de cereais (muito boa visibilidade).
- d) Por uma área de 400 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, *lateres* e escória (alta).
- e) Romano: *tugurium*.
- f) Inédito; informação cedida pelo gabinete de arqueologia da Câmara Municipal de Trancoso.



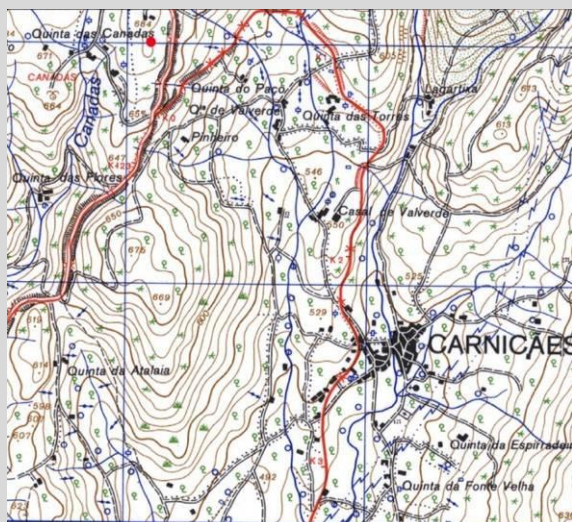
3 - Torres II

- a) Torres II, Torres.
- b) 170 642170 -4512480 650
- c) Topo de um esporão onde está a aldeia das Torres. Área urbana (aldeia). Área de dispersão de vestígios indeterminável.
- d) Identificaram-se três pesos de lagar, vários fustes de coluna e diversas pedras almofadadas.
- e) Romano: *villa* (?).
- f) Inédito; informação cedida pelo gabinete de arqueologia da Câmara Municipal de Trancoso.



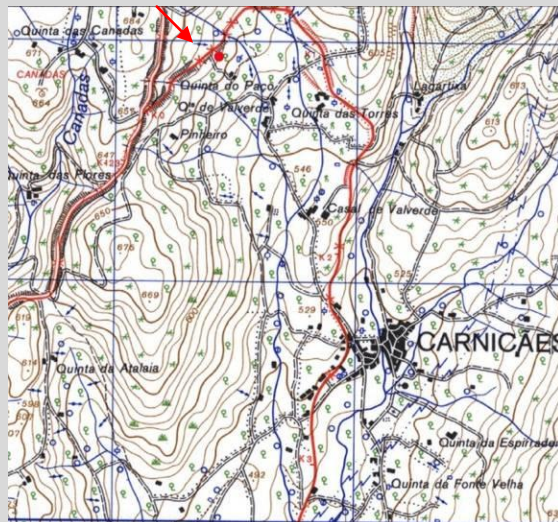
4 - Quinta da Palôa

- a) Quinta da Palôa, Torres.
- b) 181 643444 -451789 680
- c) Encosta de declive moderado. Área ocupada por souto de castanheiros (visibilidade média).
- d) Por uma área de 9000 m² identificaram-se *tegulae*, blocos graníticos facetados, *lateres*, comum e um peso de tear (alta).
- e) Romano: granja.
- f) Teixeira, 1982, p. 409.



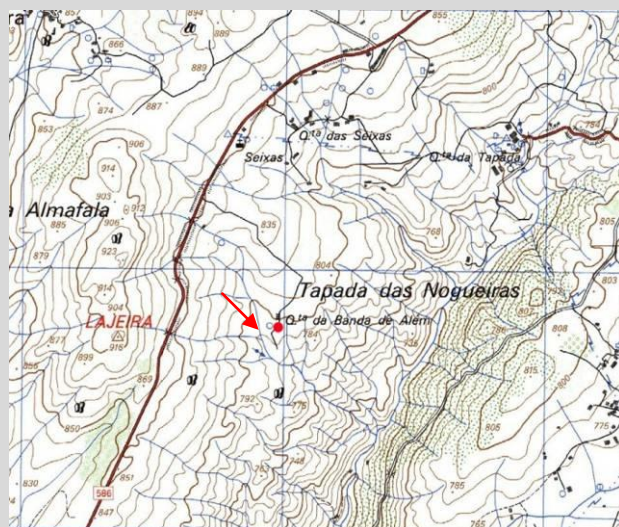
5 - Quinta do Paço

- a) Quinta do Paço, Torres.
- b) 181 641398 -4511878 620
- c) Encosta de declive moderado. Área ocupada por vinha e terreno de pasto (Visibilidade Média).
- d) Por uma área de 2500 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices* e uma pedra almofadada (média).
- e) Romano: casal.
- f) Inédito; informação cedida pelo gabinete de arqueologia da Câmara Municipal de Trancoso.



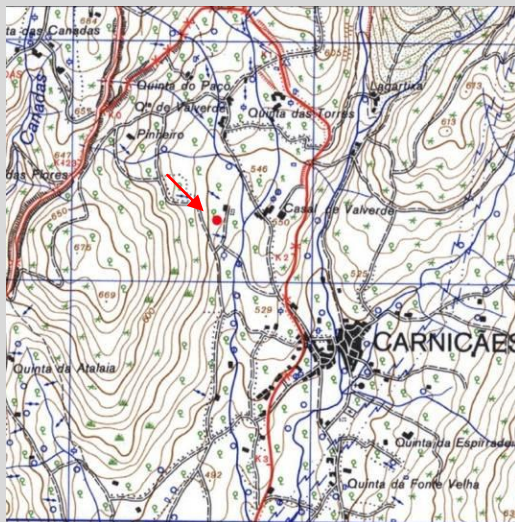
6 - Quinta da Banda de Além

- a) Quinta da Banda de Além, Aldeia Nova.
- b) 180 6267152 -4168561 790
- c) Encosta de declive moderado, junto a uma pequena linha de água. Área de cultivo de cereais (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 1200 m² identificaram-se *tegulae* e *imbrice* (média).
- e) Romano: casal.
- f) Ferreira, 2000, p. 364.



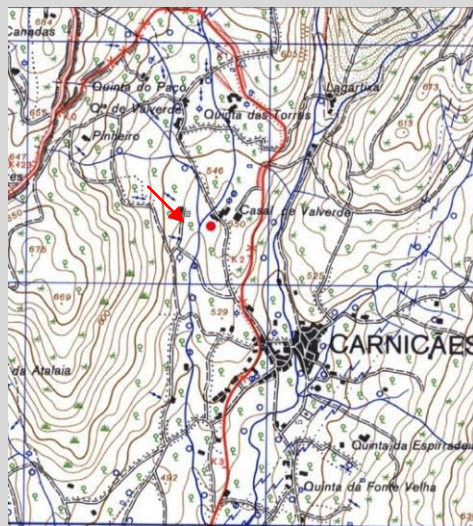
7 - Tapada da Fonte da Cal I

- a) Tapada da Fonte da Cal I, Carnicães.
- b) 181 641612 -4511395 550
- c) Encosta suave, junto à ribeira dos Tamanhos. Área de pasto (Visibilidade Média).
- d) Por uma área de 550 m² identificaram-se *tegulae* (média).
- e) Romano: casal.
- f) Inédito; informação cedida pelo gabinete de arqueologia da Câmara Municipal de Trancoso.



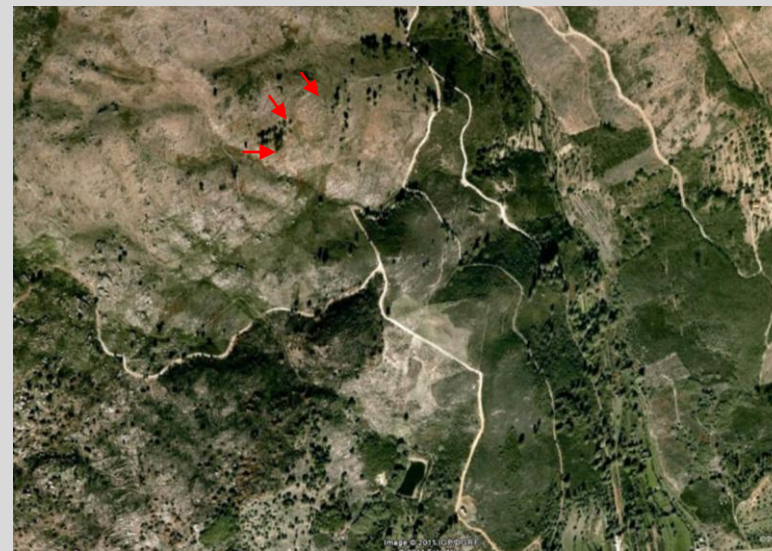
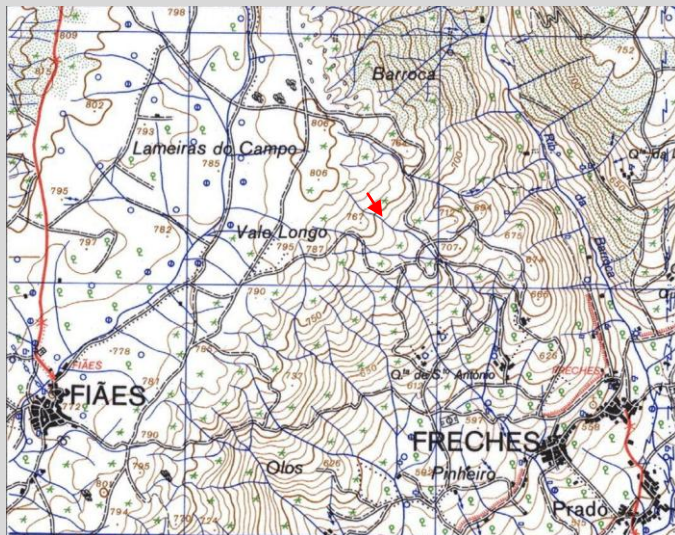
8 - Tapada da Fonte da Cal II

- a) Tapada da Fonte da Cal II, Carniçães.
- b) 181 641747 -4511209 540
- c) Encosta suave, junto à ribeira dos Tamanhos. Área de pasto (Visibilidade Média).
- d) Por uma área de 500 m² identificaram-se *tegulae* (média).
- e) Romano: casal.
- f) Inédito; Informação cedida pelo gabinete de arqueologia da Câmara Municipal de Trancoso.



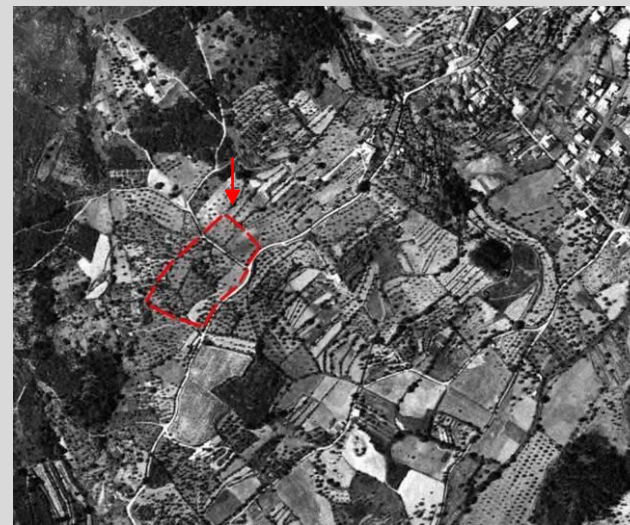
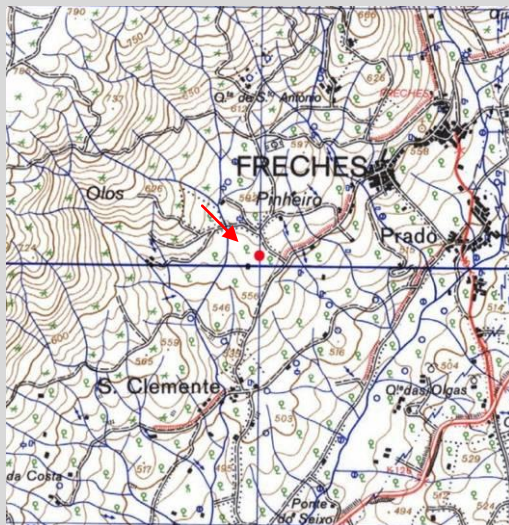
9 - Vale Longo Calçada

- a) Calçada Vale Longo
- b) Calçada Vale Longo, Freches.
- c) 181 636081 -4500414 740
- d) Encosta de declive acentuado. Troço de calçada com extensão indeterminada face à densa vegetação que cobre esta área.
- e) Romano (?) /medieval: via.
- f) Ferreira, 2000, p. 366.



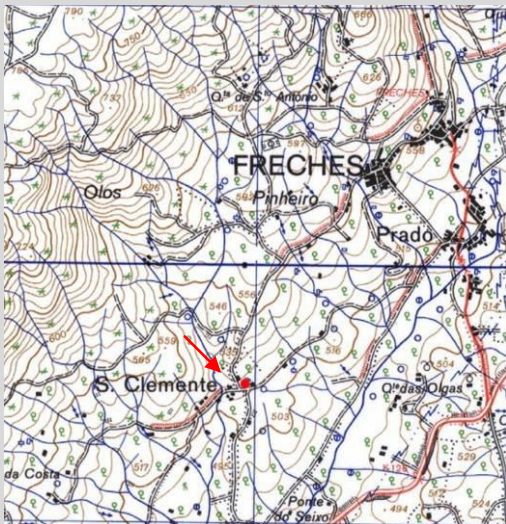
10 – Olos

- a) Olos, Freches.
- b) 181 641747 -4511209 560
- c) Encosta de declive moderado. Área de cultivo de oliveira (Visibilidade Média).
- d) Por uma área de 15.000 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, *lateres*, escória, cerâmica comum, pesos de tear, cerâmica cinzenta fina, *sigillata*, estuque e vidro (alta).
- e) Romano: *villa*.
- f) Perestrelo *et alii*, 2000, p. 104; Ferreira, 2000a, p. 366.



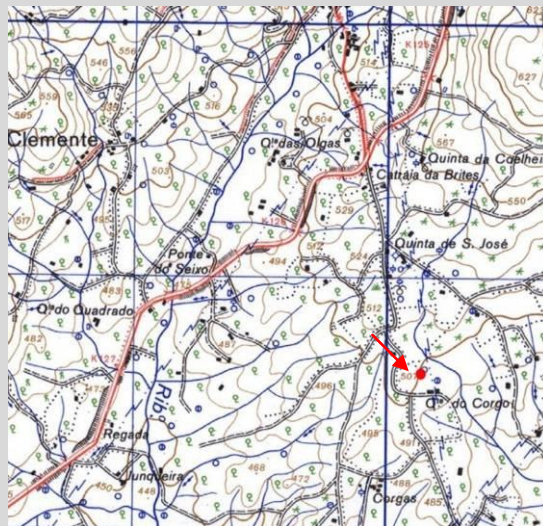
11 - São Clemente

- a) São Clemente, Freches.
- b) 181 638854 -4508931 530
- c) Encosta suave, situado na área urbana da aldeia de São Clemente. Área de pasto e olival (Visibilidade Média).
- d) Por uma área de 1300 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, *lateres*, cerâmica comum, um peso de lagar rectangular e duas pedras almofadadas (alta).
- e) Romano: casal.
- f) Inédito; informação cedida pelo gabinete de arqueologia da Câmara Municipal de Trancoso.



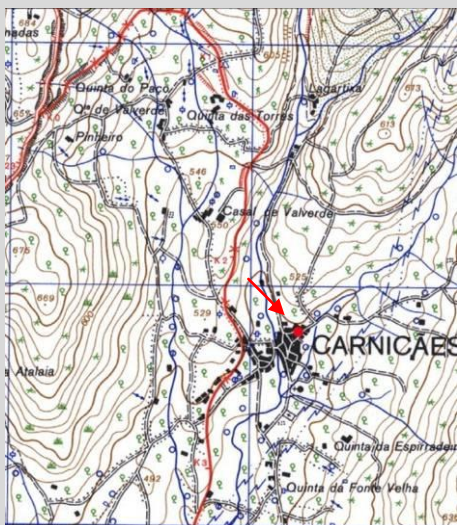
12 - Quinta dos Corgos

- a) Quinta dos Corgos, Freches.
- b) 181 640059 -4508509 510
- c) Encosta suave, sobranceiro a uma pequena linha de água. Área de vinha e olival (Visibilidade média).
- d) Por uma área de 20.000 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, *dolia*, cerâmica comum, tijolo burro, *sigillata*, peso de tear e escória (alta).
- e) Romano: Aldeia (?).
- f) Teixeira, 1982, p. 414; Perestrelo *et alii*, 2000, p. 104; Ferreira, 2000a, p. 366.



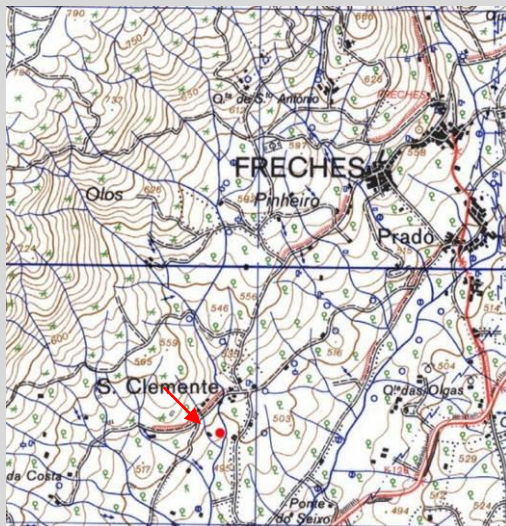
13 – Carniães

- a) Carniães, Carniães.
- b) 181 642180 -4510762 500
- c) Interior da aldeia de Carniães.
- d) Identificaram-se dois pesos de lagar.
- e) Romano: achado isolado (?)
- f) Inédito; informação cedida pelo gabinete de arqueologia da Câmara Municipal de Trancoso.



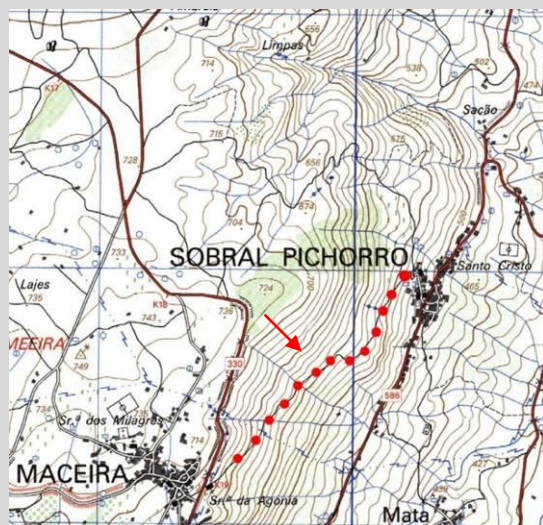
14 - Quinta Velha

- a) Quinta Velha, Freches.
- b) 181 638874 -4508971 490
- c) Encosta suave, junto a uma pequena linha de água., situado nas imediações da aldeia de São Clemente. Área de pasto (Visibilidade Média).
- d) Por uma área de 100 m2 identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, *dolia* e cerâmica comum (média).
- e) Romano: *tugurium*.
- f) Inédito; informação cedida pelo gabinete de arqueologia da Câmara Municipal de Trancoso.



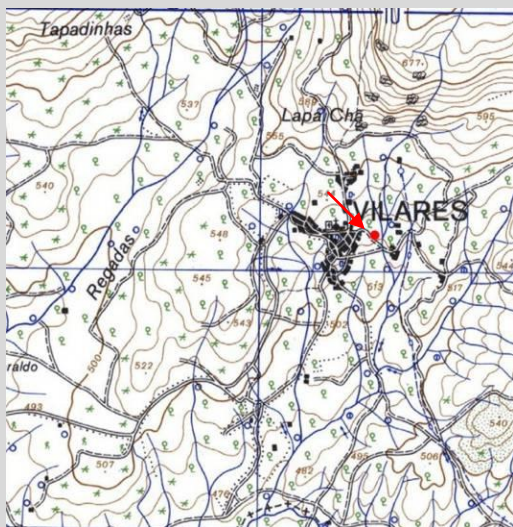
15 – Sobral Pichorro

- a) Calçada Sobral Pichorro
- b) Calçada Sobral Pichorro, Sobral Pichorro.
- c) 180 634081 -4503914 670
- d) Encosta de declive acentuado.
- e) Romano (?) /medieval: via.
- f) CIHFAFA, 2005.
- g) Troço de calçada com cerca de 1 Km de extensão. O percurso conservado desta via situa-se entre as imediações da aldeia de Sobral Pichorro e a aldeia de Maceira.



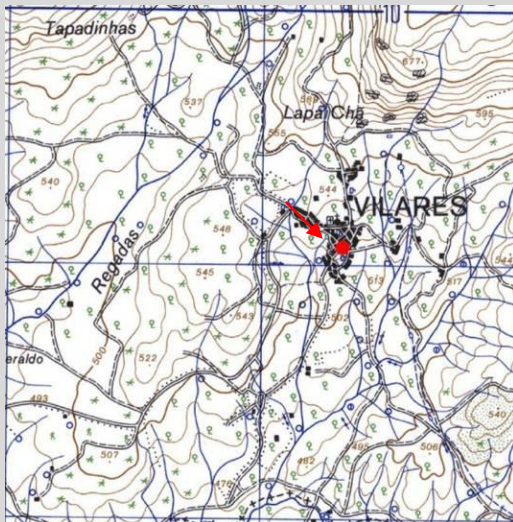
16 – Inscrição Vilares

- a) Inscrição Vilares, Vilares.
- b) 181 7100465 -4168561 540
- c) No sopé da serra da broca, aquando da abertura de uma estrada junto à aldeia de Vilares foi identificada uma inscrição honorífica num afloramento granítico.
- d) Segundo Rodriguez Colmenero (1995, p. 146), apresenta a seguinte leitura: « Aedi. Iesus (bajo Cristograma) Domini Catu-ro Areini (*filius*) ocupavit locum. l(atum) p(edes). XXV. Act(um) pr(idie) k(alendas) Iun(i)a(s) co(n)s(ulibus) Anastasio? (bajo anagrama) O(rientis). Via(tore) O(ccidentis)»; a tradução proposta será: “Caturão, filho de Areino, tomou posse para o templo de Jesus, o Senhor, de um solar de 25 pés de largura. Fez-se o contrato no dia anterior às calendas de Junho (31 Maio) do ano em que o imperador Anastásio era cônsul para Oriente e Viator para Ocidente (495 d.C)”
- e) Romano: achado isolado (inscrição rupestre).
- f) Rodriguez Colmenero, 1995, p. 146.



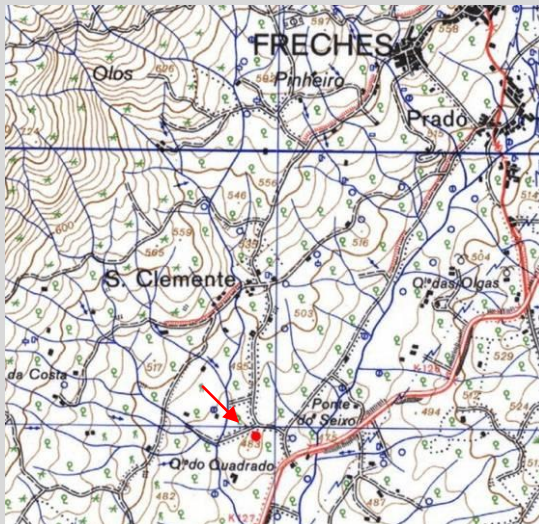
17 – Vilares

- a) Vilares, Vilares.
- b) 181 710046 -4168561 540
- c) Encosta de declive moderado situada no sopé da Serra da Broca (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 30.000 m² identificaram-se *tegulae*, bases de coluna, fustes de coluna, ara anepígrafa, pesos de lagar, cerâmica comum, *terra sigillata hispânica*, *terra sigillata* (marmoreada) e escória (média).
- e) Romano: *vicus*.
- f) Rodriguez Colmenero, 1992, p.146; Perestrelo e Ferreira, 2000; Perestrelo, 2003, p. 94.



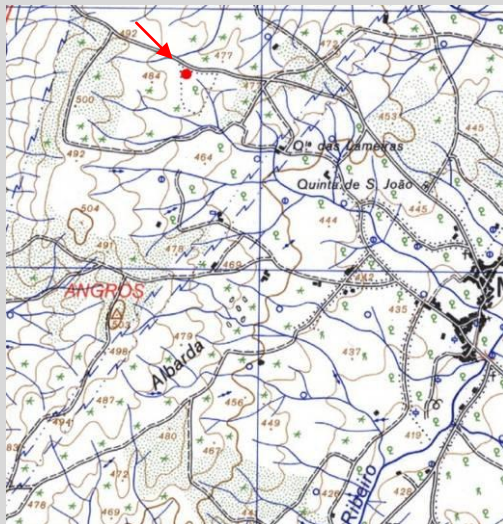
18 - Quinta do Quadrado

- a) Quinta do Quadrado, Freches.
- b) 181 638854 -4508931 480
- c) Encosta suave, junto a uma pequena linha de água. Área de pasto e olival (Visibilidade boa).
- d) Por uma área de 900 m² identificaram-se *tegulae*, *dolia* e um peso de lagar (média).
- e) Romano: casal.
- f) Inédito; informação cedida pelo gabinete de arqueologia da Câmara Municipal de Trancoso.



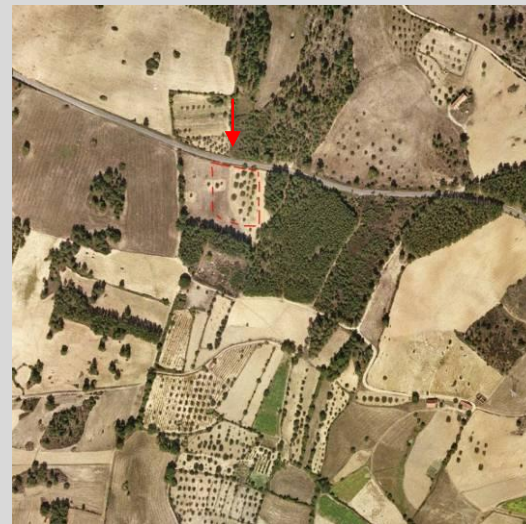
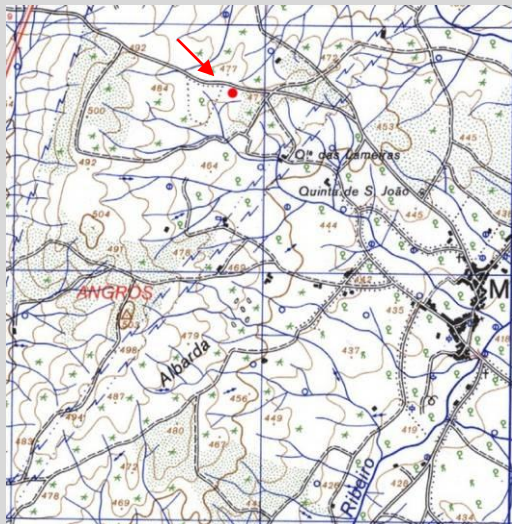
19- Mata do Peramigo

- a) Mata do Peramigo, Minhocal.
- b) 181 638570 -4506804 480
- c) Encosta suave voltada a Este com vegetação rasteira (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 1.500 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum, peso de tear e escória (média).
- e) Romano: casal.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 23.
- g) Esta estação encontra-se nas proximidades das estações de São Domingos e Lameira I.



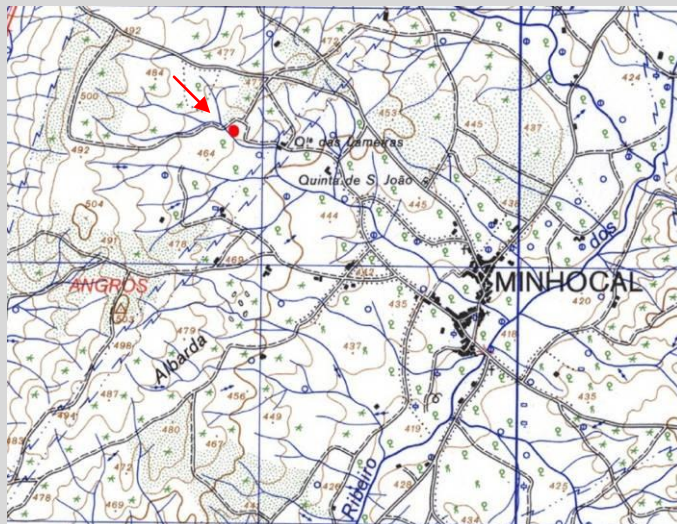
20 - São Domingos

- a) São Domingos, Minhocal
- b) 181 4506,72 -638,74 477
- c) Encosta suave voltada a Este. Olival com vegetação rasteira e esparsa (boa visibilidade).
- d) *Tegulae, imbrices* e cerâmica comum dispersos por uma área aproximada de 7.000 m² (baixa).
- e) Romano: granja
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 23.
- g) Junto desta ficam as estações da Mata do Peramigo e de Lameiras 1.



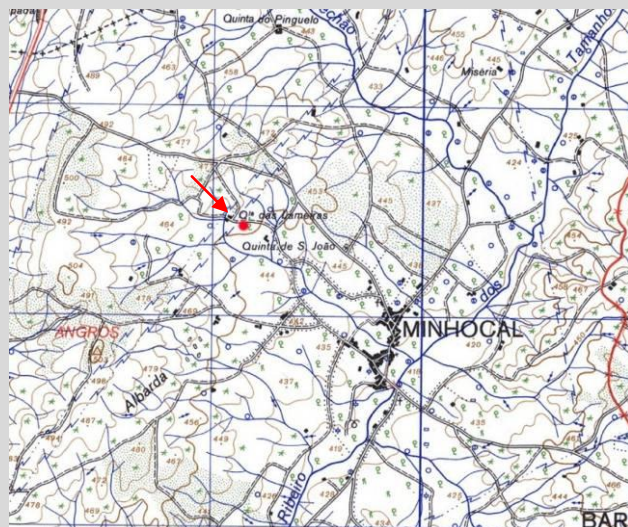
21 - Lameiras

- a) Lameiras, Minhocal.
- b) 181 638688 -4506427 466
- c) Planície de relevo ondulado, irrigada por pequenos cursos de água. Área ocupada por olival e pequenas hortas. (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 1.000 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, blocos de tijolo bruto, cerâmica comum, um fuste de coluna e duas mós manuais rotativas (alta).
- e) Romano: casal.
- f) Lobão et *alii*, 2006, p. 23.
- g) Esta estação encontra-se nas proximidades das estações de São Domingos e Mata do Peramigo.



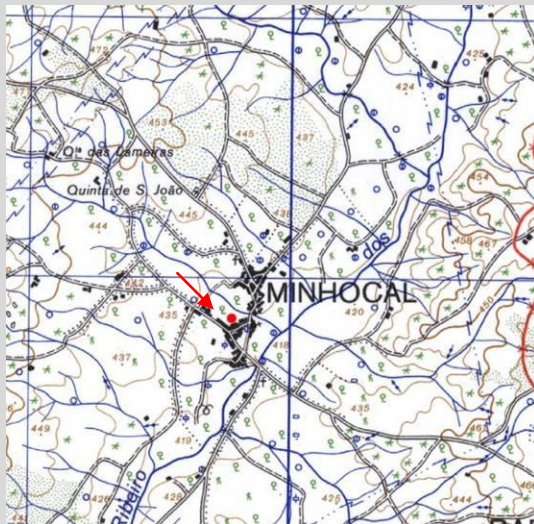
22 - Quinta das Lameiras

- a) Quinta das Lameiras, Minhocal.
- b) 181 638688 -4506427 458
- c) Planície de relevo ondulado, irrigada por pequenos cursos de água. Área de cultivo de cereais (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 1000 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, lateres, cerâmica comum (baixa).
- e) Romano: casal.
- f) Lobão et *alii*, 2006, p. 23.
- g) Esta estação encontra-se nas proximidades das estações de São Domingos e Mata do Peramigo, Lameiras.



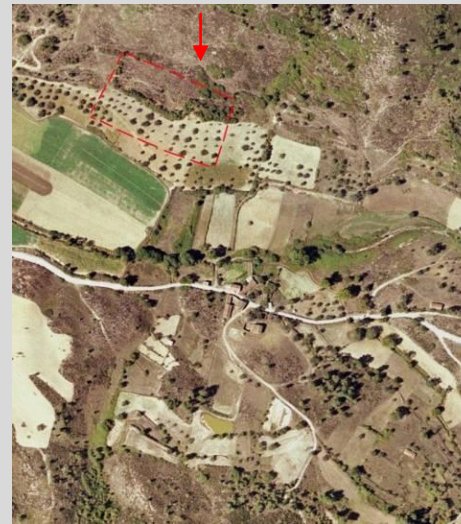
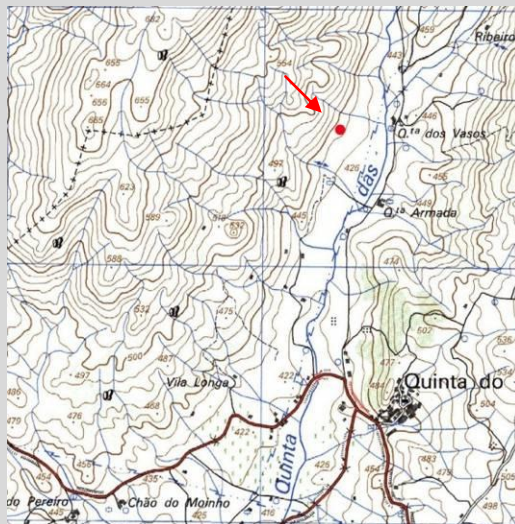
23 - Quintal dos Pinas

- a) Minhocal
- b) 181 639812 -450581 425
- c) Zona plana localizada no perímetro urbano da aldeia do Minhocal.
- d) Peso de Lagar.
- e) Romano: achado isolado.
- f) Lobão et *alii*, 2006, p. 23.



24 - Quinta da Armada

- a) Quinta da Armada, Fornotelheiro.
- b) 180 635352 -4506574 435
- c) Plataforma sobrelevada em sopé de montanha, sobranceira à Ribeira das Seixas. Área de cultivo de cereais e olival (muito boa visibilidade).
- d) Por uma área de 10.000 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum, *terra sigillata hispânica tardia*, pesos de tear e escória.
- e) Romano: granja.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 22.



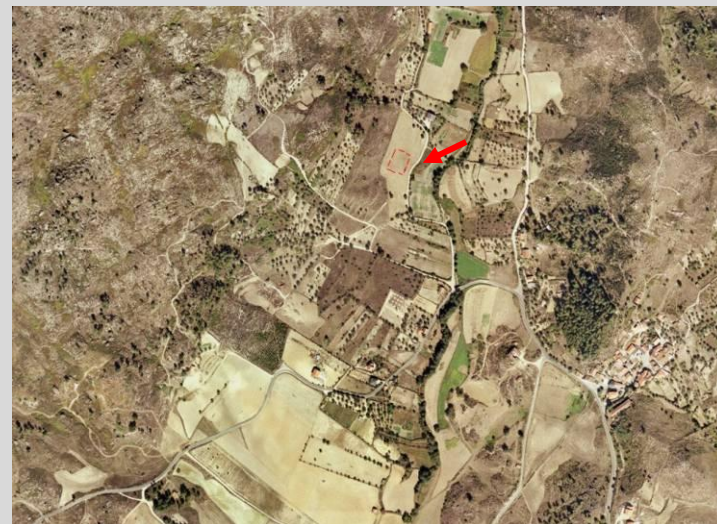
25 – Abelheira

- a) Abelheira, Fornotelheiro.
- b) 180 634854 -4505791 470
- c) Terreno aplanado a meia encosta, sobranceiro à ribeira da Quinta das Seixas. Terrenos de pastoreio (visibilidade razoável).
- d) Por uma área de 50 m² identificaram-se *tegulae*.
- e) Romano: *tugurium*.
- f) Lobão et alii, 2006, p. 24.
- g) Dadas as dimensões e a relativa proximidade, deverá corresponder a uma pequena construção dependente da estação da Quinta da Armada.



26 - Vila Longa

- a) Vila Longa, Fornotelheiro.
- b) 180 635085 -4505749 422
- c) Planície junto à ribeira da Quinta das Seixas. Terrenos de cultivo (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 100 m² identificaram-se *tegulae* (média).
- e) Romano: *tugurium*.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 24
- g) Dadas as dimensões e a relativa proximidade, deverá corresponder a uma pequena construção dependente da estação da Quinta da Armada.



27 - Soito Negro

- a) Soito, Baraçal.
- b) 181 641732 -4505850 509
- c) Encosta suave, pobre em recursos hídricos. Área de cultivo de cereais e vinha (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 2.500 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum (alta).
- e) Romano: casal.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 24.



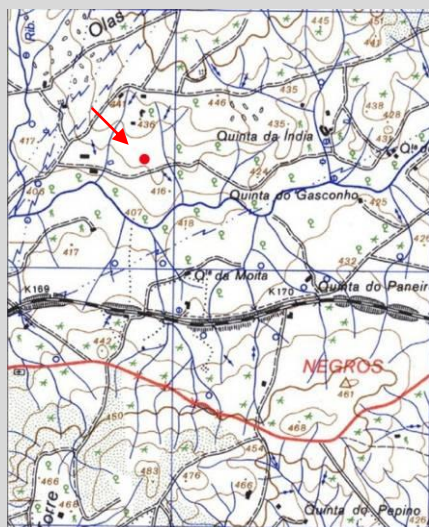
28 - Tapada do Freixo I

- a) Tapada do Freixo, Santa Maria.
- b) 181 638015 -4504604 440
- c) Encosta suave, junto à Ribeira dos Tamanhos. Terreno cultivado com vegetação rasteira (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 200 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum (média).
- e) Romano: *tugurium*.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 25.



29 - Tapada do Freixo II

- a) Tapada do Freixo, Santa Maria.
- b) 181 637945 -4504480 428
- c) Encosta suave, junto à Ribeira dos Tamanhos. Terreno cultivado com vegetação rasteira (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 10.000 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, *lateres* cerâmica comum, *terra sigillata* hispânica e hispânica tardia, , base e fuste de coluna cerâmica cinzenta fina e um peso de tear (alta).
- e) Romano: *villa* .
- f) Rodrigues, 1979, p. 35; Valera *et alii*, 1994, p. 278, nº 20 e Lobão *et alii*, 2006, p. 25.



30 - Tapada do Freixo III

- a) Tapada do Freixo, Fornotelheiro.
- b) 181 637834 -4504324 415
- c) Encosta suave, junto à Ribeira dos Tamanhos. Terreno cultivado com vegetação rasteira (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 200 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, e cerâmica comum incluindo *dolia* (média).
- e) Romano: *tugurium*.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 25.
- g) Dadas as dimensões e a proximidade com a *Villa* da Tapada do Freixo esta construção pode corresponder a um anexo desta.



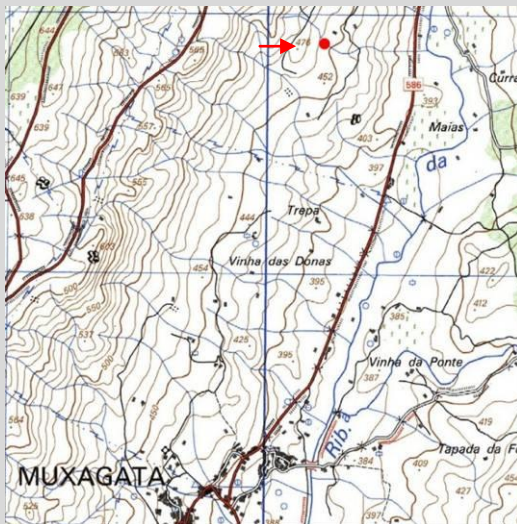
31 - Quinta do Seixal

- a) Quinta do Seixal, Fornotelheiro.
- b) 181 638131 -4504400 418
- c) Encosta suave, junto à Ribeira dos Tamanhos. Terreno cultivado com vegetação rasteira (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 1.500 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum e 1 peso de tear.
- e) Romano: casal
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 25.
- g) Dadas as dimensões e relativa proximidade, pode corresponder a uma construção dependente da *villa* da Tapada do Freixo.



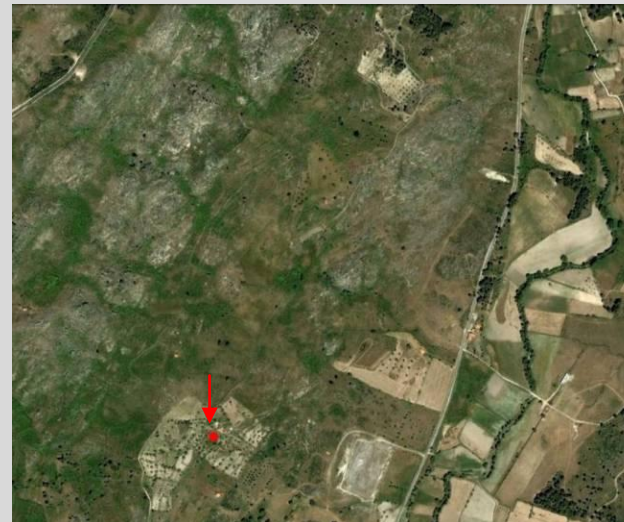
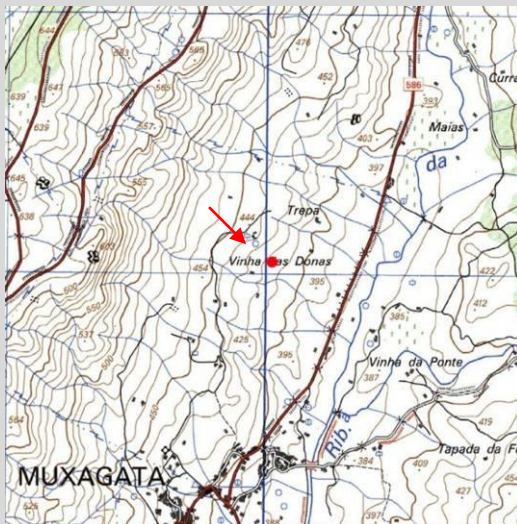
32 – Trepa I

- a) Trepa, Muxagata.
- b) 180 630211 -4503757 450
- c) Área planáltica, sobranceira à Ribeira da Muxagata (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 12 000 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum, pedra almofadas e uma soleira (média).
- e) Romano: *villa*.
- f) Coelho, 1948, CIHAFSA, 2005.



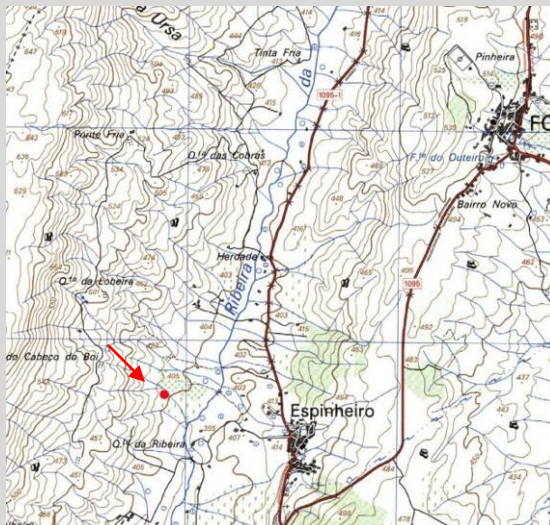
33 – Trepa II

- a) Inscrição, Muxagata.
- b) 180 625658 -411108 400
- c) Epigrafe identificada num muro junto a uma fonte, face à proximidade com o sítio Trepa I é provável que seja dali proveniente.
- d) Ara com molduração do tipo clássico anepígrafa.
- e) Romano: *inscrição*.
- f) CIHafa, 2005.



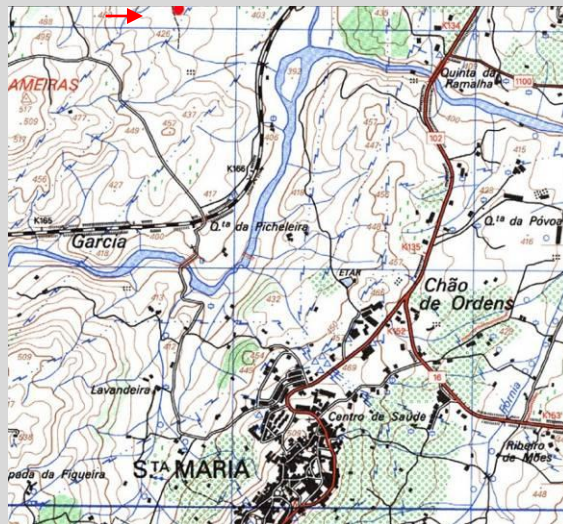
34 - Barrocal do Olival

- a) Barrocal do Olival, Santa Maria.
- b) 180 633812 -4502891 420
- c) Sopé de montanha, irrigado por pequenos cursos de água e sobranceiro à Ribeira da Quinta das Seixas. Área de cultivo de vinha e olival (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 1.500 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum e um fragmento de cerâmica penteada calcolítica (média).
- e) Romano: casal.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 25.



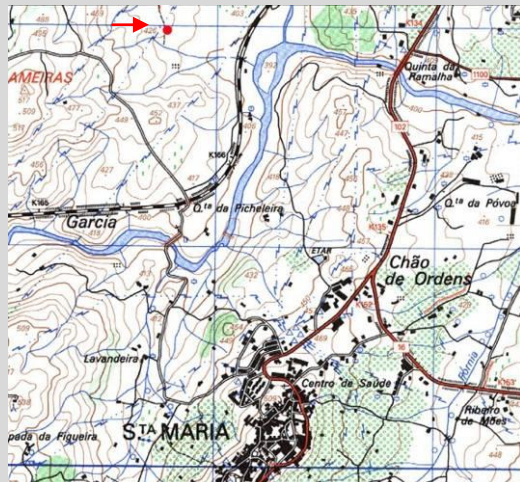
35 - São Gens I

- a) São Gens, Santa Maria.
- b) 191 635729 -4502065 420
- c) Encosta suave, junto à zona de confluência da Ribeira dos Tamanhos com o Rio Mondego (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 300 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum e escória (média).
- e) Romano: *tugurium*.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 25.



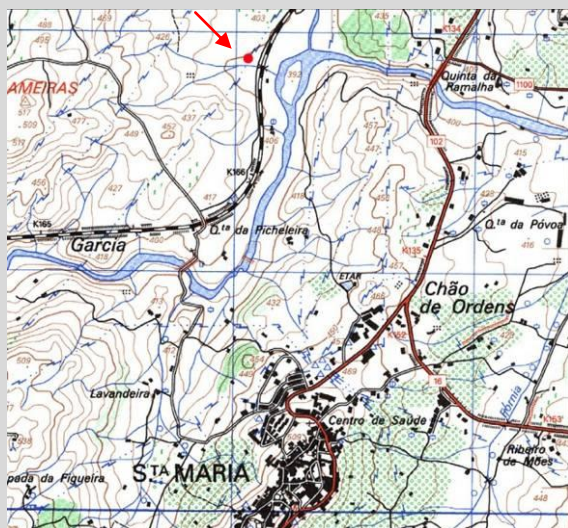
36 - São Gens II

- a) São Gens, Santa Maria.
- b) 191 635729 -4502065 420
- c) Plataforma sobranceira à zona de confluência da Ribeira dos Tamanhos com o Rio Mondego.
- d) Identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum, cerâmica cinzenta fina, *terra sigillata* hispânica e hispânica tardia, vidro, moedas, uma pedra almofadada, um fuste de coluna e capitel.
- e) Romano: granja ou *villa* – *pars rústica* (?).
- f) Inédito.
- g) Este local corresponde à habitação objecto de escavação desde o ano de 2008.



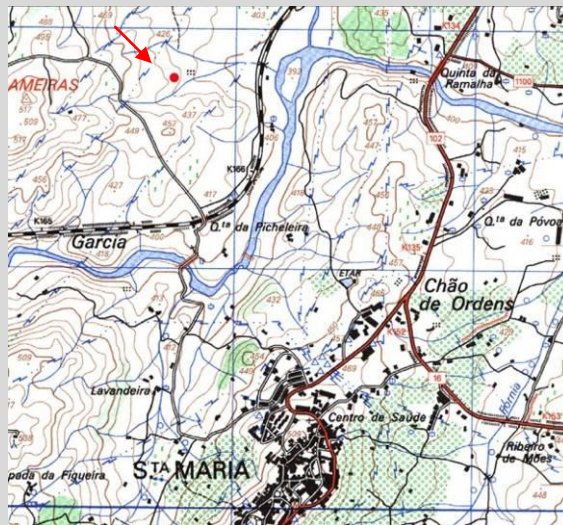
37 - São Gens III

- a) São Gens, Santa Maria.
- b) 191 635654 -4501892 430
- c) Planície sem vegetação que se estende ao longo da zona de confluência da Ribeira dos Tamanhos com o Rio Mondego (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 30.000 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum, *terra sigillata* hispânica e escória (média).
- e) Romano: *aldeia ou vicus* (?).
- f) Santos Rocha, 1908, p. 173; Oliveira, 1939, p. 212; Figueiredo, 1953, p. 42; Rodrigues, 1979, p. 35-38; Valera *et alii*, 1994, p. 273-274; Oliveira, 1997, p. 538-539; Pereira, 2004, p. 37; Lobão *et alii*, 2005, p. 22-23; Lobão *et alii*, 2006, p.26.



38 - São Gens IV

- a) São Gens, Santa Maria.
- b) 191 635725 -4501888 420
- c) Terreno ligeiramente inclinado que se segue à penedia da Necrópole. Recentemente desbravado para cultivo (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 400 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum, fragmento de mó rotativa e escória (média).
- e) Romano: *tugurium* (?).
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 26.
- g) A área de dispersão resume-se à cultivada. Poderá constituir um anexo de S. Gens III.



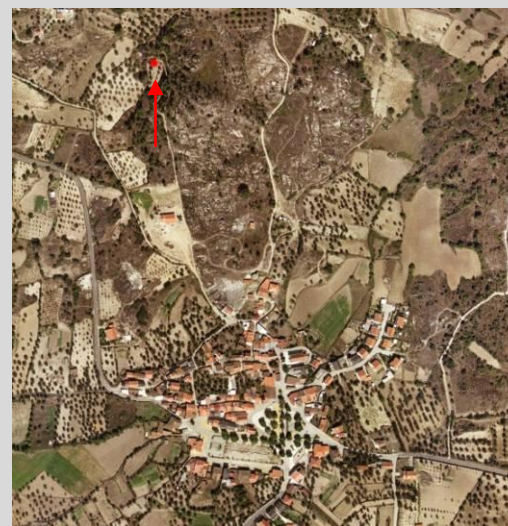
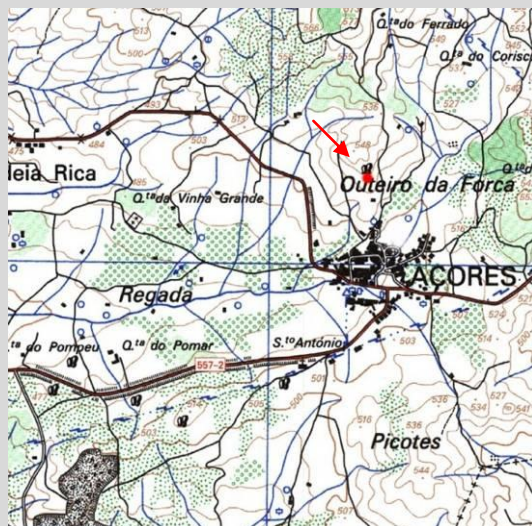
39 - Quintal de D. Maria

- a) Quintal da D. Maria, Açores.
- b) 192 641749 -4501542 450
- c) Planície irrigada por pequenos cursos de água (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 200 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum e escória.
- e) Romano: *tugurium* (?).
- f) Lobão *et alii*, 2006, p.26.
- g) Dadas as dimensões e a relativa proximidade, poderá corresponder a um anexo da aldeia do Clergo. A estação estará actualmente destruída, visto que sobre a área de dispersão de vestígios foi recentemente construída uma habitação.



40 – Forca

- a) Forca, Açores.
- b) 192 643225 -4501471 525
- c) Encosta suave que se desenvolve por socalcos. Terreno cultivado e olival (boa visibilidade).
- d) Por uma área indeterminada identificaram-se *tegulae* e uma lagareta escavada na rocha (média).
- e) Romano: *tugurium*.
- f) Valera *et alii*, 1994, p. 278, n.º 22; Lobão *et alii*, 2006, p.27.



41 - Olival do Clergo

- a) Olival do Clergo, Açores.
- b) 192 641668 -4501324 456
- c) Encosta suave que se desenvolve por socalcos, sobranceira ao Rio Mondego. Terreno cultivado e olival (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 22.000 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum e *terra sigillata hispânica* (alta).
- e) Romano: aldeia.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 26.



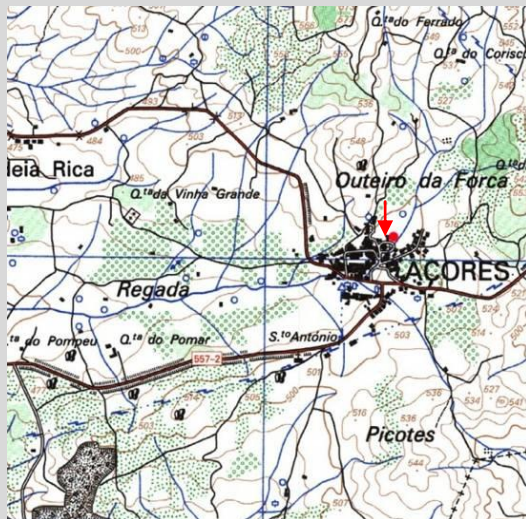
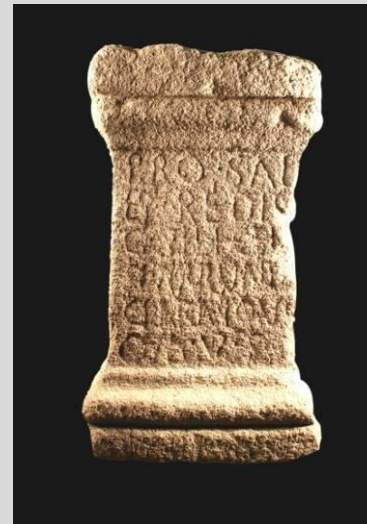
42 – Aral

- a) Aral, Açores.
- b) 192 641858 -4501256 464
- c) Plaraforma sobranceira a um pequeno curso água. Terreno cultivado e olival (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 8000 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum e *terra sigillata hispânica* (média).
- e) Romano: granja.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 27.
- g) Esta possível construção face à sua proximidade com aldeia romana do olival do Clergo pode ainda fazer parte do agrupamento de habitações que constituiriam este provável aglomerado comunitários.



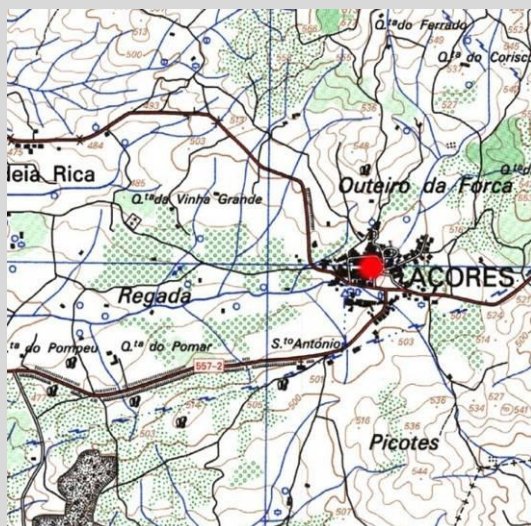
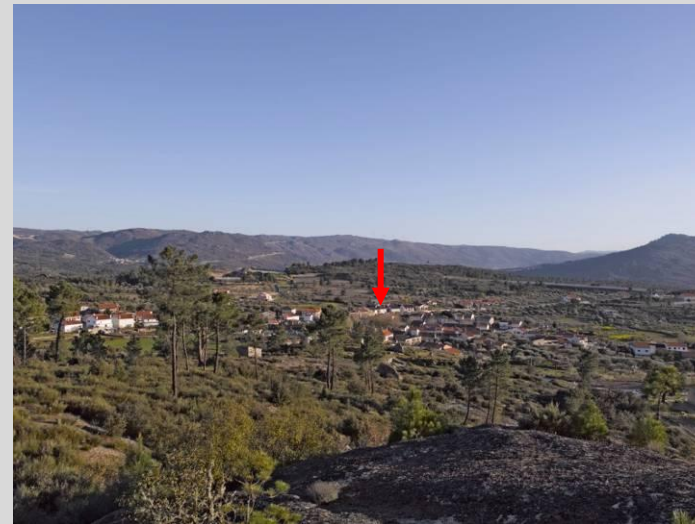
43 – Inscrição Romana

- a) Inscrição, Açores.
- b) 192 643440 -4501010 500
- c) Inscrição identificada aquando da abertura de um poço numa área aplanada próxima da Igreja de Santa Maria de Açores.
- d) Ara com molduração de tipo clássico, apresentando uma inscrição votiva com a seguinte leitura: PRO . SAL(ute) / ET . REDIT / G(aii) . SILI(i) . CEL / SI . ARRVTIA / CLARA . IOVI / O(ptimo) M(aximo) . V(otum) . S(olvit) e tradução: Pela saúde e regresso de Gaio Silio Celso. Arruntia Clara cumpriu o voto a Júpiter Ótimo Máximo.
- e) Romano: achado isolado (inscrição votiva).
- f) Inédito.
- g) Trata-se de mais um achado e testemunho que vem reforçar a hipótese de uma atribuição tipológica importante para este lugar dos Açores em época romana.



44 – Açores

- a) Açores, Açores.
- b) 192 643127 -4500644 500
- c) Zona plana e de encostas suaves onde se encontra actual povoação de Açores, irrigada por um pequeno ribeiro. Terreno de cultivo e de construção/zona urbana (visibilidade razoável mas descontínua).
- d) Por uma área aprox. 70.000 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum e *terra sigillata hispânica*, dois pesos de lagar, uma base e fuste de coluna, inscrição e escória (alta).
- e) Romano: *vicus* ou capital *civitas* (?).
- f) Oliveira, 1939, p. 182; Oliveira, 1965, p. 148; Rodrigues, 1979, p. 26; Faria, 1985, 682; Alarcão, 1988, p. 60, n.º 4/190, Valera *et alii*, 1994, p. 278, n.º 21 e 24, Lobão *et alii*, 2006, p. 27; Carvalho, 2009, p. 42.
- g) Além dos vestígios arqueológicos anteriormente referenciados, na bibliografia há referência à identificação de um forno e ao achado de moedas.



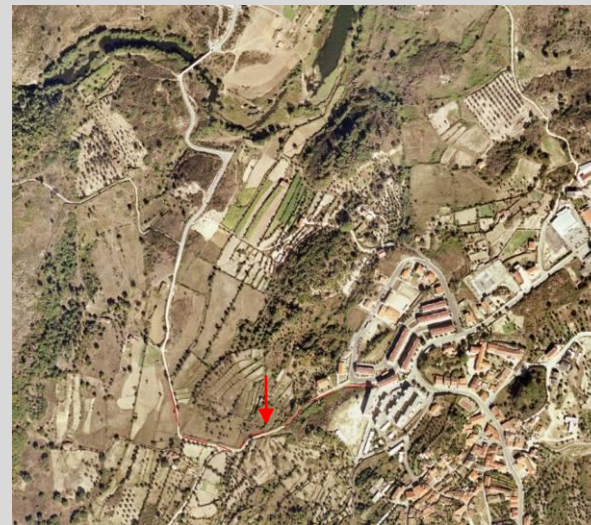
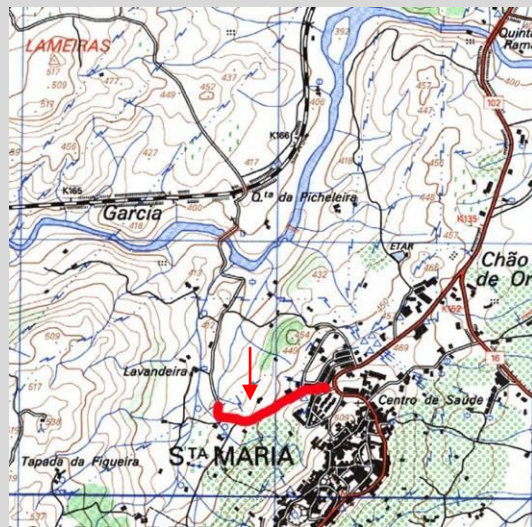
45 – Garcia

- a) Garcia, Santa Maria.
- b) 191 634999 -4500781 420
- c) Encosta de declive acentuado, coberta de mato muito denso, que se desenvolve para Norte até ao Rio Mondego (visibilidade nula).
- d) Por uma área indeterminada identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum e vestígios de muros semi-soterrados.
- e) Romano: casal.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 25.



46 - Calçada da Lavandeira

- a) Calçada da Lavandeira, Santa Maria.
- b) 180 634854 -4505791 470
- c) Encosta de declive moderado, sobranceira ao Rio Mondego.
- d) Troço de calçada entre o Bairro de Santa Luzia e a Ponte da Lavandeira.
- e) Romano e/ou medieval (?): via.
- f) Almeida, 1945, p. 195; Rodrigues, 1979, p. 22- 23; Valera *et alii*, 1994, p. 274; Lobão *et alii*, 2006, p.29; Tente, 2007, p. 35; Carvalho, 2009, p.38.



47 – Ribeira

- a) Ribeira, São Pedro.
- b) 180 636770 -4500175 430
- c) Encosta suave, junto à Ribeira da Forna. área de cultivo de Olival (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 2000 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum (*dolia*) e uma mó manual rotativa (alta).
- e) Romano: casal.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 29.



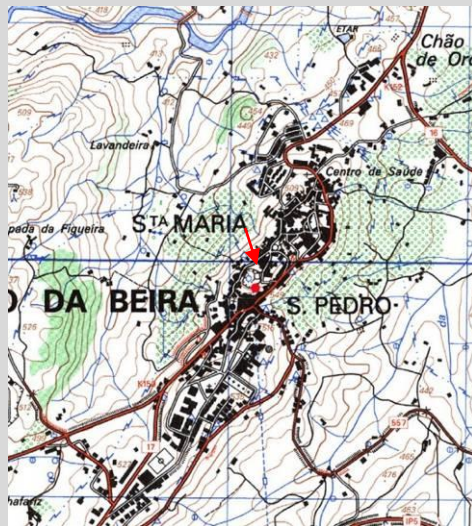
48 - Calçada Chafariz Insouço

- a) Calçada Chafariz Insouço, São Pedro.
- b) 191 636700 -4500150 425
- c) Encosta de declive moderado, junto à Ribeira da Fórnea.
- d) Troço de calçada proveniente da área de Vale de Azares.
- e) Romano e/ou medieval (?): via.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 29.



49 - Inscrição Castelo de Celorico da Beira

- a) Inscrição Castelo de Celorico da Beira, São Pedro.
- b) 191 636056 -4499862 540
- c) Esporão com inúmeros penedos graníticos, que se eleva sobre o topo aplanado de uma montanha de encostas de declive acentuado.
- d) Inscrição votiva num penedo de formato irregular, que, segundo Curado (1985, p. 642), apresenta a seguinte leitura: [...]/... / M]ALCEINI (*filio vel filia*) / [SAC]RVM / [M]VNIDI e tradução: Consagrado a Munidia por ...?... (filho/filha) de Malgueino.
- e) Romano: inscrição.
- f) Villela da Silva, 1808, p. 18-19; Hübner, 1869, n.º 424; Leal, 1873-90, s.v. Celorico da Beira, Oliveira, 1939, p. 69-70; Rodrigues, 1979, p. 25-26; Curado, 1985, p. 641-643; Alarcão, 1988, p. 60, n.º 4/187; Alarcão, 1993, p. 28; Valera *et alii*, 1994, p. 279, n.º 25; Rodriguez Colmenero, 1995, p. 91-93; Oliveira, 1997, p. 257-258 e Repas, 2001, p. 52; Lobão *et alii*, 2006, p. 29.; Carvalho, 2009, p. 39.



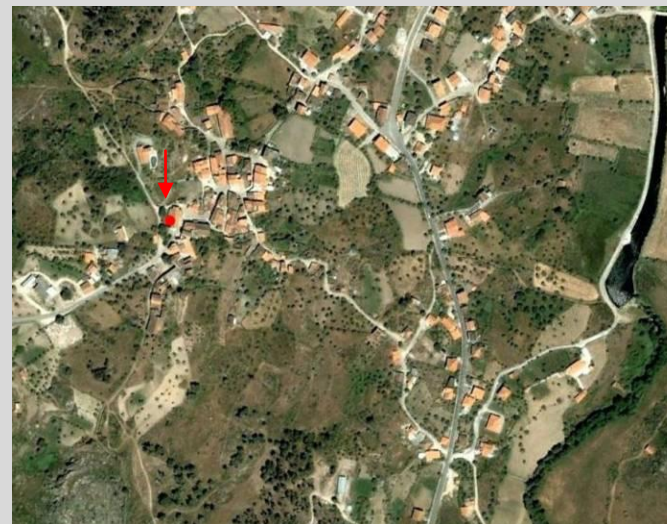
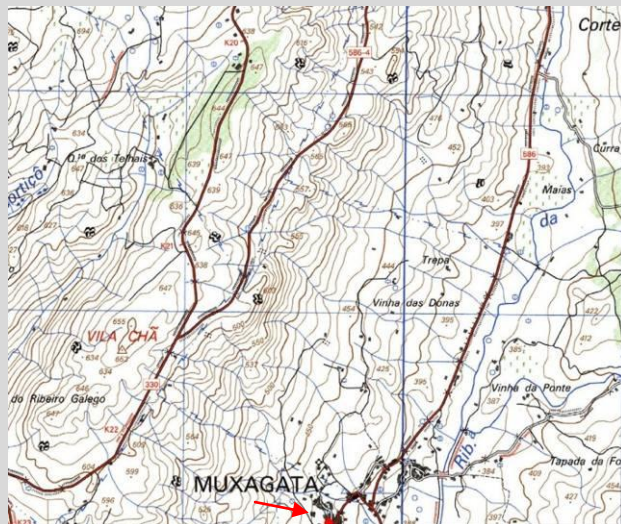
50 - Calçada da Pinheira

- a) Calçada da Pinheira, São Pedro.
- b) 191 636081 -4500414 470
- c) Encosta de declive moderado.
- d) Troço de calçada com cerca de 500 m de extensão. Segundo os testemunhos orais esta via prolongar-se-ia para norte, no entanto, face a expansão urbana de Celorico da Beira foi totalmente destruída em época contemporânea.
- e) Romano (?) /medieval: via.
- f) Inédito.



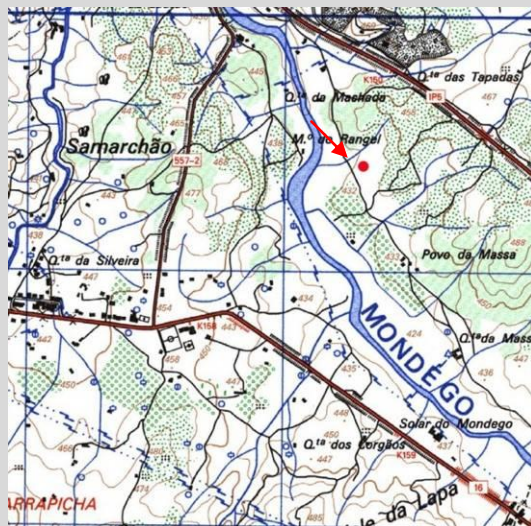
51 – Muxagata

- a) Muxagata
- b) Muxagata, Muxagata.
- c) 180 630211 -4503757 410
- d) Fuste de granito circular de provável marco miliário anepígrafo recolhido no interior da Igreja da aldeia de Muxagata.
- e) Romano: inscrição (?) (achado isolado)
- f) CIHAFa, 2005.



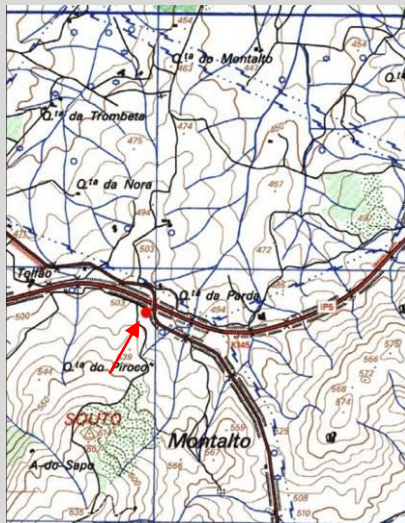
52 - Quinta da Machada

- a) Quinta da Machada, Lageosa do Mondego.
- b) 192 642267 -4499461 430
- c) Encosta suave, junto ao rio Mondego, Área de cultivo de cereais (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 200 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum.
- e) Romano: *tugurium* ou casal.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p.30.
- g) O local é cortado por um pinhal impossível de prospectar, pelo que a extensão do sítio poderá ser maior.



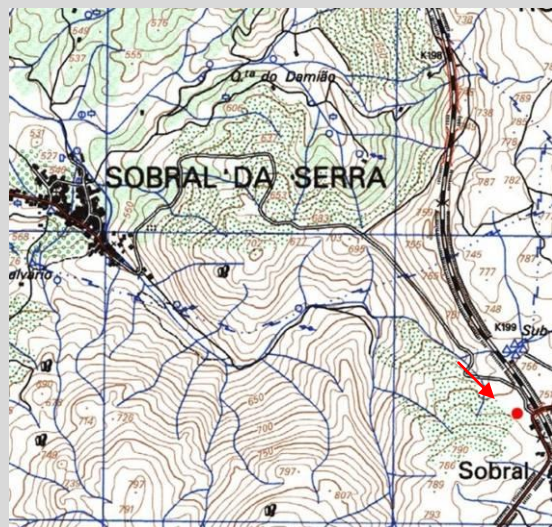
53 - Quinta do Piroco / Montalto

- a) Quinta do Piroco / Montalto, São Pedro.
- b) 192 637974 -4498829 510
- c) Encosta suave, irrigada por pequenos cursos de água. Área de cultivo, com castanheiros (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 8.000 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum, cerâmica cinzenta fina (média).
- e) Romano: granja.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p.30.
- g) Este sítio foi objecto de escavação, em 2005, no quadro dos trabalhos de arqueologia preventiva realizados no âmbito da transformação do IP5 em A25. Foram recuperados inúmeros fragmentos de *terra sigillata hispânica*, cerâmica cinzenta fina e pesos de tear.



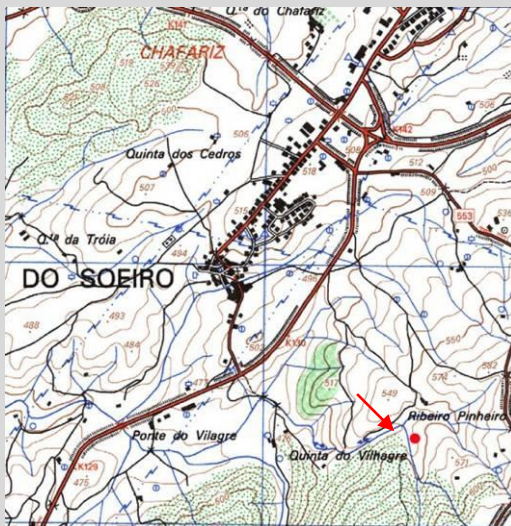
54 – Sobral

- a) Sobral, Sobral da Serra
- b) 192 6470810 – 4500279 750
- c) Encosta de declive moderado, sobranceira ao Vale do Mondego.
- d) Por uma área indeterminada identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum (baixa).
- e) Romano: casal.
- f) Mendes, Paula, 2006 (Relatório de Escavação).
- g) Este sítio foi identificado no decorrer dos trabalhos de acompanhamento arqueológico da Auto-estrada A25, sendo posteriormente escavado.



55 - Ribeiro Pinheiro

- a) Ribeiro Pinheiro, Casas de Soeiro.
- b) 191 635554 -4497318 540
- c) Meia encosta de declive moderado, junto a um pequeno ribeiro. Área de pasto (visibilidade reduzida).
- d) Por uma área de 400 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum.
- e) Romano: *tugurium*, casal(?).
- f) Lobão *et alii*, 2006, p.31.



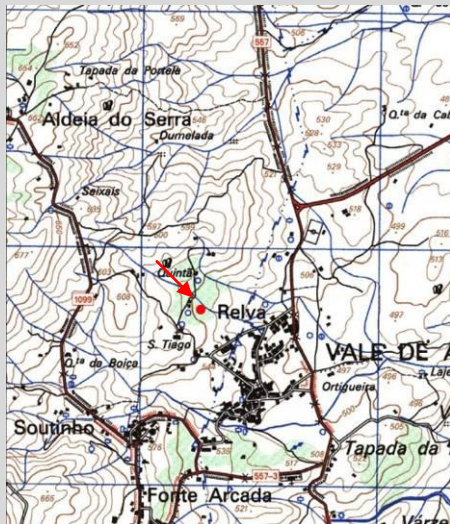
56 - Quintã I

- a) Quintã I, Vale de Azares.
- b) 192 638279 -4496743 540
- c) Encosta suave, que se desenvolve por socalcos, irrigada por pequenos cursos de água. Área de Olival (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 500 m² identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum e 1 fragmento de *terra sigillata hispânica* (alta).
- e) Romano: *tugurium*.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p.31.
- g) Este local, face à proximidade, deve encontrar-se dependente da Quintã II.



57 – Quintã II

- a) Quintã II, Vale de Azares.
- b) 192 638203 -4496668 550
- c) Encosta suave, que se desenvolve por socalcos, irrigada por pequenos cursos de água. Área de Olival (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 2.000 m² identificaram-se *tegulae* e cerâmica comum (alta).
- e) Romano: casal.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p.31.



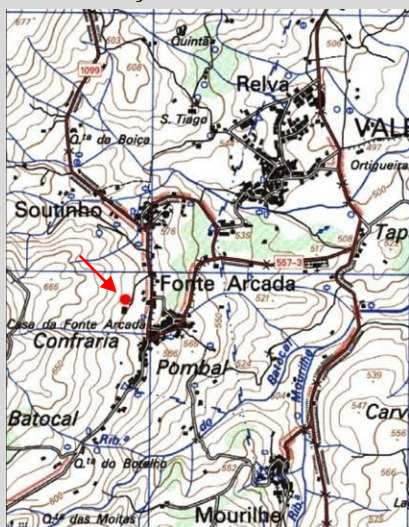
58 - Quinta do Mouro

- a) Quinta do Mouro, Cortiço da Serra.
- b) 191 632095 -4495221 510
- c) Encosta suave junto à Ribeira de Salgueirais. Área de Olival (visibilidade reduzida).
- d) Numa área indeterminada identificaram-se *tegulae*, cerâmica comum (baixa).
- e) Romano: *tugurium*, casal.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p.32.
- g) Não foi possível determinar com exactidão a área de dispersão de materiais, dado que apenas foi prospectado um pequeno corredor lavrado, encontrando-se toda a área envolvente coberta de uma densa vegetação.



59 - Fonte Arcada

- a) Fonte Arcada, Vale de Azares.
- b) 192 637873 -4495831 600
- c) Meia encosta junto à Ribeira do Batocal. Área cultivada a Sul da casa e não cultivada a Norte (boa/média visibilidade).
- d) Numa área de 12.000 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum, *dolia*, cerâmica cinzenta fina, *terra sigillata hispânica* e duas mós rotativas.
- e) Romano: *villa*.
- f) Figueiredo, 1953, p. 42; Oliveira, 1964, p. 101; Rodrigues, 1979, p. 236; Faria, 1985, p. 680; Alarcão, 1988, p.63, nº 4/240; Alarcão, 1993, p. 29, Oliveira, 1997, p.670-671, Lobão *et alii*, 2006, p.32.
- g) Neste local encontra-se ainda referenciados a identificação de cinco sarcófagos (actualmente apenas subsistem dois), dois pedaços de coluna, dois potes de barro contendo moedas de cobre, algumas com a efígie de Constantino e uma pedra trabalhada contendo a inscrição EXORI.



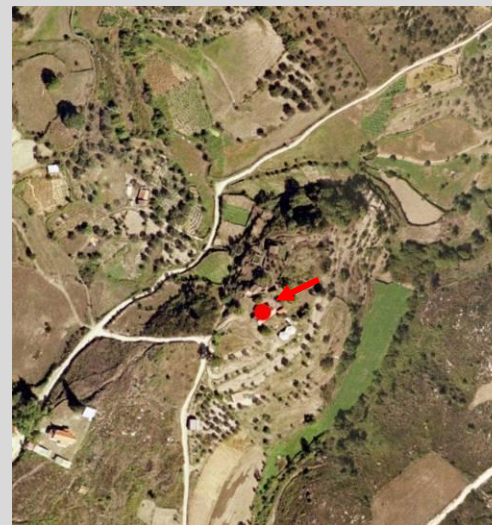
60- Quinta do Monte Verão

- a) Quinta do Monte Verão, Vale de Azares.
- b) 192 640570 -4495774 607
- c) Peso de lagar no interior da quinta.
- d) Peso de Lagar.
- e) Romano (?).
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 24.



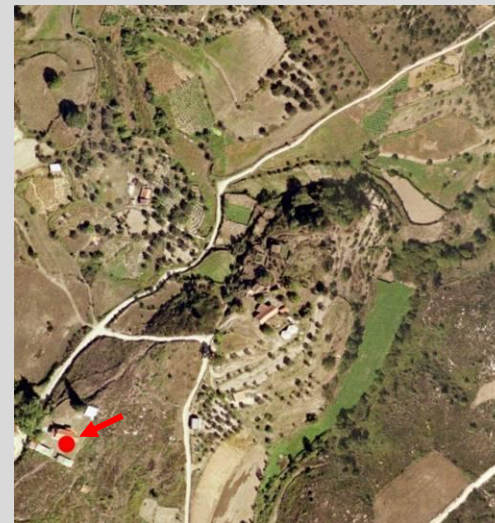
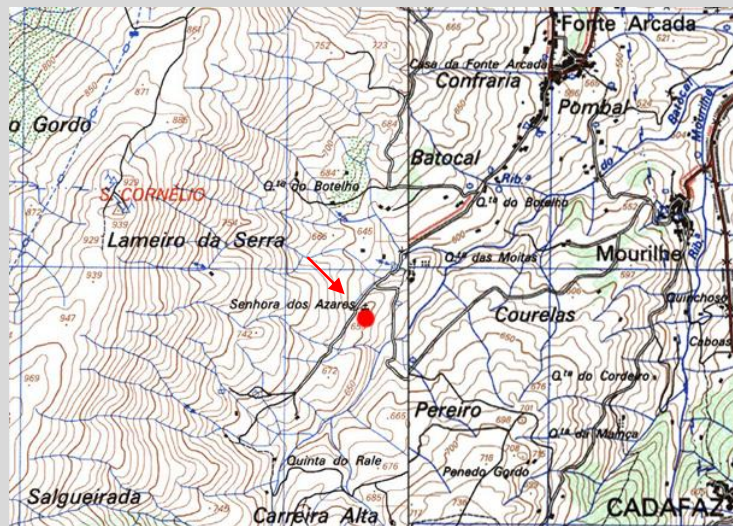
61 - Quinta do Azar

- a) Quinta do Azar, Vale de Azares.
- b) 192 637465 - 4495010 632
- c) Topo de um cabeço destacado, sobranceiro a um ribeiro
- d) Vários silhares almofadados de grandes dimensões, reaproveitados na casa que se situa no topo do cabeço.
- e) Romano: achado isolado (pertencente a um templo?).
- f) Ferreira *et alii*, 2004, n.º 347; Lobão *et alii*, 2006, p.33.



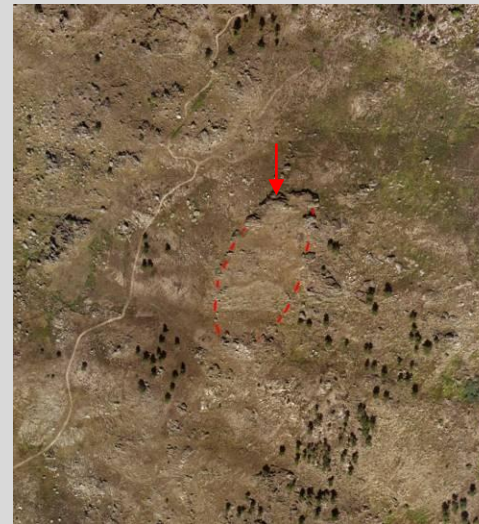
62 - Capela de Nossa Senhora dos Azares

- a) Vale de Azares
- b) 191 637318 -4494420 653
- c) Reaproveitamento na parede interior da capela de Nossa Senhora dos Azares.
- d) Fragmento de ara com uma inscrição votiva, que, segundo Ferreira (*et alii*, 2004, n.º 347), apresenta a seguinte leitura: AMMAE . AR/ACELENI . SACRVM / CLEMENS . CELE/RIS . LICINVS . CIL[I] / D(e) . S(u) . F(*aciendum*) C(*urauerunt*) e tradução: Consagrada a Ama Aracelene; Clemente (filho de) Celer e Licino (filho de) Cilo mandaram fazer à sua custa. Poderá ser proveniente da estação arqueológica da Quinta do Azar.
- e) Romano: Inscrição.
- f) Ferreira *et alii*, 2004, n.º 347; Lobão *et alii*, 2006, p.33.



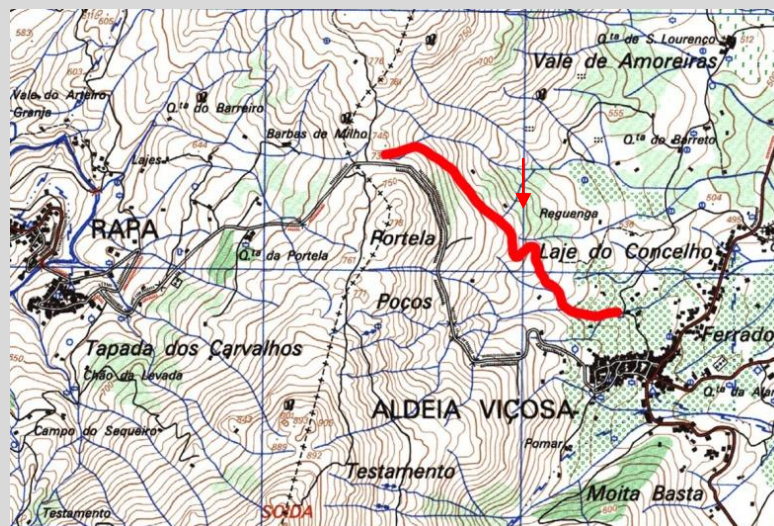
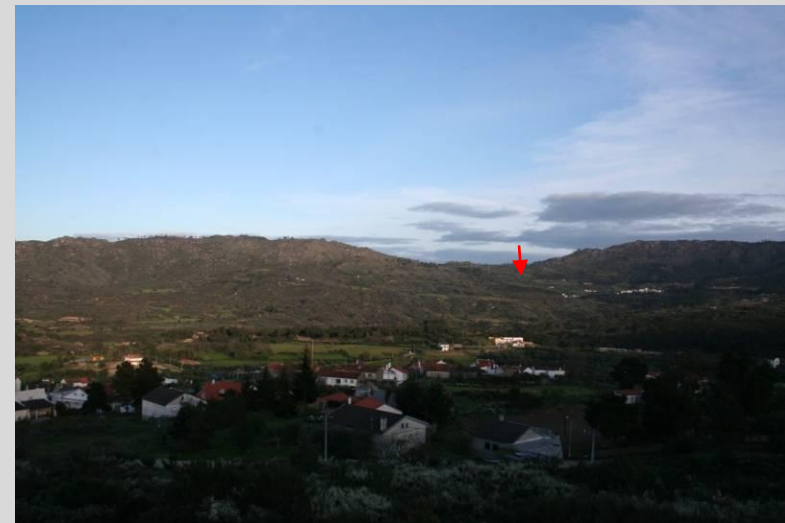
63 - Pedra Aguda

- a) Pedra Aguda, Rapa/Aldeia Viçosa.
- b) 192 641801 -4495478 872
- c) Esporão que se eleva sobre o topo aplanado do Monte Verão, irrigado por pequenas linhas de água, sobranceiro ao vale do Mondego (boa visibilidade).
- d) Povoado fortificado com linha de muralha de configuração ovalada irregular, que rodeia todo o esporão. A ocupação humana deste local deve remontar ao período calcolítico prolongando-se até a época romana.
- e) Povoado Fortificado: Calcolítico, Idade do Ferro, Romano (?).
- f) Cruz, 1900, p. 179-180; Azevedo, 1901, p. 160; Santos Rocha, 1908, p. 173; Almeida, 1945, p. 141; Rodrigues, 1979, p. 14; Alarcão, 1993, p. 29-30; Valera *et alii*, 1994, p. 275, n.º 6; Oliveira, 1997, p. 629; Perestrelo, 2000, p. 52; Pereira, 2003, p. 21-31; Lobão *et alii*, 2006, p. 33.



64 - Portela

- a) Portela, Vila Cortês do Mondego
- b) 192 641412 -4494428 730
- c) Encosta de declive acentuado situada entre a cadeia montanhosa do Monte Verão e a da Soida que se prolonga até à Aldeia Viçosa (boa visibilidade).
- d) Troço de calçada com início em Aldeia Viçosa prolongando-se até à Rapa, embora os vestígios se encontrem visíveis apenas até à Portela (início do concelho de Celorico).
- e) Romano/Medieval: via
- f) Azevedo, 1901, p.160; Oliveira, 1939, p. 264; Lobão *et alii*, p.34; Carvalho, 2009, p.38.



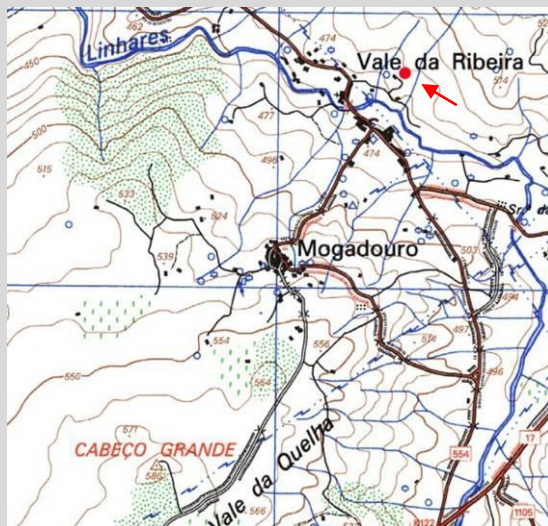
65 - Aldeia Nova

- a) Aldeia Nova, Aldeia Viçosa
- b) 192 64295 -4494748 500
- c) Sopé de montanha de declive moderado. Terrenos agrícolas (olival) e de pastoreio (boa visibilidade).
- d) Por uma área de 45.000 m² identificaram-se *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum (incluindo *dolia*) e um peso de lagar.
- e) Romano: *vicus* (?), aldeia.
- f) Pereira, 2010, p. 30.



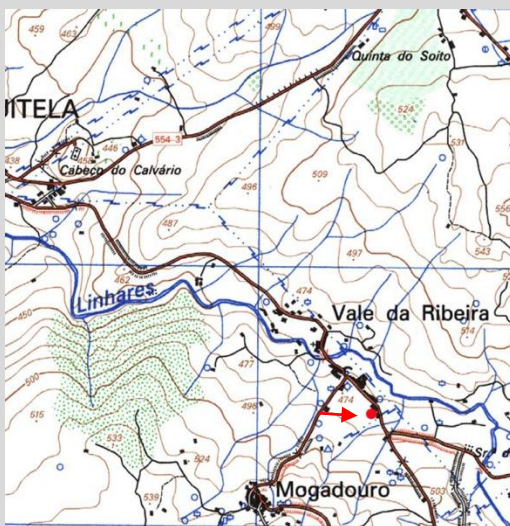
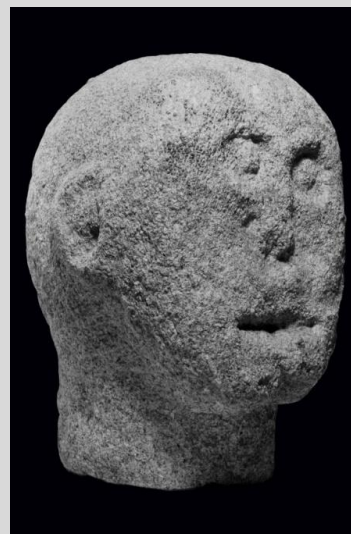
66 - Vale da Ribeira I

- a) Vale da Ribeira I, Mesquitela
- b) 191 629467 -4493817 480
- c) Encosta suave junto à Ribeira de Linhares, que se estende a Sudoeste. Área de cultivo de cereais e de olival (boa visibilidade).
- d) *Tegulae*, cerâmica comum, *dolia*, um fragmento de ânfora, e *terra sigillata hispânica* dispersos por uma área de cerca de 10.000 m².
- e) Romano: *villa ou granja* (?)
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 34.



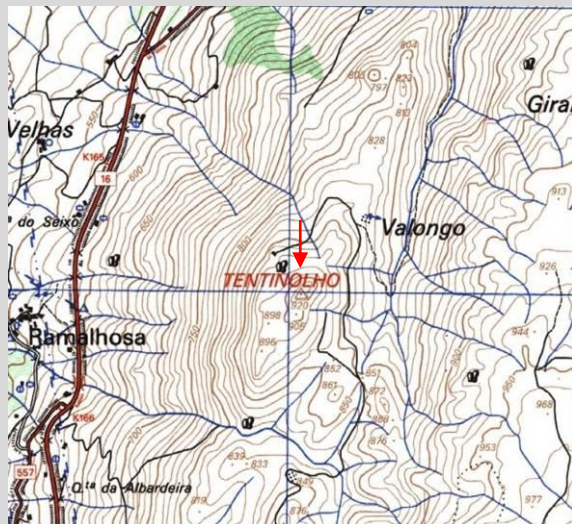
67 - Vale da Ribeira II

- a) Vale da Ribeira II, Mesquitela
- b) 191 636081 -4500414 470
- c) Escultura identificada no interior de uma habitação na aldeia de Vale da Ribeira no momento em que se procedia à reabilitação da habitação.
- d) Cabeça esculpida em granito bem delineada tendo uma funcionalidade funerária ou votiva/honorífica. Face à proximidade este achado isolado pode ser proveniente da estação arqueológica de Vale da Ribeira I.
- e) Romano(?) achado isolado.
- f) Inédito.



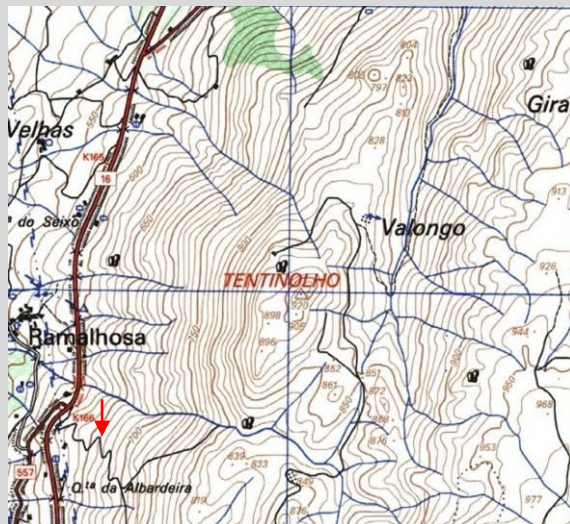
68 – Tintinolho

- a) Tintinolho, Cavadoe.
- b) 192 641801 -4495478 872
- c) Esporão sobranceiro ao vale do Mondego (boa visibilidade).
- d) Povoado fortificado com linha de muralha que rodeia todo o esporão. A ocupação humana deste local deve remontar à II Idade do Ferro, prolongando-se até a Idade Média.
- e) Idade do Ferro, Romano, Alta Idade Média (?): povoado fortificado / *castellum* (?)
- f) Alarcão, 1993, p. 29; Perestrelo, 2003, p. 91 e 92.



69 – Calçada do Tintinolho

- a) Calçada Tintinolho, Linhares
- b) 203 6270810 -400279 810
- c) Encosta de declive acentuado.
- d) Troço de calçada relativamente bem conservado que passa nas proximidades da estação arqueológica do Tintinolho.
- e) Romano e/ou medieval: via
- f) Alarcão, 1993, p.29; Perestrelo, 2003, p. 91 e 92;



70 – Alminhas

- a) Alminhas, Prados
- b) 203 637891 -4491821 845
- c) Meia encosta de declive acentuado, junto à Ribeira do Rebolal.
- d) Troço de calçada à saída da povoação de Prados.
- e) Romano (?) medieval: via.
- f) Lobão *et alii*, 2006, p. 35.



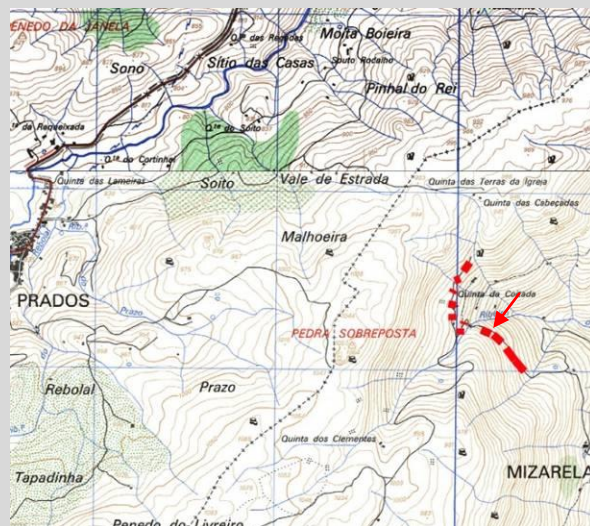
71 - Vale de Estrada

- a) Vale de Estrada, Prados.
- b) 203 626603 -399991 917
- c) Possível marco miliário anepígrafo, localizado no planalto da serra da Soida.
- d) Fuste de granito circular que apresenta desgaste acentuado.
- e) Romano: miliário (?).
- f) Inédito.



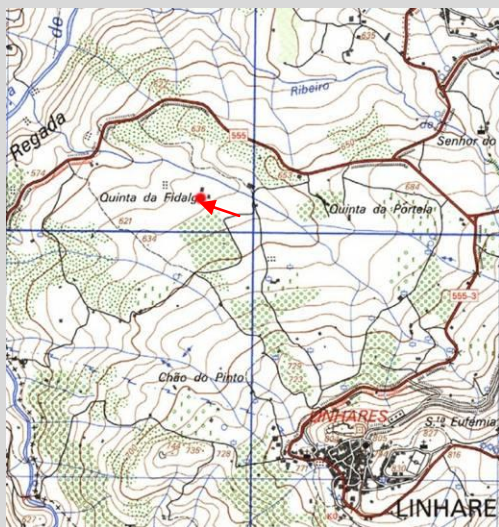
72 - Calçada da Mizarela

- a) Calçada Miserela
- b) Calçada Miserela, Miserela
- c) 203 6266637 - 439964 845
- d) Encosta de declive acentuado, sobranceira ao Vale do Mondego.
- e) Romano (?) medieval: via.
- f) Alarcão, 1993, p.30.
- g) Troço de calçada que proveniente da área de Prados, passando por Vale de Estrada inicia o seu percurso de descida até ao rio Mondego nas imediações da actual aldeia da Miserela.



73 - Quinta da Fidalga

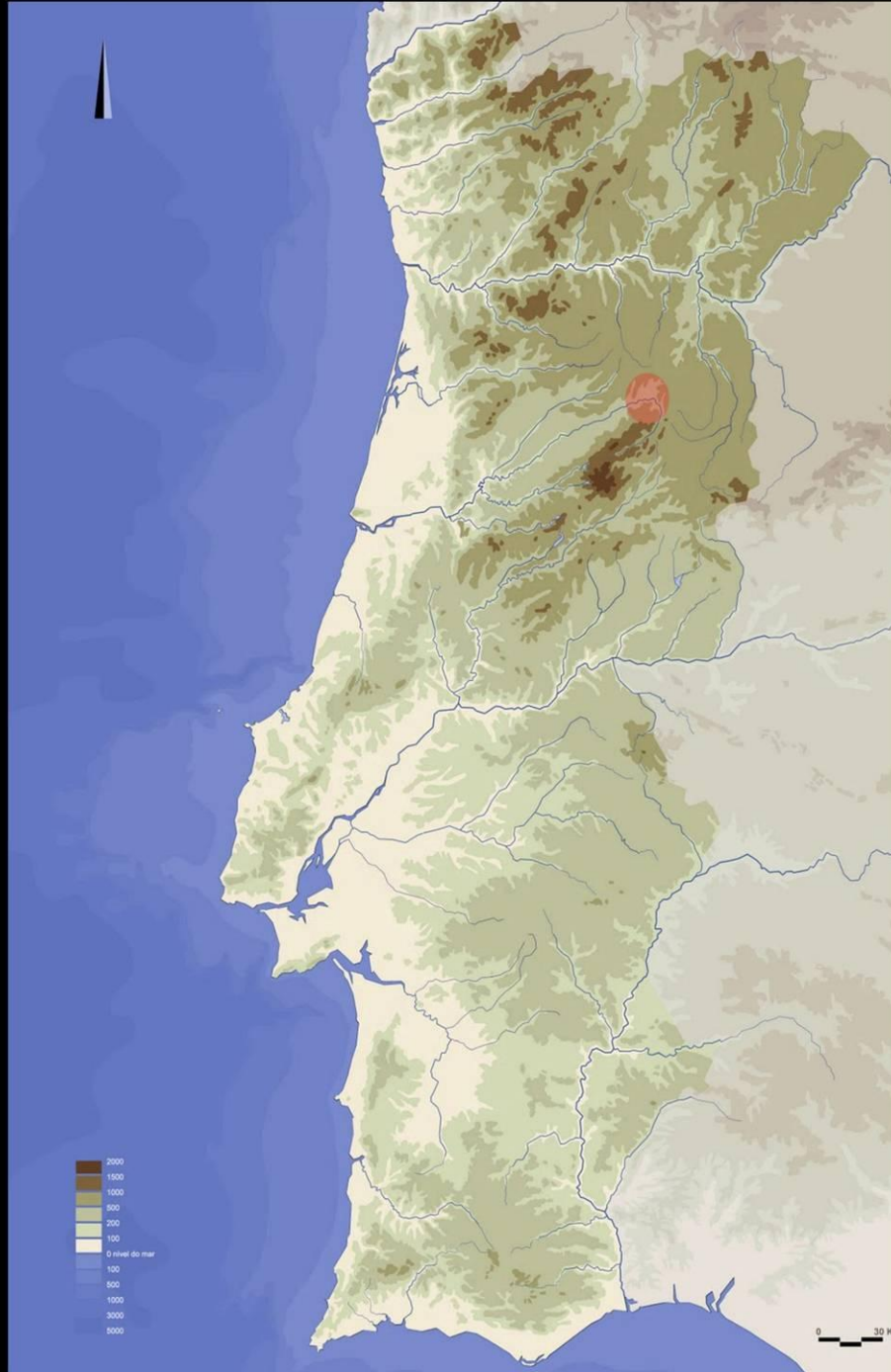
- a) Quinta da Fidalga, Linhares da Beira.
- b) 202 629792 -4490262 632
- c) Encosta suave, sobranceira à Ribeira de Linhares. Área de pasto (visibilidade reduzida).
- d) Por uma área indeterminada identificaram-se *tegulae* e um peso de lagar (baixa).
- e) Romano: casal (?).
- f) Moreira, 1980; Valera *et alii*, 1994, p.276; Oliveira, 1997, p. 595; Lobão *et alii*, 2006, p. 22.



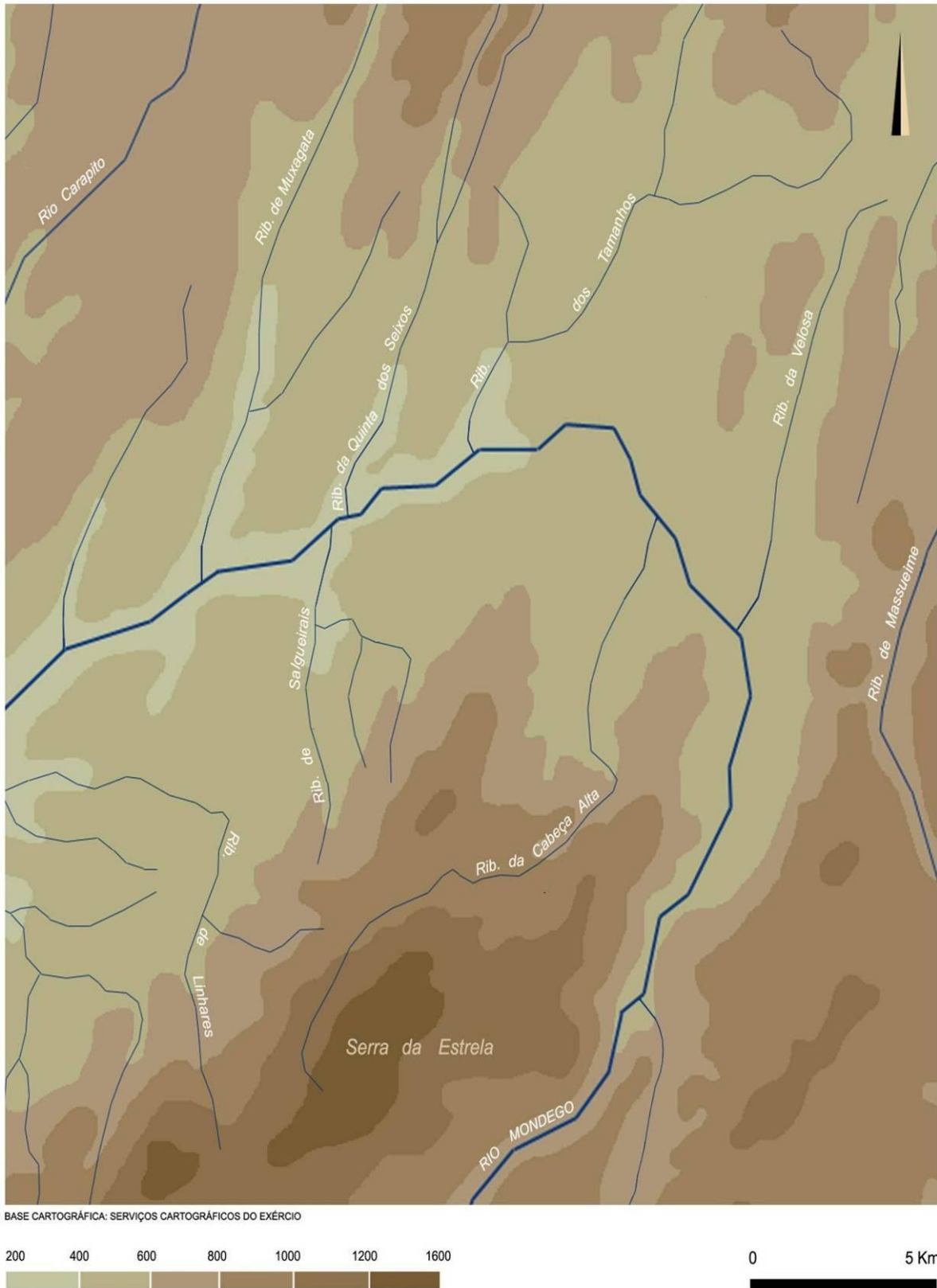
74 – Calçada da Corredoura

- a) Calçada da Corredoura, Linhares
- b) 202 630150 – 4489071 810
- c) Encosta de declive acentuado.
- d) Troço de calçada relativamente bem conservado. A entrada da aldeia de Linhares junto à calçada foram identificados alguns fragmentos de *tegulae*.
- e) Romano/medieval: via
- f) Moreira, 1980; Valera, 1994; Alarcão, 1993; Lobão *et alii*, 2006; Carvalho, 2009, p.38.





Est. I - Localização da bacia de Celorico



Est. II - Localização das principais linhas de água na bacia de Celorico

Est. III

Prospecção Arqueológica Bacia de Celorico



Nº Ficha:

Acrónimo:

Localização Administrativa

Designação / Topónimo:

Freguesia:

Localização Geográfica (UTM)

CMP 1/25 000:

Latitude:

Longitude:

Altitude:

Enquadramento Geográfico-ambiental

Hidrologia:

Topografia:

Vegetação / visibilidade:

Descrição da Estação

Estruturas:

Materiais:

Área de dispersão:

Densidade:

Classificação da Estação

Cronológica:

Tipológica:

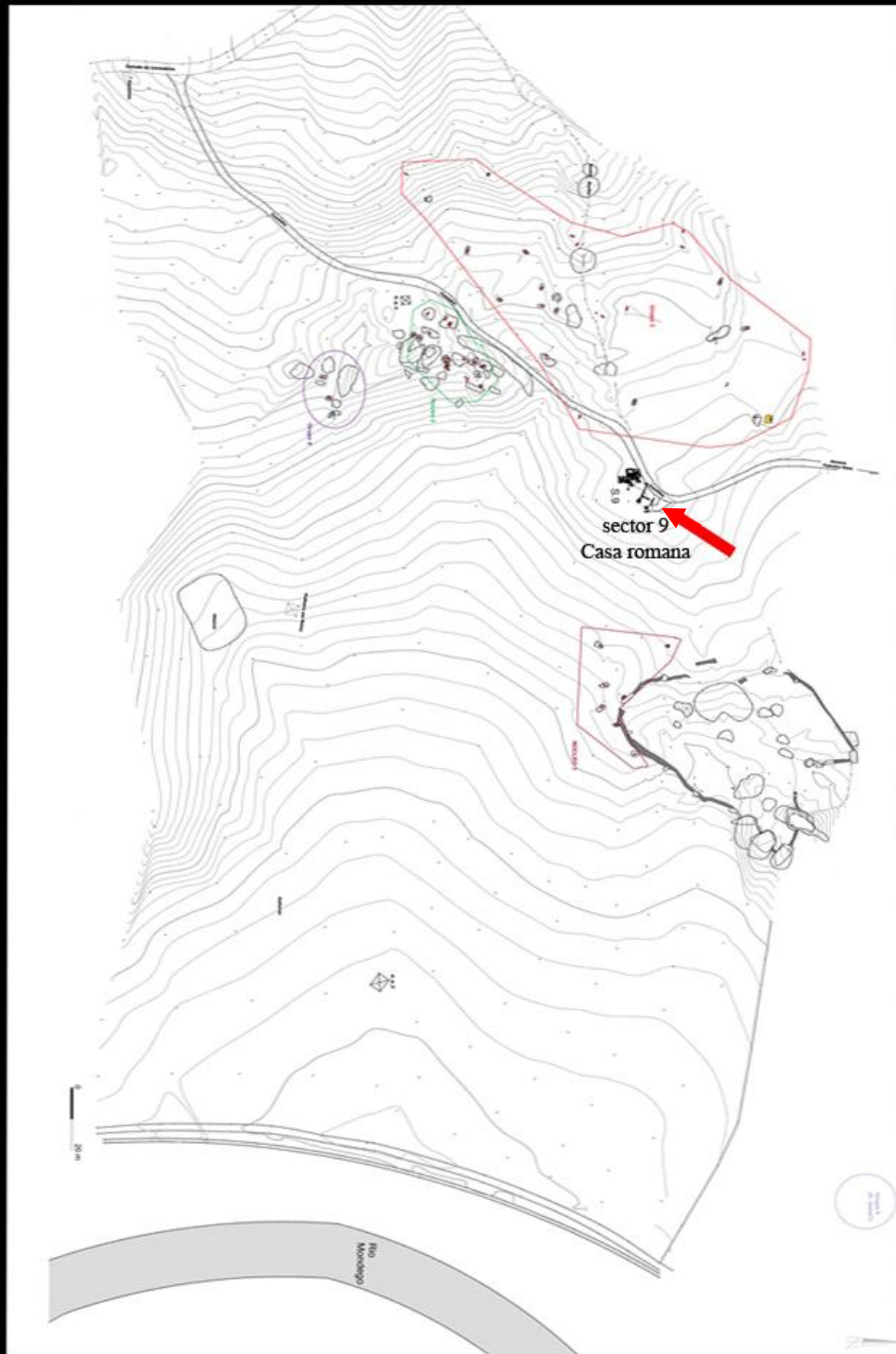
Observações

Referências anteriores

Doc. Gráfica

Fotografia:

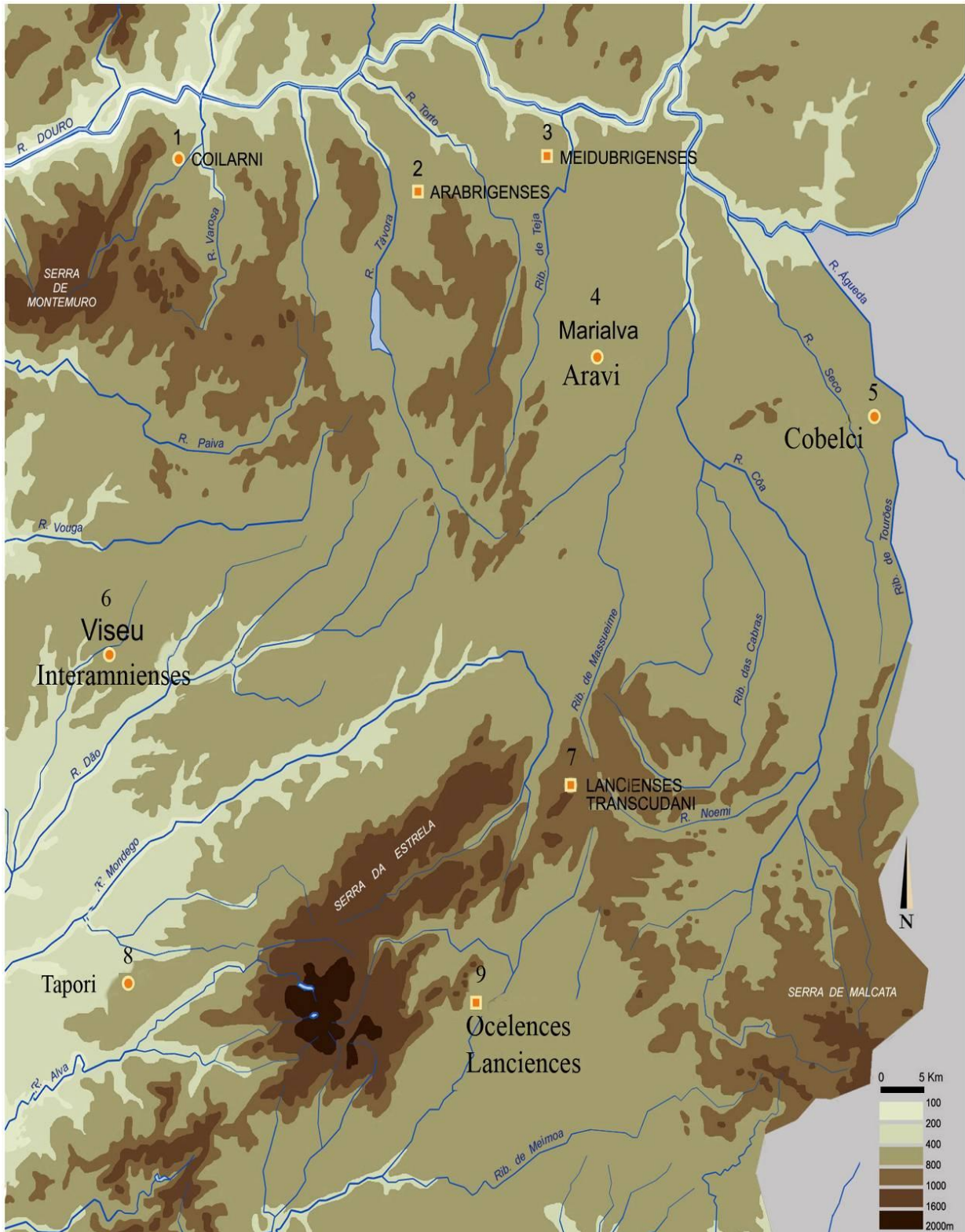
Outra:



Est. IV - Levantamento topográfico da estação arqueológica de S:Gens com
localização da habitação romana do sector 9.

Est. V

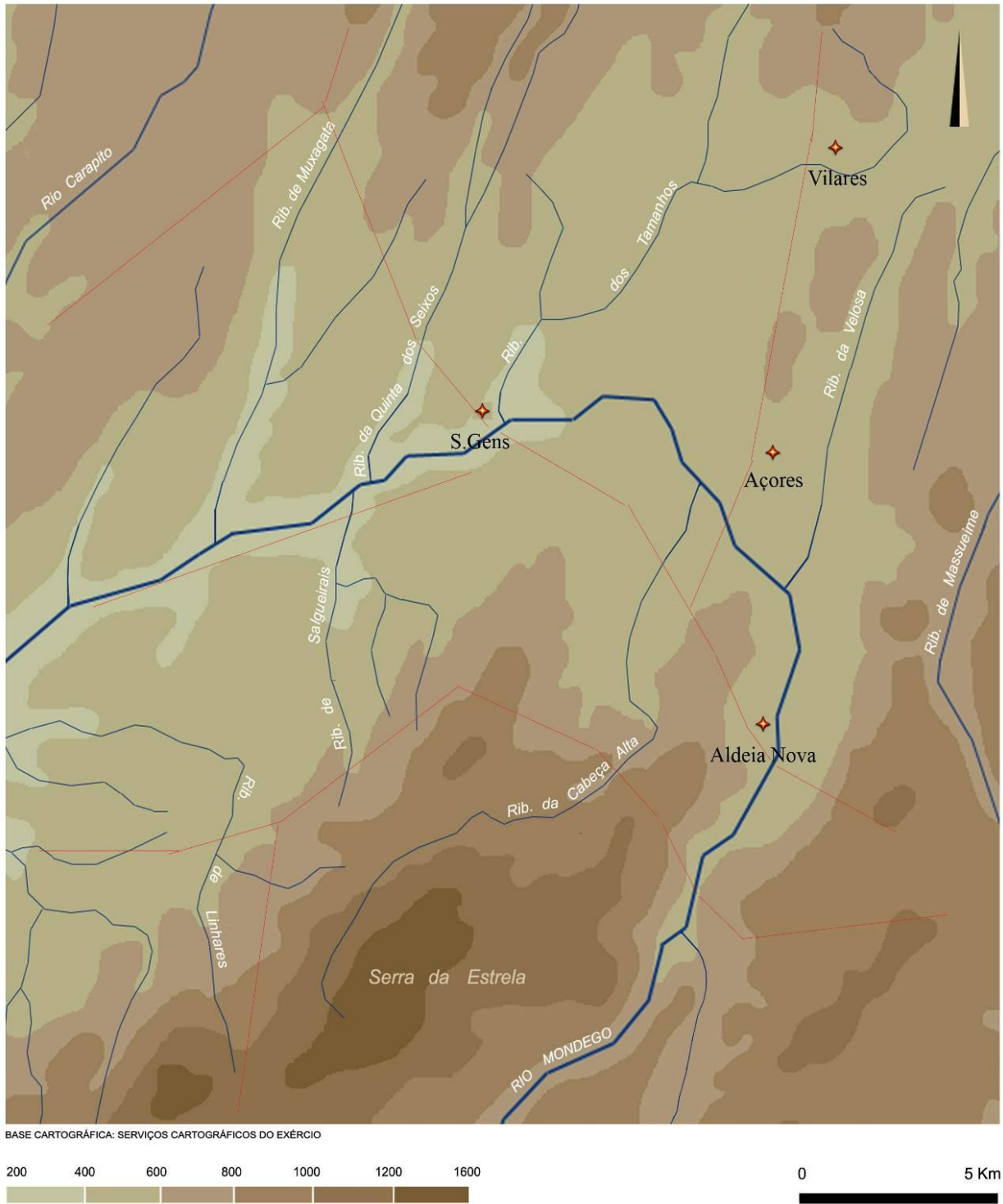
Ficha de Unidade Estratigráfica					
Denominação do Sítio: S. Gens		Freguesia: Santa Maria		Concelho: Celorico da Beira	
Acrónimo: S. Gens 08		Sector: 9	Quadricula:		Data:
Tipo: camada	negativo	enchimento	estrutura	derrube	
Descrição da Unidade Estratigráfica (cor, grão, consistência, composição e grau de conservação)					
Descrição dos Materiais					
Igual a :			Suporta:		
Apoia-se em:			Cobre:		
Coberta por:			Corta:		
Cortada por:			Enche:		
Preenchida por:			Contém:		
Critérios de Datação:		Fase:		Outras observações:	
<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>		<input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>	
Responsável:			Data:		



BASE CARTOGRÁFICA: CARTA DE PORTUGAL / INSTITUTO GEOGRÁFICO E CADASTRAL / ESC. 1:500 000 / 2ª EDIÇÃO 1981

- Est. VI - Capitais de "civitates"
- confirmadas: 1-Lamego; 4-Marialva; 5-Almofala; 6-Viseu; 8-Bobadela
 - prováveis: 2-Paredes da Beira; 3-Numão; 7-Mileu; 9-Orjais

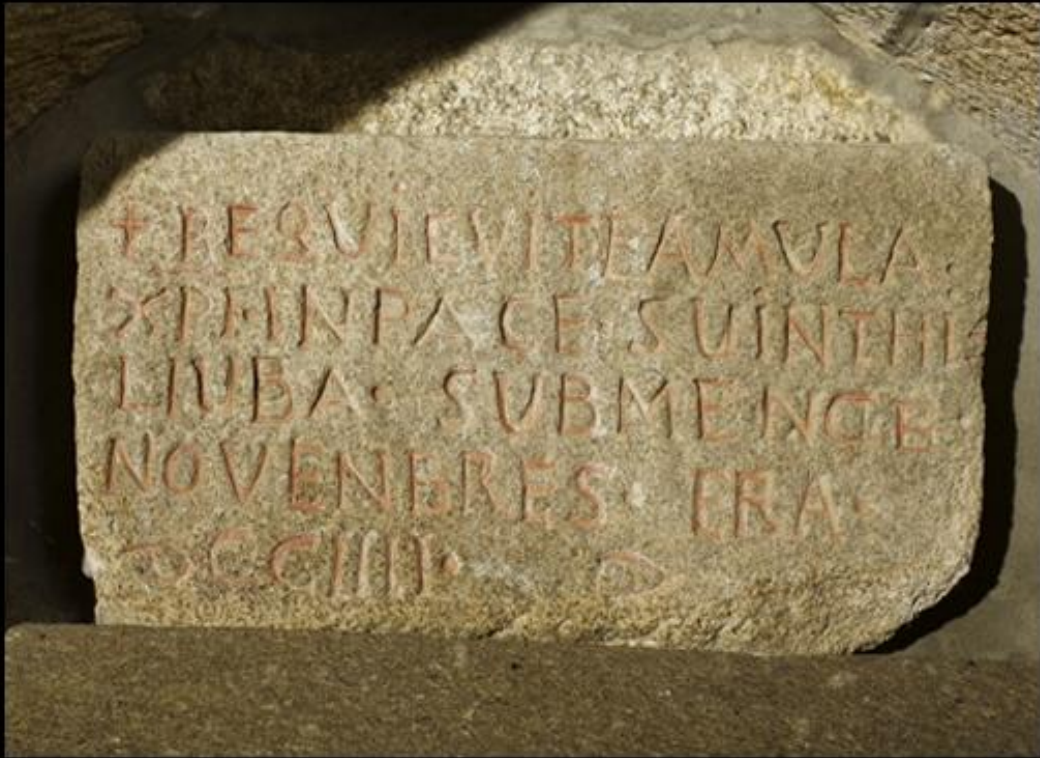
(in CARVALHO, 2009)



Est. VII - Localização dos principais aglomerados romanos na Bacia de Celorico e principais eixos viários antigos que cruzam a região.

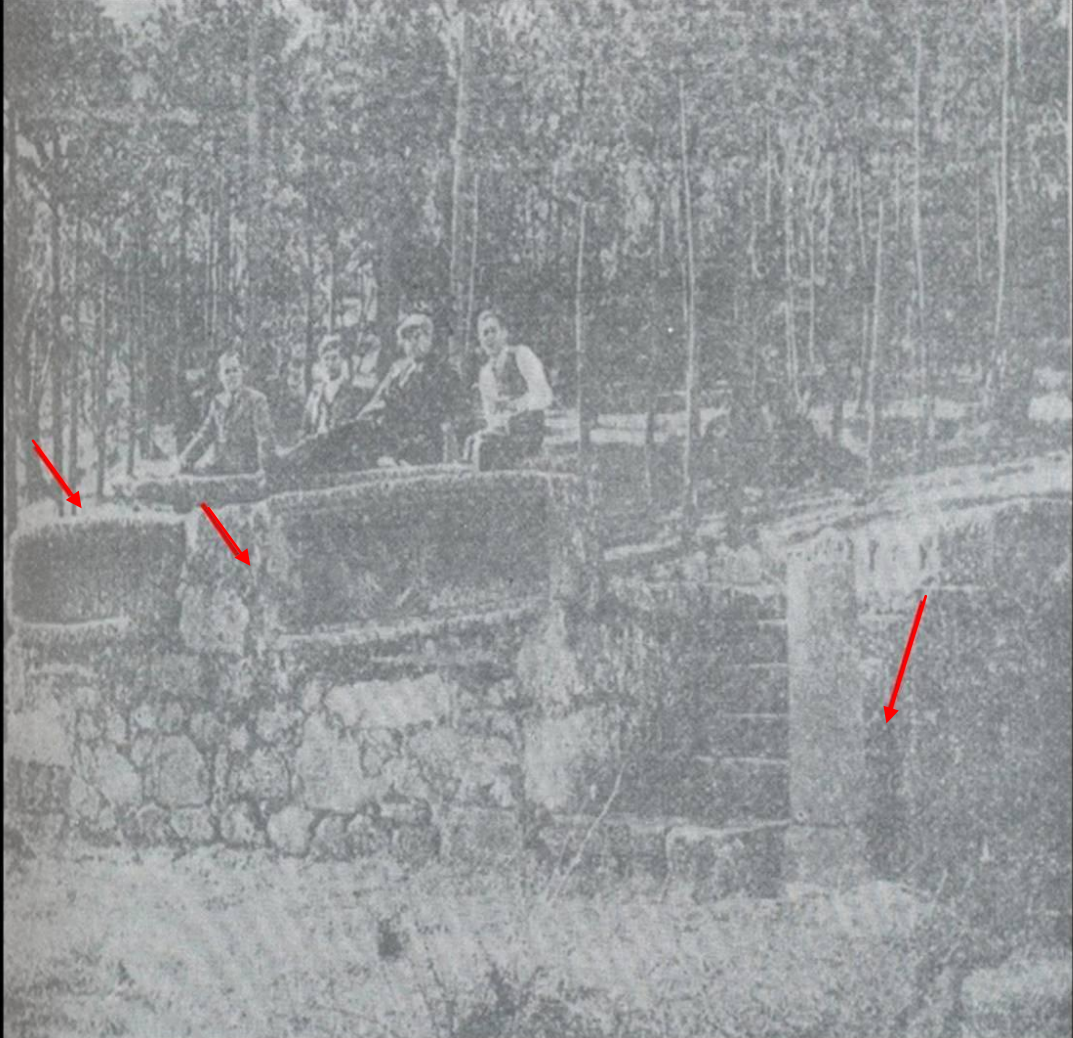


Est. VIII - Inscrição Romana/Açores

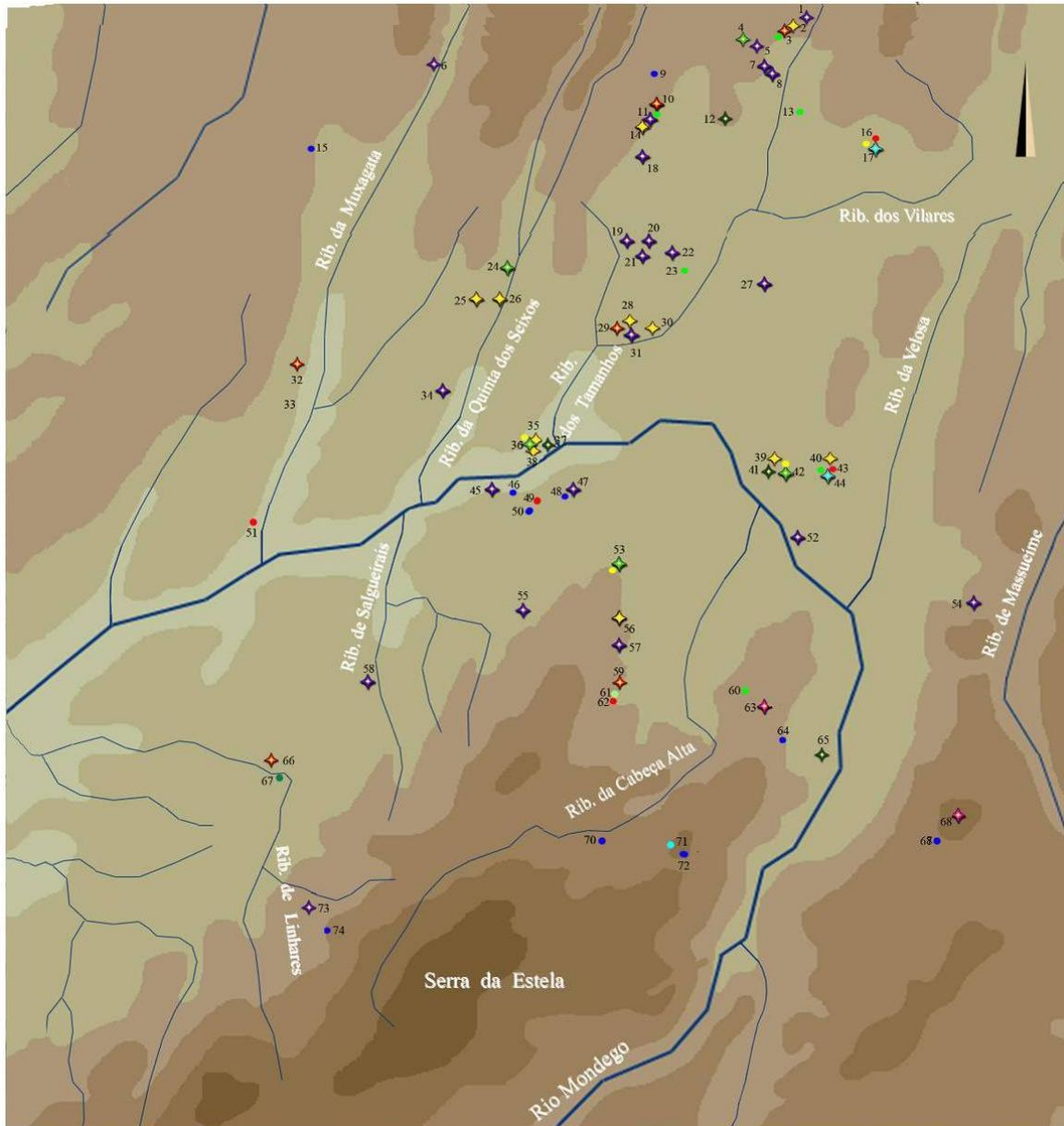


Est. IX - Inscrição funerária de época visigótica - Açores

+ REQVIEVIT . FAMVLA . / XPI . IN . PACE .
SVINTHI/LIVBA . SUB DIE . NON . / NOVENBRES
. ERA . / DCCIII [hedera]



Est. X - Fonte Arcada - Vestígios Arqueológicos
Sarcófagos e Fuste e base de coluna
(in Oliveira, 1939)



BASE CARTOGRÁFICA: SERVIÇOS CARTOGRÁFICOS DO EXÉRCIO

Est. XI - Localização dos vestígios de época romana na bacia de Celorico



- ◆ Villae ◆ Granja ◆ Casal ◆ Tugarium, Pequeno Sítio ◆ Vicus ◆ Aldeia ◆ Castella ● Inscrição ● Calçada
- Peso de lagar ● Lagar ● Miliário

1- Chão do Capitão-Môr; 2- Torres I; 3- Torres II; 4- Quinta da Palôa, 5- Quinta do Paço; 6- Quinta da Banda de Além; 7- Tapada da Fonte da Cal I; 8- Tapada da Fonte da Cal II; 9- Vale Longo; 10- Olos; 11- S. Clemente; 12- Quinta dos Côrgos; 13- Carnicães; 14- Quinta Velha; 15- Sobral Pichorro; 16- Inscrição Vilares; 17- Vilares; 18- Quinta do Quadrado; 19- Mata do Peramigo; 20- São Domingos; 21- Lameiras; 22- Quinta das Lameiras; 23- Quinta dos Pinas; 24- Quinta da Armada; 25- Abelheiras; 26- Vila Longa; 27- Soito Negro; 28- Tapada do Freixo I; 29- Tapada do Freixo II; 30- Tapada do Freixo III; 31- Quinta do Seixal; 32- Trepá I; 33- Trepá II; 34- Barrocal do Olival; 35- S.Gens I; 36- S.Gens II; 37- S.Gens III; 38- S.Gens IV; 39- Quintal D. Maria; 40- Forca; 41- Olival do Clergo; 42- Aral; 43- Inscrição Romana; 44- Açores; 45- Garcia; 46- Calçada Lavandeira; 47- Ribeira; 48- Calçada Chafariz Insouço; 49- Inscrição Castelo Celorico da Beira; 50- Calçada da Pinheira; 51- Muxagata; 52- Quinta da Machada; 53- Quinta do Piroco; 54- Sobral da Serra; 55- Ribeiro Pinheiro; 56- Quintã I, 57- Quintã II; 58- Quinta do Mouro; 59- Fonte Arcada; 60- Quinta do Monte Verão; 61- Quinta do Azar; 62- Inscrição Capela de Nossa Senhora de Azares; 63- Pedra Aguda; 64- Portela; 65- Aldeia Nova; 66- Vale da Ribeira I; 67- Vale da Ribeira II; 68- Tintinholo; 69- Calçada do Tintinholo; 70- Alminhas; 71- Vale de Estrada; 72- Calçada da Miserela; 73- Quinta da Fidalga; 74- Calçada da Corredoura



Est. XII - Cabeça em Pedra de Vale da Ribeira

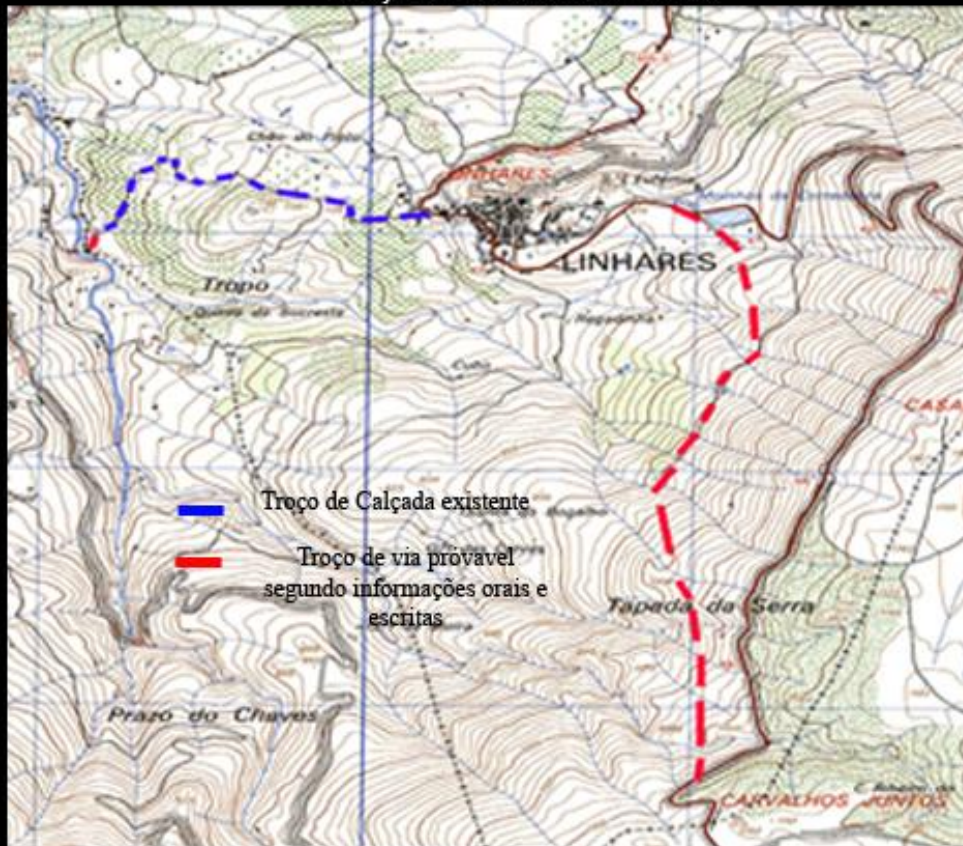


Est. XIII - Orifício circular no topo da cabeça

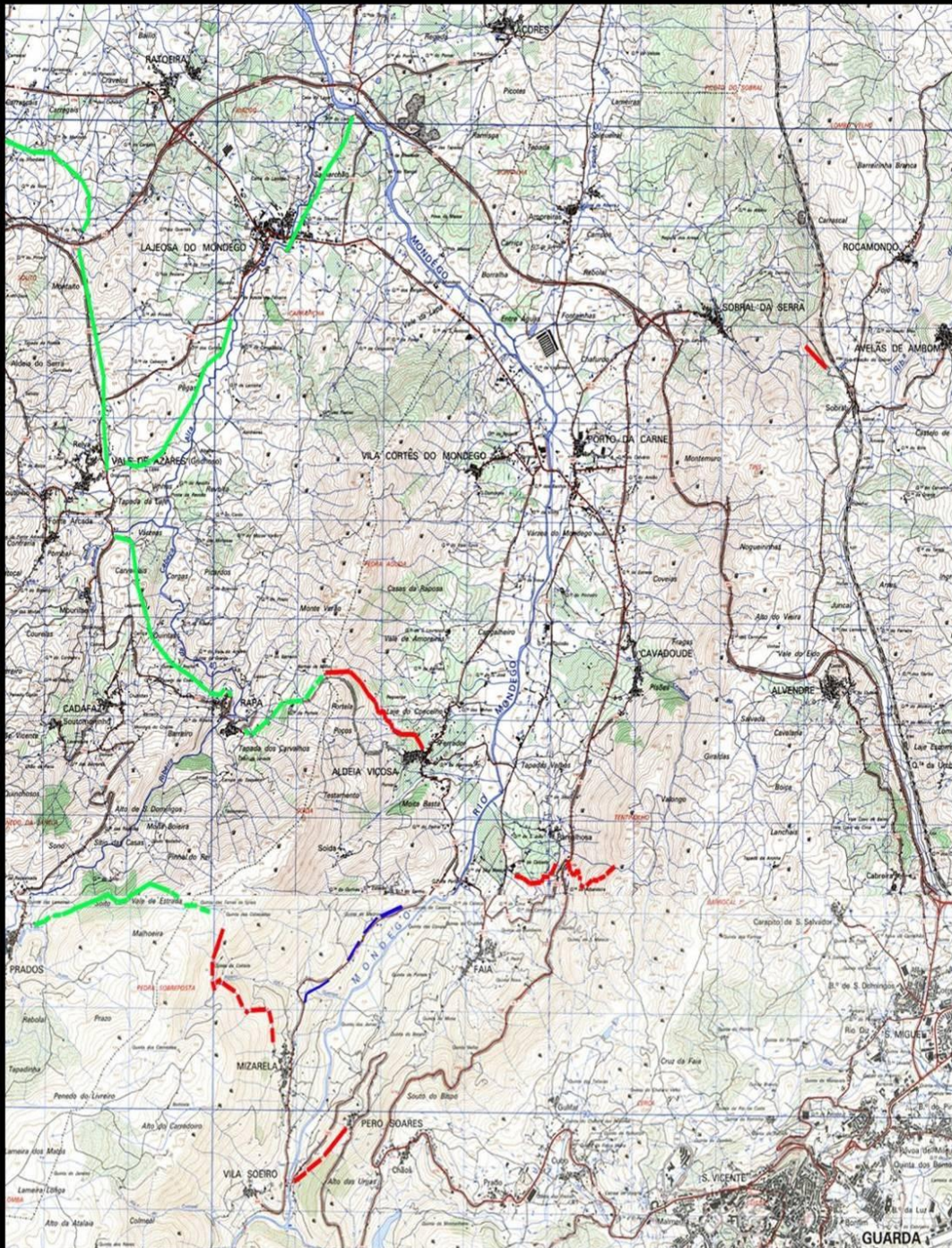
Est. XIV



Calçada Linhares da Beira







Est. XVI - Traçados de vias na área do Vale do Mondego

- Troços de calçada existentes - Cronologia Romano-Medieval
- Traçado provável das calçadas
- Calçada de Época Moderna

Est XVII



Troço de calçada próximo da A25



— Traçado de calçada ainda conservada

Est XVIII



Calçada do Chafariz



1

Troço de Calçada do Chafariz

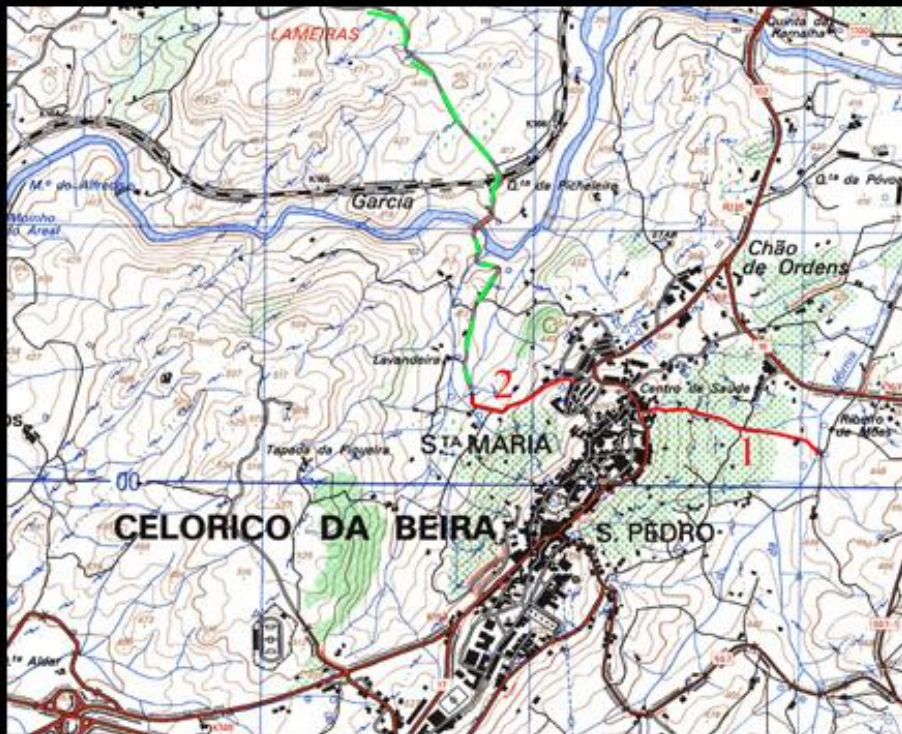


Localização do Casal Romano da Ribeira

Est XIX



Calçada da Lavandeira



- 2 Calçada da Lavandeira
- Traçado provável da via

Est XX



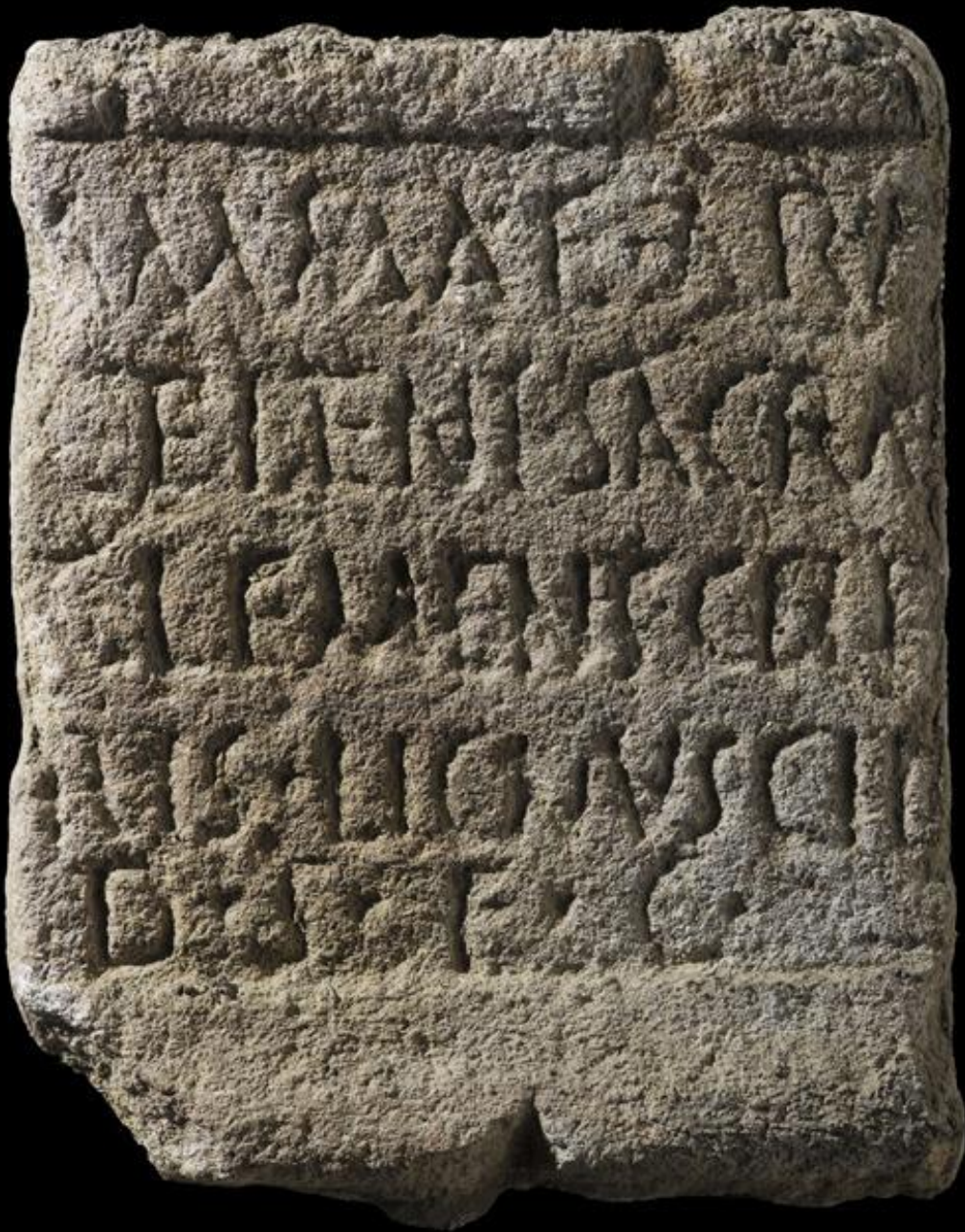
Inscrição rupestre dos Vilares

Est XXI



Inscrição de época romana/ Castelo de Celorico da Beira

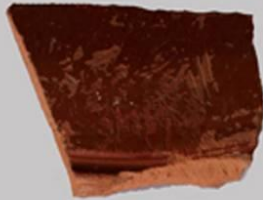
Est. XXII



Inscrição Romana da Capela de Nossa Senhora de Azares

Est XXIII

Vilares



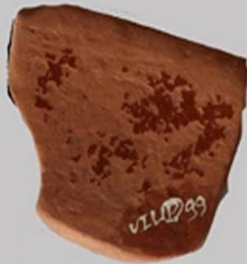
Sigillata Hispânica



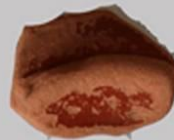
Sigillata Hispânica



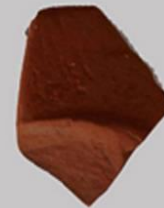
Sigillata Hispânica



Sigillata Hispânica



Sigillata Hispânica



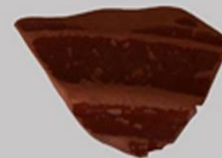
Sigillata Hispânica



Sigillata Hispânica



Sigillata Hispânica



Sigillata Hispânica



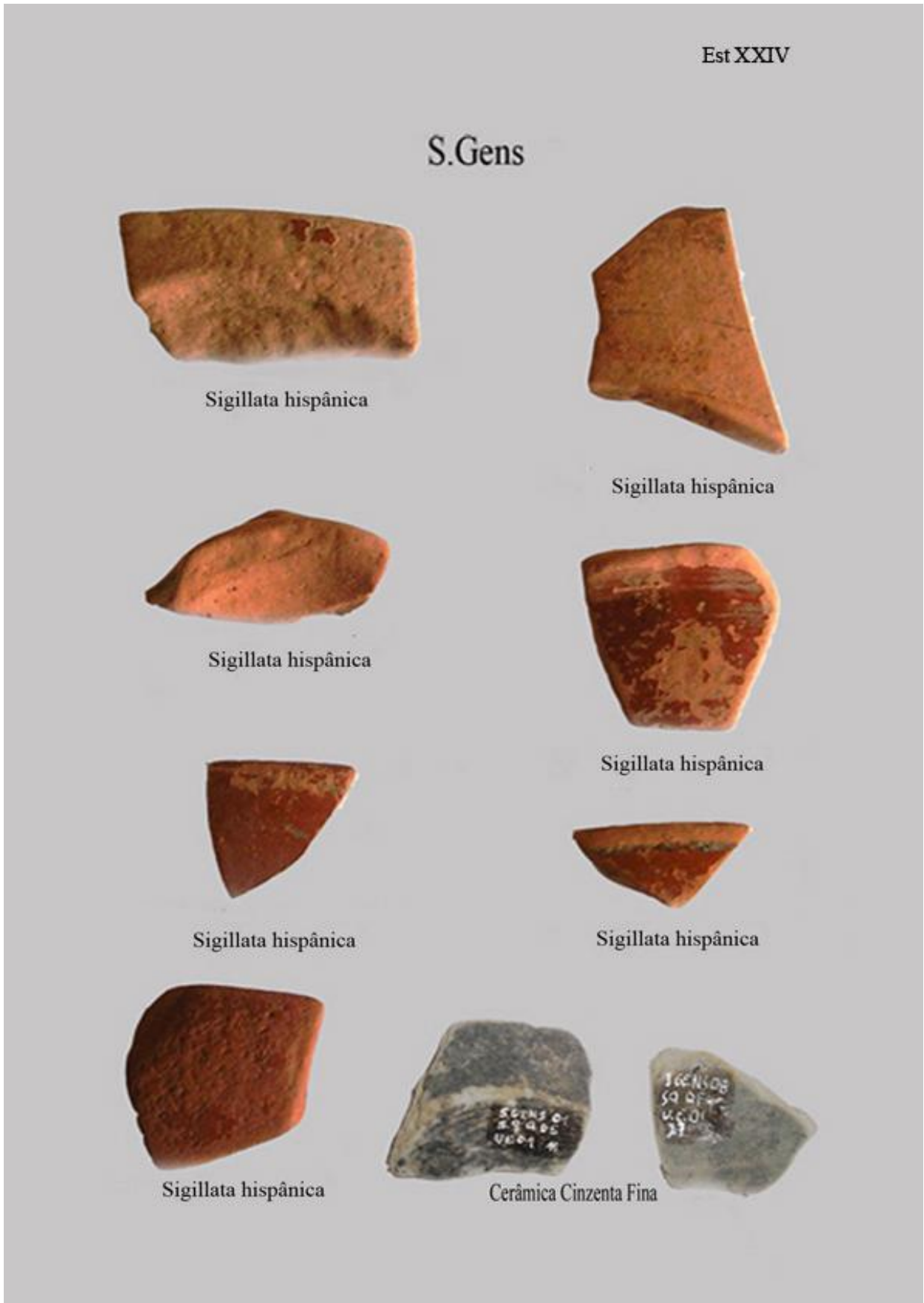
Sigillata Hispânica



Sigillata Hispânica



Sigillata Hispânica



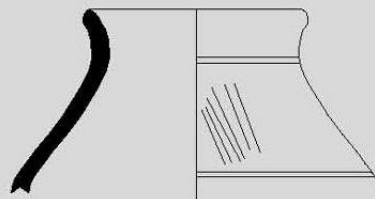
Quinta do Piroco/Celorico da Beira



Terra Sigillata Hispanica



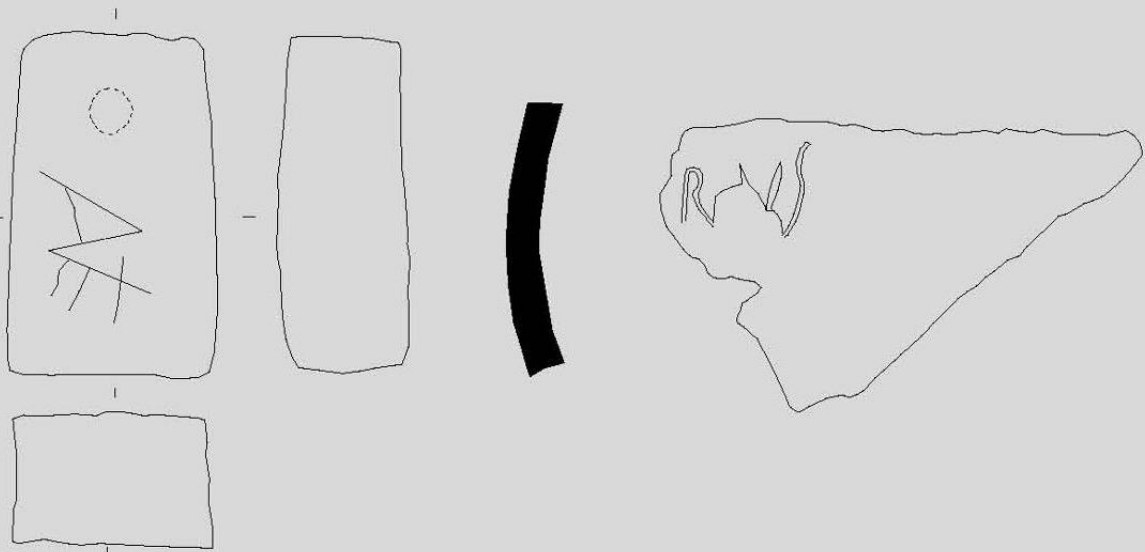
Terra Sigillata Hispanica



Cerâmica Cinzenta Fina



Terra Sigillata Hispanica



Peso de tear epigrafado



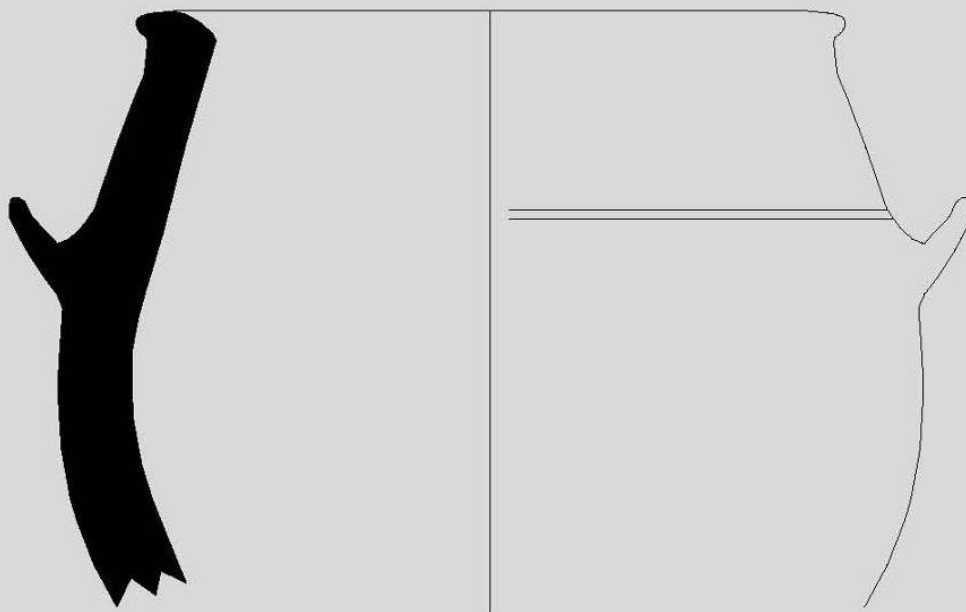
S. Gens



Terra Sigillata hispânica tardia



Terra Sigillata hispânica



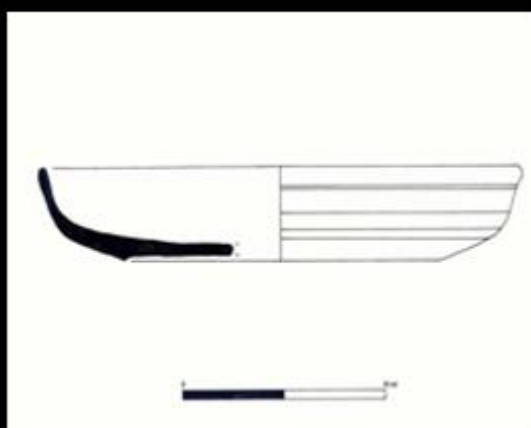
Pote de armazenamento



Est XXVII

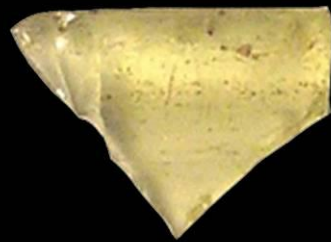


Bordo de Ânfora Almagro 51



Terra Sigillata hispânica tardia

Est XXVIII



Bordo de Vidro



Bojo de vidro/taça canelada



Pregos/cavilhas

Materiais Arqueológicos
S.Gens/Sector 9

EstXXIX

Olos



Sigillata hispânica



Sigillata hispânica



Sigillata hispânica



Cerâmica Cinzenta Fina



Cerâmica Cinzenta Fina



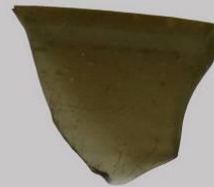
Cerâmica Cinzenta Fina



Sigillata hispânica tardia



Sigillata Clara C



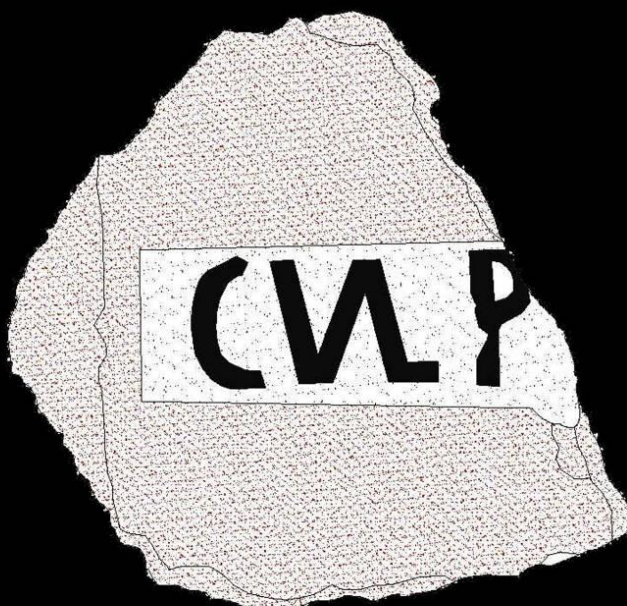
Vidro

Est XXX



*Materiais de construção, Imbrice e Tegulae
Comp. VII / S.Gens*

EstXXXI



Marca de Oleiro
S.Gens/Sector 9 - Compartimento VII

Est XXXII

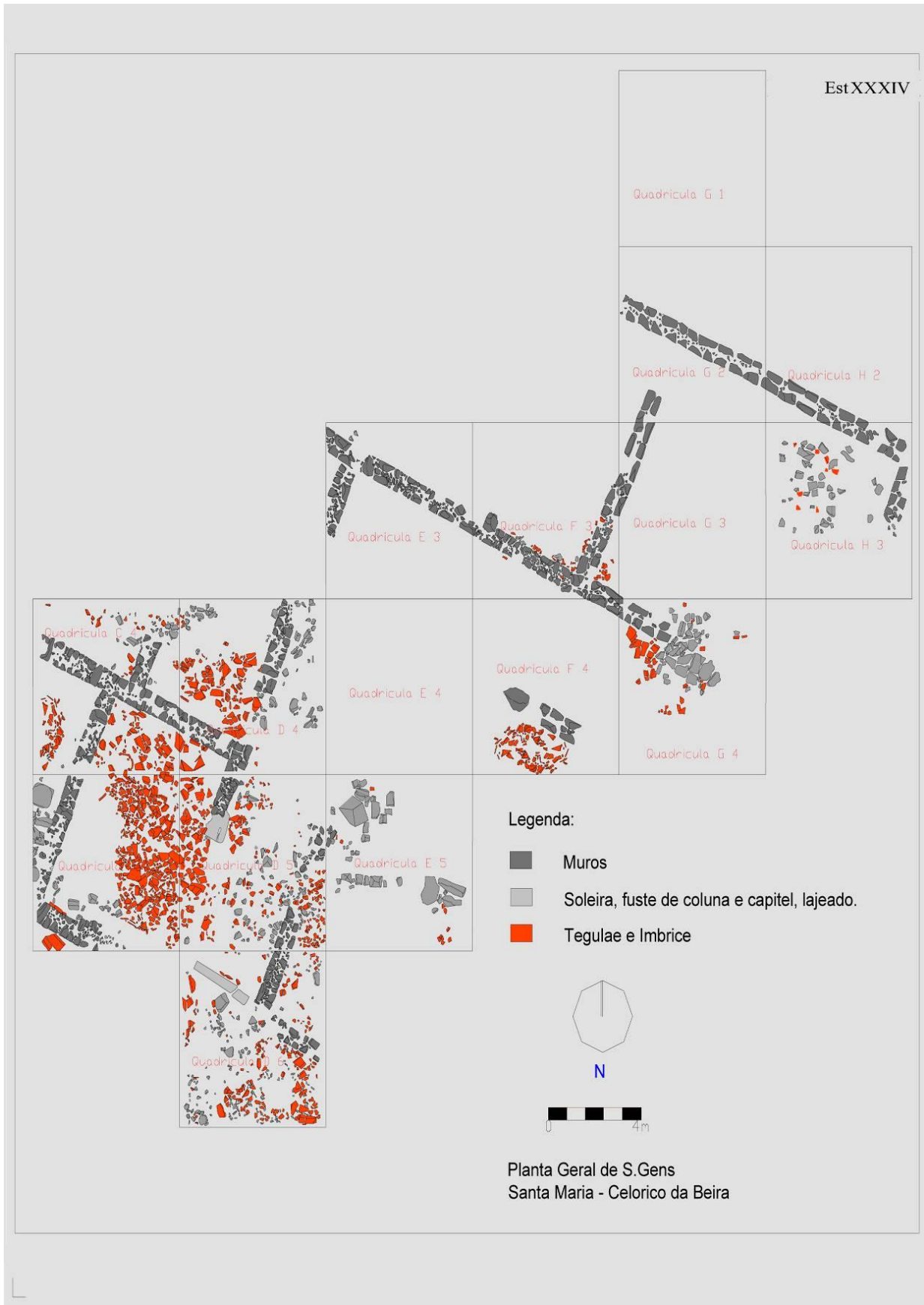


Moedas Baixo Imperiais (sécs.III/IV)
S.Gens/Sector 9

Est XXXIII



Vista aerea sobre a estação arqueológica de S. Gens
e a Vila de Celorico da Beira





Est.XXXVI



Capitél

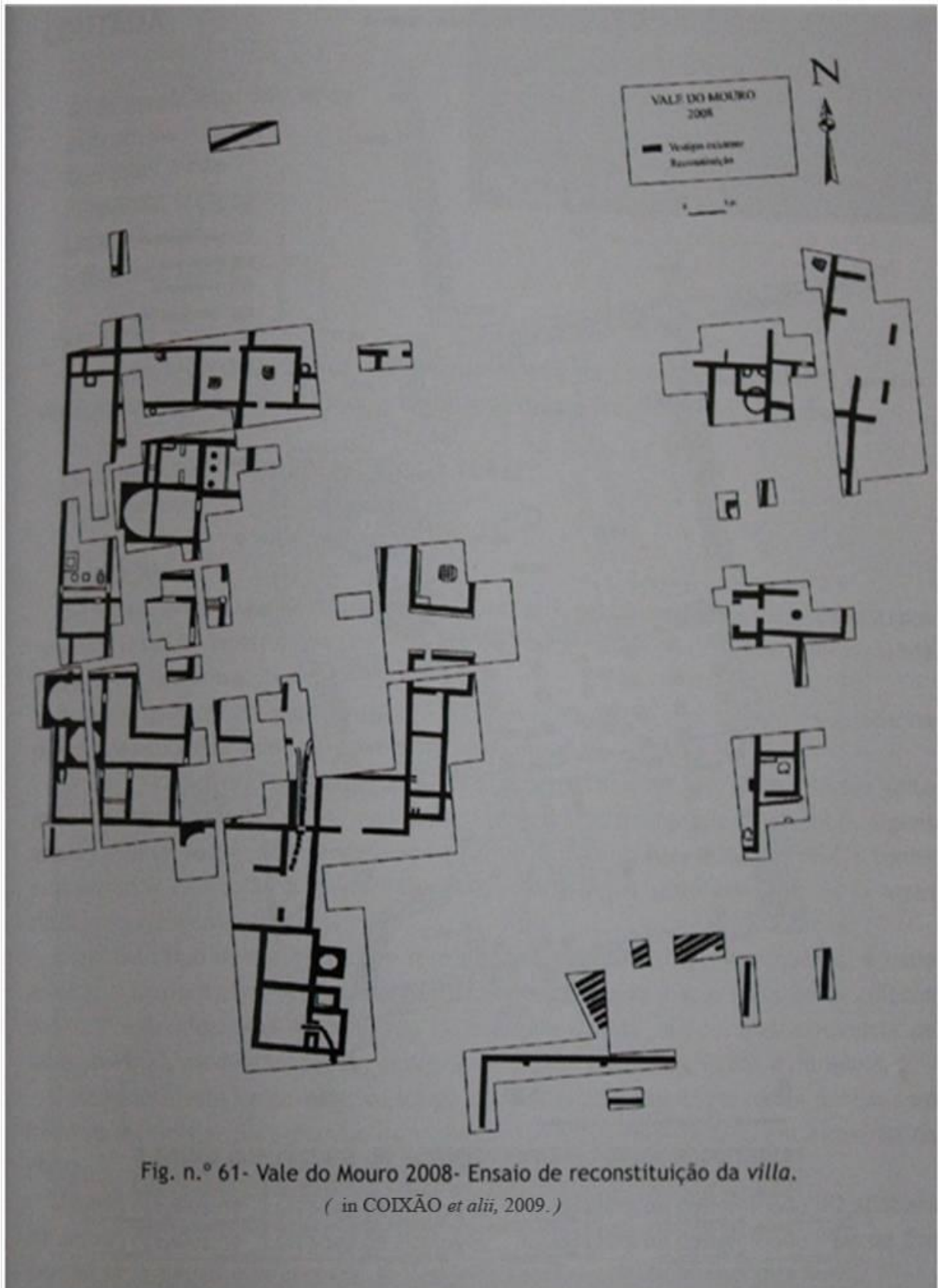


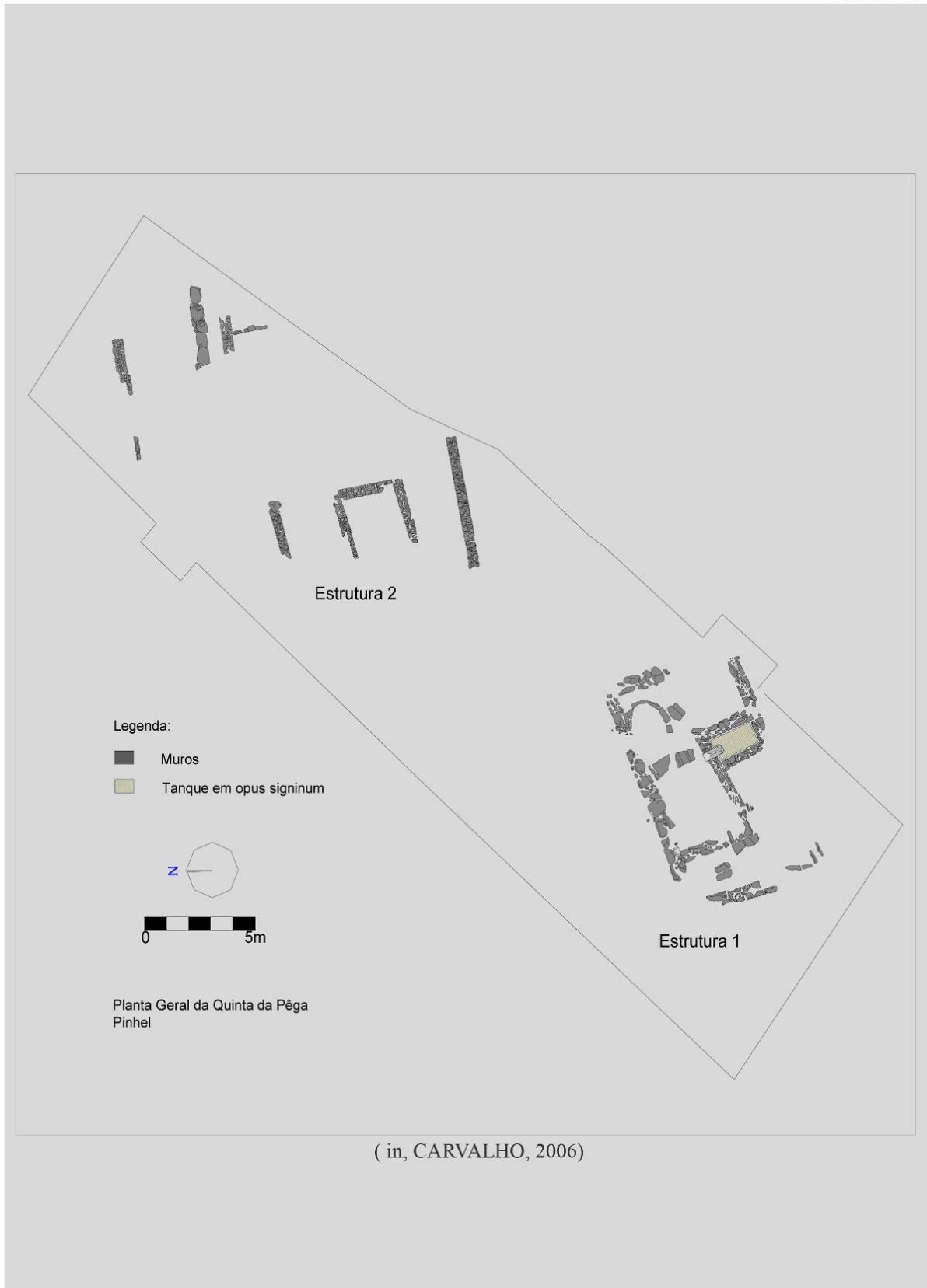
Fuste de coluna e capitél
S.Gens

Estampa XXXVII



Elemento Arquitectónico/S.Gens
Cornija



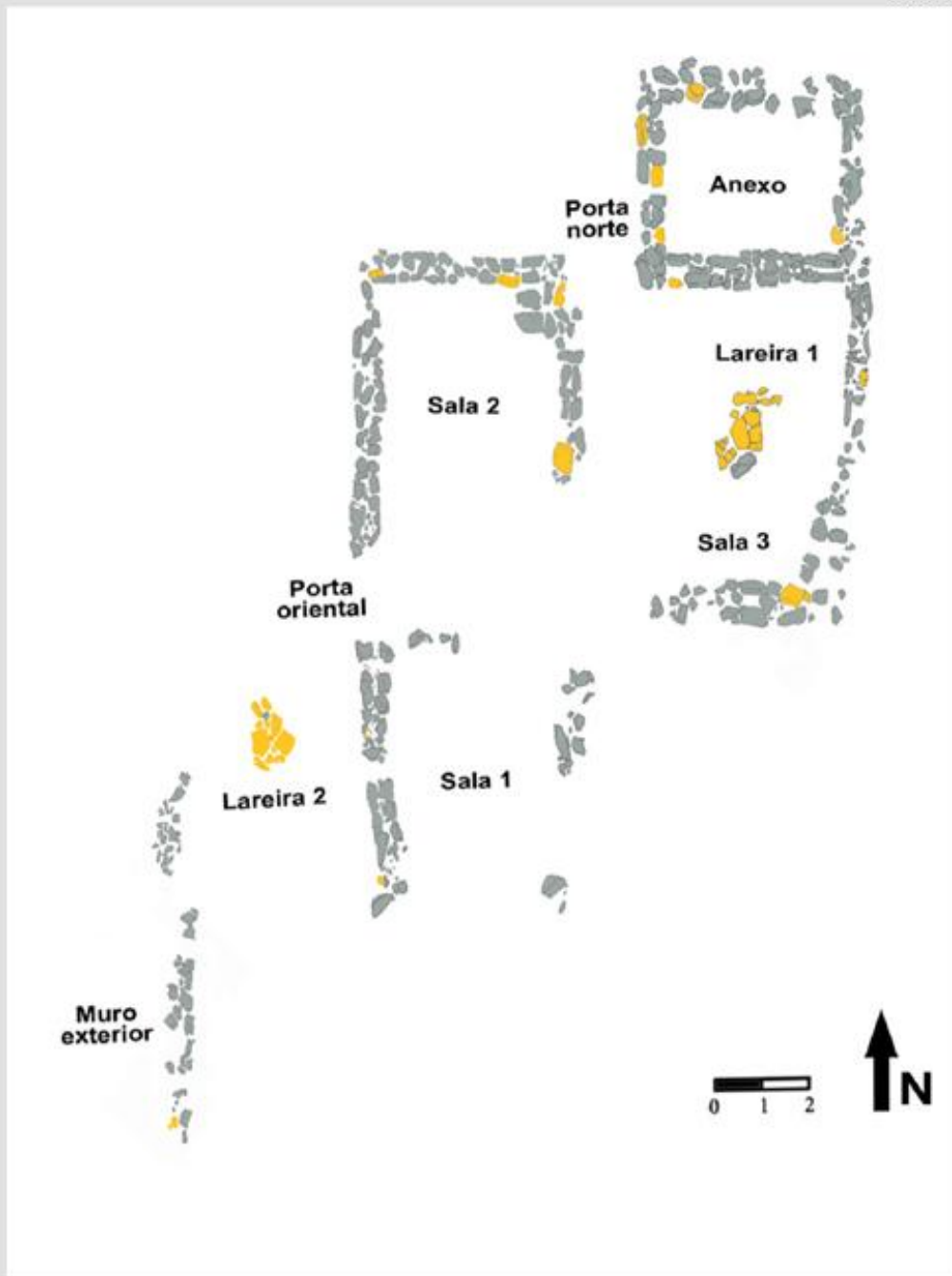


(in, CARVALHO, 2006)



(in COELHO, 2005.)

Est. XLI



ESCAVAÇÕES DO SÍTIO DO RELENGO (BARRAGEM DO SABUGAL)

Planta interpretativa dos diversos espaços e estruturas identificadas.

(OSÓRIO *et alii*, 2008)



Foto 1 – Vista sobre a área do Sector 9 antes da desmatagem.



Foto 2 – Vista sobre a área a intervir no Sector 9 após a desmatagem.



Foto 3 – Início da intervenção arqueológica na Quadrícula G2.



Foto 4 – Escavação das Quadrículas F3 e C4.



Foto 5 – Início da escavação do Compartimento VII.



Foto 6 – Povoado do Tintinholo.



Foto 7 – Povoado da Pedra Aguda.



Foto 8 – Vista aérea sobre a implantação do Castelo e Vila de Celorico da Beira.



Foto 9 – Vista sobre a calçada da Miserela junto à ponte sobre o rio Mondego (local onde o atravessa).



Foto 10 – Antigo caminho sobranceiro à Ribeira da Cabeça Alta (Vale de Azares - Lageosa).



Foto 11 – Ara anepígrafa do sítio Tropa II (Ribeira da Muxagata).



Foto 12 – Provável miliário anepígrafa (Igreja da Muxagata).



Foto 13 – Vista sobre a Quadrícula F 3.



Foto 14 – Vista sobre os Compartimentos VII e VIII (saliente-se a ombreira e o silhar paralelepípedo rectangular).



Foto 15 – Vista sobre o Compartimento III e o sobre um provável piso constituído por pequenas lajes.



Foto 16 – Plano final da escavação do Compartimento VII onde é visível uma mancha resultante do incêndio.



Foto 17- Vista sobre o lagar da Quinta do Piroco.



Foto 18 – Vista sobre o lagar da Quinta da Pêga.



Foto 19 – Pormenor da lareira existente no centro do Compartimento 3 (Relengo).



Foto 20 – Vista geral de alguns dos compartimentos do sítio arqueológico do Relengo.